



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LUÍS CARLOS BRAGA

**AS TEMPORALIDADES QUE CARACTERIZAM A
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO (PR)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, para a obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

Presidente Prudente/SP

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

B794t Braga, Luís Carlos.
As temporalidades que caracterizam a agricultura familiar do município de Marmeleiro (PR) / Luís Carlos Braga. - Presidente Prudente : [s.n.], 2015 269 f. : il.

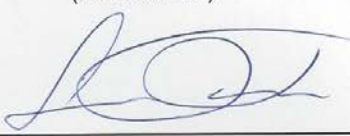
Orientador: Marcos Aurelio Saquet.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Modernização da agricultura. 2. Temporalidade. 3. Geografia agrária. 4. Agricultura familiar. 5. Marmeleiro (PR). I. Saquet, Marcos Aurelio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

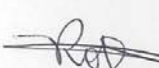
BANCA EXAMINADORA

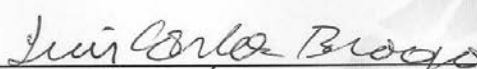

Prof. Dr. **MARCOS AURÉLIO SAQUET**
ORIENTADOR


Prof. Dr. **ANTÔNIO NIVALDO HESPANHOL**
(FCT/UNESP)


Prof. Dr. **LUCAS LABIGALINI FUINI**
(UNESP/OURINHOS)


Prof. Dr. **MANOEL CALAÇA**
(UFG)


Profa. Dra. **ROSELI ALVES**
(UNIOESTE)


LUÍS CARLOS BRAGA

Presidente Prudente (SP), 03 de dezembro de 2015.

RESULTADO: APROVADO

Dedico esta tese à minha família, uma família de agricultores familiares. E todos os agricultores entrevistados.

“[...] a gente sempre pensa que o dia do agricultor é amanhã, a gente abaixa a cabeça e continua trabalhando” (um agricultor).

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível graças à colaboração e apoio de muitas pessoas. Manifesto gratidão a todas elas. De modo especial, quero agradecer:

Ao professor orientador Dr. Marcos Aurélio Saquet pelo apoio, atenção e paciência.

A professora Dra. Roseli Alves dos Santos, pelo incentivo a ingressar na Pós-graduação, e pela participação na banca de qualificação.

À minha família pela compreensão.

A minha namorada Jaqueline, pelo companheirismo.

Aos agricultores familiares e dirigentes das instituições entrevistados.

Aos professores do programa do mestrado, principalmente os que ministraram as disciplinas de que participei: Eliseu Saverio Sposito, Rosângela Hespanhol e Antônio Nivaldo Hespanhol. Este também pela participação na banca de qualificação.

A professora Me. Sueli Bevilaqua Baleeiro de Lacerda, pela revisão gramatical desta tese.

A todos os colegas da Pós-graduação da UNESP, em especial: Juniele Martins, Camila Al Zaher, pela divisão dos bons momentos e das angústias.

Aos amigos: Jairo Hansen, Sidiana Ruaro, Antônio Piciniatto, Paulo Freisleben, Paulo Augusto, Diego Ollivete, Rodrigo Santos, Carlos Castro Neves, Flávio de Arruda Saron.

Aos colegas do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR), especialmente a Raquel Meira, pela colaboração na elaboração dos mapas.

A todos os funcionários da Secretária de Pós-graduação da UNESP, Campus Presidente Prudente especialmente a Cinthia.

Ao programa de Pós-graduação, que deu a infraestrutura necessária para a pesquisa e possibilitou a participação em eventos e a convivência com pessoas com diferentes experiências.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelos três anos de bolsa de estudos, fundamental para a pesquisa.

AS TEMPORALIDADES QUE CARACTERIZAM A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO/PR

Resumo:

Nesta pesquisa, são identificadas as modificações e permanências na produção agropecuária do município de Marmeleiro, após a implantação e contínua expansão da chamada *modernização* da agricultura, através da análise das temporalidades. Para isso, identificaram-se os diferentes ritmos de tempo presentes na produção agropecuária, tanto os lentos como os mais rápidos, através do estudo da relação espaço-tempo, que leva a compreender o território, as territorialidades e as temporalidades. O processo de *modernização* da agricultura não rompeu totalmente com os modos de produções que existiam, esse processo não foi homogêneo, estabeleceu-se um padrão de produção um ritmo de tempo que afetou/desorganizou a maioria dos sistemas de produção agropecuária, porém não proporcionou as condições para todos alcançarem esse patamar de produção. Para análise dessa heterogeneidade de situações, utilizou-se uma abordagem das temporalidades, relacionando os ritmos de tempo com os níveis de integração e mecanização dos agricultores, no município de Marmeleiro, Sudoeste do Paraná. O município possui, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), 1404 estabelecimentos agropecuários e uma agricultura baseada na produção familiar com pequenas áreas de terra. Através do trabalho empírico, foram entrevistados 203 agricultores, dividindo-os em três grupos, por comunidades rurais, pois estas têm semelhanças internas. Com isso, demonstrar-se-á os ritmos de tempo; as mudanças e permanências; as diferentes condições de produção; de vida e de perspectivas futuras. Analisou-se a produção de aves e fumo, a partir do sistema de integração, a produção de grãos (soja e milho), a produção de leite e a produção para o consumo familiar, demonstrando como essas produções modificam o ritmo de tempo dos agricultores familiares. Para isso é apresentado de modo breve o processo de „modernização da agricultura“ brasileira e alguns aspectos que influenciaram o Sudoeste do Paraná e, conseqüentemente, o município de Marmeleiro, como as diferentes máquinas, equipamentos e técnicas utilizadas, as possibilidades de acesso às linhas de financiamento e diferentes produções, alterando os ritmos de tempo dos agricultores. E como a mudança no ritmo de tempo modificou outros aspectos que extrapolam o âmbito das produções agropecuárias. As relações de produção agropecuária, do município de Marmeleiro, vêm sendo gradativamente mercantilizadas, conseqüentemente, o ritmo de tempo vem aumentando, mesmo para os agricultores pouco *modernizados*, vem sendo acelerado. Nestes menos mecanizados, alguns elementos considerados rústicos/atrasados, ainda são importantes para as produções. O espaço rural, por sua vez, é um local de diversidades e potencialidades a serem exploradas, porém, mantém o foco em algumas produções agropecuárias, não desenvolvem possibilidades de produções viáveis, as linhas de créditos, na sua maioria, são para produções convencionais. Quando são constituídas organizações, que poderiam auxiliar nesses aspectos, logo são cooptadas, ganhando um foco produtivista.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Mecanização. Território. Temporalidades. Tempo. Ritmo.

THE TEMPORALITIES FEATURING FAMILY AGRICULTURE IN THE BOROUGH OF MARMELEIRO / PR

Abstract:

In this research, they are identified the changes and continuities in agricultural production in the borough of Marmeleiro, after deployment and continued expansion of so-called modernization of agriculture, through the analysis of temporality. For this, we identified the different rhythms of time present in agricultural production, both slow as the fastest through the study of space-time relationship, which leads to understanding the territory, the territoriality and temporality. The agricultural modernization process did not break completely with the modes of production that existed, this process was not smooth, established a standard production a rhythm of time that affected / disorganized most agricultural production systems, but has not provided the conditions for everyone to reach this production level. To analyze this heterogeneity of situations, we used an approach of temporality, listing the time rhythms with the levels of integration and mechanized farmers in the municipality of Marmeleiro, Paraná Southwest. The city has, according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, 2006), in 1404 agricultural establishments and an agriculture based on family farms with small areas of land. Through empirical work, they interviewed 203 farmers, dividing them into three groups, in rural communities, because they have internal similarities. Therefore, we will demonstrate the rhythms of time; the changes and continuities; the different conditions of production; of life and future prospects. We analyzed the poultry and smoke from the system integration, the production of (soybean and corn), milk production and production for family consumption, demonstrating how these productions modify the pace of time farmers relatives. For this is presented briefly the process of 'modernization of agriculture' Brazilian and some aspects that influenced the Paraná Southwest and, consequently, the borough of Marmeleiro, as different machines, equipment and techniques, the possibilities of access to lines financing and different productions, changing farmers' time rhythms. And as the change in the pace of time changed other aspects that go beyond the scope of agricultural production. The agricultural production relations in the borough of Marmeleiro, have been gradually commercialized, consequently, the pace of time is increasing, even for farmers little modernized, has been accelerated. These mechanized means, some elements considered rustic / backward, are still important for the productions. Rural areas, in turn, is a place of diversity and potential to be explored, however, keeps the focus on some agricultural productions, do not develop possibilities for viable production, the credit lines, mostly are for conventional productions. When organizations are formed, which could help in these respects, are soon co-opted, earning a production-focus.

Keywords: Family agriculture. Agricultural production. Market integration. Temporality. Rhythm.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade e percentual de agricultores estudados por comunidade.....	25
Tabela 2: População urbana e rural nos municípios da região Sudoeste do Paraná (2010)	61
Tabela 3: Distribuição do PIB dos municípios do Sudoeste do Paraná por ramo de atividade no ano de 2010	63
Tabela 4: Número de estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar no Sudoeste do Paraná e em Marreleiro	64
Tabela 5: Participação dos estabelecimentos familiares no VBP da agropecuária do Sudoeste paranaense e no município de Marreleiro	65
Tabela 6: Número de estabelecimentos rurais e área na mesorregião Sudoeste do Paraná	67
Tabela 7: Estrutura fundiária do município de Marreleiro	68
Tabela 8: Condição dos agricultores entrevistados	69
Tabela 9: Comparação entre o número de estabelecimentos e o número de trator, por estratos de área mais representativos da região Sudoeste do Paraná	70
Tabela 10: Número de estabelecimentos agropecuários com tratores e condição do produtor no Sudoeste do Paraná e no município de Marreleiro (Unidades)	71
Tabela 11: Número total de tratores, colheitadeiras e plantadeiras no Sudoeste paranaense e em Marreleiro	73
Tabela 12: Número de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas existentes nos estabelecimentos agropecuários de Marreleiro (unidades) e do Sudoeste do Paraná	74
Tabela 13: Número de estabelecimentos agropecuários que realizam plantio direto na palha e quantidade de área no município de Marreleiro	75
Tabela 14: Principais máquinas e implementos utilizados pelos agricultores entrevistados	75
Tabela 15: Tipo de força de tração animal e/ou mecânica	76
Tabela 16: Meios de transporte utilizados no município de Marreleiro	77

Tabela 17: Equipamentos utilizados para a aplicação de agrotóxicos no município de Marneleiro	79
Tabela 18: A criação de animais no município de Marneleiro (cabeças)	87
Tabela 19: Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento no Sudoeste do Paraná em 2006, por finalidade	88
Tabela 20: Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento por finalidade no município de Marneleiro em 2006	90
Tabela 21: Percentual de estabelecimentos agropecuários por associação à cooperativa e/ou entidade de classe	93
Tabela 22: Estabelecimentos agropecuários com dívidas, credores e valores das dívidas no município de Marneleiro	97
Tabela 23: Agricultores que não obtiveram financiamento (unidades) e os principais motivos no município de Marneleiro	98
Tabela 24: Agricultores entrevistados que realizaram financiamento - finalidade do financiamento	99
Tabela 25: Orientação técnica por Unidade de Federação, estado e mesorregião geográfica	108
Tabela 26: Distribuição de máquinas equipamentos e implementos nas comunidades estudadas no município de Marneleiro	125
Tabela 27: Número de financiamentos por grupos de mecanização - safra 203/14	133
Tabela 28: Participação dos estabelecimentos familiares na produção agropecuária do Sudoeste paranaense e no município de Marneleiro, 2006	134
Tabela 29: Produção de aves no Sudoeste do Paraná e em Marneleiro em estabelecimentos integrados à indústria	137
Tabela 30: Quantidade e renda na produção de fumo	142
Tabela 31: Quantidade produzida, renda e valor financiado por grupo entrevistado na produção de leite	150
Tabela 32: Quantidade produzida das principais produções de grãos do Sudoeste do Paraná em toneladas	154

Tabela 33: Produção agrícola do Sudoeste do Paraná (quantidade produzida em toneladas)	154
Tabela 34: Quantidade renda e valor financiado da produção de soja por grupo entrevistado, na safra 2013/14	155
Tabela 35: Valor da produção de milho, quantidade produzida, destino da produção e valor financiado por grupo entrevistado, safra 2013/14	157
Tabela 36: Contratação de mão-de-obra, principais atividades e número de contratados, por grupo	158
Tabela 37: Principais alimentos produzidos para o consumo familiar, por grupo entrevistado número de famílias	163
Tabela 38: Elementos levados em consideração para definir a produção voltada para a comercialização	165
Tabela 39: Uso e ocupação do solo no município de Marmeleiro no ano de 2013	171
Tabela 40: Quantidade produzida, destino e valor financiado da produção de milho na Linha KM15	172
Tabela 41: Quantidade produzida, destino e valor financiado da produção de milho no assentamento Anjo da Guarda, safra 2013/14	173
Tabela 42: Produção de soja nos estabelecimentos entrevistados no Anjo da Guarda..	173
Tabela 43: Produção de soja nos estabelecimentos entrevistados no KM 15	174
Tabela 44: Produção de leite Anjo da Guarda ano de 2014	175
Tabela 45: Produção de leite no KM 15, no ano de 2014	175
Tabela 46: Trabalhadores familiares com atividades econômicas fora do estabelecimento agropecuária	221
Tabela 47: Número de pluriativos, de aposentados e pessoas que migraram para o espaço urbano nos últimos 12 meses, por grupo pesquisado	222
Tabela 48: Média da renda agrícola e da aposentadoria do número pessoas, do número de aposentados nos estabelecimentos pluriativos e da renda obtida com a pluriatividade por grupo estudado	226
Tabela 49: Número de eletroeletrônicos no município de Marmeleiro.....	239

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Percentual de agricultores que acham que as linhas de crédito são ou não suficientes e as respectivas justificativas.....	100
Quadro 2: Justificativas dos entrevistados para a participação nas cooperativas e entidades de classe.....	103
Quadro 3: Motivos que condicionam a diminuição da produção para a alimentação familiar.....	160
Quadro 4: Respostas mais significativas dos agricultores sobre o ritmo de vida cotidiano.....	206
Quadro 5: Respostas mais significativa quando perguntados se a perda gradativa da autonomia do tempo compensa.....	213
Quadro 6: Justificativas mais significativas ao se perguntar se a família pretende ir para a cidade.....	227

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa de localização do município de Marmeleiro no Sudoeste do Paraná..	19
Mapa 2: Localização de todas as comunidades estudadas no município de Marmeleiro	23
Mapa 3: Indicadores de diferencialidades agrárias nas comunidades rurais estudadas no município de Marmeleiro	126
Mapa 4: Representação dos 3 grupos estudados conforme o nível de mecanização....	127
Mapa 5: Representação dos 3 grupos estudados conforme o nível de mecanização....	128
Mapa 6: Mapa hipsométrico do município de Marmeleiro	169
Mapa 7: Uso do solo e localização das comunidades rurais estudadas	170

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Valor (%) das receitas obtidas pela agricultura familiar no Sudoeste do Paraná no ano de 2006.....	66
Gráfico 2: Percentual de estabelecimentos rurais com uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná.....	79
Gráfico 3: Uso das terras nos estabelecimentos rurais do Sudoeste do Paraná, no ano de 1985.....	83
Gráfico 4: Uso das terras nos estabelecimentos rurais do Sudoeste do Paraná.....	84
Gráfico 5: O uso das terras no município de Marmeleiro (ha).....	85
Gráfico 6: A produção agrícola no município de Marmeleiro (Ton)	86
Gráfico 7: Percentual de financiamentos por mesorregião, unidade de federação, região e país.	89
Gráfico 8: Instituições onde os agricultores realizam financiamentos.....	91
Gráfico 9: Produtor associado à cooperativa e/ou à entidade de classe. Orientação técnica, no ano de 2006, no município de Marmeleiro recebida pelos pronafianos não pronafianos.	106
Gráfico 10: Número de vacas ordenhadas e a produção do leite (milhões de litros) no Sudoeste do Paraná (1990 –2012)	147
Gráfico 11: Número de vacas ordenhadas e produção do leite no município de Marmeleiro em milhões de litros.....	148

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Plantadeira utilizada para plantio direto, na comunidade do KM 18.....	72
Foto 2: Colheitadeira na comunidade do KM 18.....	72
Foto 3: Jerico utilizado para a colheita do fumo.....	76
Foto 4: Carroça de bois utilizada para o transporte de fumo.....	78
Foto 5: Igreja e clube social da comunidade São Luiz.....	121
Foto 6: Igreja da comunidade de Santo Antônio.....	121
Foto 7: Foto da igreja e clube social da comunidade do KM 15.....	122
Foto 8: Agricultor do grupo dos mais mecanizados colhendo trigo.....	129
Foto 9: Estabelecimento do grupo dos mais mecanizados, colhendo soja.....	129
Foto 10: Estabelecimentos do grupo dos agricultores com média mecanização.....	130
Foto 11: Estabelecimento de um agricultor do grupo dos menos mecanizados.....	132
Foto 12: Estabelecimento de um agricultor do grupo dos menos mecanizados.....	132
Foto 13: Placa de advertência na entrada de estabelecimento que possui aviários para a produção de ovos, no grupo dos agricultores mais mecanizados.....	135
Foto 14: Enfardamento da produção de fumo, no grupo 2.....	143
Foto 15: Resfriadores no sistema de tarros no grupo 3.....	149
Foto 16: Máquina especializada para a produção de silagem no grupo 1.....	149
Foto 17: Pastagem para o gado leiteiro no grupo 3.....	151
Foto 18: Sistema de confinamento para a produção do leite, no grupo 1.....	151
Foto 19: “Montinhos” de milho colhidos manualmente para depois serem transportados, no grupo 3.....	157
Foto 20: Plantação de feijão para o consumo familiar, no grupo 3.....	162
Foto 21: Galinheiro com aves para o consumo no grupo 3.....	164
Foto 22: Área de campo no grupo 2.....	171

Foto 23: Aviário de 150 metros para criação de aves de corte, no grupo 1.....	182
Foto 24: Garagem de máquinas no grupo 1.....	184
Foto 25: Caminhão recolhendo o leite num estabelecimento do grupo 2	186
Foto 26: Máquina especializada para a aplicação de agrotóxico, grupo 1	188
Foto 27: Aviário para a produção de ovos, no grupo 1	189
Foto 28: Agricultores colhendo feijão, no grupo 2	190
Foto 29: Horta que produz para o consumo da família, no grupo 2	192
Foto 30: Trilhadeira utilizada para debulhar milho e feijão, no grupo 3	197
Foto 31: Estrada de acesso a um estabelecimento do grupo 3	224
Foto 32: Estrada de acesso a Linha Pocinho no grupo mais mecanizado	224
Foto 33: Plantação de milho para o consumo, no grupo 3	230
Foto 34: Agricultora de um acampamento, pertencente ao grupo 3	230
Foto 35: Cerealista construída no espaço rural de Marmeleiro	236
Foto 36: Posto de combustível construído no espaço rural em Marmeleiro	237
Foto 37: Terraplenagem para a construção de loteamentos	237

LISTA DE SIGLAS

APAV : Associação dos Produtores Agroecológicos de Verê.

ASSESOAR: Associação de Estudos Orientação e Assistência Técnica.

AFUBRA: Associação dos Fumicultores do Brasil.

BNDS: Banco Nacional do Desenvolvimento

CANGO: Colônia Agrícola Nacional General Osório.

CAIs: Complexos Agroindustriais.

CIDs: Centrais Integradas de Distribuição.

CITLA: Companhia Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.

CRESOL: Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária.

CLAF: Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar.

CRAPA: Coordenação Regional de Associação de Pequenos Agricultores.

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento.

DAP: Declaração de Aptidão do Pronaf.

ECAS: Escolas de Educação Comunitária dos Agricultores.

COOPAFI: Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada.

EMATER: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

GETSOP: Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens.

PAA : Programa de Aquisição de Alimentos.

PROINF: Pronaf Infraestrutura.

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar.

SDT: Secretária de Desenvolvimento Territorial.

SISCLAF: Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar

SICRED: Sistema de Crédito Cooperativo

SUASA: Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

UNIOESTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

UNICAFES: União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

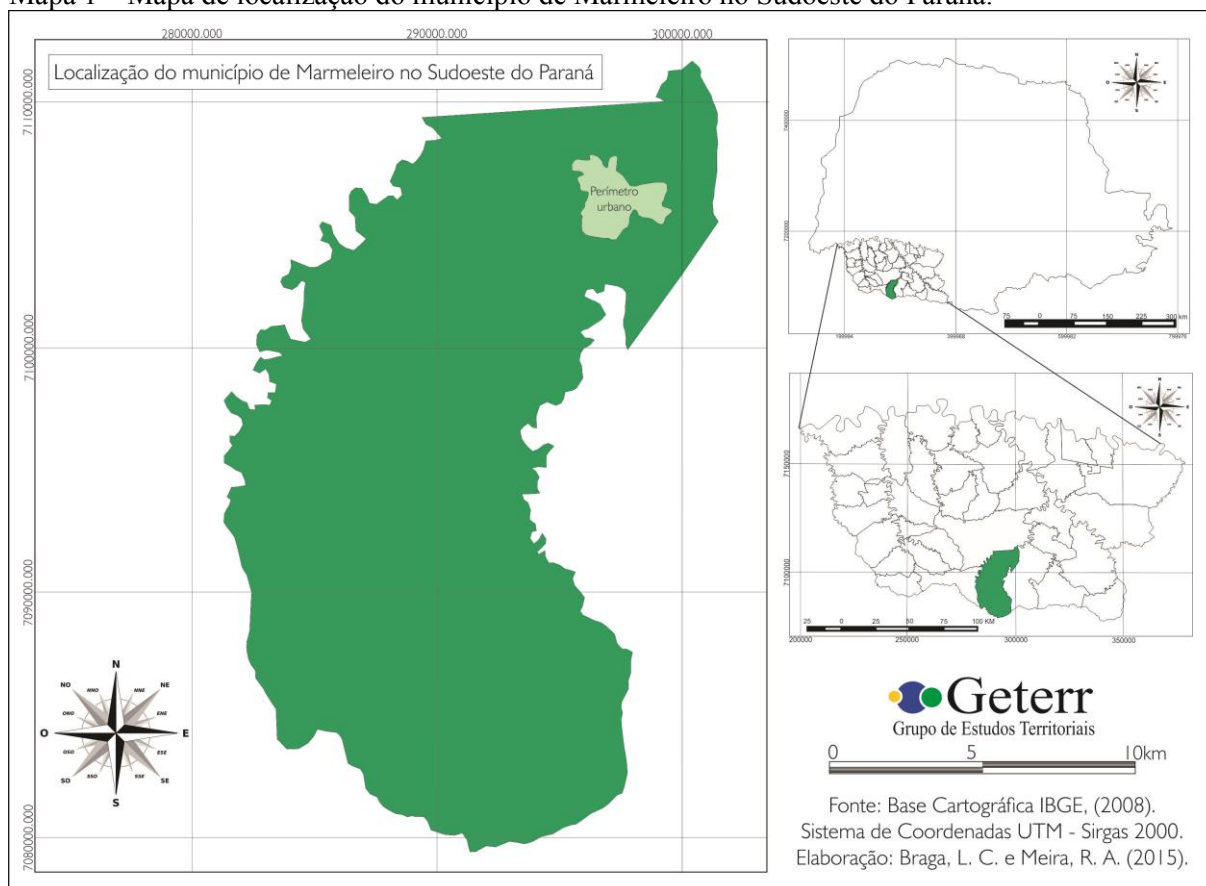
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 ESTUDO DA RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO PARA COMPREENDER AS TEMPORALIDADES	29
1.1 Alguns elementos da relação espaço-tempo	29
1.2 Espaço-tempo e constituição do território, das temporalidades e das territorialidades	33
1.3 Mudanças e permanências na agricultura familiar com elementos camponeses	41
2 AS DESIGUALDADES NO PROCESSO DE <i>MODERNIZAÇÃO</i> DA AGRICULTURA	52
2.1 Considerações sobre o processo de <i>modernização</i> da agricultura no Brasil	52
2.2 Reflexos da mecanização da agricultura no sudoeste paranaense e no município de Marmeleiro	57
2.3 O uso das terras pelas produções agropecuárias	81
2.4 Papel do PRONAF para o aumento da mecanização e da produção agropecuária	87
3 PRINCIPAIS PRODUÇÕES E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO	114
3.1 Os diferentes níveis de mecanização no município	114
3.2 Principais produções e relações de produção do município de Marmeleiro	133
4 TEMPORALIDADES COTIDIANAS E MUDANÇAS NO RITMO DE TEMPO NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	180
5 A INFLUÊNCIA DAS TEMPORALIDADES URBANAS NOS RITMOS DE TEMPO DOS AGRICULTORES	216
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
REFERÊNCIAS	250
ANEXO 1: Roteiro de entrevistas utilizado na pesquisa	264
ANEXO 2: Tabela de preço por quilo de fumo	267
ANEXO 3: Orçamento PRONAF	268
ANEXO 4: Principais produtos e valores disponibilizados pela CRESOL para financiamentos na safra 2013/14.....	269

INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta pesquisa é entender os diferentes níveis de mecanização e integração ao mercado dos estabelecimentos agropecuários do município de Marmeleiro, localizado no Sudoeste do Paraná (Mapa 1), através da análise dos diferentes ritmos de tempo. Entende-se que existe uma mecanização parcial e isto dá origem a uma diversidade de relações, tanto nas externas dos estabelecimentos quanto na organização interna.

Mapa 1 – Mapa de localização do município de Marmeleiro no Sudoeste do Paraná.



Fonte: IBGE, (2008). Organização: MEIRA, R. A.; BRAGA, L. C. (2015).

O município de Marmeleiro possui, segundo dados do IBGE (2010), 13.900 habitantes. Desse total, 8.824 compõem a população urbana e 5.076 a rural. No espaço rural, 70% dos estabelecimentos possuem área de terra entre 0,1 e 20 hectares, assim, a produção agropecuária é baseada em pequenos estabelecimentos com mão de obra familiar.

No município estudado, existe uma diversidade de relações de produções, constituídas através da atuação de algumas instituições, como as cooperativas de interação solidária, as empresas que atuam através do sistema de integração vertical - principalmente na produção de

aves e de fumo, os comerciantes de insumos químicos para a produção e comercialização de *commodities* como soja e milho, as quais são introduzidas no processo de *modernização da agricultura*. As *commodities* produzidas nos estabelecimentos dos agricultores são combinadas a outras atividades.

Para entender a diversidade de relações utilizar-se-á uma abordagem das temporalidades, para tal, será estudada a relação espaço-tempo para entender o território e as temporalidades nele existentes. Isso permitirá compreender os diferentes ritmos de tempo existentes no espaço rural. Relacionando o nível de mecanização e integração ao mercado com o ritmo de tempo, quanto mais integrado mais mecanizado, mais rápido tende a ser o ritmo de tempo, quanto menos integrado, com poucas máquinas e maior utilização de equipamentos, como carroças e arados de tração animal, mais lento é o ritmo de tempo de produção e vida.

Entende-se que esta pesquisa justifica-se, porque se faz necessária a realização de uma análise empírica e detalhada das atividades agropecuárias para entender em quais temporalidades os sujeitos estão inseridos, ou seja, estudar quais os objetivos dos agricultores, as estratégias territoriais em que estão inseridos e como ocorrem as ações das entidades ligadas à agricultura familiar e das empresas capitalistas no território desses agricultores. As ações dessas instituições são fundamentais para definição dos ritmos, das desigualdades e das territorialidades no espaço rural de cada município. Além da identificação dos ritmos que permanecem, demonstrar-se que a *modernização* não foi homogênea e apresenta desigualdades profundas mesmo em um município pequeno, como é o caso de Marmeleiro.

A opção por utilizar uma abordagem das temporalidades deve-se à percepção das modificações ocorridas nas relações de produção a partir da análise do cotidiano dos agricultores, como os ritmos de tempo foram modificando-se, como eles variam dependendo do nível de integração e mecanização dos agricultores, além dos elementos que permanecem através da identificação dos ritmos mais lentos. Nas entrevistas, evidencia-se a utilização frequente da palavra tempo para expressar as suas dificuldades de trabalhar, de conseguir uma renda que possibilite a sobrevivência da família, a necessidade de, cada vez mais, estar “correndo” atrás de novos elementos para a produção, de perder gradativamente o controle da organização dos estabelecimentos e depender de elementos externos. Devido a isso, a expressão mais utilizada pelos agricultores em relação à mecanização é: “[...] o trabalho está mais fácil, mas o tempo mais corrido”.

Toda a heterogeneidade das temporalidades existentes permite apontar que, no município em questão a agricultura não pode ser entendida totalmente como agronegócio, em

que o agricultor é um empregado assalariado, sem ação, sem participação na tomada de decisões e que não utiliza mais formas de produções tradicionais. Ao mesmo tempo, não é possível ignorar a infiltração do capitalismo no campo e afirmar que o agricultor não está inserido no mercado. O que ocorre é uma conjugação de diferentes produções e elementos tradicionais que possibilita a sobrevivência dos agricultores. Em alguns estabelecimentos prevalece a mecanização; em outros, os elementos tradicionais são fundamentais e, na maioria, ocorre uma conjugação desses elementos, conforme será demonstrado no decorrer dos capítulos.

Na abordagem das temporalidades considera-se o tempo como contínuo, ou seja, ocorrem transformações nos processos, mas elementos essenciais permanecem e adquirem outras funções, gerando continuidade temporal. Para considerar modernos todos os elementos contemporâneos em relação ao calendário, devem pertencer ao mesmo tempo (LATOUR 1994), caso contrário, ignora-se o processo histórico. Assim, alguns autores fazem restrições ao uso da expressão “modernização da agricultura”, utilizando denominações como “modernização conservadora”, “modernização dolorosa”, ou, ainda utilizam a expressão entre parênteses ou em *itálico*. Nesta pesquisa, utiliza-se a denominação *modernização da agricultura* em *itálico*, pois muitos elementos permanecem, o que não permite que a agricultura seja moderna considerando-se apenas a mecanização e a inserção no mercado. Entre esses elementos estão a concentração fundiária, as desigualdades de modernização que fizeram com que uma parte dos agricultores fosse marginalizada e continue produzindo através de algumas práticas rudimentares. Não há uma contraposição entre o passado e o *novo*, apesar da introdução de tecnologias que modificaram a base técnica da agricultura; houve um processo histórico para que isso fosse possível, ou seja, já ocorriam modificações anteriormente, mas elas passaram a ser mais intensas com a chamada *modernização da agricultura*. Desenvolveu-se num processo histórico, e não atingiu todos os agricultores não há uma ruptura. Reconhece-se que esse processo aumentou a produtividade, a produção de alimentos para os grandes centros urbanos, porém é excludente; a produção aumentou, mas uma parte da população tem dificuldades para ter acesso aos alimentos. Assim também como a renda e a estrutura fundiária continuaram concentradas.

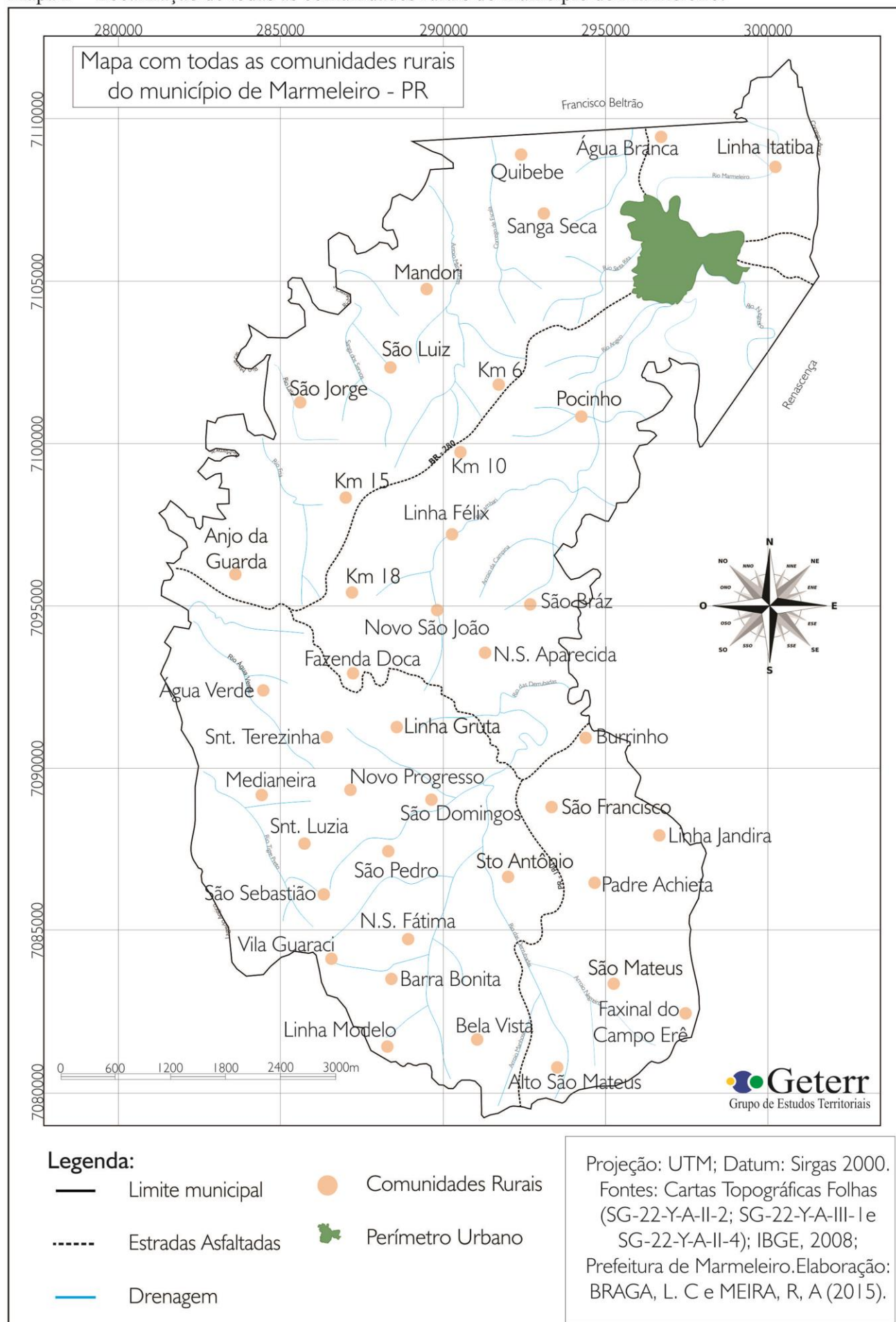
Na pesquisa, para demonstrar os diferentes ritmos de tempo, são estudados os agricultores familiares e não familiares, porém, devido à quantidade de estabelecimentos familiares, 86,5%, estes terão destaque, para isso estes agricultores serão denominados de agricultores familiares com elementos camponeses, pois entende-se que a agricultura familiar não é apenas uma criação institucional do Estado, ela é resultado de um processo histórico; ao

mesmo tempo, a expansão do capitalismo afetou a organização familiar dos agricultores estudados, modificando o seu ritmo de tempo e, conseqüentemente, seu modo de vida. Assim, são agricultores familiares que, cada vez mais, produzem para o mercado a partir do trabalho familiar, porém, para sua sobrevivência, alguns elementos camponeses são mantidos/reorganizados ao mesmo tempo, não é mais possível chama-los de camponeses, pois a lógica organizacional destes foi afetada pela expansão do capitalismo.

Para demonstrar a heterogeneidade no espaço rural do município de Marmeleiro, foram selecionadas algumas comunidades para realizar as entrevistas a fim de conseguir um grau de detalhamento maior. Para isso, primeiramente, entrevistou-se o secretário de agricultura do município e, através dos dados fornecidos por ele, elaborou-se um panorama geral das 40 comunidades rurais. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa exploratória em todas as comunidades: Água Branca, Água Verde, Alto São Mateus, Anjo da Guarda, Barra Bonita, Bela Vista, Burrinho, Faxinal do Campo Erê, Fazenda Doca, Gruta, Km 15, Km 10, Km 18, Km 6, Linha Felix, Linha Itaíba, Linha Jandira, Linha Modelo, Mandori, Medianeira, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Novo Progresso, Novo São João, Padre Anchieta, Pocinho, Rio Quibebe, Sanga Seca, Santa Luzia, Santa Terezinha, Santo Antonio, São Braz, São Domingos, São Francisco, São Jorge, São Luiz, São Mateus, São Pedro, São Sebastião, Vila Guaraci (Mapa 2).

Após essa pesquisa exploratória, foram selecionadas 12 comunidades, considerando as suas semelhanças internas, realizou-se análises gerais sobre todas elas e para uma demonstração dos diferentes ritmos de tempo, foram divididas em 3 grupos com 4 comunidades por grupo: no Grupo 1 (mais mecanizados) estão: Linha Pocinho, KM 15, KM 18, Linha Gruta; no grupo 2 (média mecanização) estão: Linha Itaíba, São Luiz, São Mateus, Linha Mandori. No grupo 3 (menos mecanizados) estão os assentamentos: Santo Antônio, São Jorge, Anjo da Guarda; e o acampamento São Francisco e somando um total de 203 agricultores entrevistados (Tabela 1). No decorrer do texto, há depoimentos e dados do total de entrevistados (203) e também dos grupos classificados como mais mecanizados, com média mecanização e menos mecanizados. Para esta classificação utilizou-se como parâmetro o número de tratores e colheitadeiras. Menos mecanizadas: 0 colheitadeira e até 3 tratores; média mecanização: 1 a 3 colheitadeiras e 4 a 9 tratores; mais mecanizadas: acima de 4 colheitadeiras e acima de 10 tratores.

Mapa 2 - Localização de todas as comunidades rurais do município de Marmeleiro.



Fonte: Prefeitura municipal de Marmeleiro. Organização: BRAGA, L.C; MEIRA, R.A. (2015).

Para embasamento das análises também são utilizados dados secundários dos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), além de dados das indústrias agropecuárias, entrevistas com representantes das mesmas e análises dos contratos.

A classificação em 3 grupos foi realizada para um grau de detalhamento maior, os agricultores foram classificados em três ritmos de tempos diferentes, ou seja, em três níveis de mecanização e integração ao mercado. Os agricultores inseridos num tempo mais rápido são os mais mecanizados e mais integrados ao mercado; os agricultores com média mecanização são os que conjugam um número maior de ritmos de tempo; e os agricultores pouco mecanizados estão inseridos num ritmo mais lento de vida e produção. Os estabelecimentos que possuem uma produção agrícola mais mecanizada são mais integrados ao mercado e estão inseridos num ritmo de tempo mais rápido, pois, passam a produzir praticamente para o mercado, precisam cumprir normas de produção, prazos de entrega e utilizam mais financiamentos. Já os agricultores que vendem alguns produtos para o mercado, geralmente dois ou três produtos e ainda produzem para o consumo familiar, utilizam quantidade significativa de trabalho braçal e equipamentos considerados rudimentares, como arado e carroça de tração animal; estão inseridos num ritmo de tempo intermediário, em que são conjugados tempos mais rápidos das produções e técnicas voltadas para o mercado, com tempos mais lentos das produções e técnicas voltadas para o consumo familiar. Ainda há outros agricultores que estão em um tempo mais lento, são os que produzem uma única produção voltada para o mercado e que, às vezes, é incipiente e irregular, pouco mecanizada, utilizada para complementar a renda e para poder comprar produtos básicos para o consumo; para estes a produção para o consumo é fundamental para a economia da família. Esses ritmos mais lentos às vezes são negligenciados, ou seja, busca-se entender os avanços na aceleração do tempo, porém, nos ritmos mais lentos estão a base, a continuidade e a constituição de ritmos mais rápidos.

Ao realizar as classificações, pode-se negligenciar algumas particularidades, porém, os três grupos foram assim classificados considerando as principais produções, para demonstrar didaticamente os diferentes ritmos de tempo. Logicamente, quanto mais se aprofunda o nível de detalhamento, mais adequadas serão as classificações, devido à heterogeneidade das relações presentes no espaço rural. Mas isso não significa que existe homogeneidade nos grupos. Então, a classificação em três grupos, a partir da análise das temporalidades que são influenciadas pelo seu grau de mecanização e integração ao mercado, foi um recurso utilizado para demonstrar que, mesmo num município pequeno, existe uma diversidade de temporalidades. Quando se “entra” nestes grupos, percebe-se que existem diferentes ritmos de

tempo, evidenciados através de uma análise mais individualizada dos estabelecimentos e das famílias.

Tabela 1 – Quantidade e percentual de agricultores estudados por comunidade.

Comunidades	Número de estabelecimentos	Quantidade de entrevistados	%
KM 15	41	20	48,7%
KM 18	24	13	54,1%
Linha Gruta	40	23	57,5%
Linha Pocinho	33	20	60%
São Mateus	13	09	69,2%
São Luiz	17	14	82%
Linha Itaíba	27	16	59,2%
Linha Manduri	44	17	38,6%
Santo Antônio	50	31	62%
Anjo da Guarda	25	15	60%
São Jorge	18	09	50%
São Francisco	38	16	42,1%
Total	370	203	54,8%

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

A classificação foi realizada por comunidades, já que, o espaço rural do município estudado é dividido dessa forma. Esse agrupamento por comunidade, considerando a integração ao mercado e mecanização, é possível devido ao processo histórico de sua formação. Elas possuem semelhanças internas em relação ao relevo e às condições econômicas dos estabelecimentos que influenciam no tipo de produção, na mecanização e no tamanho dos estabelecimentos; outra semelhança é a origem dos agricultores, que permite uma relação de proximidade e de troca.

Também são utilizadas as impressões observadas nas estruturas dos estabelecimentos, nas produções e na rotina de trabalho dos agricultores. Tais impressões obtidas no campo foram importantes para as análises que são comprovadas com depoimentos e dados. O roteiro é composto de questões quantitativas e qualitativas. Nos depoimentos e na apresentação dos dados, os agricultores estão enumerados individualmente ou por grupo.

As principais produções agropecuárias analisadas foram: a produção de fumo, de aves (sistema de integração), a produção de grãos (principalmente soja e milho), a produção de leite, e a produção de alimentos para o consumo familiar. A produção de fumo é predominante entre agricultores que estão inseridos no tempo intermediário, que conjugam os tempos rápidos das produções comerciais com os tempos mais lentos da produção para o

consumo familiar. A produção de aves está presente no grupo dos agricultores mais mecanizados e com média mecanização. A produção de grãos está presente em todos os grupos, o que muda é a quantidade produzida e o destino da produção. No grupo dos mais mecanizados a produção da soja é uma das principais atividades destinada à comercialização; no grupo com média mecanização, ela complementa a renda e, no grupo menos mecanizado, ela é pouco significativa ou é realizada através do arrendamento da terra. O milho, no grupo dos mais mecanizados, é utilizado para a comercialização e para a produção de silagem. No grupo dos agricultores com média mecanização, ele é utilizado predominantemente para a transformação em silagem. E, no grupo dos menos mecanizados, ele é utilizado para transformação em silagem, para a comercialização e para o consumo dos animais. A produção de leite é realizada nos três grupos de agricultores. Entre os mais mecanizados, a produção é muito mecanizada; entre o grupo dos com média mecanização, o leite é uma importante fonte de renda mensal, que permite maior estabilidade da família. Entre os agricultores menos mecanizados, é a principal fonte de renda.

Desde o Capítulo 1, são apresentados depoimentos, e, a partir do Capítulo 2, dados da pesquisa de campo de todos os entrevistados, sem fazer distinções entre os grupos, contextualizados com dados secundários. A partir do Capítulo 3, são realizadas as comparações entre os grupos para demonstrar os diferentes ritmos de tempo, mas também há análises dos dados e depoimentos de todos os entrevistados e dados secundários coletados e tabulados.

Para isso os capítulos que seguem estão divididos da seguinte maneira: no Capítulo 1, há a relação espaço-tempo: para demonstrar o que se entende por território, territorialidades e temporalidades, realizando algumas aproximações entre as temporalidades que ocorrem no espaço rural do município de Marmeleiro. Nas temporalidades existem elementos do passado conjugados com aspectos contemporâneos, existe um processo de reinvenção dos elementos, que se vão modificando, mas algumas *variáveis* permanecem (SAQUET, 2006; LATOUR, 1994; SANTOS, 1997; RAFESTIN, 1993).

A explicação será breve porque optou-se por utilizar a noção de agricultura familiar com elementos camponeses, devido ao processo de continuidade e rupturas, em que os agentes da *modernização* estabeleceram um patamar de produção agropecuário que, se não apagou completamente as relações de produções já existentes, desorganizou as produções. Os agricultores familiares pesquisados para sua sobrevivência, precisaram manter alguns elementos que não são considerados modernos (OLIVEIRA, 1991; TAVARES DOS SANTOS, 1978; LAMARCHE, 1998).

No Capítulo 2, apresenta-se, de forma breve, o processo histórico da *modernização da agricultura* no Brasil, pois esse processo desigual modificou a base técnica da agricultura e resultou na diversidade que está presente no espaço rural. Esse processo foi seletivo, não beneficiou todos os agricultores, regiões e produções, conforme demonstram Silva e Kageyama (1988), Muller (1989) e Gonçalves Neto (1997). Para contextualização serão descritos os seus efeitos no Sudoeste do Paraná¹ e no município de Marmeleiro, mostram-se dados da estrutura fundiária, da quantidade de máquinas, tanto das consideradas modernas como das consideradas rústicas, as variações na utilização do solo. Para isso serão utilizados dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia, IBGE e dados da pesquisa de campo, além de apresentar a importância das políticas públicas para as produções estudadas, destacando as principais linhas de crédito e agências de crédito fomentadoras, com destaque para a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL), constituída com o objetivo de fomentar linhas de créditos que atendessem as necessidades dos agricultores familiares, porém acabou desvirtuando-se dos seus princípios e, atualmente realiza o papel de uma agência de crédito com linhas semelhantes, tendo como diferença alguns tramites burocráticos a menos para o acesso às políticas públicas. Por isso, a utilização da expressão “solidária” não se aplica na realidade.

No Capítulo 3, analisam-se as diferenças entre os três grupos classificados, apresentando os dados da pesquisa de campo, apontando em quais comunidades tem determinada produção, a produtividade, o nível de mecanização e o acesso aos financiamentos.

No Capítulo 4, serão apresentadas as mudanças nas temporalidades dos agricultores provocadas pelas produções apresentadas anteriormente, demonstrando toda a diversidade presente no espaço rural como: o tempo passa a ser mais ajustado em produções direcionadas para o mercado e o trabalho é mais penoso nas atividades menos mecanizadas. Como as mudanças nas temporalidades, modificaram-se as relações de sociabilidade dos agricultores, diminuindo o tempo para o lazer, as relações de vizinhança, desenvolvendo outras necessidades, e conseqüentemente, – porque o espaço rural não possui todos esses elementos – intensificando as relações com o espaço urbano. Para isso são utilizados depoimentos,

¹ Convém observar que, como se utiliza de dados do IBGE, adotou-se a classificação da região Sudoeste do Paraná do IBGE, composta de 37 municípios. É importante salientar isso porque outra classificação utilizada é da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), nesta a região é composta por 42 municípios. Conforme os dados do IBGE, o Sudoeste paranaense tem uma extensão de 17.438.214 km² de área, o que representa 8,43% do Paraná.

demonstrando diferentes percepções dos agricultores em relação ao ritmo de tempo. No Capítulo 5, será apresentado como ocorre a relação urbano-rural no município de Marmeleiro. Analisando a pluriatividade, o êxodo rural, a intensificação das relações com o urbano através das relações de produção bem como a falta de políticas públicas que não sejam só para a produção agropecuária. Esta análise é importante porque os sujeitos urbanos e seus valores são fundamentais para as mudanças nos ritmos de vida dos agricultores.

Alguns elementos permeiam os capítulos e são fundamentais para a mudança no ritmo de vida dos agricultores, os principais são: a relação com o espaço urbano; e as produções agropecuárias; o aumento no consumo de produtos industrializados e as políticas públicas, principalmente o PRONAF e a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL), que faz parte do Sistema de Cooperativismo de Interação Solidária e é responsável pela intermediação de linhas de financiamentos como o PRONAF.

1 ESTUDO DA RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO PARA COMPREENDER AS TEMPORALIDADES

1.1 Alguns elementos da relação espaço-tempo

A produção agropecuária do município de Marmeleiro é afetada por elementos de ordem mundial. Esse processo ocorre devido aos agricultores estarem inseridos em diversas relações territoriais, fato possível pela sobreposição dos territórios, em que diversas territorialidades e temporalidades fundem-se. “[...] as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável” (SAQUET, 2007, p. 159).

A expansão do capital no espaço rural redefine as antigas formas de produção, interfere na cultura e modifica o ritmo de tempo. Na produção agropecuária, podem-se apontar dois movimentos de circulação que intensificam esse processo. Tais movimentos ocorrem praticamente em todas as atividades; as variações são em relação aos mecanismos utilizados pelos agentes do capital. No primeiro movimento, acontece a circulação de insumos agrícolas da indústria para a agricultura e o agricultor torna-se dependente dos produtos da indústria para a produção; no segundo movimento, ocorre a circulação dos produtos agrícolas para a indústria, e os agentes apropriam-se do excedente econômico gerado pelo trabalho do agricultor (OLIVEIRA, 1980). Dessa forma, ocorre a mecanização e a integração ao mercado da produção agrícola, porém esse processo não atinge só a produção agropecuária, mas todos os aspectos da vida dos agricultores.

Assim, o sistema é construído pelos atores e suas relações de poder, os quais produzem dinâmicas sociais que imprimem as características em cada território, determinando limitações e transposições dos limites políticos e administrativos através de ligações em redes. As redes da produção, circulação, troca e consumo permeiam o espaço agrário, somando-se com as formas de produção já existentes e criando estruturas necessárias para outras produções.

Essas redes de circulação, entretanto, não atuam de modo linear em todas as porções do território, as mudanças ocorrem em diferentes períodos e em diferentes níveis, o movimento dos acontecimentos que atribui novos elementos tanto qualitativos como quantitativos sobrepõe-se a uma realidade existente, também desigual, pois cada sociedade, cada grupo de agricultores, “[...] constitui o território a seu modo [...]” (SAQUET, 2011 p.

60). E, mesmo no interior de um grupo de agricultores como os do município de Marmeleiro, há diferentes modos de territorialização que geram diferentes ritmos de tempo, influenciados pelas mudanças quantitativas e qualitativas ocorridas. No caso dos agricultores estudados, as mudanças estão ligadas à *modernização* da agricultura que gera modificações e continuidades, resultando em diferentes ritmos de tempo, e são esses ritmos que aqui se propõe a estudar.

Para identificar essas mudanças no território, entende-se que uma análise das temporalidades permitirá entender melhor as conjugações das formas de produções, as relações de poder impostas pelos agentes do capital aos agricultores e as tentativas de organizações políticas destes.

Para identificar as temporalidades, é necessário entender a relação espaço-tempo. Para tanto, refletir-se-á sobre alguns conceitos de autores da geografia e também de outras ciências que possam auxiliar nesta pesquisa.

O debate em relação a espaço e tempo desenvolveu-se no contexto do embate entre o materialismo e o idealismo. No idealismo, o espaço e o tempo são “[...] formas subjetivas da percepção condicionadas pela natureza da consciência humana, ou como momentos do desenvolvimento da ideia absoluta” (FATALIEV *apud* OLIVEIRA, 1982, p. 129). No idealismo, não se reconhece a realidade objetiva do espaço e do tempo, considera-se que ambos não são indivisíveis, negando “[...] a realidade objetiva da matéria movendo-se no espaço e no tempo” (OLIVEIRA, 1982, p. 72).

“A concepção materialista dialética de espaço e tempo supõe [...] a concepção também materialista dialética da matéria e do movimento” (OLIVEIRA, 1982, p. 90), considerando-se que o que existe no mundo é resultado da matéria em movimento. Desse modo, na abordagem materialista dialética, a essência do espaço e do tempo é compreendida como a matéria em movimento que vai transformando-se e, ao mesmo tempo, vai mantendo particularidades que são a base para novos estágios.

A contradição da matéria em movimento, como ser da realidade objetiva se caracteriza pela contradição geral que lhe é inerente, qual seja, a matéria é sempre mutável em seus estados, porém sempre se conserva neles; os estados da matéria são mutantes e transitórios, porém, enquanto existem, permanecem e se conservam (OLIVEIRA, 1982, p. 92).

Então, a matéria é transformada e os fenômenos coexistem no espaço e mantêm-se através da existência de algumas leis gerais. “Desta forma, acontece o movimento da matéria no tempo e no espaço, unindo os instantes de mutação e estabilidade” (OLIVEIRA, 1982, p. 93).

Não só a matéria, mas os fenômenos sociais transformam-se, tais como as políticas econômicas que vão modificando-se com o passar do tempo, assim como os minerais destroem-se constantemente e outras formas de vida nascem e se desenvolvem, morrem, criam resistências etc. Na produção agropecuária, o desenvolvimento tecnológico modifica a forma de produzir, tanto os aspectos técnicos como os sociais, porém, alguns elementos permanecem no estado em que estão, ou vão sendo reorganizados, melhorados, ganham novas funções. As transformações vão ocorrendo, alguns elementos essenciais mantêm-se, ganhando outras funções, sem que sejam completamente superados. As transformações acontecem de forma desigual, as mudanças do tempo e espaço não ocorrem de modo homogêneo e linear.

Para entendimento de que o movimento do tempo é desigual e as transformações no espaço não são homogêneas, a Teoria da Relatividade Restrita (TRR), elaborada por Einstein, tornou-se fundamental porque ela “[...] rompe com a perspectiva de tempo global da física newtoniana, segundo a qual tudo no universo se moveria juntamente e ao mesmo tempo” (RAY, 1993, p. 42).

Antes da elaboração da teoria da relatividade, pensava-se que o tempo fluía regularmente no espaço que era homogêneo. Com a teoria da relatividade demonstrou-se “[...] que o tempo flui irregularmente e muda seu „ritmo“, enquanto o espaço é heterogêneo e possui uma determinada estrutura, a „curvatura“ [...]” (OLIVEIRA, 1982, p. 99). Existe uma relação dialética entre ambos. “A teoria da relatividade veio demonstrar de forma clara e objetiva a unidade, a diversidade e a interdependência do espaço e do tempo” (OLIVEIRA, 1982, p. 107). Estão unidos ao movimento que transforma tanto a matéria como os processos sociais e naturais.

O desenvolvimento da TRR influenciou a discussão da relação dialética entre espaço e tempo em diferentes ciências e de diferentes formas.

O cotejo das diferentes ideias, especialmente aquelas derivadas dos estudos mais avançados, realizadas a partir das observações do universo feitas pelos físicos, sem dúvida vai condicionando a ideia de espaço e tempo e vai influenciando, mesmo que de maneira não palpável, os seus enfoques e as diferentes determinações que podem afetar diretamente a sua concepção (SPOSITO, 2004, p. 100).

Compreende-se que os aspectos de maior relevância concernentes a esses estudos se referem ao entendimento de que o processo de transformação da matéria ocorre tanto na natureza orgânica como na inorgânica, e que os processos modificam-se e, ao mesmo tempo, mantêm alguns elementos.

Uma das formas mais nítidas de se observar as mudanças e permanências, é por meio do aumento da velocidade na circulação das informações, que agora acontece em tempo real. Conforme Raffestin (1993), o controle do território é maior conforme a quantidade de energia de um ator para fazer circular a informação. Para o controle do território ou do espaço é necessário a circulação em tempo real no espaço, tanto da informação como da matéria, das mercadorias, mas isso ainda não é possível. Ray (1993), não tem dúvidas de que o homem conseguirá manipular o tempo devido aos avanços tecnológicos já conseguidos. Entende-se a manipulação do tempo no sentido de controlar o seu uso, impondo-se, por parte dos atores hegemônicos, tempos cada vez mais rápidos.

As categorias tempo e espaço (ou espaço e tempo, a ordem não interessa nesse caso) condicionam a compreensão da realidade, sobretudo no momento atual, quando o avanço científico que permite grande velocidade na circulação das comunicações deflagra novos paradigmas para a compreensão das escalas que afetam o espaço e o tempo e, conseqüentemente, a vida cotidiana das pessoas nos mais distantes territórios do planeta (SPOSITO, 2004, p. 100).

“Tempo e „espaço” possibilitam uma orientação com referência às posições ou aos intervalos entre essas posições, ocupadas pelos acontecimentos, seja qual for sua natureza” (ELIAS, 1998, p. 80). A separação de ambos os conceitos é realizada para tentar diferenciar dois tipos de relações simplesmente posicionais. O tempo pode ser medido por instrumentos que aparentam uma mudança de posição, como os relógios, calendários e o próprio sol. E as relações que se deixam definir por instrumentos que estabelecem padrões de medidas imóveis, como réguas, marcos, etc., nesse caso para medir o espaço.

São essas diferenças de cunho prático que, em primeira instância, encontram-se na origem da distinção conceitual entre relações de posição „no tempo”, por um lado, e „no espaço”, por outro. As relações posicionais em si são totalmente inseparáveis umas das outras (ELIAS, 1998, p. 80).

Assim “[...] toda mudança no „espaço” é uma mudança no „tempo” e toda mudança no „tempo”, é uma mudança no „espaço” (ELIAS, 1998 p. 81), modificando a sua função em cada momento histórico.

Para Santos (1997) “Por *tempo*, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. Por *espaço* vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. E por *mundo* entendemos a soma, que é também síntese, de eventos e lugares (Idem, p. 41). Para que tempo e espaço sejam conversíveis “[...] o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições” (SANTOS, 1997, p. 42).

Um procedimento utilizado para analisar as modificações no tempo e no espaço são as periodizações. A realização de periodizações mais curtas ou mais longas é uma tentativa de entender dialeticamente a relação espaço e tempo, porém “[...] assim o problema não se resolve, porque as periodizações nos dão, sem dúvida, um tempo, mas apenas um *tempo externo* a cada subespaço, faltando resolver a questão do seu *tempo interno*” (SANTOS, 1997 p. 52). Por isso, é preciso levar em consideração os tempos rápidos e lentos.

Nessa perspectiva, procura-se entender a relação espaço – tempo a partir da unidade do tempo social com o natural, mediado pelo trabalho do homem, que envolve técnicas e tecnologias, provocando modificações e continuidades no território e no ritmo do tempo dos acontecimentos.

1.2 Espaço-tempo e constituição do território, das temporalidades e das territorialidades

É fundamental o estudo da relação espaço-tempo para entender nesta pesquisa, como se constitui o território, além das temporalidades e as territorialidades que estão presentes nele.

No que se refere ao caráter social do território, é extremamente relevante identificar, demonstrar e explicar as mudanças e permanências, as desigualdades (ritmos), as diferenças, o processo histórico, enfim, aspectos das tramas efetivadas na forma de tempos e territórios, temporalidades e territorialidades, numa perspectiva de compreensão espaço-temporal-territorial (SAQUET, 2011, p. 91).

Para facilitar a compreensão, pode-se dividir as temporalidades e as territorialidades, porém ambas ocorrem ao mesmo tempo, ou seja, são multidimensionais, econômicas, políticas e culturais (SAQUET, 2011). Todas as relações diárias das pessoas no território correspondem às territorialidades; são intencionalidades, conflitos, interações e práticas. As relações são intencionais e permeadas pelo poder, conforme os objetivos e as necessidades de cada sujeito, tanto no espaço rural quanto no urbano.

Didaticamente compreende-se o território como a consequência do processo de territorialização:

Ele constitui um lugar de vida. Este processo é condicionado e gera as territorialidades, que são todas as relações diárias que efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na família, na igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc. Estas relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico (SAQUET, 2006, p.62).

Para Raffestin (1993), o território é constituído através das relações de poder dos atores. Para analisar o processo de (re)territorialização que modifica os ritmos do tempo é necessário identificar as relações de poder. O território é permeado pelas relações sociais e sua reprodução é resultado das territorialidades diárias dos sujeitos que estão estabelecendo suas relações. Do embate das relações de poder surgem as diferentes temporalidades, diferentes ritmos de tempo.

Buscando identificar as diferentes relações de poder, Raffestin (1993) distingue duas formas de poder: o *Poder* (com letra maiúscula) é o poder mais institucional, mais visível, por exemplo, do Estado; e o *poder* (com letra minúscula), que está presente na *curva de cada relação*, é mais difícil de ser identificado, por exemplo, as relações existentes nas famílias. O poder é um elemento fundamental na análise dos ritmos de tempo, pois quem detém mais poder de compra consegue imprimir o ritmo de tempo que lhe é favorável, enquanto o lado mais frágil na disputa de poder acaba tendo o seu ritmo de tempo modificado. Na produção agropecuária, essa relação pode ser percebida na relação entre os agricultores e as agroindústrias. Estas estabelecem uma relação desigual com os agricultores, porém, também não estão livres da pressão pelo aumento do ritmo de tempo, pressão exercida pelas concorrentes, pela busca constante do lucro, enfim, pela lógica capitalista de reprodução ampliada do capital.

E nesse campo relacional de poder, também existem as ações de poder do Estado. Este exerce uma dominação mais visível institucionalmente/legalmente, mesmo assim é difícil identificar os objetivos e/ou quais os motivos das ações, até porque as relações de poder do Estado permeiam de modo reticular as outras relações, não estando visível e não aparentando uma ligação direta com ele. Assim, torna-se difícil a identificação do poder do Estado por parte de quem está envolvido.

A verdade do poder escapa frequentemente às massas populares, não porque o Estado a esconda, mascare expressamente; sim, porque, por razões infinitamente mais complexas, as massas não conseguem compreender o discurso do Estado às classes dominantes (POULANTZAS, 1981, p. 39).

Numa escala mais ampla e geral, para POULANTZAS (1981), o poder é definido como:

Por poder se deve entender a capacidade, aplicada às classes sociais, de uma, ou de determinadas classes sociais, em conquistar seus interesses específicos. O poder referido às classes sociais é um conceito que designa o campo de sua luta, o das *relações de forças* e das *relações* de uma classe com outra: os interesses de classe designam o horizonte de ação de cada

classe em relação às outras. A capacidade de uma classe em realizar seus interesses está em oposição à capacidade (e interesses) de outras classes: *o campo do poder é portanto estritamente relacional*” (POULANTZAS, 1981, p. 158).

O poder de cada classe, inicialmente, é a sua posição objetiva nas relações econômicas, políticas e ideológicas; “[...] as relações desiguais de dominação/subordinação das classes [...]” (POULANTZAS, 1981, p.158) são estabelecidas através das relações da divisão social do trabalho. Na posição de cada classe, o seu poder é delimitado pela posição de outra classe. O Estado “[...] É um *lugar* e um *centro* de exercício de poder, mas que não possui poder próprio [...]” (POULANTZAS, 1981, p.158). O poder do Estado é exercido sob a influência das classes dominantes, ele é o lugar estratégico de organização da classe dominante, para estabelecer suas relações com as classes dominadas. Essa disputa reflete-se em outras relações de poder que não estão diretamente ligadas ao âmbito político partidário. A influência da classe dominante sobre o Estado pode ser representada no processo de *modernização* da agricultura, que foi seletiva em relação aos estratos de agricultores, as produções e as regiões, atendendo aos interesses dos grandes proprietários de terra e das agroindústrias. Assim, o poder do Estado que atinge os agricultores e o restante da população é um poder direcionado para o privilégio de uma classe, e não por uma entidade autônoma que atende as necessidades de cada classe de um modo igualitário.

As diferentes relações de poder, tanto as institucionais (P) como as relações de poder informais (p), na realidade vivida, estão sobrepostas. O Estado disponibiliza as políticas públicas, estabelecendo critérios para o acesso a elas, caracterizando um poder formal; o agricultor familiar que acessa a linha de crédito define a sua utilização no seu estabelecimento, dentro de uma lógica familiar, na maioria dos casos, conforme se apresentará, porque a realidade estudada é baseada no patriarcado, quem define o destino do investimento é o pai, caracterizando uma relação de poder. Quando os filhos começam a ter posicionamentos mais contundentes, isso gera conflitos, então, são relações de “poder” e de “Poder” presentes no mesmo processo.

Uma política pública irradia relações de poder para toda a organização da produção familiar. De modo geral, o agricultor não realiza uma análise se o crédito vai desorganizar a lógica familiar, vai torná-lo dependente, ou qual o objetivo do Estado com a disponibilização dos financiamentos. Ele recorre ao crédito porque é o que vai auxiliá-lo na busca de uma renda melhor na próxima safra. E essas situações se repetem em outras relações. Os contratos de integração na produção agropecuária revelam uma relação de poder formalizada, mas

existe a relação pessoal com o técnico da empresa que vai até o estabelecimento, a presença dele modifica o comportamento dos agricultores, pois eles deixam realizar o trabalho através do seu saber fazer para seguir as normas da empresa, modificando as suas temporalidades e territorialidades.

O conhecimento para controlar o tempo também revela relação de poder. O ritmo de tempo aumenta conforme vai acumulando-se conhecimento e, através do conhecimento, desenvolvem-se meios que otimizam o trabalho e a produção, ou seja, diminui o tempo dos processos. A maior capacidade de síntese do conhecimento alcançado através da capacidade de análise da relação espaço-tempo possibilitou maior propriedade sobre o real, diminuindo o seu conteúdo imaginário. Os que possuem maior capacidade de síntese, passam a desenvolver meios que controlam parcialmente a natureza e, conseqüentemente, outros homens, estabelecendo através das relações de poder novos ritmos de tempo. A ligação entre o domínio da natureza e de técnicas está intimamente ligada com a forma de utilização do tempo (ELIAS, 1998).

Na abordagem territorial, para que se possa entender as disputas que acontecem no território, é preciso entender as diferentes formas de poder, e superar o conceito de território somente como espaço de governança. Quando se analisam os aspectos do modo de governança, é preciso entender os seus reais objetivos, porque a não utilização desta visão é uma “[...] forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados [...]” (FERNANDES, 2008, p. 200). O território, quando é compreendido pela sua “[...] diferencialidade, pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais” (FERNANDES, 2008, p. 200). E a partir desta análise pode-se compreender as temporalidades e territorialidades.

Conforme Saquet (2011), territorialidade são as relações constituídas no cotidiano, entre os homens e também com a natureza inorgânica, estabelecidas diariamente para sua sobrevivência biológica e social. Elas são momentâneas, mas também processuais, pois são a base dos processos gerais das escalas maiores. Alguns indivíduos das grandes cidades, por exemplo, estão inseridos em redes complexas, velozes e internacionais. Outras pessoas, nas mesmas cidades, têm um ritmo cotidiano cadenciado, vinculado diretamente às suas condições de vida.

A territorialidade significa as relações diárias, momentâneas e processuais, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente. A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no

espaço de trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, da rua, do bairro, resultado e determinante do processo de produção de cada território no movimento mais amplo de TDR (SAQUET, 2011, p. 87).

As temporalidades são o resultado da relação dos tempos históricos e coexistentes, que fazem com que todo fenômeno, processo, técnica, saber fazer, até o ato mais pontual, seja a conjugação de elementos de todos os tempos, surgindo as temporalidades que são a unidade do passado, do presente e do futuro. Os diferentes níveis de evolução fazem com que as temporalidades resultem em ritmos de tempo diferentes. “As temporalidades também significam processualidades históricas que se encontram no presente” (MARQUES, 2008, p.45). A temporalidade é a compreensão da relação entre passado, presente e futuro, ou seja, a síntese do tempo. Ela também é uma processualidade que constitui o presente: “[...] vivemos temporalidades passadas, presentes/coexistentes e futuras” (SAQUET, 2011, p. 79-80).

Para Marques (2008), se a unidade do presente, passado e futuro não existirem na consciência do ser humano não há temporalidade, apenas a consciência do tempo *em si*. A temporalidade só tem sentido na experiência vivida, mediada pelo ser humano.

E o acontecer de toda atividade cotidiana possui as temporalidades, ou seja, a conjugação do passado com o presente e a projeção do futuro, com ritmos de tempo diferentes. A temporalidade “[...] significa ritmos lentos e mais rápidos, desigualdades econômicas, diferentes objetivações cotidianas e, ao mesmo tempo, distintas percepções dos processos e fenômenos, ou seja, leituras que fazemos dos ritmos da natureza e da sociedade” (SAQUET, 2011, p. 79).

Para entender as temporalidades e territorialidades, a relação espaço-tempo é considerada nos estudos geográficos de diferentes modos, às vezes, “[...] destacam-se os processos históricos, ora os relacionais, no entanto, trata-se, sempre, de traços dos tempos históricos e dos coexistentes através das relações sociais” (SAQUET, 2006, p. 74); assim, às vezes, evidenciam-se os períodos ou as relações sociais.

Nesta pesquisa procura-se entender o tempo histórico de forma relacional com o tempo das coexistências, identificando os diferentes ritmos. “Isso ocorre de maneira processual e relacional, gerando sempre *novos* significados ao território, ao lugar, à paisagem e ao espaço, a partir das diferenças, das desigualdades e das identidades estabelecidas em cada relação espaço-tempo” (SAQUET, 2011 p. 74).

O tempo das coexistências corresponde “[...] às simultaneidades no espaço, isto é, aos fenômenos e processos que ocorrem ao mesmo tempo, no mesmo lugar ou entre lugares diferentes, apreendidos somente por meio de uma abordagem relacional” (SAQUET, 2011, p.

57). Já o tempo histórico compreende-se como fluxo “[...] contínuo, no qual a definição de períodos, *começos* e *fins* é relativa e aproximada; o tempo é duração e movimento; descontínuo, com saltos e superações. A unidade desses tempos está na relação espaço-tempo” (SAQUET, 2011, p. 57). A importância da análise do movimento histórico dá-se porque “[...] o ser humano certamente faz sua própria história, mas não a faz sob condições de sua própria escolha, mas sim sob condições dadas e transmitidas pelo passado” (SMITH, 1988, p. 98).

O tempo das coexistências e o tempo histórico complementam-se, para fins de análise em pesquisas desta natureza, pois, através do tempo histórico identifica-se o processo, o período, e com o tempo das coexistências, identifica-se o resultado desse processo histórico, ou seja, a conjugação das mudanças mais rápidas e lentas em determinado território.

Esta é uma divisão importante para fins didáticos, para se entender que coexistem elementos contemporâneos e elementos que fluíram de outros períodos históricos e coexistem. Desse modo, dependendo de como esse tempo flui e quais as *variáveis* que permaneceram nas estruturas dos espaços, determinam-se os ritmos do tempo.

Para se entender a diversidade, é necessário desmembrar os diferentes ritmos de tempo que se diferenciam; o tempo revela-se em diferentes velocidades dependendo do lugar, o que resulta no desenvolvimento desigual entre os lugares. O tempo lento só existe em relação com o tempo rápido, quando se considera o seu uso diferenciado em cada lugar pelos homens (SANTOS, 1997).

A capacidade de identificação da heterogeneidade do movimento do tempo varia conforme o ambiente; o conhecimento e o acesso às informações que cada sujeito ou grupo social possui. Um pesquisador, através de leituras e de pesquisas empíricas consegue uma síntese do tempo, analisando as modificações e continuidades. Os agricultores deste estudo percebem as mudanças históricas e o ritmo de tempo pela sua experiência vivida e pelo conhecimento repassado de geração em geração, geralmente uma identificação mais local e parcial. Um agricultor mais mecanizado tem acesso a mais informações. Se este agricultor conseguiu inserir-se na *modernização* desde o início, pode ser que ele sempre tenha estado num tempo considerado rápido. Já um produtor menos mecanizado vivenciou os tempos mais lentos. Assim, dependendo das experiências, do conhecimento adquirido/repassado, do acesso à informação, do poder econômico, o sujeito tem um poder de síntese de comparação entre as mudanças e continuidades e, conseqüentemente, diferentes percepções das mudanças dos ritmos de tempo.

Portanto, a “(des) sincronização” do tempo para entender os seus diferentes ritmos é realizada para entender as desigualdades, as hierarquias. Quanto maior a capacidade de síntese, e os elementos que podem ajudar nesse processo, menos recortes é preciso fazer, analisando e compreendendo mais os elementos do (s) processo (s) de um modo mais amplo. Quanto menor for a capacidade de síntese e de entender o tempo como uma *espiral*, mais recortes é preciso fazer para se entender os processos.

Os instrumentos de medidas são importantes, todavia, o essencial é entender que existe uma diversidade de tempos e como eles se combinam. Os acontecimentos não ocorrem de forma isolada, eles se sobrepõem. A ordem cronológica foi criada pelos homens para entender e explicar a sucessão dos eventos e é subordinada ao desenvolvimento dos eventos. Em algum caso específico aos interesses dos homens pode haver intervenções, um determinado evento, ou “descoberta” tem a possibilidade de causar um reflexo melhor se for lançada em determinada data, período etc. Deve-se perceber que os eventos precisam de um tempo para o seu desenvolvimento, tempo que depende da capacidade das pessoas e dos meios disponíveis.

A heterogeneidade de tempos intensificados pelo capitalismo significa que existe um tempo mais geral formado por diferentes *ritmos* de tempo que, apesar do capitalismo acelerá-los, na maioria dos espaços, eles não são homogêneos, porque também é de interesse do capitalismo manter essa desigualdade. Então, “[...] de um lado, o espaço geográfico é produzido em escala mundial como espaço livre e, por outro, há diferenciação interna do espaço geográfico em espaços absolutos distintos, em diferentes escalas” (SMITH, 1988, p.169).

Para Smith (1988), o capital gera a diferenciação de espaços e tempos devido ao desenvolvimento da sua capacidade produtiva, afastando cada vez mais a lógica entre a localização dos centros produtivos e as condições naturais. A matéria-prima passa a ser um produto industrial e o seu local de produção é determinado pela localização das forças produtivas.

Então, esse *turbilhão* do tempo, *o velho no novo e o novo no velho* estão presentes, a todo instante, em equipamentos, técnicas, métodos, ofícios, profissões, nas relações sociais, econômicas, culturais. Adquirem-se hábitos em dias e são conjugados com hábitos milenares; às vezes, não é possível dissociá-los, nem mesmo para fins didáticos. Ainda, segundo Braudel (1992), “[...] Cada „atualidade“ reúne movimentos de origem, de ritmos diferentes: o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora” (p. 54). Cada grupo, cada indivíduo produz o território de modo particular, conforme o tempo em que ele está inserido.

Vive-se uma atualidade com elementos de diferentes tempos, porém esses elementos não estão acessíveis a todos.

O avanço das tecnologias e das relações sociais segue seu curso conforme as possibilidades, os interesses e as relações de poder que os homens estabelecem, não beneficiando todos e, geralmente, cada vez mais aumentando a sua velocidade, e priorizando uma parte da sociedade e alguns elementos, gerando outros problemas pela seletividade. O tempo demonstra que projetos mal elaborados ou problemas mal resolvidos resultam noutros problemas não resolvidos, sem se perder os avanços conseguidos anteriormente. “Um horário que integre adequadamente o nictêmero é indispensável ao funcionamento de sociedades em que a produtividade vai crescendo e nas quais a ampliação do lazer não é adquirida ao preço do trabalho estafante e da miséria de outros homens” (ELIAS, 1998, p. 157). A aceleração do tempo, a necessidade de, cada vez mais, aumentar a produtividade na jornada de trabalho faz com que o período de trabalho e descanso (24 horas) “passe” cada vez mais rápido, gerando problemas com soluções somente paliativas, como a diminuição das relações de sociabilidade e de lazer, problemas de saúde etc., problemas que, para serem resolvidos, precisam ser analisados de outro ângulo. Como será apresentado, os agricultores estão cada vez mais tendo o seu tempo controlado para o aumento da produção, porém, os aspectos relacionados à qualidade de vida possuem poucos incentivos tanto informacionais como financeiros. Primeiro, investe-se no aumento da produtividade, na racionalidade, depois nos elementos relacionados ao caráter social, ainda assim, de forma incipiente.

No município de Marmeleiro, onde a *modernização* é parcial, os agricultores não possuem todos os recursos, nem todas as condições para utilizar sementes precoces que produzam antes de uma geada ou estiagem prevista. Ou, equipamentos que permitam acelerar a colheita num período muito chuvoso que possa danificar a produção. Como os dados demonstrarão, a maioria dos agricultores não têm colheitadeira e precisam contratar esse serviço, e as sementes precoces encareceram muito o custo da produção. Ou mesmo, para antecipar a produção de alguma atividade que demande mão de obra, os agricultores não podem contratar trabalhadores suficientes porque isso diminuiria significativamente a sua renda. Mesmo com os meios de informação sobre a conjuntura da produção agrícola, as previsões das variáveis não são seguras, porque além dos fatores naturais, a agricultura tem sua dinâmica ligada a fatores econômicos de ordem mundial que afetam de forma diferenciada cada território, gerando uma diversidade de tempos.

Isso ocorre porque no espaço rural, na agricultura, algumas famílias dispõem de maior mecanização do que outras, produzem maior quantidade de mercadorias e estão mais inseridas

no mercado, portanto, têm um ritmo acelerado de trabalho e de vida; utilizam os bancos, viajam mais seguidamente, participam de sindicatos etc., enquanto outros agricultores ainda utilizam o arado e a carroça (*carro de bois*), equipamentos simples de trabalho (como enxadas, matracas), produzem pequenas quantidades de mercadorias (como o fumo), viajam pouco e, quando se deslocam, dirigem-se às cidades mais próximas em busca de assistência médica, para comprar alimentos, equipamentos, produtos para a produção agropecuária etc. Eles têm um ritmo de vida mais lento, diretamente vinculado à produção familiar.

Dentro dessa perspectiva, entende-se que os agricultores ora estudados resultam de um processo histórico, onde não ocorrem rupturas completas. Alguns elementos continuam, outros sofrem modificações. E devido à diversidade de relações, não se pode encaixá-los em modelos fechados, porém, alguns elementos são comuns e permanecem nas relações dos agricultores como o trabalho familiar, a produção para o consumo, a dependência em relação ao tempo, a relação diferenciada com a natureza, o tempo e as temporalidades de todos vêm sendo modificados, o que varia é o modo como os agricultores se relacionam com esses elementos. Algumas famílias, com o êxodo rural dos filhos e com a compra de equipamentos, organizaram o trabalho de forma diferente, passaram a produzir outras produções. Enquanto outras ainda mantêm produções justamente por terem uma quantidade significativa de mão de obra familiar.

Por isso são denominados de agricultores familiares com elementos camponeses; escolhida essa denominação justamente porque se entende que ela não é apenas uma “invenção” do governo, a partir de 1996, para direcionamento das políticas públicas, ela contém em si elementos de outros tempos. O Estado não criou esses agricultores “do nada”, já existiam grupos com práticas, saber fazer, cultura que fluíram de outros períodos e, como se demonstrará, essas características passaram por modificações, foram reorganizadas, mas ainda estão presentes e serviram como base para as novas dinâmicas territoriais. Todo processo, todo indivíduo “[...] por maior que seja sua contribuição criadora, constrói a partir de um patrimônio de saber já adquirido, o qual ele contribui para aumentar” (ELIAS, 1998, p. 10).

1.3 Mudanças e permanências na agricultura familiar com elementos camponeses

Na perspectiva de que alguns elementos vão passando pelo tempo e mantêm-se, reorganizam-se, busca-se entender os agricultores familiares com elementos camponeses. A permanência e reorganização desses elementos estão ligadas com o processo de *modernização*

da agricultura, alguns foram excluídos desse processo enquanto outros foram inseridos parcialmente.

Nesta pesquisa, estudam-se os agricultores familiares e os não familiares; porém, em Marmeleiro, 86,5% são considerados agricultores familiares (Censo Agropecuário, 2006), por isso esse posicionamento faz-se necessário. Em relação aos agricultores familiares entende-se que estes possuem elementos camponeses, ou seja, algumas práticas da agricultura camponesa permanecem. Por isso, também utilizam-se autores que empregam o conceito de campesinato para compreender melhor esses elementos.

Segundo Marafon (2006), o conceito de agricultura familiar foi importado da concepção norte-americana, ou seja, daquele que considera o pequeno produtor inovador, ousado, empreendedor. O campesinato, por sua vez, seria a produção familiar com uma capacidade própria que consegue resistir à transformação capitalista. Esta visão, importada da Europa, baseia-se em Chayanov. Entende-se que essa apropriação de conceitos não pode ser simplesmente enquadrada na realidade brasileira. A utilização precisa ser refletida e adaptada, pois cada realidade possui uma complexidade diferente e, portanto, singularidades. Na realidade brasileira, existe uma heterogeneidade também no espaço rural. A agricultura do Nordeste brasileiro tem um modo de organização diferente da agricultura do Sul, assim como a do Sudeste. Como se demonstrará nesta pesquisa, no município de Marmeleiro, por meio das três classificações estabelecidas, não há homogeneidade. Conforme-se aprofunda o nível de detalhamento pode-se realizar várias classificações e, assim mesmo, ocultar-se-iam algumas especificidades. Porém, alguns elementos são comuns à maioria, como o trabalho familiar, a comercialização de alguns produtos, a mecanização parcial, a produção de alguns produtos para o consumo familiar.

O que se quer exemplificar com isso é que os conceitos importados passam por hibridações, podem ganhar outro sentido. Não é possível enquadrar de forma “dura” uma realidade num conceito pré-determinado, estabelecendo um modelo fechado e padronizado. É preciso ter certa flexibilidade/sensibilidade para utilizar os elementos teóricos que podem ajudar a entender a realidade estudada. Optou-se, também por entender a agricultura familiar com elementos camponeses, porque agricultura familiar é a denominação formal, existindo uma lei para a sua formulação, utilizada nos censos do IBGE e para fins operacionais no enquadramento de um grupo nas políticas públicas, que são muito presentes nesta pesquisa, principalmente o PRONAF, que tem provocado modificações na agricultura do município de Marmeleiro.

A classificação mais formal é importante para a pesquisa, mas a análise da agricultura não se limita apenas a essa classificação. Como já afirmado, as classificações podem negligenciar particularidades. Existem diferentes variáveis que não são nelas consideradas. Em Marmeleiro, existem agricultores que possuem mais de 4 módulos fiscais e utilizam predominantemente mão de obra contratada, e não são os que a classificação do IBGE considera como agricultores familiares, porém possuem práticas tradicionais, ou recorrem a elas em momentos de dificuldade, não se inserindo numa lógica totalmente capitalista. Em momentos de dificuldade não contratam empregados, fazem um esforço e utilizam somente mão de obra da família. Classificar o que é mão de obra da família ou não, em alguns casos, torna-se relativo. Como no caso de um agricultor *modernizado*, encontrado na pesquisa de campo, que produz soja, não contrata empregados, porque os seus filhos, que possuem comércio na cidade, podem ajudá-lo no momento do plantio e da colheita da soja, que é quando ele necessita de ajuda, mas ele tem mais que quatro módulos fiscais. Então existe uma grande quantidade de variáveis que fogem as classificações fechadas. O que é possível realizar para fins burocráticos e didáticos são classificações gerais. Como a realizada pela FAO/INCRA (2000), em que são divididos os agricultores em: *consolidados, em transição e periféricos ou de subsistência*, classificação realizada com base na procura de assistência técnica, de crédito, poder de gerenciamento e o tamanho dos estabelecimentos.

Nessa denominação de agricultores familiares com elementos camponeses, concorda-se com Wanderley (1999) e Marafon (2006), que agricultura familiar é um conceito genérico, permeado por uma diversidade de particularidades que, dependendo do lugar e das condições dos agricultores, é caracterizado por um modo de produção e organização social. Assim, os agricultores familiares com elementos camponeses, que foram identificados nesta pesquisa, revelam que não há homogeneidade em Marmeleiro.

O que alguns autores criticam, segundo Candiottto (2011), como Fernandes e Leal (2002), é a utilização e a adoção do termo agricultura familiar com a intenção de incorporar estes agricultores a uma lógica empresarial, ou seja, à lógica do agronegócio. Entende-se que os agricultores familiares não são uma simples concepção do Estado, resultam de um processo histórico. As ações do governo são contraditórias, pois a maioria das linhas de crédito do PRONAF tem como objetivo inserir os agricultores em relações capitalistas através de produções voltadas para o mercado; para serem rentáveis, os agricultores precisam ser empreendedores, inserirem-se numa racionalidade, na profissionalização da produção. Ao mesmo tempo em que essas políticas interpelam os agricultores, existem outras ações e políticas que visam valorizar a cultura e os agricultores familiares são vistos como capazes de

desenvolver uma produção sustentável, porém tais ações precisam evoluir, pois ainda são incipientes, como as políticas com enfoque territorial. Então, o discurso da valorização e fortalecimento da agricultura familiar é controverso:

O Estado não produz um discurso unificado, e, sim, vários, encarnados diferentemente nos diversos aparelhos de acordo com a classe a que se destinam; discursos dirigidos às diversas classes. Ou então produz discurso segmentar e fragmentado segundo as diretrizes da estratégia do poder (POULANTZAS, 1981, p. 37).

Mesmo que quem esteja no poder tenha o controle dos setores e aparelhos do Estado e a intenção de direcionar esforços para os que mais precisam, no caso políticas públicas mais adequadas às necessidades dos agricultores, isso não quer dizer que ele possa colocar em prática, ou seja, que ele detenha o pivô central do poder, pois “A unidade centralizada do Estado não reside numa pirâmide na qual bastaria ocupar o cume para garantir seu controle” (POULANTZAS, 1981, p. 159). Existem disputas de poder, como a que ocorre na abordagem dualista dos “modelos” de agricultura no Brasil, dualidade que foi aprofundada com a criação do Ministério do Abastecimento Agrário (MDA), em 1998, para o apoio a agricultura familiar, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para apoio à agricultura patronal. Passando a impressão reafirmada pelo Estado e pela mídia, de oposição, entre duas agriculturas com velocidades diferentes: uma agricultura empresarial, inovadora, competitiva e provedora de divisas e outra produção familiar, de subsistência, atrasada, dependente de compensações sociais (SABOURIN, 2007). E, mesmo nos mandatos seguintes, quando um partido de oposição assume o governo, um partido identificado com a classe trabalhadora, essa dualidade é mantida. Essa situação estabeleceu-se pela influência do agronegócio sobre o Estado.

Então, o apoio à agricultura familiar pelo Estado ainda tem como foco principal a inserção dos agricultores na produção de *comodities*. Não é para recompensar a sua colocação à margem, em períodos anteriores, como se demonstrará mais a frente, ou para valorização da sua cultura ou aproveitamento do seu potencial para diferentes produções, o que está sendo aproveitado é o seu potencial para a produção de matéria-prima e alimentos como soja, milho, e aves, além de fumo.

As linhas de crédito, principalmente do PRONAF, tanto o crédito individual como coletivo, beneficiaram principalmente os agricultores familiares mais capitalizados e mais articulados com os bancos e cooperativas de crédito que fomentam o crédito, a maior parte no Sul do Brasil. Praticamente não foi investido no fortalecimento de “[...] estratégias de

autoconsumo, de venda direta ou para a implantação de mercados locais de proximidade ou ainda de circuitos curtos entre produtores e consumidores [...] essa segmentação arrisca dividir a unidade familiar e não fortalecê-la [...]” (SABOURIN, 2007, p. 723).

Em Marmeleiro, consoante será detalhado, entre os agricultores estudados, apesar da melhoria no acesso ao crédito, nem todos têm acesso, como os agricultores acampados e assentados. E os que conseguem acessar, as linhas de créditos são para produções convencionais, existem apenas tentativas, mal definidas e organizadas, sem orientações para políticas agrícolas que auxiliem produções alternativas ou que valorizem a cultura do agricultor, ou, ainda, que possibilitem melhores condições de vida no espaço rural. É preciso reconhecer que essas políticas contribuíram para aumentar a produtividade, porém não agem de forma estrutural.

Diante da seletividade de acesso aos créditos e da disponibilização de créditos incompatíveis com a realidade dos agricultores, os elementos que permanecem em relação à cultura e ao saber fazer são pelas necessidades e esforço dos agricultores. Elementos que constituem herança da agricultura camponesa.

Na obra *Colonos do vinho*, José Vicente Tavares dos Santos elenca elementos camponeses importantes, alguns dos quais identificados nesta pesquisa. Dependendo do nível de *modernização*, esses elementos aparecem de modo mais ou menos intenso. Segundo Tavares dos Santos (1978), no *interior da família acontece uma divisão técnica do trabalho*. Cada membro exerce um trabalho útil e concreto, dependendo do momento e da necessidade, resultando numa jornada de ações combinadas. Idosos são inseridos aos poucos e abandona-se a divisão sexual do trabalho, na época de trabalhos mais pesados. A mulher também realiza trabalhos pesados e os idosos realizam trabalhos mais leves. Nesta pesquisa visualiza-se que esta situação varia dependendo do nível de mecanização e de produção. Na produção do fumo, crianças e idosos trabalham porque ela é composta de etapas de trabalho consideradas leves. Nos estabelecimentos mecanizados, essa divisão tem menor importância e as mulheres não trabalham em atividades pesadas. Já em estabelecimentos onde as principais atividades são produção do fumo e do leite, as mulheres realizam os mesmos trabalhos que os homens.

Trabalho acessório realiza-se nos períodos em que diminui os trabalhos no estabelecimento rural com vistas a complementar a renda e geralmente são homens que o realizam. É efetivado em virtude da baixa renda e para que a mão de obra não fique ociosa. Nesta pesquisa verificou-se que as pessoas que realizam trabalho fora do estabelecimento têm um trabalho fixo devido à baixa renda rural, à mecanização e à busca, principalmente pelos jovens, de uma autonomia e interatividade maior, como será apresentado adiante.

A propriedade privada da terra aparece como fator importante para a autonomia do agricultor; é uma possibilidade para ele controlar o processo do trabalho e também uma herança para seus filhos, para que eles prossigam na atividade. No Sudoeste paranaense, mesorregião onde se localiza o município de Marmeleiro, os caboclos não possuíam uma relação de propriedade com a terra, utilizavam o sistema de rotação para o plantio; quando os migrantes gaúchos e catarinenses chegaram, eles venderam a terra por baixo valor, e os migrantes instituem a propriedade privada familiar da terra.

Outra característica dos camponeses identificada nos agricultores pesquisados, e apontada por Tavares dos Santos (1978), consiste no *trabalhado ser um meio para reproduzir a vida familiar*, o trabalho está na sua essência. O trabalho é para ele algo ligado à ética, trabalhar é bom costume, é algo exemplar. Ao mesmo tempo, a sua ligação com a terra e os meios de produção fazem com que ele trabalhe por prazer, ele tem gosto em realizá-lo. Nesta pesquisa percebe-se que algumas etapas, como a aplicação de agrotóxicos, são rejeitadas pelo agricultor. Todavia, de modo geral, o agricultor gosta de trabalhar, gosto construído historicamente pela necessidade de sobrevivência e pela não reflexão aprofundada da sua subordinação. Cada um trabalha num ritmo, dependendo dos meios técnicos de que dispõe.

Outro item é o *trabalho de ajuda mútua*. Nos agricultores estudados, ele diminuiu significativamente, mas ainda existe, e a sua importância e sua lógica variam dependendo do nível de mecanização. Para alguns agricultores, ele é fundamental para a produção; para outros, ele é utilizado para aumentar o ritmo do trabalho.

Na *produção para o consumo*, a análise é parecida com a do trabalho de ajuda mútua; ela diminuiu, mais ainda existe; dependendo do nível de mecanização e integração ao mercado, a sua importância varia; para uns ela é fundamental para a sobrevivência da família; para outros, ela ajuda suprir as necessidades da baixa renda; para outros mais ela existe porque é um costume cultivar alguns produtos para o consumo familiar.

Outra característica da lógica familiar que permanece e é identificada durante a pesquisa é o que Garcia aponta: “[...] não há relação entre o desempenho do indivíduo e o grau de consumo” (GARCIA, 1983, p. 104). Isso pode ser constatado no acampamento São Francisco, quando o agricultor 31 relata que um filho não conseguiu terminar o ensino médio, acabou desistindo e passou a ajudar o pai no trabalho todos os dias, enquanto o outro filho mais novo continuava estudando e ajudando menos no trabalho, mesmo assim ele utiliza mais renda da família que o filho que trabalha:

[...] o mais velho trabalha “parelho” comigo na roça, e o mais novo estuda, aí só ajuda às vezes, mas, se for coloca na ponta da caneta, o mais novo gasto, mais no último ano, porque ele vai na escola, tem que compra uma roupa melhor, tem material, sempre tem uns gastos a mais [...] o outro entende, e sabe que, amanhã ou depois, pode chegar a hora, de ele precisar (AGRICULTOR 31, ENTREVISTA, 2014).

Em alguns casos, essa relação dissimétrica entre trabalho e consumo pode causar rupturas na família. Percebe-se isso durante a entrevista com um jovem casal de agricultores que mora no estabelecimento dos pais, mas as produções foram separadas, na Linha Gruta. Os pais e o irmão ficaram com o aviário e 70% da área para plantação de grãos, enquanto o casal ficou com o restante, 30%, e as vacas para a produção do leite. Ao ser perguntado sobre o motivo dessa busca pela independência, ele ficou um pouco constrangido em responder, mas disse:

O motivo é que eu não tava achando muito justo a repartição das coisas, tanto do trabalho como do lucro [...] o meu irmão é mais novo, trabalha pouco, estuda e gosta de ir dá umas volta na cidade, a minha mãe não ajuda muito porque tem que cuida da casa e precisar cuidar de outras coisas, o meu pai, sim! Trabalha bastante [...] e tava assim, eu e a minha mulher trabalhava em dois, e eles: o pai direto e os outros às vezes [...] e como era tudo junto, as compras tudo, eu tinha que ficar regulando as compras do mercado pra não gasta muito, e o meu irmão gastou não sei quantos mil para por som no carro [...] então foi melhor separar, pra não dá briga [...] (AGRICULTOR 118, ENTREVISTA, 2014).

As produções voltadas para o mercado e que buscam uma renda melhor reorganizam essa lógica familiar. Certamente há uma nova gama de relações e contextos em que os agricultores estão inseridos pela sua maior integração ao mercado, tornando suas decisões mais difíceis e complexas. A relação não era harmoniosa anteriormente, mas aceitavam-se algumas situações como a não paridade entre a quantidade trabalhada e o consumo. Na família citada, o que se percebe é que existe essa aceitação quando há uma fragilidade econômica, uma relação de dependência, porém, a partir do momento que se vislumbra a possibilidade de uma autonomia, uma renda maior, rompe-se essa lógica.

Então, alguns elementos da agricultura camponesa permanecem com maior ou menor intensidade, dependendo dos agricultores analisados. O que provocou essa reorganização foi a expansão do capitalismo no espaço rural, de modo cada vez mais intenso, (des)reconstruindo os processos, porque os agricultores não são inertes, eles mantêm alguns elementos que são necessários na relação desigual com o mercado e, ao mesmo tempo, o capital não elimina todos esses elementos porque estes permitem que, através deles, os agricultores consigam sobreviver produzindo matéria-prima com mão de obra barata. E, essas variáveis que passam, que vão sendo reorganizadas ganhando novas funções, têm um conteúdo que insere um ritmo

de tempo mais rápido. Os agricultores passam a ter as suas relações mais mercantilizadas, passam a ter uma relação com as suas atividades de modo mais superficial, as atividades passam a ser mais padronizadas com o ajustamento do tempo da produção.

A maioria dos agricultores possui um contato superficial com o que é considerado moderno, com as tecnologias, ou seja, o que lhes é repassado é o necessário para produzir, não há um entendimento aprofundado do efeito desses elementos, ou seja, a *modernização* não beneficia a todos. Nessa relação, pode-se dizer que estão presentes os três modos de tecnologia identificados por Raffestin, e já identificados na produção de fumo, em Braga (2010), mas que também se estende às demais produções estudadas: a) “tecnologia; alienada, cedida em virtude de um acordo particular, que é a informação não-livre, secreta, cristalizada de uma forma complexa nos produtos, capitalizados nos bens intermediários e nos bens de capital” (1993, p.247). Essa tecnologia é passada através dos pacotes tecnológicos que contêm os insumos químicos, as rações dos animais etc., utilizados pelo produtor sem a compreensão de como foram gerados e quais são os seus reais efeitos; b) a “tecnologia socializada, disponível sem restrição, que é a informação livre” (1993, p. 247); isto é, as orientações necessárias para trabalhar com os pacotes tecnológicos, no cuidado com os animais etc., c) a “tecnologia encarnada, o conhecimento de base, o saber-fazer assimilado pelos homens” (1993, p.247); ou seja, o conhecimento do agricultor, o saber fazer, síntese do tempo contido nele.

Assim o desenvolvimento tecnológico não é um conhecimento livre, ele é restrito às empresas, aos centros de pesquisa. O que é disponibilizado ao produtor é o conhecimento necessário para trabalhar com as máquinas e os produtos considerados modernos; ao mesmo tempo, as empresas aproveitam o saber fazer dos agricultores. Essas relações variam de produção para produção: na de aves, o agricultor segue mais as instruções da empresa, o seu saber fazer é menos utilizado porque é uma produção mais padronizada. Já na produção de fumo, o saber fazer do agricultor aparece mais no preparo da terra, no enfardamento do fumo. Os agricultores desenvolvem equipamentos e técnicas na produção² e, como não há um acompanhamento diário da empresa, o agricultor não aplica corretamente as doses de agrotóxicos recomendadas, planta uma quantidade maior ou menor de pés de fumo do que a quantidade estipulada no contrato. Assim como a produção de grãos, que não é efetivada através dos sistemas de integração, os agricultores com média e pouca mecanização não

³ Para preparar os sucos para o plantio de mudas, os agricultores adaptaram um descompactador de solo. A empresa recomenda que os agrotóxicos sejam aplicados com as máquinas costais para não estragar as folhas do fumo com o trator, os agricultores deixam um espaço maior entre algumas fileiras e aplicam com o trator.

utilizam a quantidade recomendada de adubos químicos, agrotóxicos etc., eles possuem mais liberdade para tais definições, modificações necessárias devido à falta de condições, à dificuldade de acesso a políticas públicas e, mesmo quando conseguem financiar a produção, o valor financiado não cobre todos os custos da produção. Na produção de leite, está havendo uma fiscalização maior por questões de higiene, porém, como será demonstrado, nem todos os agricultores têm condições de realizá-las. A saúde dos animais não é acompanhada de modo satisfatório, os equipamentos não são todos os recomendados, porém mesmo assim, as empresas continuam comprando o leite, porque a maioria possui mecanização parcial. Então, apesar do controle do tempo, em algumas produções, os agricultores ainda conseguem burlar algumas exigências para suprir a falta da mecanização e até mesmo de conhecimento.

Os agricultores acabam incorporando algumas tecnologias das produções, utilizam os agrotóxicos da produção fumageira em outras produções, ou o conhecimento adquirido na produção das mudas de fumo para a produção de verduras; as misturas das rações das aves, para elaborar a alimentação de outros animais. Os agricultores também se apropriam dessa tecnologia socializada e as modificam, fazem adaptações, devido às dificuldades. Essas modificações podem ter resultados positivos ou negativos. As empresas têm interesse de vender insumos químicos, na produção de grãos trabalham com a precaução e não com a remediação, a empresa recomenda que o agricultor utilize inseticidas, fungicidas para prevenir algum ataque de pragas, os agricultores com menos condições “arriscam” e não utilizam, se houver o ataque de pragas ele terá prejuízo. Na produção de aves, a empresa exige que os integrados não criem outros animais no estabelecimento e descartem os animais mais frágeis; alguns produtores criam animais sem a empresa saber, em pequenos galinheiros nos estabelecimentos e não descartam os animais frágeis que eles mesmos criam para o abate ou doam para os vizinhos. Essa “desobediência” das normas ajuda os agricultores que possuem menos condições, mas também pode ocasionar perda de produtividade, contaminação no caso do leite, mortalidade na produção de aves etc. Por isso a dificuldade da inserção na *modernização*. Seguindo todas as orientações para a produção, os gastos aumentam e a margem da renda diminui.

E são esses processos que tornam a produção agropecuária do município de Marmeleiro heterogênea, essa mutabilidade com continuidade, proporcionada pela falta de condições econômicas, pela inserção parcial na *modernização* da agricultura, por isso não é possível ignorar os tempos mais lentos que persistem, ao mesmo tempo, não é possível ignorar a expansão do capitalismo no espaço rural que, de um modo ou de outro, alterou o seu

ritmo para os agricultores estudados, mesmo para os mais descapitalizados, com pouco poder de consumo, que não possuem acesso ao crédito agrícola.

O capitalismo infiltrou-se em todas as relações de uma maneira difícil de manter-se à margem, à medida que as escalas das relações vão aumentando. Quando as relações não são puramente capitalistas, elas são assim porque é de interesse do sistema que elas se mantenham como estão. Com isso, cada vez mais parece difícil construir uma organização que tenha capacidade de “[...] fixar a articulação com o mercado e a distribuição dos recursos dentro de um contexto de solidariedade humana que rompa com o modelo capitalista do mercado de troca” (SABOURIN, 2009, p. 282).

A integração ou não ao mercado, não é uma opção planejada, é uma oportunidade que surge para tentar melhorar a renda. O que torna complexo entender tal realidade “[...] é que não dá para separar uma agricultura camponesa de subsistência atrasada e uma agricultura empresarial capitalista, que seria „desenvolvida“, quando os dois sistemas evoluem mediante uma articulação dinâmica” (SABOURIN, 2009, p. 277), ou seja, as relações sobrepõem-se, confundem-se, não há como enquadrá-los em esquemas fechados.

Tal heterogeneidade dá-se porque, segundo Wanderley (2009), os agricultores familiares, em sua maioria possuem uma história, não se reduzem a objetos ou a uma invenção moderna exclusiva do Estado. Eles não são passivos, são sujeitos que constroem sua história no espaço rural diante de uma gama de relações de poder. Porém, sua lógica organizacional que fez com que fossem chamados de camponeses, é profundamente afetada, e eles precisam adaptar-se à *modernização* da agricultura e às mudanças sociais. Contudo, são atores sociais, participam da sociedade, e o seu processo histórico tem um caráter de rupturas e continuidades.

Para finalizar este capítulo, entende-se que em relação ao espaço-tempo, a sensação que os acontecimentos e o tempo passam, o que fica vai sendo apagado, deve-se às “inovações” que passam uma disciplina em que as coisas serão substituídas totalmente por outras que vão ganhando coerência, uma substância espontânea sendo consideradas modernas. Porém, há continuidade, algo que parece muito simples, técnicas que os agricultores usam cotidianamente passaram por uma formação, chegando a serem questionados, desacreditados, reelaborados. É importante não negligenciar tais aspectos.

Nota-se que a aceleração do ritmo do tempo dos agricultores, é passível de acontecer, desde que não seja subordinado. Não se pode negligenciar a expansão do capitalismo na agricultura, atuando gradativamente no controle e ajustamento do trabalho dos agricultores. Há um campo de forças que envolve as famílias e as condiciona cada vez mais a se inserirem

no modo capitalista de produção como força de trabalho subordinada para produzir alimentos e matérias-primas a baixos preços.

Ao mesmo tempo, não se pode ignorar as particularidades que são próprias dos agricultores como as suas relações de trabalho e as formas de aplicação e divisão da renda dentro do núcleo da família; tais formas não obedecem aos padrões capitalistas, em que cada trabalhador tem um salário fixo ou depende da sua produtividade. Devido a essa diversidade, cada realidade do espaço rural precisa ser abordada com certa flexibilidade para que se possa entender a sua dinâmica.

Dessa forma, a seguir, serão analisadas as particularidades do município de Marmeleiro. Primeiramente, apresentar-se-á mesorregião onde ele se localiza, o Sudoeste do Paraná.

2 AS DESIGUALDADES NO PROCESSO DE *MODERNIZAÇÃO* DA AGRICULTURA

2.1 Considerações sobre o processo de *modernização* da agricultura no Brasil

Inicialmente, realiza-se uma contextualização histórica da *modernização* da agricultura no Brasil para entender como ela influenciou a agricultura do Sudoeste do Paraná e do município de Marmeleiro. A *modernização* da agricultura, que teve sua fase de consolidação entre os anos de 1960 e 1980, é regida por várias dinâmicas impostas por diferentes Complexos Agroindustriais (CAIs). Atualmente, é necessário pensar em vários complexos como a avicultura, composta pelos complexos do milho-ração-produção avícola-carne-industrializada.

O projeto de *modernização* foi comandado pelo Estado, porém, este não promoveu mecanismos compensatórios para amenizar os efeitos “[...] na estrutura agrária, nos recursos naturais, nos desequilíbrios do abastecimento alimentar, na concentração da renda, nas disparidades regionais, no êxodo rural” (SILVA; KAGEYAMA, 1988, p. 35), contribuindo para agravar a crise agrária que se refletiu perversamente na crise urbana.

Os motivos que levaram à adoção de medidas para a modificação na base técnica da produção agrícola estavam fora dela, as decisões estavam ligadas a uma política econômica internacional que tinha como objetivo o desenvolvimento urbano-industrial.

Com a consolidação dos CAIs, houve uma mudança qualitativa proporcionada pelas condições macroeconômicas e políticas internas do Brasil, o que resultou no processo de integração de capitais intersetoriais. As agroindústrias estabeleceram elos técnicos com certas atividades agrícolas porque são especializadas em um produto e dependem da matéria-prima de origem agrícola, no entanto o crescimento da atividade agrícola também depende das estratégias de expansão da agroindústria envolvida (SILVA; KAGEYAMA, 1988).

O papel do Estado, no processo de consolidação dos CAIs, foi fundamental, porém teve um caráter seletivo, pois os grandes e médios produtores foram privilegiados em todas as políticas. A política agrícola que mais marginalizou os agricultores familiares, que eram maioria, foi a de créditos. Entre 1969 e 1979, com exceção dos anos de 1976 e 1977, todo o período é de crescimento do número de contratos de crédito rural, porém o crédito não era disponibilizado para todos os agricultores. Cruzando os dados da distribuição do crédito agrícola com os da concentração da terra, percebe-se o quanto a política agrícola é condicionada pela estrutura agrária; 1% dos maiores contratos em termos de valores dispõe de quase metade da terra agrícola e 40% dos contratos. Este direcionamento das políticas foi

mais do que uma forma de compensar a agricultura pela transferência de renda para o setor urbano-industrial, resultou na mudança da base técnica e na desestruturação de alguns sistemas de produção (GONÇALVES NETO, 1997).

Foi uma *modernização* seletiva também em relação às regiões, com “favorecimento” para as regiões Sul e Sudeste e, com a expansão da chamada fronteira agrícola, também houve investimentos consideráveis na região Centro-Oeste. Na distribuição dos investimentos, privilegiaram-se alguns produtos voltados à exportação em detrimento dos voltados para o mercado interno. No ano de 1980, somente 4% da área da plantação de feijão era feita com sementes selecionadas enquanto a soja tinha 70% da sua área plantada com sementes melhoradas. Os investimentos no melhoramento das sementes eram para as produções voltadas para exportação; os produtos destinados à alimentação familiar recebiam um investimento mínimo no melhoramento das sementes (GONÇALVES NETO, 1997).

As ações do Estado não têm, na maioria das vezes, o objetivo do “[...] enfrentamento de obstáculo de natureza técnico-estrutural, mas o atendimento a demandas setoriais, em que nem sempre os interesses maiores de produtores e consumidores são contemplados” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 194). Os limites da produção no campo não foram ultrapassados devido às particularidades agrárias regionais; a *modernização* deu-se de acordo com os interesses das empresas dominantes nos setores industriais (que têm na agricultura seus compradores de máquinas e insumos). Também prevaleceram os interesses dos donos das agroindústrias pela matéria-prima. Esse padrão que passou a predominar não se deu de forma generalizada, devido ao processo histórico de formação de cada região e pela própria forma seletiva de conduzir a mecanização por parte do Estado. Contudo, estabeleceu-se um padrão técnico e econômico que resultou num desnível de concorrência com os agricultores não inseridos na *modernização* (MULLER, 1989).

A *modernização* da agricultura desorganizou parte das formas de relações familiares na agricultura, inserindo parcialmente alguns na mecanização; outros, foram marginalizados e, ainda formou-se um grupo de assalariados rurais que trabalham em algumas fases específicas do processo de produção. Foi um processo que atendeu interesses, canalizando ganhos para os grupos que tinham poder sobre o governo. Era o projeto da época que atendeu a interesses numa escala internacional, mas não se discutiu outra possibilidade, quais seriam os resultados positivos ou negativos se um número maior de agricultores, de regiões e produtos fossem beneficiados pelas políticas agrícolas (SILVA; KAGEYAMA, 1988).

Nem todos os agricultores excluídos do processo tornaram-se proletários. Esse processo não gerou grande quantidade de empregos, concentrou a propriedade privada da

terra e expropriou uma parte dos agricultores; os que resistiram acabaram inseridos em várias formas e relações de produção, alguns mais integrados ao mercado, outros menos. De uma forma geral, os agricultores tiveram suas relações de produção mercantilizadas, a integração ao mercado passou a ser, gradativamente, cada vez maior, ocorrendo, essa integração de diferentes formas e intensidades, dependendo das particularidades de cada região e município (SILVA; KAGEYAMA, 1988).

A política de crédito subsidiado pelo Estado foi o alicerce para a mudança da base técnica, todavia diminui seu ritmo nos anos 1980.

No período entre 1965-1980, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve um crescimento médio 8,1%; após 1982, a economia brasileira enfrenta uma forte crise recessiva, provocada pela “[...] reversão dos fluxos de financiamentos externo após a moratória mexicana” (DELGADO, 2010, p. 90).

[...] o padrão de financiamento da agricultura brasileira se esgotou em decorrência do aprofundamento da crise fiscal do Estado. A partir de 1984, as taxas de juros reais do crédito rural oficial se tornaram positivas. O período que se estende de 1980 até o início dos anos 1990 foi marcado pela instabilidade macroeconômica. O Estado se voltou para a gestão da crise, não sendo estabelecidas políticas públicas com horizontes de médio e longo prazo (HESPANHOL, 2008, p. 4).

Com isso, o principal elemento que fomentava a mecanização, que era o crédito, foi reduzido. A partir do ano de 1990 ocorreu uma mudança. As políticas públicas passam a considerar as particularidades locais. Em 1996, tentando fortalecer a *agricultura familiar*, também por pressão dos movimentos sociais, preocupados pela abertura da economia com a criação do Mercosul (em 1991) que influenciaria a estrutura produtiva, o governo Fernando Henrique Cardoso, instituiu o PRONAF. Porém, não existe um plano de governo com fonte de recursos e objetivos definidos (HESPANHOL, 2008). Em relação ao PRONAF, uma das suas carências é estar restringido à disponibilização de crédito, não considerando o perfil do beneficiário e outras necessidades, que não sejam relacionadas à produção agropecuária.

Não há, portanto, um plano de desenvolvimento rural que extrapole o apoio à produção e efetivamente valorize o homem do campo por meio do acesso aos serviços públicos e a uma renda que lhe propicie o suprimento das suas necessidades básicas (HESPANHOL, 2008, p. 84).

A partir de 2003, as políticas públicas passam a ter um enfoque territorial, buscando atender as particularidades de cada território. Na perspectiva territorial das políticas públicas, ocorre uma apropriação de um conceito da Geografia sem entendimento aprofundado. Nas

políticas públicas do MDA e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), percebe-se uma aproximação com o conceito de território. Apesar de todo o caráter multidimensional, a sua capacidade de fazer “saltar” aos olhos as conflitualidades da realidade, a utilização do conceito de território é reduzido à sua utilização meramente funcional. Normalmente, prioriza-se um elemento nas políticas públicas, que é justamente o econômico, sem considerar efetivamente aspectos como a cultura e quando essas são colocadas em pauta geralmente não é para a sua valorização, mas para transformar uma especificidade de um território, como as tradições, em um “produto” para vender, utilizando as características desses elementos para agregar valor.

Segundo Hespanhol (2008), as dificuldades na utilização da abordagem territorial estão relacionadas a alguns aspectos, tais como o fato de que essas políticas territoriais foram introduzidas no Brasil, com base em projetos bem sucedidos na Europa, sem que houvesse *pré-condições* para isso, devido ao processo histórico, no qual o Brasil teve caráter agroexportador. Além disso, os municípios não possuem competência para desenvolver essas políticas e os próprios agricultores não possuem pré-disposição para associações/cooperações, ainda tentam seguir o modelo produtivista implantado na *Revolução Verde*. Outro aspecto é o Estado priorizar o econômico, buscando tornar o agricultor e os territórios mais competitivos ao inseri-los no mercado.

A abordagem multidimensional é capaz de uma análise bem mais ampla das necessidades dos territórios se comparada com os elementos que as políticas públicas do Estado priorizam. Convém rever e ampliar as políticas com embasamento mais amplo e qualificado, estabelecendo melhor relação entre a identificação das necessidades e o destino das políticas. A abordagem territorial permite analisar as várias dimensões, porém, a maioria das necessidades encontradas não são atendidas, priorizando alguns elementos, conforme os interesses de quem está pensando a gestão do território.

Apesar das tentativas e de alguns projetos com enfoque territorial, falta diálogo entre os representantes do Estado, das organizações e da sociedade civil para identificar quais as necessidades, para dar um direcionamento mais amplo para as políticas públicas e não só para a produção agropecuária. Além dessa falta de articulação, também não é dada importância, não se quer identificar outras necessidades, ou quando identificadas, não são solucionadas, pois é mais fácil, por exemplo, para as agências financiadoras seguirem modelos que já estão prontos, porquanto não é interessante economicamente outras políticas que não sejam para a produção agropecuária. Então, são dois elementos: a dificuldade de direcionamento das

políticas com a análise territorial multidimensional, e a ausência de preocupação e/ou a falta de interesse pela análise de outras produções e outros elementos do espaço rural.

O relançamento do acordo do agronegócio, no segundo governo Cardoso e no primeiro governo Lula, vai contra um pensamento de desenvolvimento com equidade. Esse modelo, com a suas conexões externas, e os sucessivos ajustes macroeconômicos, leva o Brasil a uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho, disputando uma posição de país primário exportador. É um modelo de desenvolvimento “constrangido”, conservador, pois - quando a renda do agronegócio cresce, puxada pelas demandas para exportação - não ocorre, ao mesmo tempo, a expansão da agricultura familiar e a ocupação da mão de obra rural. E, ainda, mantém-se a concentração fundiária.

As condições ligadas à estratégia do agronegócio na agricultura brasileira são, simultaneamente, matriz da moderna questão agrária e representam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária. Uma estratégia de desenvolvimento que incorpore esses segmentos terá necessariamente de desbloquear essa rede de restrições. Sem isso, não será viável um projeto de desenvolvimento autônomo (DELGADO, 2010, p. 98).

O que se mantém é uma política de “ajustamento constrangido”, gerando desigualdades sociais, estagnação produtiva e degradação ambiental. São realizados arranjos políticos, em que o crédito rural é destinado à elite tecnificada, à agricultura familiar considerada viável e aos assentamento modelos; para os demais, quase 80% do estabelecimentos familiares, resta a produção de subsistência e oportunidades de mercado que não permitem uma renda além da subsistência (DELGADO, 2010).

Diante do processo histórico de mecanização da agricultura, apresentado brevemente aqui, os agricultores familiares foram excluídos parcialmente do processo. Alguns tentam inserir-se na produção de *commodities*, porém, a renda não é significativa diante da pequena área de terra, dos valores dos insumos, das intempéries, das variações dos preços, da dificuldade da mecanização, esta, um entrave significativo, pois, como não possuem condições para adquirir máquinas, contratam o trabalho para plantio e colheita, diminuindo ainda mais a renda.

Dessa forma, as alternativas, para muitos agricultores, têm sido a integração a sistemas de produção que exigem grande dispêndio de força de trabalho como a produção de tabaco, aves, leite etc. Outras alternativas são a diversidade produtiva, a agregação de valor aos produtos cultivados e a organização em cooperativas ou em pequenas associações para a compra em conjunto de insumos, utilização de maquinários etc. (HESPANHOL, 2008).

O processo de *modernização* desigual também atingiu o Sudoeste do Paraná onde-se localiza o município de Marmeleiro. Assim, em linhas gerais, serão demonstradas algumas consequências e reorganizações dos agricultores da mesorregião e do município de Marmeleiro.

2.2 Reflexos da mecanização da agricultura no sudoeste paranaense e no município de Marmeleiro

No processo de *modernização* da agricultura, o Sudoeste do Paraná não ficou à margem. Apesar de fazer parte de região Sul, uma das regiões privilegiadas pelo Estado, a região apresenta uma *modernização* desigual e parcial. Como aponta Santos (2008), a *modernização* (itálico da autora) da agricultura foi um processo fundamental para a região. Para a autora, pode-se apontar quatro períodos importantes na constituição deste território: a) a ocupação efetiva, que ocorre no início do século XX, até a instituição da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em 1943; b) a colonização oficial, marcada pelas disputas pela posse da terra, resultando na *Revolta dos posseiros*, em 1957; c) a criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), em 1962; d) e, a partir da década de 1960, a intensificação do processo de *modernização* agrícola, em curso no Brasil, e que modifica a base técnica da agricultura, mas mantém as características da estrutura fundiária da colonização, ou seja, pequenos estabelecimentos rurais.

A mudança da base técnica teve um período mais denso, todavia, antes, já ocorriam mudanças na forma de organização da agricultura no Sudoeste do Paraná. Estudando o processo histórico, percebe-se que as mudanças mais significativas ocorrem a partir de 1940, quando, conforme Flávio (2011), a migração de gaúchos e catarinenses começa a modificar a forma de organização dos índios e caboclos que habitavam este espaço, através da mercantilização das relações de produção e das madeireiras que iniciaram o desmatamento. Os caboclos tiveram um papel importante no processo de colonização, já que faziam a pré-preparação das áreas de produção agrícola através de práticas como a queimada e a rotação das áreas de plantações; preparavam uma área, produziam nela por determinado tempo enquanto ela possuísse fertilidade natural, já que não havia adubos químicos; depois, prepararam outra área, deixando as anteriores mais acessíveis para a produção agrícola dos migrantes. Quando os caboclos ainda tinham a posse da terra, muitas vezes, eles vendiam-nas por preço muito baixo, trocando hectares de terras por alguns utensílios, como armas de fogo (FLÁVIO, 2011).

Assim, conforme Flávio (2011), começa a ocorrer a desestruturação do modo de vida cabocla, consequência da concentração fundiária que se vai estabelecendo e das influências culturais e econômicas: os colonizadores vão introduzindo na cultura dos caboclos seus hábitos culinários e mercantilizando as relações de produção. Para os caboclos, o trabalho e o conhecimento da mata eram atrelados a sua vida, não havia divisão rígida entre o trabalho, o lazer, as relações de vizinhança; exemplo disso era a realização dos “puxirões”, em que os caboclos reuniam-se para realizar algum trabalho e aproveitavam para contar causos, cantar, brincar, dançar e namorar.

Em relação aos indígenas, não houve resistência em relação à ocupação do seu território, porém assimilaram menos as práticas de produção dos migrantes. Segundo Flávio (2011), os comerciantes “doavam” sementes para os índios plantarem, mas, eles acabavam utilizando-as como alimento. Suas práticas se diferenciavam - ainda mais que as práticas dos caboclos – daqueles.

Dando continuidade ao processo histórico de formação do Sudoeste do Paraná e aumentando ainda mais a complexidade das transformações, na década de 1950 o Estado não reconhece o direito de posse dos migrantes gaúchos e catarinenses atribuído pela Colônia Agrícola General Osório (CANGO), e institui a colonização oficial, atribuindo o direito das terras à Companhia Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA) que passa a cobrar pelas terras que já pertenciam aos colonos. Com isso, iniciam-se conflitos pela posse da terra, que culminam na Revolta dos Posseiros, que vencem essa disputa em 1957; porém, como aponta Santos (2008), os acontecimentos, após a vitória contra a CITLA, embora ocorram com a presença do Estado, através da intermediação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (GETSOP), não acabam com a ordem desigual, já que não ocorre uma distribuição igualitária das terras, mas a regularização das posses que já estavam efetivadas. Uma parte das terras fica concentrada sob o domínio de poucos, enquanto a maioria fica com pequenos estabelecimentos rurais.

Os migrantes gaúchos e catarinenses que lutaram pela posse da terra eram “[...] uma população que migra para construir sua moradia e desenvolver a atividade agrícola por meio de trabalho familiar: as ferramentas, as técnicas de trabalho e a própria linguagem significam a singularidade deste território” (SANTOS, 2008, p. 53). Os elementos culturais e uma grande parte das técnicas são reproduzidas, algumas precisam ser adaptadas, devido às condições climáticas e ao relevo da região. Contudo, existe uma continuidade, esses agricultores tentam introduzir no Sudoeste do Paraná sua forma de produção originária das regiões que habitavam anteriormente. Algumas mudanças eram necessárias, mas o trabalho familiar, a produção para

o consumo e a comercialização do excedente, permanecem como práticas culturais e econômicas importantes.

Com essa configuração territorial estabelecida, na década de 1960 e 70, como já visto, inicia-se a mecanização agrícola mais densa. Isso se dá através de técnicos que prestam assistência técnica e, principalmente, com base no crédito subsidiado para os grandes produtores (SANTOS, 2008).

Conforme já visto, o período em que a *modernização* se intensificou foi entre os anos 1960 e 70, porém anteriormente já ocorriam mudanças na agricultura do Sudoeste paranaense. Os elementos dessa agricultura considerada atrasada não desapareceram totalmente, foram reorganizados, incorporados e possibilitaram a mecanização parcial; conforme Santos (1997), os *eventos* se sucedem, um se sobrepõe ao outro, não há rupturas. Para fins didáticos, divide-se o tempo em fases, estabelece-se recortes, e são analisados tempos mais *breves, curtos, longos* (BRAUDEL, 1992), os seus diferentes ritmos, dependendo do evento que se pretende analisar, mas o movimento independe das medições (SAQUET, 2011). Tem-se a impressão do movimento do tempo, devido ao curso da própria vida e das modificações da natureza e da sociedade (ELIAS, 1998).

Estabelecem-se recortes conforme os elementos que se pretendem pesquisar em determinado espaço e período. A *modernização* da agricultura sabe-se, de fato, seu início? Geralmente, no Brasil, dá-se como data de início da sua fase mais intensa a década de 1960. A *modernização* da agricultura começa a ocorrer a partir dessa data, de forma mais intensa, porém vários elementos foram desenvolvidos ao longo do tempo para que isso ocorresse. Os insumos químicos e as máquinas que passaram a ser utilizados em maior quantidade, a partir de 1960, não eram novos, inéditos. “Atrás” deles havia todo um processo histórico de desenvolvimento, testes, acertos, erros, sínteses de diferentes conhecimentos, processos necessários para a constituição desse pacote tecnológico chamado de “Revolução Verde”, que foi “importada” dos Estados Unidos.

No caso da *modernização* da agricultura o recorte temporal do seu período mais intenso. Contudo, é difícil apontar a data em que a *modernização* se iniciou assim como a data final, pois ela continua metamorfoseando-se e tornando-se cada vez mais complexa acelerando cada vez mais o ritmo de tempo dos agricultores como será demonstrado. Dentro deste recorte maior pode-se estabelecer outros, como o período em que o Estado disponibilizou mais créditos, ou os anos em que ela foi mais intensa, ou ainda, o período em que se deu a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs). Periodizar é um procedimento importante, mas deve-se entender que cada período contém *continuidades* do

passado que influenciam o futuro. Então, num determinado período, ocorreu uma densidade maior de transformações, depois ocorreu uma retração, principalmente a partir da década de 1980, quando o governo diminuiu a disponibilização de créditos subsidiados. As mudanças, porém já estavam acontecendo anteriormente de modo mais lento.

Nesse período considerado mais denso, em que ocorrem modificações mais rápidas, a mecanização e a quimificação da agricultura foram os maiores impactos provocados, juntamente com o aumento da produtividade. No Sudoeste paranaense, pode-se apontar dois modos da continuidade da *modernização* da agricultura: um aconteceu através da evolução tecnológica, isto é; os agricultores que conseguiram inserir-se no mercado desde o início são os que conseguem ir melhorando atualmente os seus equipamentos. E os outros são os agricultores que, atualmente - através das políticas como o PRONAF investimento e custeio da produção, e através do barateamento dos equipamentos - conseguem ter acesso, em alguns casos, a máquinas usadas, descartadas por agricultores que estão aperfeiçoando os seus maquinários. As políticas públicas passam a proporcionar a inserção parcial dos agricultores na *modernização*, principalmente a partir de meados da década de 1990, porém persistem os diferentes níveis.

Apesar das dificuldades, após 1970, uma parte dos produtores passou a utilizar novas técnicas como: sementes selecionadas, implementos, insumos químicos e máquinas. Aumentou a produção e a produtividade e, conseqüentemente, a escala de produção; o tempo gasto no plantio diminuiu e a praticidade em produzir torna-se maior, tornando-se um incentivo aos produtores. Em contrapartida, o uso de mercadorias industrializadas aumenta a dependência dos agricultores em relação às indústrias de insumos químicos agrícolas. A mecanização e integração ao mercado geraram endividamentos e a marginalização de parte dos agricultores, que continuaram produzindo com suas práticas tradicionais ou aderiram a alguns elementos da *modernização*. Outros, sem condições de acompanhar o ritmo, venderam suas terras a latifundiários e passam viver nos espaços urbanos, aumentando o êxodo rural. Apesar do êxodo e da concentração fundiária, atualmente, o número de estabelecimentos com pequenas áreas de terras e o número de pessoas no espaço rural é significativo no Sudoeste do Paraná, na comparação com a população urbana, como se pode observar na Tabela 2.

Em alguns municípios há uma diferença maior entre a população urbana e rural, como em Francisco Beltrão e Pato Branco, que possuem, respectivamente, 85% e 94%, dos seus habitantes vivendo nas cidades, porém, 55,2% dos municípios têm sua população rural igual ou acima dos 40% do total de habitantes, então, há uma população rural significativa na região.

Tabela 2 – População urbana e rural por município da região Sudoeste do Paraná (2010).

Municípios do Sudoeste do Paraná	População			
	Urbana		Rural	
Ampére	13.257	76%	4.051	24%
Barracão	7.008	71%	2.727	29%
Bela Vista da Caroba	1.041	26%	2.904	74%
Boa Esperança do Iguaçu	953	34%	1.811	66%
Bom Jesus do Sul	933	24%	2.863	76%
Bom Sucesso do Sul	1.581	48%	1.712	52%
Capanema	11.150	60%	7.376	40%
Chopinzinho	12.508	63%	7.171	37%
Coronel Vivida	15.445	71%	6.304	29%
Cruzeiro do Iguaçu	2.623	61%	1.655	29%
Dois Vizinhos	28.095	78%	8.084	22%
Enéias Marques	2.126	35%	3.977	65%
Flor da Serra do Sul	1.644	35%	3.082	65%
Francisco Beltrão	67.449	85%	11.494	15%
Itapejara d'Oeste	6.987	66%	3.544	34%
Manfrinópolis	652	20%	2.475	80%
Mariópolis	4.469	71%	1.799	29%
Marmeleiro	8.824	63%	5.076	37%
Nova Esperança do Sudoeste	1.744	34%	3.354	66%
Nova Prata do Iguaçu	6.067	58%	4.310	42%
Pato Branco	68.091	94%	4.279	6%
Pérola d'Oeste	3.187	47%	3.574	53%
Pinhal do São Bento	1.166	44%	1.459	56%
Planalto	6.068	44%	7.586	56%
Pranchita	3.605	64%	2.023	36%
Realeza	11.796	72%	4.542	28%
Renascença	3.485	51%	3.327	49%
Salgado Filho	2.254	52%	2.149	48%
Salto do Lontra	7.431	54%	6.258	46%
Santa Izabel do Oeste	7.420	56%	5.711	44%
Santo Antônio do Sudoeste	13.711	72%	5.182	28%
São João	6.735	63%	3.864	37%
São Jorge d'Oeste	5.214	57%	3.871	43%
Saudade do Iguaçu	2.503	40%	2.525	60%
Sulina	1.390	41%	2.004	59%
Verê	3.281	42%	4.597	58%
Vitorino	3.988	61%	2.525	39%
Total	345.882	69%	151.245	31%

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, (2010). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Conforme os dados da tabela, o município de Marmeleiro tem 13.900 habitantes. Desse total, 8.824 compõem a população urbana e 5.076, a rural. A inversão da população aconteceu entre a década de 1980 e meados da década de 1990. Nesse período, o êxodo rural

intensificou-se, pois, conforme os censos da época, em 1980, o número total de habitantes do município era de 14.378; destes, 11.113 habitavam o espaço rural; esse evento está ligado à *modernização* da agricultura e a outros fatores como a crescente complexidade da vida urbana. Essa quantidade ainda significativa de habitantes do espaço rural assim como as produções, influencia a dinâmica econômica das cidades. No município de Marmeleiro, onde 63% da população é considerada urbana, comerciantes, relatam que a época da safra e do recebimento dos financiamentos agrícolas é o período em que ocorre o maior número de vendas, e, quando não ocorre uma safra “boa” por intempéries ou queda nos preços dos produtos agropecuários, o comércio fica estagnado. Dos 37 municípios, 14 têm a população rural maior que a urbana: Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Enéias Marques, Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis, Nova Esperança do Sudoeste, Pérola do Oeste, Pinhal do São Bento, Planalto, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê. Nos demais, a população maior esta na cidade.

Observando os dados do O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), por meio de seus Cadernos Estatísticos Municipais, na Tabela 3, pode-se verificar a importância da produção agropecuária para a região Sudoeste do Paraná. O setor de serviços possui o maior PIB em 81% dos municípios da região. Apesar da produção agropecuária ser o maior PIB em apenas 16% dos municípios (Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Enéias Marques, Manfrinópolis, Nova Esperança do Sudoeste, Sulina), a atividade gera o segundo maior PIB em 83% dos municípios, ficando à frente da atividade industrial. Diante disso, percebe-se a maioria dos municípios possui a sua base econômica na agropecuária.

No município de Marmeleiro, o maior PIB é do setor de serviços, responsável por cerca de 57%. O PIB da produção agropecuária é o segundo, cerca de 30,7% das receitas do município, a indústria corresponde a 12%; uma receita 18,7% menor que as receitas da produção agropecuária.

Atualmente, no Sudoeste paranaense, e, consequentemente, em Marmeleiro, na atividade agropecuária, existe uma diversidade de produções, meios de produção e atuação de distintas instituições como as cooperativas de interação solidária e as empresas que atuam por meio do sistema de integração, os comerciantes de insumos para a produção e comercialização de monoculturas como a soja e o milho; todos estão ligados diretamente às atividades agropecuárias, com destaque para Agricultura Familiar.

Tabela 3 – Distribuição do PIB dos municípios do Sudoeste do Paraná por ramo de atividade no ano de 2010.

Município	Agropecuária Valor (R\$.1000,00)	Indústria Valor (R\$ 1.000,00)	Serviço Valor (R\$ 1.000,00)
Ampére	41.171	58.683	107.796
Barracão	22.508	14.295	72.384
Bela Vista da Caroba	16.593	2.338	18.716
Boa Esperança do Iguaçu	18.464	2.286	15.681
Bom Jesus do Sul	21.275	2.057	15.227
Bom Sucesso do Sul	26.169	4.071	39.099
Capanema	65.118	64.612	135.352
Chopinzinho	74.576	28.118	146.044
Coronel Vivida	67.503	36.826	165.757
Cruzeiro do Iguaçu	20.755	4.000	34.161
Dois Vizinhos	74.561	212.995	328.252
Enéas Marques	33.475	23.212	32.635
Flor da Serra do Sul	29.357	3.546	30.908
Francisco Beltrão	99.606	352.365	729.479
Itapejara d'Oeste	34.207	50.816	73.489
Manfrinópolis	17.154	1.766	12.234
Mariópolis	31.124	13.179	52.140
Marmeleiro	43.249	16.981	80.564
Nova Esperança do SO.	26.363	4.728	22.531
Nova Prata do Iguaçu	53.082	9.349	61.118
Pato Branco	68.719	350.315	930.581
Pérola d'Oeste	28.073	4.715	38.997
Pinhal de São Bento	12.207	1.891	16.791
Planalto	46.891	11.870	82.742
Pranchita	25.830	7.461	52.083
Realeza	53.001	29.553	145.506
Renascença	51.452	9.461	77.748
Salgado Filho	29.086	3.466	34.635
Salto do Lontra	48.889	12.523	74.146
Santa Izabel do Oeste	45.949	9.841	86.989
Santo Antônio do Sudoeste	35.990	21.934	94.206
São João	49.276	32.485	111.158
São Jorge d'Oeste	38.912	8.918	51.342
Saudade do Iguaçu	15.990	395.320	26.567
Sulina	19.825	4.623	19.455
Verê	40.727	6.286	58.070
Vitorino	41.084	9.794	81.858

Fonte: Cadernos Estatísticos Municipais – IPARDES (2010). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

A maioria das principais produções agropecuárias do Sudoeste paranaense e do município de Marmeleiro acontece em estabelecimentos da agricultura familiar. Podemos observar isso na Tabela 4, no Sudoeste paranaense, mais de 92% dos estabelecimentos são considerados familiares; ao mesmo tempo, a proporção em relação à posse da terra não é a mesma, já que os agricultores familiares ocupam pouco mais de 71%. Isso demonstra também que existe certa concentração fundiária que reflete na mecanização parcial da agricultura. Em

Marmeleiro, a concentração é considerável, pois, conforme a Lei 11.326, utilizada pelo IBGE (2006) 86,5% dos estabelecimentos rurais são considerados da agricultura familiar, porém ocupam 56,2% das terras. Na agricultura familiar, a área média é de 16,44 hectares por estabelecimento enquanto na patronal a área média é de 82,3 hectares. Em algumas situações, a quantidade de terra dos estabelecimentos tem ligação direta com a quantidade de renda obtida pelos agricultores, o que, por sua vez, possibilita a compra de máquinas e equipamentos, além disso, os grandes produtores têm acesso a montantes de crédito maior para investimentos e custeios. Há algumas exceções, em que donos de estabelecimentos pequenos realizam algumas produções diferenciadas e conseguem renda maior do que outros produtores, por exemplo, pequenas agroindústrias de queijos e salames, encontradas no trabalho de campo em Marmeleiro; mesmo assim a renda não é maior que a renda dos grandes estabelecimentos.

Tabela 4 – Número de estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar no Sudoeste do Paraná e em Marmeleiro.

Mesorregião e município	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Hectares)	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Hectares)
Sudoeste	41.177	698.022	3.302	274.615
Marmeleiro	1.215	19.979	189	15.567

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

A maior quantidade de estabelecimentos familiares no Sudoeste paranaense e em Marmeleiro reflete-se nos valores da produção. Como podemos observar na Tabela 5, tanto na mesorregião como no município, predomina a agricultura familiar em quase todas as produções, exceto na da cana-de-açúcar, pecuária de corte e de aves. Algumas produções como a de fumo, hortaliças e suínos são produções que ainda necessitam de muito trabalho braçal, por isso, a predominância da agricultura familiar nos valores das produções. Até mesmo em produções como a soja em que a agricultura patronal é mais mecanizada, a agricultura familiar a supera. Dessa forma, a “Agricultura familiar e camponesa está presente em todas as grandes produções destinadas ao mercado interno ou externo” (SABOURIN, 2009, p. 42).

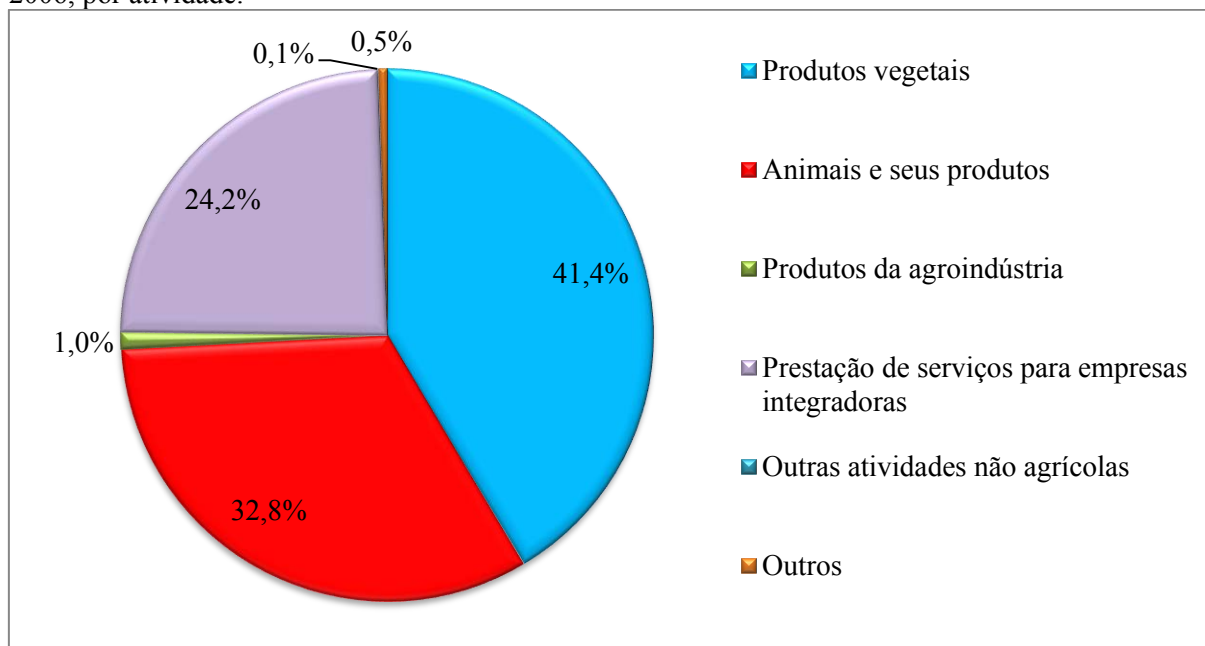
Tabela 5 – Participação dos estabelecimentos familiares no VBP da agropecuária do Sudoeste paranaense e no município de Marmeleiro

Produto	Localidade	Total VBP Agropecuária	Total VBP-A AF*	Total VBP-A AP*	% VBP-A AF*
Aves	Sudoeste	87.106.912	29.778.591	57.328.321	34.18
	Marmeleiro	7.306.884	1.028.565	6.278.319	14.07
Cana	Sudoeste	3.164.178	2.948.077	216.101	93.17
	Marmeleiro	143.059	28.059	115.000	19.61
Feijão	Sudoeste	25.552.146	17.805.648	7.746.498	69.68
	Marmeleiro	3.890.781	3.805.991	84.790	97.81
Fumo	Sudoeste	54.301.486	53.409.763	891.723	98.35
	Marmeleiro	4.511.328	4.511.328	-	100
Hortaliças	Sudoeste	-	12.530.000	-	-
	Marmeleiro	78.000	78.000	-	100
Laranja	Sudoeste	242.410	207.653	34.757	85.66
	Marmeleiro	200	200	-	100
Mandioca	Sudoeste	29.762.834	27.476.518	2.286.316	92.31
	Marmeleiro	325.501	312.756	12.745	96.08
Milho	Sudoeste	175.586.471	141.805.979	33.780.492	80.76
	Marmeleiro	10.320.905	9.117.199	1.203.706	88.34
Pecuária de corte	Sudoeste	143.495.859	48.112.170	95.383.689	33.52
	Marmeleiro	2.695.700	786.200	1.909.500	29.16
Pecuária de leite	Sudoeste	25.810.561	19.520.857	6.289.704	75.62
	Marmeleiro	834.290	538.330	295.960	64.52
Soja	Sudoeste	254.668.926	191.456.765	63.212.161	75.17
	Marmeleiro	15.592.317	13.563.127	2.029.190	86.98
Suínos	Sudoeste	55.822.693	37.245.190	18.577.503	66.72
	Marmeleiro	1.267.889	813.367	454.522	64.15
Trigo	Sudoeste	834.290	538.330	295.960	64.52
	Marmeleiro	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Do total do valor da receita obtida com a agricultura familiar no Sudoeste do Paraná, no ano de 2006 (Gráfico 1), 41,4% foi proveniente de produtos de origem vegetal. Isso demonstra que a principal característica da agricultura familiar é a produção de matéria-prima, devido à pequena quantidade de produtos transformados para a comercialização. Outras relações de produção destacadas são, as realizadas através do sistema de integração com as empresas, representando 24% das receitas; ao mesmo tempo, entre 32% das receitas provenientes das atividades com animais e seus produtos, destaca-se para a produção do leite. Apenas 1% da renda é proveniente de atividades não agrícolas.

Gráfico 1 – Valor (%) das receitas obtidas pela Agricultura Familiar no Sudoeste do Paraná no ano de 2006, por atividade.



Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Algumas produções em que há exigência de intenso trabalho braçal são direcionadas para a agricultura familiar porque, com o atual desenvolvimento tecnológico dessas produções, para o capital, é conveniente utilizar a mão de obra familiar. Quando as tecnologias não atingem todos os lugares na mesma intensidade, isso não significa que o capital não é acumulado pelas grandes corporações. Nas produções em que o tempo utilizado no trabalho não é muito grande devido ao desenvolvimento tecnológico, o capital territorializa-se; quando a demanda de tempo de trabalho para a produção é grande, geralmente em produções que ainda necessitam de muito trabalho braçal, ele age através de outros mecanismos como o sistema de integração na produção de aves, suínos e fumo. O capital circula pelo espaço, utilizando os atributos que lhe sejam favoráveis, em determinado lugar e momento. Os agricultores são introduzidos em territorialidades e temporalidades em todo momento.

Um dos motivos da predominância da agricultura familiar é a estrutura fundiária da região, em que percebe-se a predominância de estabelecimentos com pequena extensão de terra (Tabela 06), resultado do processo histórico de constituição do Sudoeste do Paraná, onde não houve uma redistribuição das terras com a Revolta dos Posseiros, mas a efetivação da concentração. Analisando a Tabela 6, referente a estrutura fundiária do Sudoeste paranaense, o estrato de área que mais chama a atenção são estabelecimentos com área entre 1 a menos de

5 hectares, com o maior número de estabelecimentos (17.826), cerca de 33% do total, porém, ocupando pouco mais de 3% da área total.

Agrupando alguns estratos, percebe-se que o de 20 a 100 hectares corresponde a 19% dos estabelecimentos, ocupando 41% da área. O estrato que vai de 100 a menos de 500 hectares representa pouco mais de 2% dos estabelecimentos, porém, a área ocupada é de mais de 23%. E os estabelecimentos que possuem área entre 100 a 200 hectares somam 1,4% dos estabelecimentos, mas ocupam uma área de 11% do total. Isso demonstra que, conforme vão aumentando os estratos de terra, a concentração vai aumentando; ou seja, os grandes estabelecimentos não são muitos, mas ocupam uma quantidade de área significativa. Além disso, o que chama a atenção, como já mencionado, é quantidade de estabelecimentos que possuem entre 1 a 5 hectares e a área que eles ocupam. Estabelecimentos com essa pequena quantidade de terra precisam ter as suas produções planejadas de maneira adequada à extensão, às condições climáticas e econômicas para serem viáveis.

Tabela 6 – Número de estabelecimentos rurais e área na Mesorregião Sudoeste (PR).

Estrato dos estabelecimentos (ha)	Número de estabelecimentos agropecuários (unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)
De 0,1 a menos 0,5	1.187	118
De 0,5 a menos de 1	1.086	670
De 1 a menos de 5	17.826	28.245
De 5 a menos de 10	9.293	71.134
De 10 a menos de 20	11.952	170.977
De 20 a menos de 50	8.042	241.781
De 50 a menos de 100	2.119	145.862
De 100 a menos de 200	765	104.094
De 200 a menos de 500	391	115.285
De 500 a menos de 1000	72	48.613

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

A fragmentação fundiária também caracteriza o espaço rural do município de Marmeleiro. Como se pode observar na Tabela 7, atualmente, nota-se o predomínio de pequenos estabelecimentos agropecuários. O estrato de área entre 0,1 a 10 hectares corresponde a 32% dos estabelecimentos, porém ocupa apenas 8,7% do total da área dos estabelecimentos do município; entre 1995/96 e 2006, houve uma diminuição de 16% no número de estabelecimentos deste estrato, mas a área teve uma diminuição ainda mais significativa, 28,7%.

Tabela 7 – Estrutura fundiária do município de Marmeleiro.

A n o	0,1 a menos de 10(ha)	Área (ha)	10 a menos de 20(ha)	Área (ha)	20 a menos de 50(ha)	Área (ha)	50 a menos de 100 (ha)	Área (ha)	100 a menos de 200 (ha)	Área (ha)	Mais de 200 (ha)	Área (ha)	Total de Estabelecimentos	Área (ha)
1975	354	2.203	394	5.518	427	12.782	79	5.430	26	3.723	13	9.573	1.293	39.229
1985	793	4.945	593	8.300	415	12.318	72	5.145	25	3.350	17	9.057	1.915	43.115
1995/96	537	3.482	532	7.556	304	8.958	46	3.150	32	4.218	14	6.659	1.465	34.022
2006	452	2.756	541	7.609	298	8.835	65	4.254	27	3.698	17	4.171	1.410	31.323

Fonte: Pesquisa Agropecuária – IBGE, (1975, 1985, 1995/96 e 2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

O estrato mais significativo é o que possui área entre 10 a 20 hectares; ele representa 38,3 % dos estabelecimentos e ocupa 24% do total da área. Os dois estratos juntos, em 2006, correspondem a 70% do número de estabelecimentos do município e ocupam 32,7% das terras. A maior concentração está nos estratos acima de 200 hectares, pois eles representam 1,2% do número de estabelecimentos do município, mas ocupam 13% das terras. O que se percebe, analisando o período histórico apresentado na Tabela, é que a área e o número dos estabelecimentos possuem pequenas variações, mas há uma concentração que vem mantendo-se. O estrato entre 0,1 a 10 hectares, nos últimos três censos agropecuários, vem apresentando uma contínua diminuição da área. Nota-se que nos períodos em que aumenta o número de estabelecimentos nos estratos acima de 100 hectares, diminuem os estratos entre 0,1 a 50. E o contrário também acontece. Então, existe uma concentração que aumenta lentamente. Os estratos de 0,1 a 10 e 20 a 50 hectares vêm diminuindo a sua quantidade de área ocupada gradativamente nos últimos três censos. Os fatores que contribuíram para essa dinâmica são os acampamentos e assentamentos que fragmentam a estrutura fundiária e, ao mesmo tempo, ocorre uma concentração devido ao fato de que os proprietários de estabelecimentos com pequenas áreas de terra estão vendendo os seus estabelecimentos para os agricultores que possuem maiores áreas de terras e são mais mecanizada.

Segundo dados do IBGE (2006), a condição do agricultor em relação ao uso da terra divide-se da seguinte forma: 1.207 são proprietários, 40 não têm titulação definitiva; 94 são arrendatários, 45 parceiros e 24 são ocupantes. Os agricultores entrevistados possuem a situação em relação ao uso da terra representada na Tabela 8. Essa situação reflete o que foi apontado anteriormente, isto é, a vitória dos colonos, na Revolta dos Posseiros, não resultou numa distribuição igualitária das terras, mas na regularização da posse da terra de modo concentrado nos municípios do Sudoeste do Paraná.

Tabela 8 – Condição dos agricultores entrevistados em relação ao uso da terra.

Condição	Número de estabelecimentos	%
Proprietário	132	65%
Assentados	40	19,70%
Assent. sem o registro legal da terra	15	7,30%
Acampados	16	7,80%

Fonte: Trabalho de campo (2014/2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Os tratores representam um importante elemento para o processo de *modernização* dos estabelecimentos rurais. Na região Sudoeste, eles vem aumentando; segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, em 1985, a mesorregião possuía uma frota de 7.481 tratores, em

1995/96 aumentou para 9.217 e, em 2006, teve uma pequena queda, a frota era de 9.210. Porém, considerando o período de 1985 a 2006, o número de tratores aumentou em 23%.

O aumento do número de tratores é significativo, porém, quando comparado com o número de estabelecimentos, percebe-se que a maioria não possui tratores na mesorregião (Tabela 9). No estrato de 0,1 a 50 hectares, 11,2% dos estabelecimentos possuem trator; no estrato entre 50 a menos de 1.000, 63,3% possui trator, porém este corresponde a apenas 6% do total de estabelecimentos. Nos estratos acima de 50 hectares, o percentual de estabelecimentos com tratores aumenta significativamente, e no estrato entre 500 a menos de 1.000 hectares, 77,7% possuem tratores. Os estratos que possuem entre 0,1 e menos que 5 hectares possuem pouco mais de 3% dos estabelecimentos com tratores, porém representa 38% do total de estabelecimentos. Nesse estrato de área, são poucos os que possuem trator e colheitadeira, pois o investimento e a manutenção dos equipamentos para essa quantidade de área não compensa. Se optarem pela produção de grãos, precisarão contratar trabalho de plantio e colheita, diminuindo sua renda.

Tabela 9 – Comparação entre o número de estabelecimentos e o número de trator, por estratos de área mais representativos da região Sudoeste do Paraná.

Estrato de área	Número de estabelecimentos com tratores	Número de estabelecimentos	% de tratores no sudoeste de acordo com o estrato de terra
De 0,1 a menos de 5 ha	236	20.099	1,17 %
De 5 a menos de 10 ha	552	9.293	5,9 %
De 10 a menos de 20 ha	1.770	11.952	14,8 %
De 20 a menos de 50 ha	2.993	8.042	37,2 %
De 50 a menos de 100 ha	1.291	2.119	60,9 %
De 100 a menos de 200 ha	527	765	68,8 %
De 200 a menos de 500 ha	258	391	65,9 %
De 500 a menos de 1.000 ha	56	72	77,7 %

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Outro motivo da inviabilidade é que as produções de grãos, como soja e milho, precisam ser produzidas em grande quantidade para que o agricultor consiga uma renda suficiente para manutenção da unidade familiar, já que são atividades realizadas em grande escala. Diferentemente de uma produção como o fumo, pouco mecanizada, e pelos seus padrões pode ser realizada uma grande produção em uma pequena área de terra.

O estrato de 20 a menos de 50 hectares, possui cerca de 39% do total de estabelecimentos da região, porém, mesmo nesse estrato, só 37% dos estabelecimentos possuem tratores. Isso demonstra que a mecanização é parcial: o trator é um elemento

fundamental nesse processo, pois possibilita a utilização dos demais equipamentos. E ele insere outro ritmo de tempo no trabalho num estabelecimento agropecuário.

A Tabela 10 apresenta o número de tratores no Sudoeste do Paraná e em Marmeleiro conforme a condição do produtor em relação ao uso da terra. Na mesorregião, 94% dos estabelecimentos com tratores são de proprietários. Assentados sem titulação definitiva, menos de 1,2% possuem tratores, isso porque eles ainda não estão bem estruturados e possuem dificuldades para acessarem as linhas de crédito. O total dos estabelecimentos do Sudoeste que possuem tratores, representa 10% do total do estado do Paraná. Em relação ao município de Marmeleiro, 16,4% dos estabelecimentos possuem tratores; 97% dos que os possuem são proprietários da terra. Para arrendatário, ocupante e assentados não há registro oficial de tratores, porém, no trabalho de campo, há tratores nos assentamentos, como se apresenta mais a frente. A média de tratores no município é de 0,16 por estabelecimento.

Tabela 10 – Número de estabelecimentos agropecuários com tratores e condição do produtor no Sudoeste do Paraná e no município de Marmeleiro (Unidades).

Condição do produtor	SO Paraná	%	Marmeleiro	%
Proprietário	8.767	94,2%	225	97,4%
Assentado sem titulação def.	41	0,5%	03	1,2%
Arrendatário	189	2,4%	-	-
Parceiro	86	1,1%	03	1,2%
Ocupante	127	1,6%	-	-
Total	9.210	17,3%	231	16,4%

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Em relação aos tratores, colheitadeiras e plantadeiras/semeadadeiras do Sudoeste paranaense e do município de Marmeleiro, a quantidade dessas máquinas explicita a mecanização parcial, pois os tratores, colheitadeiras e plantadeiras (Fotos 1, 2) são elementos essenciais para a produção mecanizada de grãos.

Foto 1 – Plantadeira utilizada para plantio direto de soja e milho, na comunidade do KM 18.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

Foto 2 – Colheitadeira para soja e milho na comunidade do KM 18.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

No Sudoeste paranaense, quando comparado o número de plantadeiras e tratores (Tabela 11), o número de plantadeiras corresponde a 20% do total de tratores, e quando comparado o número de colheitadeiras e plantadeiras, também percebe-se que a mecanização

é parcial, já que o número de colheitadeiras corresponde a 65% do número total de plantadeiras. E somente 13% dos agricultores que possuem trator têm colheitadeira.

Tabela 11 – Número total de tratores, colheitadeiras e plantadeiras no Sudoeste paranaense e em Marmeleiro.

Tipo de máquinas e implementos	Sudoeste paranaense	%	Marmeleiro	%
Tratores	9.210	17,3%	231	16,4%
Colheitadeiras	1.180	2,6%	33	2,3%
Semeadeiras e/ou plantadeiras	1.748	3,9%	419	29,8%

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Em Marmeleiro, a porcentagem é semelhante; 14,2% dos agricultores que possuem trator possuem colheitadeiras. Em relação aos agricultores que possuem plantadeiras e tratores, a porcentagem é maior, 55,1% possuem a máquina e o implemento. É necessário considerar que, dos agricultores que possuem trator, uma parte não realiza produções que necessitam de colheitadeiras e alguns estabelecimentos possuem mais do que um trator. Na comparação entre plantadeiras e colheitadeiras em Marmeleiro, a disparidade é maior; apenas 7,8% dos agricultores possuem plantadeiras tem colheitadeira, isso significa que uma quantidade maior da produção é colhida por máquinas contratadas e também há colheita manual, principalmente do milho. A colheitadeira está em menor número entre as máquinas devido ao seu valor de compra; mesmo para uma máquina usada, a manutenção é cara. Para um agricultor com pouca área de terra, não se torna viável a compra-la, como já apontado.

Na Tabela 12, apresentam-se os principais equipamentos utilizados pelos agricultores em Marmeleiro e a quantidade deles na região Sudoeste paranaense. Uma comparação importante é em relação ao número de arados (808) e de tratores (231). Supondo que a média seria de um arado por trator, considerando os agricultores entrevistados que possuem trator, não há dois equipamentos com a mesma função para um trator e, ainda, alguns estabelecimentos que possuem trator não possuem arado, 72% dos arados restantes seriam de tração animal, uma quantidade significativa, demonstrando que essa prática é ainda bastante utilizada no município.

Tabela 12 – Número de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas existentes nos estabelecimentos agropecuários de Marmeleiro (Unidades) e do Sudoeste do Paraná.

Equipamentos	Sudoeste	Marmeleiro
Arados	2.073	808
Grades e/ou enxadas rotativas	1.726	447
Roçadeiras	534	27
Pulverizadores e/ou atomizadores	1.407	252
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	797	49
Ceifadeiras (picadeira de forragens)	696	187

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Outro dado que mostra a mecanização parcial é a comparação do número de agricultores que realizam plantio direto na palha, no município de Marmeleiro (Tabela 13), com o número de plantadeiras por estabelecimento. Cerca de 76% do total de agricultores realizam plantio direto, e só 30% dos estabelecimentos possuem plantadeiras ou semeadeiras; então, que nestes, estão incluídas as plantadeiras que não fazem plantio direto, pois os dados do IBGE não fazem tal discriminação.

Também os estratos de área onde é realizado o plantio direto apresentam produção mecanizada, ou pelo menos parte dela é realizada em áreas pequenas que não possibilitam grande renda, por isso é combinada com outras produções.

Na pesquisa de campo também foram encontrados equipamentos considerados modernos e uma quantidade significativa de equipamentos considerados rudimentares (Tabela 14): 28,5% dos entrevistados ainda utilizam a carroça com tração animal; 16,5% utilizam arado com tração animal; estes são mais representativos na produção do fumo porque, para o preparo da área para o plantio e controle das ervas daninhas ainda é necessário o arado com tração animal. Conforme se pode observar, apenas 27,% dos entrevistados possuem trator e 15,7% colheitadeiras; todos que têm colheitadeira também têm trator. Assim, 73% não possuem trator e, conseqüentemente, não possuem pulverizador, plantadeira/semeadeira, distribuidor de adubos, carretas mecanizadas etc.; utilizam ainda equipamentos considerados atrasados como carroças, arado de tração animal e trilhadeira.

Ainda, 137 estabelecimentos rurais, ou seja, 67,4 % dos entrevistados contratam trabalhos mecanizados, principalmente no plantio, na colheita e na transformação do milho em silagem, devido à falta de máquinas.

Tabela 13 – Número de estabelecimentos agropecuários que realizam plantio direto na palha e quantidade de área no município de Marmeleiro.

Estrato de área (hectares)	Número de estabelecimentos agropecuários que utilizaram plantio direto na palha (unidades)			Área com plantio direto na palha (hectares)		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar - Lei 11.326	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar - Lei 11.326
Total	1069	147	922	13992	5532	8460
De 1 a menos de 2 ha	6	1	5	6	-	4
De 2 a menos de 3 ha	5	1	4	8	-	7
De 3 a menos de 4 ha	26	2	24	46	-	42
De 4 a menos de 5 ha	44	4	40	123	12	111
De 5 a menos de 10 ha	194	19	175	750	76	674
De 10 a menos de 20 ha	435	39	396	3102	238	2863
De 20 a menos de 50 ha	265	23	242	3898	301	3597
De 50 a menos de 100 ha	54	18	36	1910	748	1162
De 100 a menos de 200 ha	25	25	-	1838	1838	-
De 200 a menos de 500 ha	14	14	-	2162	2162	-
De 1000 a menos de 2500	1	1	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Tabela 14 – Principais máquinas, equipamentos e implementos utilizados pelos agricultores entrevistados

Equipamentos	Estabelecimentos	%
Enxada	144	69,9 %
Foice	134	63 %
Capinadeira tração animal	22	4,4 %
Carroça	51	28,5 %
Jerico ³	14	5,4 %
Trilhadeira	24	13,7 %
Colheitadeira	30	15,7 %
Trator	82	27,0 %
Arado de tração animal	35	16,5 %

Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

³ Jericós são adaptações de utilitários antigos (Rural, F100, Jeep) também são chamados de *tobatas* ou *carretinhas* agrícolas. Optou-se chamar de jerico porque é a denominação mais comum na região Sudoeste do Paraná. Foto 3.

Foto 3 – Jericó utilizado para a colheita do fumo.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

O nível de mecanização reflete na tração utilizada. No Sudoeste do Paraná, em Marmeleiro, como se pode observar na Tabela 15, 29,3% do total dos agricultores que utilizam algum tipo de tração, utilizam só tração animal; 45,5% utilizam só tração mecânica e 25% utilizam os dois tipos de tração para os trabalhos. Em Marmeleiro, 39% utilizam só tração mecânica; 29,1% só animal e 31,7% utilizam os dois tipos de tração. A tração animal é mais utilizada nas áreas com relevo menos favorável à mecanização e, ao contrário do trator, insere um ritmo de tempo mais lento na produção, pois, além do trabalho ser mais lento, os animais também possuem necessidades de descanso, alimentação etc. A utilização da tração animal deve-se às condições desfavoráveis dos estabelecimentos para a mecanização, à impossibilidade financeira da aquisição de máquinas, o relevo desfavorável para o trabalho das máquinas e também porque, em algumas produções, como no plantio do fumo, a tração animal é fundamental.

Tabela 15 –Tipo de força de tração animal e/ou mecânica.

Tipo de tração	Sud. paranaense	%	Marmeleiro	%
Animal	10.538	29,3%	375	29,1%
Mecânica	16.360	45,5%	502	39,0%
Animal e mecânica	8.986	25%	408	31,7%
Total	35.884	80,6%	1.285	91,5%

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Em relação aos meios de transporte no município de Marmeleiro, os dados do Censo Agropecuário apresentam (Tabela 16), que o transporte mais utilizado é através da tração animal, a média deste meio de transporte é de 0,5 por estabelecimento. Em segundo lugar, há 543 automóveis; em terceiro, 144 motocicletas. Este último como se percebe no campo, é mais utilizado pelos jovens que precisam ir seguidamente a cidade. Então, muitas vezes, mesmo tendo outro meio de transporte, o agricultor também tem uma motocicleta devido à economia de combustível e por terem preços mais acessíveis.

Tabela 16 – Meios de transporte utilizados no município de Marmeleiro.

Tipo de meio de transporte	Unidades	%
Caminhões	65	6,6%
Utilitários	159	11,3%
Automóveis	543	38,6%
Motos	194	13,8%
Veículos de tração animal	724	51,5%

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Tanto os dados das entrevistas como os do Censo Agropecuário demonstram a importância do transporte com tração animal. Esse meio de transporte é mais utilizado para os trabalhos internos aos estabelecimentos e para a locomoção dentro da comunidade ou para comunidades vizinhas. Contudo esse tipo de transporte também é utilizado para locomoção até a cidade e para transportar algum produto até as indústrias ou para trazer insumos. Conforme depoimento do agricultor 05 da comunidade da Linha Itaíba:

Uma vez a carroça com os bois era usado pra tudo, pra ir passear, pro trabalho. Até pra levar o leite nas casas na cidade, quando dava pra vender engarrafado. Agora, pra passear temos o carro, e para o transporte das coisas da roça, as empresas mesmo fazem. Mas ela é bastante usada pro trabalho do dia-a-dia, porque eu não tenho trator [...] outro dia acabou a ração das vacas e o rapaz não podia trazer, tinha muitas entregas, aí eu fui com a carroça buscar [...] é meio perigoso, mas tem uma estrada no lado da rodovia (AGRICULTOR 05, ENTREVISTA, 2014).

Esse tipo de transporte é mais utilizado nos assentamentos e acampamentos, que são os menos mecanizados. A Foto 4 apresenta o meio mais comum de transporte com tração animal encontrado no município de Marmeleiro, a “carroça de bois”. O agricultor 21 utiliza para a produção do fumo e o transporte do pasto para o gado leiteiro.

Foto 4 – Carroça de bois utilizada para o transporte de fumo.



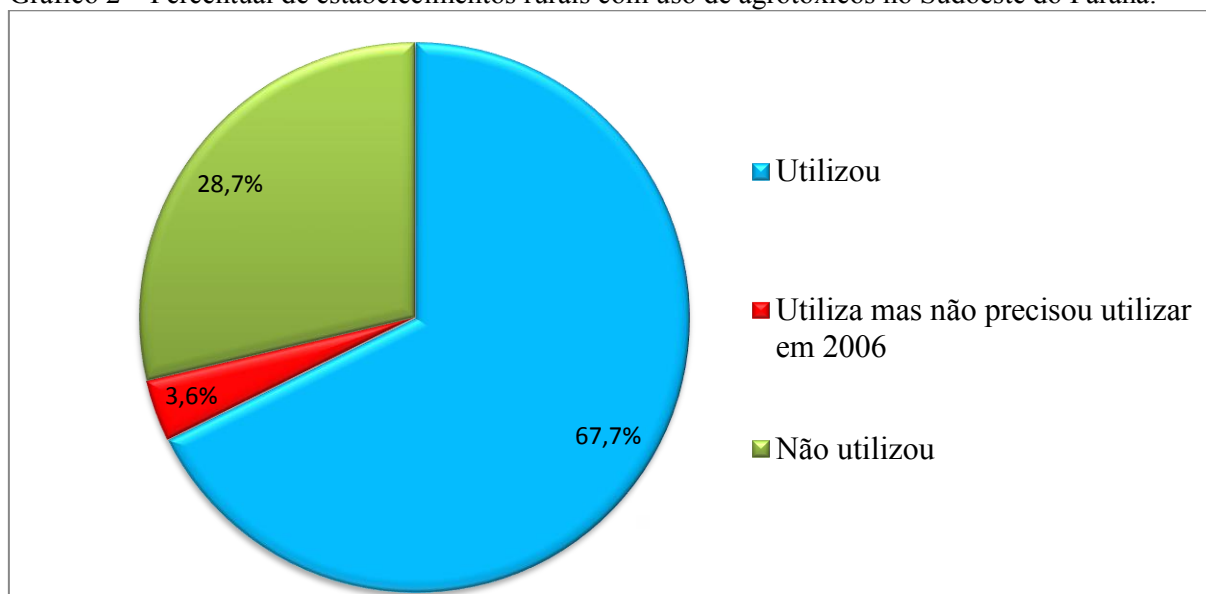
Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Em relação ao uso de agrotóxicos, no Sudoeste paranaense (Gráfico 2), mais de 28,7% declaram que não usaram em 2006; uma quantidade significativa considerando que não é necessário maquinário pesado para sua aplicação, pois muitos agricultores utilizam a máquina costal, o que facilita a aplicação de algum tipo de herbicida ou inseticida diminuindo a mão-de-obra. Conforme verificado em campo, a aplicação de herbicidas e inseticidas vai além da busca pelo aumento da produtividade ou da diminuição da mão de obra; em muitas situações, ela é necessária. Mesmo o agricultor optando por não utilizar agrotóxicos em algumas situações ele é “forçado” a aplicar, caso contrário corre o risco de perder a plantação; por exemplo, quando ocorre um ataque de pragas, ou quando ocorre um período muito chuvoso e não é possível fazer o controle mecânico das ervas daninhas. Uma parte dos agricultores que não utiliza agrotóxicos são os que optam por uma produção diferenciada tanto para a comercialização como para o consumo próprio, como os agricultores que produzem alimentos orgânicos.

O percentual de agricultores que utilizaram agrotóxicos no ano de 2006 no Sudoeste paranaense (67,7%) é maior que o percentual brasileiro (27%), da região Sul (59%) e do Paraná (54%). Isso é mais um elemento da heterogeneidade da agricultura da região: mesmo uma parte dos agricultores não tendo todos os equipamentos da produção mecanizada, eles utilizam quantidade significativa de agrotóxicos. Como já dito, esta característica está relacionada ao fato de que algumas produções realizadas na agricultura familiar, não

necessitam obrigatoriamente de máquinas, mas há utilização de agrotóxicos, como ocorre no cultivo do fumo.

Gráfico 2 – Percentual de estabelecimentos rurais com uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná.



Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

No município de Marmeleiro, em 2006, 89,2 % dos estabelecimentos utilizaram agrotóxicos. Uma porcentagem acima da mesorregião. Os agrotóxicos, entre os elementos da *modernização*, é o mais difundido entre os agricultores.

Em Marmeleiro o número de estabelecimentos em que se utilizam agrotóxicos e o seu modo de aplicação apresenta a mecanização parcial (Tabela 17). O número de pulverizadores costais é significativo. Principalmente na agricultura familiar, porque é esta que produz pequena quantidade de grãos e produção do fumo, atividades em que se utiliza a máquina costal. Também são estes que não possuem trator e, quando possível, para não contratar, utilizam a máquina costal para pequenos trabalhos.

Tabela 17 – Equipamentos utilizados para a aplicação de agrotóxicos no município de Marmeleiro

Tipo de equipamento utilizado na aplicação do agrotóxico	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e uso de agrotóxico (unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar e uso de agrotóxico (unidades)
Pulverizador costal	405	32
Pulverizador estacionário	13	02
Equipamento de tração mecânica e/ou animal	676	119
Outro equipamento	4	2

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Também existem produções, geralmente voltadas para o consumo familiar, como o feijão, a melancia, o tomate, etc. que sofrem o ataque de muitas pragas e, como a maioria dos agricultores não tem conhecimento de técnicas de controle que não sejam os herbicidas e inseticidas, acabam utilizando agrotóxicos, mesmo sendo uma produção voltada para o consumo da família e que teve as etapas anteriores realizadas de maneira não mecanizada. Entre 203 entrevistados, só 4 não utilizam algum tipo de agrotóxico, os demais usam ao produzir grãos para a comercialização ou para o consumo, e os produtores de fumo são os que utilizam em maior quantidade; os agricultores que comercializam o leite e produzem para o consumo, utilizam em menor escala, pequenas aplicações de inseticidas e fungicidas para o controle de pragas das plantações para o consumo, até mesmo aplicam herbicidas para a limpeza de ervas daninhas ao entorno da casa, galpões, estábulos etc.

O que os dados apontam em relação ao município de Marmeleiro e a região Sudoeste do Paraná é que, a maioria dos produtores não têm todas as máquinas e equipamentos para todas as etapas da produção e do transporte. Devido a essa mecanização parcial, uma prática utilizada pelos agricultores do Sudoeste e de Marmeleiro, constatada no trabalho de campo, para superar a falta de máquinas é a contratação de trabalhos mecanizados. Prática necessária porque uma grande parte dos produtores rurais não possui máquinas para todas as etapas da produção. Essa prática é realizada quando a demanda de trabalho excede a capacidade de força de trabalho da família ou em atividades em que seja indispensável o trabalho mecanizado. A contratação resulta na diminuição da renda do estabelecimento, conforme será detalhado mais adiante. Um dado que ratifica que, em Marmeleiro, a contratação de trabalho mecanizado é uma prática utilizada pelos agricultores para superar a mecanização parcial: nesta pesquisa de campo, encontram-se mais produtores de soja que colhem com colheitadeiras do que o número de colheitadeiras existentes em todo o município. Conforme constatado na pesquisa de campo e analisando os dados do Censo Agropecuário de 2006, a etapa na qual essa prática mais ocorre é a colheita. Porém, alguns produtores contrataram trabalho mecanizado em todas as etapas: plantio, controle de ervas daninhas e colheita. O valor pago pelo trabalho da colheita é em forma de sacas do produto, girando em torno de 10% a 14% da quantidade bruta colhida; observa-se que é descontado da parte bruta, dessa maneira o agricultor contratante do trabalho diminui ainda mais a sua renda e o contratado recebe as sacas livres de descontos (impureza, umidade, tributos). Sabe-se que a produção bruta para o agricultor sofrerá descontos significativos no momento da comercialização. Esse é um dos principais elementos que faz com que a produção de monoculturas como soja e

milho não tenham uma renda significativa em estabelecimentos rurais com pequena quantidade de área. O trabalho da colheita é o mais contratado porque a maioria dos agricultores não possui condições de comprar uma colheitadeira e a quantidade de área dos estabelecimentos não compensaria a compra do equipamento mais caro dos elementos da mecanização.

Outro problema é que, além dos gastos com a contratação desse serviço, no momento da colheita, os agricultores têm dificuldades de encontrar máquinas disponíveis porque os proprietários antes colhem as suas plantações; com isso, os que necessitam contratar as máquinas ficam à mercê da disponibilidade de tempo do agricultor que é proprietário das máquinas, como se pode perceber neste depoimento de um agricultor da comunidade de São Mateus:

[...] no ano passado, eu tomei um prejuízo grande, porque tive que plantar duas vezes [...] porque na primeira plantação não nasceu por falta de chuva [...] não tinha previsão certa de chuva, mas o homem que ia plantar pra mim só podia plantar naquele dia porque depois tinha o dele e outros pra plantar, e deu nisso: plantei, não choveu a semente morreu (AGRICULTOR 118, ENTREVISTA, 2014).

Percebe-se também, no depoimento, a *modernização* parcial dos agricultores, pois ao mesmo tempo em que ele acompanha a previsão do tempo, algo que pode ser considerado importante e atual, ele ainda não possui máquinas próprias para a produção.

Então, os dados apresentados mostram a *modernização* parcial do Sudoeste paranaense e, principalmente, do município de Marmeleiro. É uma *modernização* parcial, porém não estagnada; ela vem aumentando, acelerando o ritmo de tempo da produção; mesmo os que estão num tempo lento - como será apresentado mais a diante - vêm percebendo modificações no ritmo de tempo. E isso se reflete no aumento da quantidade produzida na lavoura temporária e permanente, na criação dos animais e, conseqüentemente, no uso do solo.

2.3 O uso das terras pelas produções agropecuárias

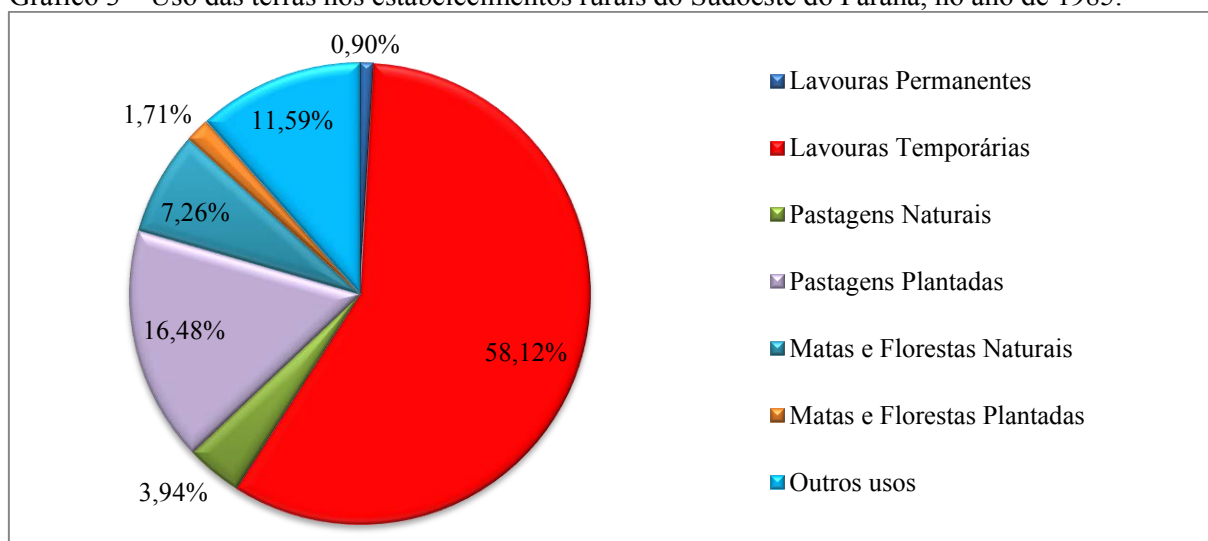
Apesar da *modernização* parcial na região Sudoeste do Paraná e no município de Marmeleiro, a produção agropecuária aumentou o uso do solo, assim como a criação de animais nas últimas duas décadas. Isso resulta da busca do aumento da produção através da *modernização*, do uso do solo para a produção agropecuária que avança buscando o aumento da produção e, conseqüentemente, o lucro; e também pela ocupação de diferentes áreas para a produção através dos assentamentos e reassentamentos. Em Marmeleiro, existem 10

assentamentos e 2 acampamentos. Então, os assentamentos e acampamentos ocupam terras que eram improdutivas ou com produções pouco significativas; uma parte dos seus ocupantes, são o resultado da expropriação e exclusão da *modernização* direta ou indiretamente e agora conseguem, ou ainda lutam para conseguir a propriedade da terra para produzir. Ainda são excluídos da *modernização*, ou inclusos pela face mais subordinante, que é a concorrência dos seus produtos com o padrão de produção e valores do mercado, sem possuírem as mesmas condições de mecanização e custeio da produção. Também avança o uso do solo pelos agricultores que não possuem todas as condições, mas não foram expropriados, conseguiram manter-se na terra, cuja produção é parcialmente mecanizada, produzem para o mercado, sofrem a concorrência das grandes produções, mas possuem mais acesso às políticas públicas, conseguindo mecanizar algumas etapas das produções e custeá-las.

Sendo assim, a mecanização da produção agropecuária é composta por níveis desiguais, mas vem avançando e isso se reflete no aumento da criação de animais e no uso do solo no Sudoeste do Paraná.

Em relação ao uso do solo no ano de 1985 (Gráfico 3), do total da área de estabelecimentos rurais do Sudoeste paranaense, 617.162 hectares são ocupados com lavouras temporárias; 9.608 hectares ocupados com lavouras permanentes; 41.861 hectares com pastagens naturais, 174.987 hectares com pastagens plantadas, 77.108 hectares com matas e florestas naturais, 18.140 hectares com matas e florestas plantadas e 123.063 hectares eram designados para outros usos como benfeitorias diferentes produções, casas, criação animal, entre outros, somando um total de 1.061.929 hectares.

Gráfico 3 – Uso das terras nos estabelecimentos rurais do Sudoeste do Paraná, no ano de 1985.



Fonte: Dados Agropecuários, Série histórica – IBGE, (1985).

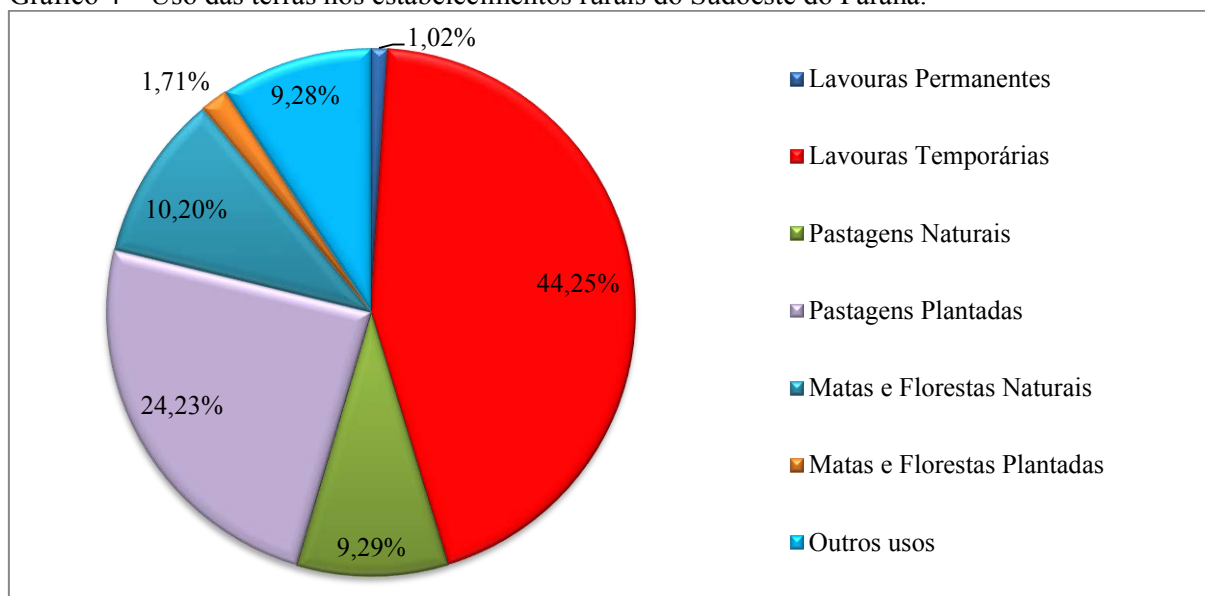
No censo de 1995/96, registram-se 456.542 hectares com lavouras temporárias; 10.605 hectares eram ocupados com lavouras permanentes; 249.966 hectares com pastagens plantadas; 95.818 hectares com pastagens naturais; 105.269 hectares com matas e florestas naturais, 14.684 hectares com matas e florestas plantadas e 95.718 hectares eram utilizados para outros usos, somando 1.031.602 hectares (Gráfico 4).

Pode-se observar que de 1985 até 1995/96 as áreas ocupadas por lavouras temporárias diminuíram consideravelmente, substituídas principalmente por áreas de pastagens (naturais e plantadas) que tiveram um aumento de 128.936 hectares ou 13,1 pontos percentuais.

Observa-se, na comparação entre os dois censos, a diminuição das áreas de lavouras temporárias em 14,4 percentuais, ao mesmo tempo, as áreas de pastagem apresentam um aumento de 13,1 % (128.936 hectares), isso significa a diminuição da produção de grãos e o aumento da produção de leite de 99.403.000 litros, em 1985, para 163.727.000 litros, em 1995/96, ou seja, 64,7%.

Em relação à criação animal, destacam-se no censo de 1985, o número de bovinos, 493.142, e aves, 654.577. No censo de 1995/96, o número de bovinos registrado foi de 752.998, um aumento de 52,6%; 13.209.705 aves, um aumento de mais de 1.900%. Em relação ao aumento no número de cabeças de animais, as aves e os bovinos foram os que mais se destacaram.

Gráfico 4 – Uso das terras nos estabelecimentos rurais do Sudoeste do Paraná.



Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (1995/96). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Em relação ao número de bovinos, suínos e aves, o Censo de 2006 não demonstra dados absolutos da quantidade de animais por mesorregião geográfica, os dados são da participação relativa da agricultura familiar, como será apresentado mais a frente.

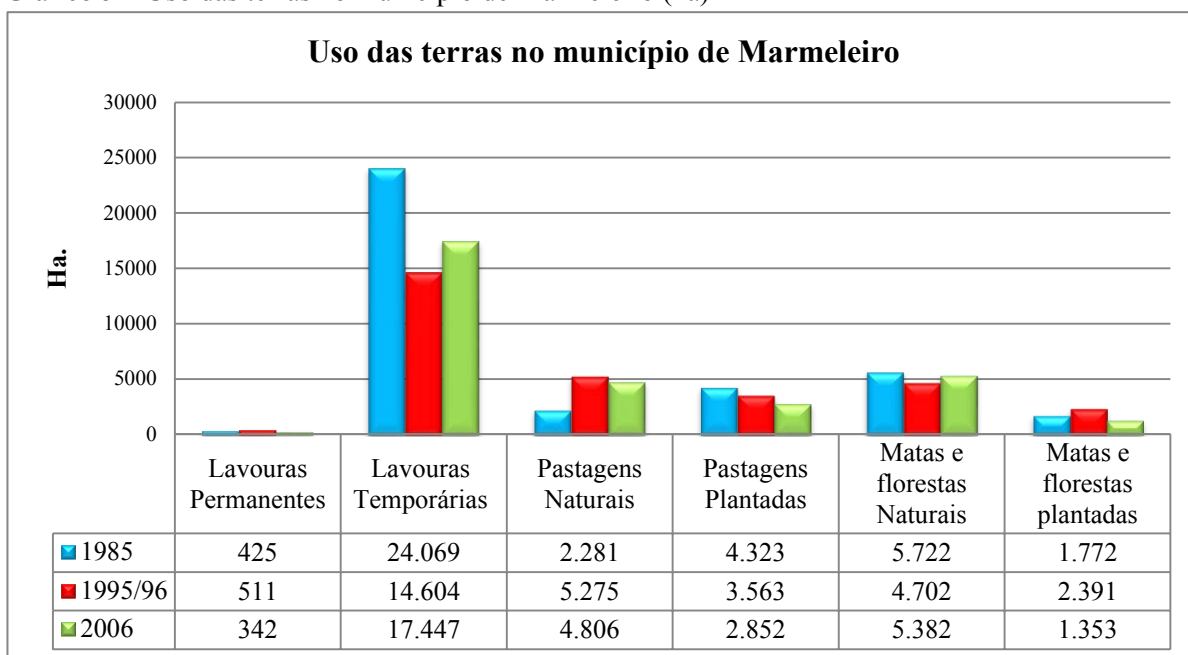
No ano de 2006, de acordo com o censo, 91,2% dos estabelecimentos agropecuários com produção de leite eram da agricultura familiar. Estes estabelecimentos eram responsáveis pela produção 85,7% de todo o leite da região, representando 85,2% do valor da produção leiteira do Sudoeste.

Marmeleiro segundo dados dos Censos Agropecuários de 1985, 95/96 e 2006, o Censo de 1985 totaliza uma área ocupada de 38.592 hectares, 7.546 (24%) maior que a área ocupada no Censo seguinte, de 1995/96, isso se deve a emancipação do município de Flor da Serra do Sul, que pertencia a Marmeleiro. Em relação aos censos de 1995/96 e 2006, o aumento na área ocupada foi de 3,5%, totalizando 32.182 hectares.

Conforme os dados do Gráfico 5, no ano de 1985, a área das lavouras temporárias era maior, com 62,4%. Em segundo lugar, estavam as matas naturais, com 14,8%, seguidas pelas pastagens plantadas, com 11,2%, superando as pastagens naturais que correspondiam a 5,9% e, por último, as matas plantadas constituíam 4,6% da área total ocupada. Comparando com os dados do Censo de 1995/96, houve poucas variações nas áreas destinadas às lavouras permanentes. Em relação à área ocupada pelas lavouras temporárias, ocorreu um decréscimo e as pastagens plantadas tiveram um decréscimo de 760 hectares. A emancipação do município de Flor da Serra do Sul contribuiu para isso. Em relação às pastagens naturais, elas tiveram um decréscimo no último período analisado 1995/96 a 2006.

Entre 1995/96 e 2006, as lavouras temporárias apresentaram um aumento de pouco mais de 19%. Em relação às áreas de pastagens, tanto as naturais como as plantadas diminuíram entre 1995/96 e 2006; essa diminuição relaciona-se à *modernização* da produção leiteira que passou a produzir de modo mais intensivo e menos extensivo, pois como se apresentará, a produção aumentou nesse período. As matas e florestas naturais tiveram um pequeno aumento de 14%; já as áreas de matas e florestas plantadas diminuíram sua área em aproximadamente 1.038 hectares em relação a 1995/96.

Gráfico 5 – Uso das terras no município de Marmeleiro (ha)



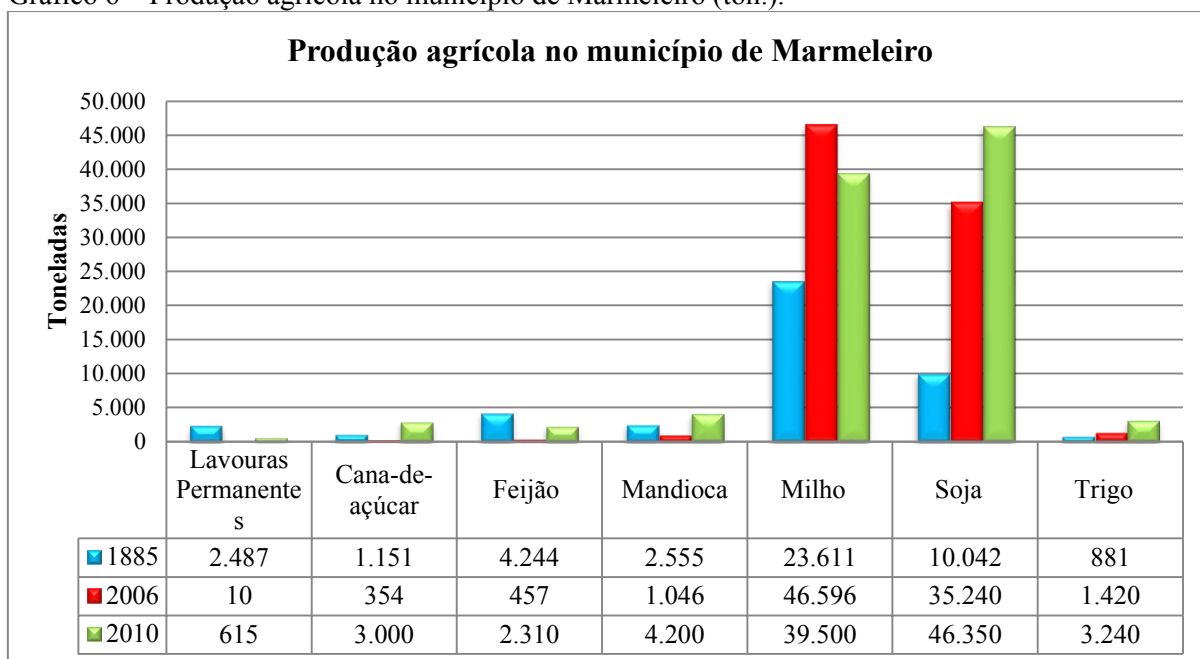
Fonte: Censos Agropecuários – IBGE, (1985, 1995/96 e 2006). Organização: BRAGA, L.C.

No Gráfico 6, apresenta-se as variações em relação à quantidade de produtos agrícolas produzidos no município nos anos de 1985, 1995/96 e 2006.

Em relação às culturas temporárias, há produções que perdem espaço no município entre os anos de 1985 e 1996, mas voltam a crescer em 2006: cana-de-açúcar, feijão e mandioca. A produção de feijão apresentou uma queda 83% entre os anos de 1985 e 2006. Essa queda está relacionada com o que já fora apontado anteriormente: as produções voltadas para o mercado vão ganhando prioridade entre os agricultores em detrimento das produções voltadas para alimentação familiar.

Conforme o depoimento de um dos agricultores, diminuiu a produção de feijão devido ao fato de que, durante um período, na região, não havia colheitadeiras específicas para o feijão, exigindo muito trabalho braçal. E também porque o ataque das pragas aumenta cada vez mais, demandando várias aplicações de agrotóxicos, aumentando o custo da produção. Segundo os agricultores, a média de aplicações de inseticidas e fungicidas é de 4 durante o ciclo produtivo. Com a pouca produção, houve o aumento dos preços do produto, e foram compradas colheitadeiras que realizam toda a colheita, sem a necessidade de trabalho braçal. A produção voltou a crescer e, reflexo disso, é que entre 1995/96 e 2006, houve um aumento de 405%.

Gráfico 6 – Produção agrícola no município de Marmeleiro (ton.).



Fonte: Censos Agropecuários – IBGE, (1985, 1995/96 e 2006). Organização: BRAGA, L.C.

A produção de milho, entre 1985 e 2006, quase dobrou, porém apresentou uma queda de 15%, se comparado 1995/96 com 2006; essa variação pode estar ligada ao contínuo aumento da produção da soja: entre 1985 e 2006, houve um aumento de 361%. A produção de soja e trigo não apresentou queda no período analisado. Isso porque as duas plantações são realizadas de forma combinada, devido ao clima da região. No inverno, planta-se trigo e, após a colheita do trigo, planta-se soja. Com o milho essa combinação é mais difícil, pois, no período mais propício para o plantio, o trigo ainda não foi colhido. Como se verá mais à frente, o milho perde importância na comercialização e passa a ser mais utilizado como alimento na produção leiteira enquanto a soja é produzida desde grandes produtores até os que possuem pequenas áreas.

Em relação aos animais (Tabela 18), o efetivo de aves (galos, galinhas, frangos, frangas e pintos) apresentou um aumento de mais de 392% entre os anos de 1985 e 1995/96. No período seguinte, houve uma queda de pouco mais de 15%, mas, entre 2006 e 2010, ocorreu um aumento de quase 11%, totalizando 1.777.348 cabeças de aves no município. O aumento do número de aves deve-se principalmente à integração dos agricultores à produção de aves, especialmente frangos para corte. Conforme verificado em campo, a criação de aves para o consumo no estabelecimento vem diminuindo.

O rebanho de bovinos do município apresentou uma evolução nos anos de 1985, 1996 e 2006, ocorrendo uma pequena diminuição no ano de 2010. Entre 1985 e 2006 houve um

aumento de 57% e, entre 1995/96 e 2006, de aproximadamente 9%. Entre 2006 e 2010, o efetivo de bovinos foi reduzido em 6%, o que pode estar ligado ao aumento da produção leiteira de modo mais intensivo, diminuindo as áreas de pastagens, utilizando mais rações industrializadas, silagem e animais de raças selecionadas que aumentaram a produtividade.

Tabela 18 – A criação de animais no município de Marmeleiro (cabeças).

Animais	1985	1995/96	2006	2010
Suínos	23.029	22.000	14.007	19.100
Bovinos	15.158	21.850	23.858	22.447
Aves	375.818	1.850.200	1.599.586	1.777.348

Fonte: Dados Agropecuários, Série Histórica – IBGE, (1985, 1995/96 e 2006); Pesquisa Pecuária Municipal, (2010). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Como já referido, para o aumento das produções e o uso das terras, as políticas públicas, principalmente o PRONAF, são importantes.

2.4 Papel do PRONAF para o aumento da mecanização e da produção agropecuária

Apesar de nem todos os agricultores familiares terem acesso às políticas públicas, conforme-se verá mais a frente, o PRONAF está sendo importante para a realização das produções, não só em Marmeleiro, mas em toda a região Sudoeste do Paraná, principalmente para a produção de grãos e de leite. Para esta última, devido às dificuldades da adaptação às normas sanitárias, o PRONAF Investimento tem um papel fundamental para a mecanização e estruturação da produção do leite. Apesar de algumas limitações, as políticas públicas têm contribuído para a discussão das políticas de ações no espaço dos municípios do Sudoeste do Paraná.

Do total de estabelecimentos agropecuários no Sudoeste do Paraná, praticamente 52% realizaram financiamentos no ano de 2006. Destes praticamente 85% são PRONAF e 15% são de outras linhas ou financiamentos particulares (Tabela 19).

O financiamento para custeio da produção é o mais utilizado, considerando o total, 78% dos financiamentos são para o custeio. Considerando só os financiamentos pronafianos, o custeio corresponde a 80%.

Dentro da finalidade do financiamento custeio, a linha⁴ C é mais utilizada, cerca de 51%. E a segunda linha mais utilizada é para investimento, justamente para compra de máquinas e melhoramento da estrutura.

Tabela 19 – Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento no Sudoeste do Paraná em 2006, por finalidade.

Finalidade do financiamento	Tipo	Total
Investimento	Não pronaiano	831
	Pronaf A	200
	Pronaf B	626
	Pronaf C	1.803
	Pronaf D	929
	Pronaf E	206
Custeio	Não pronaiano	2.625
	Pronaf A	851
	Pronaf B	2.147
	Pronaf C	7.851
	Pronaf D	3.793
	Pronaf E	778
Comercialização	Não pronaiano	6
	Pronaf A	1
	Pronaf B	10
	Pronaf C	7
	Pronaf D	4
	Pronaf E	2
Manutenção do estabelecimento	Não pronaiano	96
	Pronaf A	30
	Pronaf B	89
	Pronaf C	113
	Pronaf D	48
	Pronaf E	10

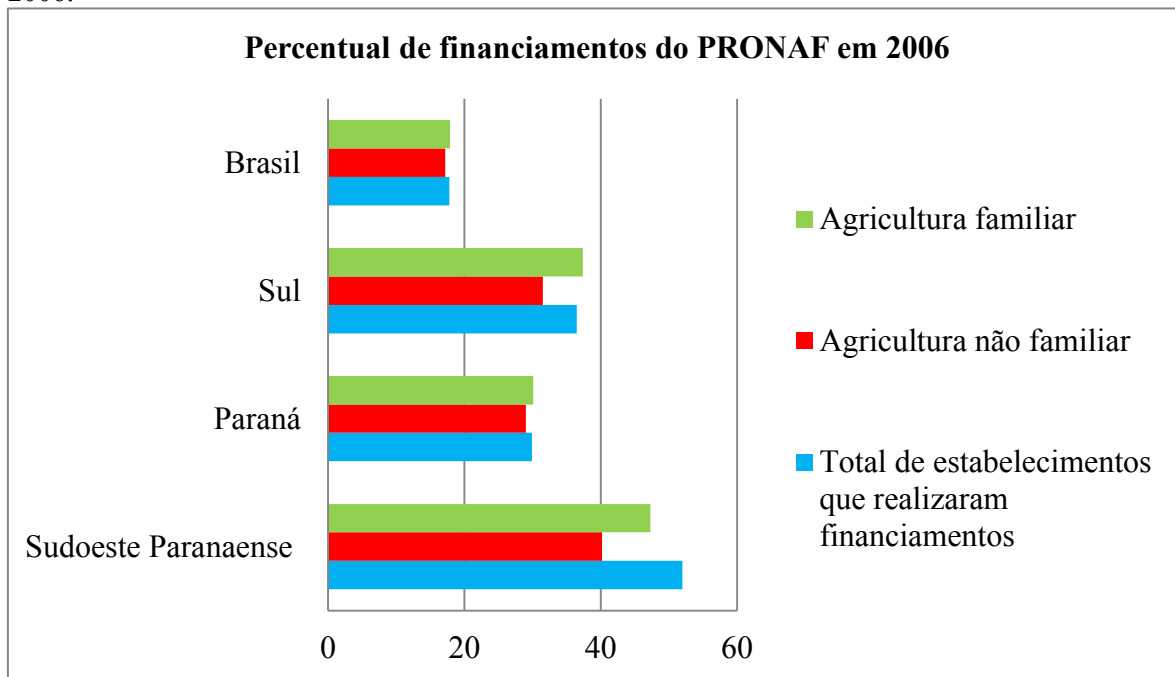
Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Outro ponto a destacar é que, somando os financiamentos para custeio e investimento da produção (pronaianos e não pronaianos), eles correspondem a 98%. Restando praticamente 1,5% para investimentos em manutenção dos estabelecimentos, os demais financiamentos são utilizados para a comercialização. Os financiamentos ainda têm o maior foco na produção agropecuária.

⁴ Em relação às linhas do Pronaf, as letras indicavam o seguinte: A = Reforma Agrária Banco da Terra. B = Baixa renda: DAP (Declaração de Aptidão do Pronaf) menor que 16 mil reais brutos ao ano. C e D = deixaram de existir. Segundo dirigente da CRESOL, o enquadramento passou por mudanças. No ano de 2013, as normas para acesso ao PRONAF, foram as seguintes: ter 80% da renda vinda da agricultura; a mão de obra ser basicamente familiar; pode ter DAP de até 360 mil anual; e quanto menor for a DAP do agricultor, menor é a taxa de juro.

Como se pode observar no Gráfico 7, os agricultores do Sudoeste paranaense realizam financiamentos acima do percentual do estado e da região Sul do Brasil.

Gráfico 7 – Percentual de financiamentos por mesorregião, unidade de federação, região e país em 2006.



Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C.

Em Marmeleiro, no ano de 1996, surgiu o PRONAF, conforme já mencionado com linhas de créditos mais favoráveis aos agricultores familiares. Esta política será mais enfocada porque são as linhas de crédito desse programa as mais utilizadas pelos agricultores em estudo, porquanto 54% dos agricultores entrevistados utilizam algumas linhas de crédito do programa. A maioria é o PRONAF custeio da produção (soja e milho) e o PRONAF investimento para a compra principalmente de tratores, implementos agrícolas e equipamentos para a produção de leite. No caso dos agricultores entrevistados, em relação aos investimentos, a maioria utiliza o PRONAF Investimento, linha que tem o objetivo de financiar infraestrutura e serviços nos municípios, pretendendo melhorar a infraestrutura física produtiva dos agricultores e possibilitar a sua permanência no mercado e com acesso oportuno e suficiente de crédito. Passa a ser uma possibilidade mais acessível para auxiliar no custeio da produção, porém deixa a desejar porque o foco principal ainda é a produção agropecuária com custeio de produções que não condizem com as condições dos agricultores.

No ano de 2006 (Tabela 20), foram realizados, em Marmeleiro, 988 financiamentos; destes, mais de 82% foram PRONAFs. Entre os pronafianos, mais de 80% foram utilizados

para o custeio da produção, conforme constatado em campo, principalmente, para a produção de soja e milho. Já o PRONAF investimento, em sua maioria, destinou-se à construção da infraestrutura para produção do leite.

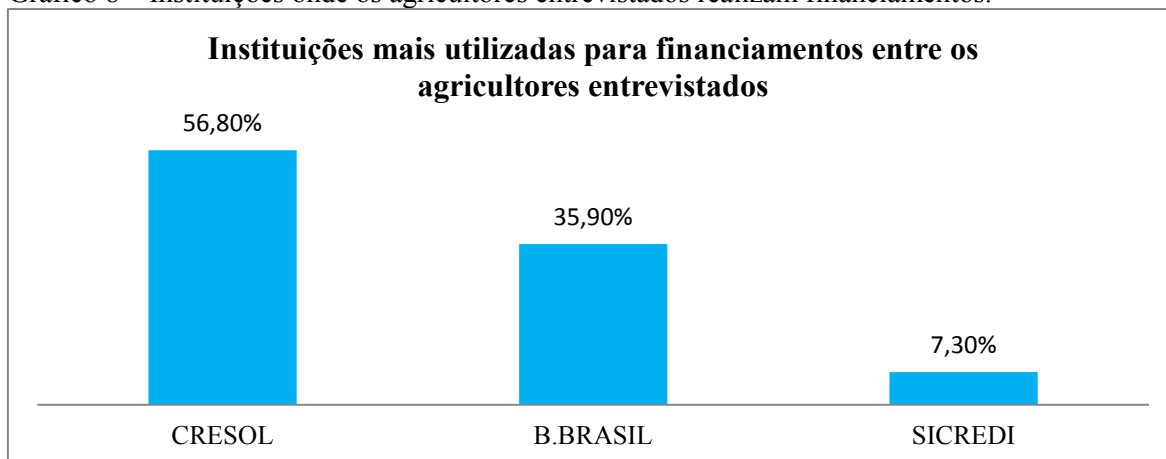
Tabela 20 – Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento por finalidade no município de Marmeleiro em 2006

Finalidade do financiamento	Tipo	Total
Investimento	Não pronafiano	46
	Pronaf A	64
	Pronaf B	5
	Pronaf C	38
	Pronaf D	41
	Pronaf E	12
Custeio	Não pronafiano	124
	Pronaf A	322
	Pronaf B	30
	Pronaf C	163
	Pronaf D	110
	Pronaf E	27
Comercialização	Não pronafiano	-
	Pronaf A	-
	Pronaf B	-
	Pronaf C	1
	Pronaf D	1
	Pronaf E	-
Manutenção do estabelecimento	Não pronafiano	1
	Pronaf A	1
	Pronaf B	-
	Pronaf C	1
	Pronaf D	1

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C.

No Sudoeste paranaense e no município de Marmeleiro, uma quantidade significativa desses financiamentos são realizados através da CRESOL – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, que faz parte do chamado cooperativismo solitário. Em Marmeleiro, 78% do PRONAF investimento e custeio são realizados através da cooperativa. Entre os agricultores entrevistados que realizam financiamentos, 56,8% fazem-no através da cooperativa (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Instituições onde os agricultores entrevistados realizam financiamentos.



Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

O cooperativismo é uma característica da região e do seu processo de formação histórica, que tem origem com os migrantes gaúchos e catarinenses que possuíam tal forma de organização em seus estados de origem. Cooperativas como a CRESOL poderiam fomentar um crédito diferenciado, que exercesse uma espécie de amortecedor do ritmo de tempo, para que as temporalidades rápidas não estabelecessem relações subordinantes com os agricultores. O que se questiona são as formas de inserção dos agricultores nos ritmos de tempo mais rápido; não se pode restringir o agricultor do acesso à tecnologia, informação, lazer, no entanto, da forma como está distribuído o acesso à tecnologia, “[...] é mínima a parcela das pessoas que, mesmo nos países mais ricos, se beneficiam plenamente dos novos meios de circulação [...]” (SANTOS, 2008, p. 202). Os agricultores precisam ter acesso a tecnologias menos degradantes, que não comprometam as suas condições financeiras e sua saúde, eles não podem negar o mercado, mas as relações sociais precisam ser modificadas.

Então, entende-se que cooperativas como as de interação solidária poderiam exercer essa função, já que surgiram do território dos agricultores para tentar aumentar a força dos agricultores no embate das relações de poder, mas elas estão se desvirtuando dos pressupostos. Diante disso, entende-se que seja importante apresentar um pouco da gênese da CRESOL, no âmbito do Sudoeste paranaense e em Marmeleiro, pois os agricultores do município participaram ativamente da sua criação e ainda, no município, foi constituída a segunda cooperativa, que hoje possui 92 unidades singulares distribuídas pela região Sul, Sudeste e Nordeste.

É consenso entre os entrevistados envolvidos com o cooperativismo (idealizadores e dirigentes) que a região Sudoeste do Paraná tem potencial e capacidade de organização para o

cooperativismo diferenciado. Segundo Dirceu Basso⁵ (ENTREVISTA, 2014), do ponto de vista acadêmico, existe um espírito de cooperação que permeia o histórico da região Sudoeste do Paraná. É importante perceber como o cooperativismo desenvolveu-se, quais foram os acertos, os ajustes e as mudanças ocorridas. É possível, então, entender que existe um embrião do cooperativismo no Sudoeste paranaense que possibilitou a constituição de cooperativas como a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF), Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL) e a Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI). O número de associados às cooperativas e entidades de classes pode ser observada na Tabela 21. O percentual de associados do Sudoeste é maior que o de todas as outras mesorregiões do Paraná e maior que o percentual da região Sul e que o percentual brasileiro.

Uma organização fundamental para que o Sudoeste paranaense tenha esse potencial cooperativista foi Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), pois esta instituição realizou várias ações que visavam desenvolver a organização entre os agricultores, aumentando a sua autonomia e qualificando-os para serem agentes no desenvolvimento de um modelo agrícola mais viável. Um dos propósitos da criação da ASSESOAR, em 1966, era a maior capacitação dos dirigentes para assumirem o sindicalismo e o cooperativismo que estava em fase de implantação na região (BONETI, 1998).

Com a crise do cooperativismo empresarial na década de 1980, os casos de corrupção e também com o redirecionamento que o Estado deu para que as cooperativas fossem um elemento fundamental no processo de *modernização* da agricultura, entendeu-se que era necessário rever o formato de organização dos agricultores como alternativa de reação ao cooperativismo empresarial, já que este estava excluindo agricultores descapitalizados (BASSO, ENTREVISTA, 2014).

7. Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Pelotas (1988), pós-graduação em nível de especialização Lato Sensu em Planejamento Municipal e Qualidade Ambiental pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1998) e mestrado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003). Participou de projetos em conjunto com a ASSESOAR, participou da elaboração de projetos para o desenvolvimento do associativismo e cooperativismo no Sudoeste do Paraná. Foi um dos idealizadores da CLAF. Atualmente é coordenador pedagógico do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos) e assessor institucional da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tabela 21 – Percentual de estabelecimentos agropecuários por associação à cooperativa e/ou entidade de classe.

Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Messorregião Geográfica	Total	É associa do (%)	Cooperativas (%)	Entidades de classe (sindicatos, associações/mo vimentos de produtores e moradores, etc.) (%)	Cooperativas e entidades de classe (sindicatos, associações/movi mentos de produtores e moradores, etc.) (%)	Não associ ado (%)
Brasil	5.175. 489	41,09	6,69	30,48	3,92	58,91
Sul	1.006. 181	56,26	15,75	25,50	15,02	43,74
Paraná	371.05 1	42,59	20,26	15,73	6,60	57,41
Noroeste	37.723	33,64	19,17	10,83	3,64	66,36
Centro Occidental	21.310	55,19	43,65	5,67	5,87	44,81
Norte Central	54.272	42,60	33,30	6,11	3,20	57,40
Norte Pioneiro	29.661	26,44	14,95	9,91	1,58	73,56
Centro Oriental	19.174	23,50	9,93	12,86	0,71	76,50
Oeste	53.216	52,63	34,99	10,06	7,58	47,37
Sudoeste	44.479	64,35	15,93	25,46	22,96	35,65
Centro-Sul	41.368	44,73	13,29	22,78	8,67	55,27
Sudeste	39.390	41,99	3,83	35,27	2,89	58,01
Região Metrop. de Curitiba	30.458	21,09	4,97	14,29	1,84	78,91

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

A partir 1985, o associativismo vai-se disseminando no Sudoeste do Paraná, através da formação de algumas organizações como a Coordenação Regional de Associação de Pequenos Agricultores (CRAPA).

Em 1992, as organizações dos agricultores discutiam se o “melhor caminho” organizativo eram as associações ou cooperativas. Foram realizados vários seminários para se debater essa questão. O que estava em discussão eram os aspectos legais, o cooperativismo tinha um marco legal construído, de 1971, uma lei autoritária. De outro lado, havia o associativismo que, no Paraná, conseguia comercializar através de algumas “brechas”. Buscava-se uma forma jurídica que possibilitasse o acesso ao mercado; então, naquela ocasião (1992), as associações por vizinhanças acabaram definidas como a forma organizativa.

Porém, essa forma de organização entra em crise nos anos 1995 e 1996 (BASSO, ENTREVISTA, 2014).

Outra ação para tentar fortalecer a organização da agricultura familiar aconteceu no início dos anos 1990, quando os movimentos sociais coordenados pela ASSESOAR, pelos sindicatos da região e pelos agricultores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) constituíram o Fundo de Crédito Rotativo (FCR) para contribuir com a viabilização da agricultura que recebe apoio financeiro da cooperação internacional e apoio das organizações populares da região.

Através do FCR, em 1996, emergiu o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), uma instituição para operar o crédito, estabelecendo parcerias para se ter acesso aos recursos das políticas públicas (BASSO, ENTREVISTA, 2014).

Com base no sistema organizativo da CRESOL, no ano de 1997, emerge outra organização cooperativa dos agricultores; trata-se da Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF). Diante da importância do leite e da situação em que se encontrava a atividade no interior dos sistemas produtivos e o planejamento das famílias, com pouco apoio dos governos e as empresas pagando um valor baixo pelo litro de leite, entendeu-se que se fazia necessário um sistema em que os agricultores familiares pudessem intervir na comercialização da produção. A CLAF visava promover estratégias de organização e de tecnologias a baixo custo para que os agricultores não fossem excluídos da produção leiteira, visando à venda conjunta do produto de forma a viabilizar um sistema de coleta de leite, além da prestação de assistência técnica e a possibilidade de maior participação dos agricultores na gestão da produção, pois só existiam pequenas e médias empresas comprando o leite, segundo Basso (2014), numa relação nem de compra e venda, mas de “recolhimento” de leite.

A CLAF, no ano de 2009, chegou a ter 22 cooperativas. Com isso, foi constituído um sistema para integrar as CLAFs, chamado SISCLAF e, em 2010, instalou-se uma fábrica para a produção de queijo no município de Itapejara d’Oeste.

Porém, segundo Lannoy⁶ (2009), a CLAF desvirtuou-se dos seus propósitos, que eram o de produzir leite a pasto por um baixo custo e ganhar na margem produzindo o leite com uma qualidade diferenciada e não na escala da produção. Atualmente as CLAFs passam por dificuldades. Isso ocorre porque os dirigentes preocupam-se em direcionar as cooperativas

⁶ Filho de pais belgas, nasceu na Nigéria. Possui graduação em Agronomia e mestrado em Sociologia Rural. Participou de projetos vinculados a ASSESOAR e da criação da CRESOL. Atualmente, ministra cursos, eventos e presta assessoria as organizações da agricultura familiar.

para concorrer com as empresas, afastando os associados. O processo de administração foi, aos poucos, deixando de ser democrático. No início, eram realizadas reuniões municipais e depois assembleias gerais com o propósito de integrar as CLAFs, mas isso foi desorganizando-se e as cooperativas passaram a agir individualmente. A rotatividade dos dirigentes diminuiu devido à tentativa da perpetuação do cargo, pois, através de um cargo de dirigente, um agricultor consegue uma ascensão econômica e social que ele não conseguiria de outra forma, além de dar-lhe certa estabilidade econômica. Com isso, ele investe na tentativa de manter-se no cargo, adotando uma postura mais competitiva, passando a ter os outros agricultores associados como concorrentes. Devido às dificuldades expostas, algumas sedes municipais da CLAF acabaram fechando, inclusive a do município de Marmeleiro.

Um dos pressupostos da CLAF e da CRESOL era o processo administrativo descentralizado. Segundo Christophe de Lannoy, para que não ocorra esse desvirtuamento é:

[...] fundamental a interação, nós sempre discutimos no cooperativismo solidário essa palavra, a interação [...] quando você tem várias estruturas pequenas, várias cooperativas, então a capacidade de interagir um com outro é maior, então sempre acaba tendo mais transparência e mais participação e por essa via mais controle social, os dirigentes têm menos oportunidades de se desvirtuar, porque eles são mais expostos e acaba havendo uma certa concorrência que é salutar. Quando você acaba sendo um grande cacique, único, a tendência de reproduzir a dominação que você contesta é real, então, as pequenas instituições acabam sendo facilmente capturadas por um pequeno grupo que se perpetua no poder. Isso é um drama, as estruturas acabam se afastando da base, se afastando dos seus objetivos mais legítimos, então, a meu ver, solução passa por esse debate (LANNOY, ENTREVISTA, 2014).

Com o fechamento da CLAF de Marmeleiro no final de 2012, os produtores passam a comercializar o leite somente com cooperativas de gestão empresarial e demais empresas. A CRESOL, que serviu de referência organizacional para as demais cooperativas que tinham uma proposta nos seus pressupostos de interação solidária – proposta que não se consolidou efetivamente –, também passa por desvirtuamentos, ou seja, não estão seguindo os pressupostos para os quais foi constituída. Pelo que se percebe nas falas dos agricultores – as quais serão apresentadas adiante - ela vem perdendo o caráter social, as políticas estão voltadas somente para algumas produções agropecuárias e não há preocupação em contribuir para aumentar a autonomia do agricultor familiar. A cooperativa passou a denominar os associados como clientes, conforme se observou ao participar de uma assembleia. Existem recursos para ações sociais, mas a cooperativa utiliza para o desenvolvimento técnico do sistema e aperfeiçoamento dos funcionários. Não há esclarecimentos sobre possibilidades

diferenciadas de crédito já que o PRONAF, agora, possui linhas de créditos diferenciadas como o PRONAF Agroecologia. Segundo informações da cooperativa, não há grande procura por parte dos agricultores por essas linhas de créditos diferenciados. Porém, os principais projetos para custeio são para a produção de soja e milho ou para investimentos em linhas como a do *trator solidário* ou, ainda, para a construção de estruturas para a produção de leite. Então não se percebe o viés diferencial que essa cooperativa tinha como objetivo na sua constituição. Muitos idealizadores perderam espaço nas cooperativas porque alguns grupos se mantêm no poder e desvirtuam essas cooperativas por não haver contestação por parte dos associados.

A função de cooperativas como a CRESOL não pode ser apenas a de agente financeiro especulador, mas a criação de instrumentos de desenvolvimento, gerando linhas especiais de crédito. Nesse sentido, poderiam ser concretizadas linhas para ativar potencialidades locais ou ações estratégicas necessárias para o desenvolvimento local. Nesse aspecto, ela poderia ter a sensibilidade que um grande banco não tem, pois os contatos com os associados são mais diretos e a solidariedade pode, de fato, fortalecer as famílias dos agricultores.

A CRESOL surge como uma possibilidade de amenizar os impactos da velocidade do tempo – já que os agricultores não possuem condições de mecanizar totalmente a produção – dando mais autonomia aos agricultores para que eles não sejam reféns de relações subordinantes, como também era o objetivo da CLAF. Essas cooperativas exercem um papel importante no processo de produção, comercialização e acesso ao crédito, porém elas passam por um processo de desvirtuamento dos seus pressupostos, conforme já mencionado.

A cooperativa tem a participação pouco ativa com os agricultores ocorrendo a massificação do crédito, perdendo o contato mais próximo com o agricultor e deixando de cumprir necessário. O que ocorre com a CRESOL é que ela disponibiliza os créditos, mas não há uma extensão técnica que oriente melhor a aplicação desse crédito. Por exemplo, alguns agricultores possuem uma estrutura (ordenhadeira, resfriador etc) de qualidade, porém, a quantidade produzida não otimiza a capacidade dos equipamentos, então ocorre o endividamento porque a produção não é suficiente. Nesse sentido, “todo o crédito tem que ser: adequado, oportuno e suficiente nem a mais nem a menos; muitas vezes, o problema da inadimplência acontece porque o crédito é muito facilitado para alguns, ou é mal direcionado” (LANNOY, ENTREVISTA, 2014).

Analisando os dados do IBGE (Tabela 22) percebe-se que é significativo o número de agricultores com dívidas em Marmeleiro, praticamente 75%, somando os pronafianos e não

pronafricanos. Dos agricultores pronafricanos, 68% possuem dívidas. E, do total de devedores, 62% possuem dívidas com bancos e instituições financeiras. O restante possui dívidas com cooperativas, empresas e com pessoas físicas; até mesmo quando o credor é pessoa física, a maioria dos devedores são pronafricanos. O que diferencia dos dados das entrevistas, pois os agricultores que não conseguem financiar apontaram que, às vezes, precisam recorrer a grandes produtores, aos vizinhos ou a agiotas para emprestar dinheiro.

Tabela 22 – Estabelecimentos agropecuários com dívidas, credores e valores das dívidas no município de Marmeleiro.

Credor	Pronafiano e não pronafricano	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Percentual dos credores dos estabelecimentos agropecuários	Valor das dívidas e ônus reais dos estabelecimentos no ano (Mil Reais)
Bancos ou agentes financeiros	Total		62%	10244
	Não pronafricano	122		5.308
	Pronafiano	532		2.015
Cooperativas ou empresas em geral	Total	311	30%	2.308
	Não pronafricano	40		321
	Pronafiano	146		1.113
Pessoas físicas	Total	93	8%	1.381
	Não pronafricano	19		964
	Pronafiano	41		148

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2105).

Então, para evitar a inadimplência, a cooperativa poderia utilizar a sua maior proximidade com o agricultor para orientação na utilização do crédito agrícola de forma viável para os agricultores familiares, não os deixando expostos aos interesses das grandes empresas ou inserindo-os em produções e ritmos de tempo que não condizem com as suas realidades e que subordinam o trabalho e a renda da terra dos agricultores. Com as mudanças nas políticas agrícolas e o maior acesso ao crédito, é possível verificar que a agricultura familiar está realizando mais financiamentos que a agricultura não familiar, logicamente é preciso considerar que o montante da agricultura familiar é bem menor, mas houve um avanço, por isso os créditos da agricultura familiar deveriam ser melhor aplicados, com a criação de linhas diferenciadas que não atendessem só a produção agropecuária.

Segundo o dirigente da CRESOL, dos financiamentos para investimento realizados pela cooperativa na safra 2013/2014, que correspondem por 78% dos PRONAFs realizados

no município, mais de 80% são utilizados na produção do leite. Até mesmo quando são para a compra de máquinas, como tratores, é para a utilização na produção leiteira, e mais de 80% do financiamento para custeio é para a produção da soja e do milho. Do restante, menos de 1% foi para a comercialização e manutenção dos estabelecimentos, pois o foco das políticas públicas são algumas produções agropecuárias.

Entre os 203 entrevistados, 107 fizeram financiamentos na safra 2014-2015. Quando se perguntou estão devendo financiamentos, independente do ano que realizaram, o número aumenta para 110 agricultores. Os que não realizam são principalmente os assentados e acampados e não o fazem por falta de documentação, informação, medo de contrair dívidas e porque as agências fornecedoras de crédito não têm confiança no recebimento dos financiamentos dos reassentados e acampados.

Do total de agricultores do município de Marmeleiro em 2006, 39% não realizaram financiamentos (Tabela 23). Do total de agricultores que não realizaram financiamento, 39% declaram que não utilizaram porque não precisaram. O restante não realizou por motivos como: burocracia, inadimplência, medo de contrair dívida, falta de conhecimento.

Tabela 23 – Agricultores que não obtiveram financiamento (unidades) e os principais motivos no município de Marmeleiro.

Motivos por não terem realizados financiamentos	Número de agricultores que não realizaram financiamentos
Falta de garantia pessoal	17
Não sabe como conseguir	3
Burocracia	62
Inadimplência	31
Medo de contrair dívidas	89
Outro motivo	107
Não precisou	248
Total	557

Fonte: Censo agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Entre as justificativas apresentadas nas entrevistas, 12% dos agricultores também declaram que não fazem financiamentos porque não querem pagar juros, não gostam de trabalhar com o banco, produzem apenas para o consumo ou arrendam a terra.

Neste trabalho de campo, verificou-se que 63,8% dos financiamentos para investimento foram para melhorar a estrutura para a produção do leite e o restante para a compra de tratores e equipamentos. O custeio, 45% utilizaram para a soja, 35% para o milho,

10% para o cultivo da pastagem (sementes e adubos) e 10% para (adubos orgânicos, feijão, plantações da safrinha). Em alguns casos, os agricultores realizaram empréstimos pessoais para custear a produção ou para pagar financiamentos das safras anteriores, porque não havia alguma linha de crédito disponível no momento. Encontram-se 110 agricultores que realizaram financiamentos; somando o número de contratos de custeio e investimento chegou-se a 154; destes 3 realizaram só o PRONAF investimento; os outros, além do investimento, também fizeram o PRONAF custeio (Tabela 24).

Tabela 24 – Agricultores entrevistados que realizaram financiamento - finalidade do financiamento.

Tipo do financiamento	Número de agricultores	%
Custeio	107	52,7%
Investimento	47	23,1%
Não realizaram financiamentos	93	45,8%

Fonte: Trabalho de campo, (2014/2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Dos agricultores entrevistados no município de Marmeleiro, 72% entendem que as linhas de crédito são suficientes (Quadro 1). As justificativas pela indicação de que o número de linhas de financiamento é suficiente baseiam-se nas possibilidades de comercialização dos produtos, principalmente milho, soja, e leite. A produção de fumo e aves não tem ligação direta com os financiamentos, pois as empresas fornecem os produtos. No caso da criação de aves, as principais empresas são a BR Foods (Sadia) e a Aurora e os produtos fornecidos por elas são as aves, rações e medicamentos. Os financiamentos são por outras linhas de crédito e algumas empresas fazem a intermediação; em outras, o financiamento é direto com o produtor. Na produção do fumo, a principal empresa que atua no município é a Souza Cruz; as sementes, os agrotóxicos etc. são fornecidos pela empresa, que abate os custos no momento da comercialização do fumo, como já mencionado. Alguns itens da produção do fumo somente a empresa vende, como as sementes; outros produtos podem ser comprados em lojas agropecuárias, mas não há um financiamento específico para esta produção através do PRONAF. Porém, os agricultores utilizam dinheiro do PRONAF para outras produções que não aquela financiada. Cinco produtores de fumo relataram que usaram o dinheiro do PRONAF, que era para o custeio da produção do milho, para pagar o trabalho de preparo do solo e para comprar fertilizantes químicos para a plantação do fumo. E outros usam o PRONAF para tratamento de saúde, para pagar parcelas de dívidas de compra de carros, eletrodomésticos etc.

Quadro 1 – Percentual de agricultores que acham que as linhas de crédito são ou não suficientes e as respectivas justificativas.

Percentual de agricultores	Justificativas
Sim - 72%	Os agricultores estão endividando-se com os financiamentos que existem.
	Os agricultores não sabem investir de forma correta os financiamentos, acabam utilizando-os para outros fins.
	Está sendo liberado muito crédito, não existe uma fiscalização correta, qualquer pessoa consegue pegar, mesmo não apresentando garantias de que vai pagar.
Não – 28%	Faltam linhas que ofereçam uma garantia quando acontece algum imprevisto com a produção, como uma estiagem.
	As linhas são suficientes, mas precisaria uma quantidade maior por linha.
	Mais linhas para a produção orgânica e agroecológica.
	Linhas que não fossem só para o milho e a soja.

Fonte: Trabalho de campo, (2014/2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Os agricultores que entendem que as linhas de crédito são suficientes não vislumbram outra possibilidade de produção. Quando são questionados se existe crédito para a produção orgânica, por exemplo, eles respondem que não e lamentam a falta dessas linhas ou o seu desconhecimento. Outra justificativa é o reconhecimento de que eles não sabem e não possuem orientação para a gestão e direcionamento dos créditos, pois uma das respostas mais comuns: “Não é necessário mais linhas de crédito porque os agricultores já estão endividando-se com as linhas que estão aí” (AGRICULTOR 31, ENTREVISTA, 2014). O endividamento também foi uma preocupação apontada pelo responsável pela secretaria de agricultura de Marmeleiro, Gilmar Garbin. Segundo ele, devido à quantidade de financiamentos liberados, está havendo um endividamento dos agricultores com as agências de crédito. O que ocorre é:

[...] falta de planejamento. O agricultor sabe produzir, trabalhar, mas não sabe planejar, ele não pensa a longo prazo, ele busca o imediatismo. Exemplo disso é na feira municipal que nós temos aí, nos sábados, tem que ter acompanhamento minucioso. O agricultor leva seus produtos na feira 2, 3 semanas, se ele não recebe um lucro alto logo de “cara”, ele já quer “largar mão” (GARBIN, ENTREVISTA, 2014).

É importante salientar que os agricultores têm dificuldade de planejamento devido à gradual mercantilização da produção e as forças externas que os condicionam a um ritmo de vida mais acelerado.

No caso de Marmeleiro, os agricultores dizem que a CRESOL é responsável pela grande liberação de créditos, pois ela tem uma proximidade maior com os associados e facilita o trâmite burocrático. Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), nos anos

de 2011, 2012 e 2013, 78% dos PRONAFs do município foram liberados através da CRESOL.

[...] a CRESOL faz um “ajeitamento”, às vezes, a pessoa nem poderia pegar, mas ela dá um jeito, aumenta uma cota daqui outra cota ali [...] eu mesmo, uma vez, tava com a conta no vermelho, devendo, e consegui fazer um financiamento [...] às vezes, eles fazem um para pagar o outro financiamento [...] eu acho que é ilusão, o colono se enterra cada vez mais, o problema é que tem um grupo que é privilegiado, os que fazem uma média com eles são os primeiros a receber financiamentos [...] então, por isso que, às vezes a gente desacredita das cooperativas, porque tinha que ser um negócio igual pra todo mundo (AGRICULTOR 72, ENTREVISTA, 2014).

Em relação aos agricultores que não conseguem crédito por algum impedimento como inadimplência, falta de documentação, falta de escrituras legais dos estabelecimentos, principalmente no caso dos acampados e de alguns assentados, a maioria mostra-se conformada com a situação, apenas dois apontam que deveria ter alguma linha especial para a situação deles. Os outros até concordam que seria importante ter uma linha para tal situação, mas, ao mesmo tempo, os acampados principalmente entendem que seria arriscado financiar a produção ou a compra de equipamentos na situação em que eles se encontram, pois não possuem equipamentos adequados, orientação e o solo precisa ser preparado, porque não está apto para receber o trabalho das máquinas. E também o foco deles no momento é produzir para alimentação, e como já foi dito, eles estão „satisfeitos“, no momento, por terem uma segurança em relação a um lugar para morar e poder produzir alguns alimentos.

Entre os 28% que entendem que as linhas não são suficientes, conforme o Quadro 2, eles pensam que seria necessário linhas de apoio para as diversas produções, com seguros mais facilitados, amortizações em caso de intempéries, renegociações com prazos maiores. Há divergências de opiniões entre os agricultores, pois alguns entendem que os créditos estão muito facilitados, as pessoas renegociam e não conseguem mais pagar, enquanto outros entendem que esses meios precisam evoluir.

Também os que não estão satisfeitos com os financiamentos disponíveis, entendem que é necessário um montante de crédito maior. E a terceira resposta mais significativa é que deveria haver outras linhas, não só para milho e soja. Entre as mais solicitadas estão financiamentos para a produção orgânica e agroecológica, e não são só os agricultores que praticam essas produções que indicaram essas linhas, mas também agricultores que têm interesse em iniciarem novas produções mas não possuem incentivos.

Os dados do campo apontam que o PRONAF tem um viés produtivista e setorial, atende aos agricultores mais capitalizados, os agricultores que possuem mais acesso à

assistência técnica e o auxílio no que se refere à extensão técnica que auxilia na elaboração dos projetos. Ou seja, são beneficiados os agricultores que podem suprir a demanda do mercado, pois, como apresentado, são poucos os assentados e acampados que realizam financiamentos. Isso faz com que não ocorra uma mudança no padrão de produção, mantém-se o mesmo foco nas produções de *commodities* como soja, milho, produções baseadas em insumos químicos que afetam o meio ambiente. O PRONAF não contribui para a diversidade, mas para a especialização.

Não se tem como objetivo alcançar diversidade, o que se procura é o aumento, a cada ano, no número de contratos. Esse é o elemento exaltado pela CRESOL; não há preocupação em diversificar o direcionamento do crédito, diminuindo o foco produtivista do PRONAF. Quando se questiona a política, o que é apresentado são dados demonstrando o aumento no número de contratos. E também busca-se a *modernização* da agricultura como a única forma de oferecer qualidade de vida ao agricultor. Continuando com esse viés setorial e celetista, ele vai aprofundar ainda mais as desigualdades, então, não se deve buscar só o aumento do volume de créditos, mas o atendimento de outras demandas que estão presentes no espaço rural.

Percebe-se que os financiamentos influenciam também na participação em entidades de classe, pois todos os associados da CRESOL são associados do STR, do qual os agricultores precisam da DAP, para conseguirem os financiamentos. Dos agricultores entrevistados, em Marmeleiro, 72% participam de alguma cooperativa ou entidade de classe. Entre os que participam, 83% são associados à CRESOL e ao STR. Depois desse, os agricultores são mais associados à cooperativa de gestão empresarial COASUL⁷, com 58% entre os que participam de cooperativas. Entre os que são associados a alguma cooperativa ou associação de classe, 50% são associados simultaneamente ao trio CRESOL, COASUL e STR. Em relação às cooperativas, a justificativa para a participação estão no Quadro 2.

⁷ Trata-se de uma cooperativa que compra grãos e vende insumos para a produção, rações para animais etc. Os associados têm descontos na compra dos insumos. E podem armazenar milho e soja na cooperativa, mediante pagamento de 04% sobre a produção armazenada.

Quadro 2 – Justificativas dos entrevistados para a participação nas cooperativas e entidades de classe.

Cooperativa ou entidade de classe	Justificativas
CRESOL	Maior facilidade para conseguir o acesso ao crédito, o processo é menos burocrático.
	Existe uma proximidade maior entre a cooperativa e o agricultor do que entre o Banco do Brasil e o agricultor.
	Os funcionários são conhecidos, alguns até amigos.
	E uma cooperativa criada por agricultores familiares.
	Porque a maioria dos conhecidos participava.
	Porque é uma cooperativa que torna os agricultores mais fortes.
	Porque é uma cooperativa em que a maioria dos associados são pequenos agricultores.
COASUL e ALFA	Porque é o local mais próximo para comprar os insumos.
	Porque é associado desde o início, mas não tem muitas vantagens.
	Porque o preço dos insumos é menor que nas outras empresas.
	Porque a cooperativa, quando solicitada, presta assistência técnica.
	Participa desta porque as cooperativas da agricultura familiar não são muito diferentes destas.
SICREDI	Porque os financiamentos não são liberados levando fatores como amizade, parentesco.
	Porque não muda nada em relação às cooperativas da agricultura familiar.
	Facilita o acesso ao Crédito.
	O atendimento é mais rápido do que outros bancos.
COOPAFI	Porque ela garante a compra dos produtos.
	Tem algumas palestras.
STR	Porque precisa da DAP fornecida pelo sindicato.
	Para conseguir financiamentos para construir casa.
	Porque a maioria dos projetos e financiamentos são ligados ao STR.
	Porque tem alguns benefícios como oftalmologista e outros tratamentos.
	Porque sempre fomos associados.
	Porque vamos precisar para nos aposentar.
	Porque o STR luta pelos nossos benefícios.
	Porque a mensalidade é barata

Fonte: Trabalho de campo, (2014). Organização: BRAGA, L. C. (2014).

Em relação à participação nas cooperativas COASUL e SICREDI, duas cooperativas de gestão empresarial, a justificativa é que, no caso da COASUL, os associados ganham desconto na compra de insumos, além de ser uma cooperativa com boa localização para entregar os produtos, diminuindo o gasto com o transporte, pois está localizada, na comunidade do KM 15, em Marmeleiro. Em relação à SICREDI, uma cooperativa de crédito, a justificativa é o contrário dos associados da CRESOL. Os associados da SICREDI, dizem que não existe “ajeitamento”, a relação é mais profissional, conforme o depoimento de um agricultor, da comunidade do KM 15:

[...] na SICREDI é assim: tá em dia, tem condições de pegar tal valor num financiamento, pega e pronto! Não tem que fica enrolando, esperando,

porque nas outras acontece umas coisas que não dá pra entender, às vezes você pede um financiamento, e outros que pediram depois, ganham antes (AGRICULTOR 81, ENTREVISTA, 2014).

As justificativas confirmam o que havia sido apontado em relação à CRESOL. A participação na cooperativa deve-se à maior facilidade de acesso ao crédito porque existe uma relação de amizade, uma proximidade entre os funcionários e os cooperados. E principalmente pela eliminação de alguns trâmites burocráticos, eles sentem-se mais à vontade com o ambiente da cooperativa. O problema é o que o entrevistado 18 relatou, que a proximidade pessoal e amizade são considerados critérios para a liberação de financiamentos.

Quanto à participação no STR, a maioria aponta que é para conseguir alguns financiamentos e porque precisarão para se aposentar. Entre os entrevistados, não há um engajamento político no STR.

Em relação às associações de classe, a participação da maioria ocorre por necessidade, como no caso do STR: “Eu sou sócio do sindicato pra conseguir a DAP, pra pega os financiamentos, porque eles são uns atravessador, não lutam por direito nenhum nosso, e ainda cobram mensalidade” (AGRICULTOR 23, ENTREVISTA, 2014).

O número de associados é maior na CRESOL porque é nela que há mais facilidade de acesso ao crédito. Na COOPAFI, o número de associados não é muito alto. Então, o que predomina para fazer com que os agricultores participem das associações e/ou cooperativas é o caráter prático-utilitário, ou seja, o crédito para a produção.

Existe um potencial para o cooperativismo, mas o interesse maior é pelo acesso ao crédito. No início da formação das cooperativas, existia uma ideologia, um engajamento político, mas depois se perdeu essa função.

O secretário da agricultura de Marmeleiro, Gilmar Garbin, foi um dos fundadores da CRESOL Marmeleiro. Ele entende que a mudança de estratégia da cooperativa para disponibilizar crédito para produções voltadas para o mercado e o desvirtuamento da proposta inicial que era financiar também produções diferenciadas foi um processo que não teve como “fugir”, pela própria sobrevivência da cooperativa e dos agricultores. O que ele entende que contrariou a proposta inicial foi a aceitação de grandes produtores e comerciantes do espaço urbano como associados.

As justificativas dos dirigentes atuais da cooperativa para a aceitação de outros associados que não sejam os agricultores familiares, é que foi uma necessidade para manter a cooperativa e também uma exigência do Banco Central. Garbin entende que não era

necessário, porque “[...] quem movimenta a cooperativa, faz o giro são os pequenos, ou seja, maioria no nosso município” (GARBIN, ENTREVISTA, 2014).

Em relação ao que alguns agricultores chamam de “ajeitamento”, na entrevista com os dirigentes da CRESOL, eles responderam que o que existe é uma pré-seleção que, às vezes, pode não ser considerada muito justa. É analisado o histórico do agricultor nas palavras do dirigente:

[...] às vezes, um associado que esteve sempre em dificuldades, sempre endividado, nunca gerenciou bem a propriedade e, aí, quer pedir um financiamento alto, a gente da uma segurada, disponibiliza um menor. Às vezes, um produtor que está em dificuldades, mas sempre gerencio bem, se esforçou para se manter em dia com a cooperativa, aí acaba liberando um financiamento, porque sabemos que ele tem condições de dar um retorno (DIRIGENTE da CRESOL, ENTREVISTA, 2014).

Então, existe essa relação diferenciada da cooperativa quando comparada com o Banco do Brasil. Existe essa proximidade maior com o agricultor que vai além da análise dos meios formais de verificação de inadimplência. Isso pode ser um ponto negativo, ou não, porque envolve questões de relacionamento pessoal. O agricultor que está passando por dificuldades pode ter um auxílio. O agricultor que tem um histórico de dívidas pode não receber o apoio necessário e voltar a ter dificuldades.

Também quando questionado sobre a falta de mais linhas de créditos para outras produções que não sejam só de grãos, o dirigente respondeu que a cooperativa disponibiliza todas as linhas de crédito oferecidas pelo Governo, inclusive para o PRONAF jovem, mulher e para produção artesanal, desde que os projetos estejam adequados e sejam viáveis. Segundo ele, os agricultores reclamam que não há outras linhas por falta de informação, eles não solicitam outras linhas. O dirigente também reconhece que falta orientação por parte da cooperativa, pois ela possui um único técnico, por isso, eles pretendem terceirizar a orientação, a ser paga pelo produtor.

Entre os que não participam da CRESOL, os principais motivos são: falta de interesse; entende que não é necessário; porque são aposentados. Eles entendem que não há diferenças da CRESOL com os outros bancos e empresas de comercialização de insumos. Em relação aos sindicatos, os agricultores pensam que eles deixaram de ser combativos na defesa dos interesses dos agricultores e passaram a ser especuladores, pois para fornecer a DAP, o agricultor precisa ser associado e estar com a mensalidade em dia.

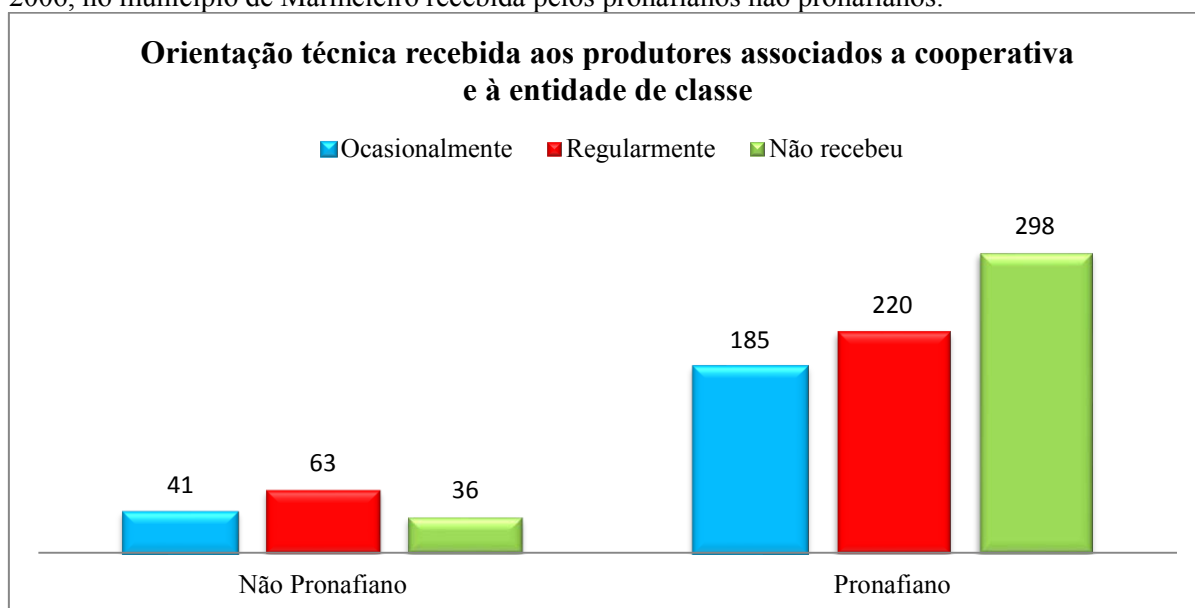
Outro motivo da não participação na CRESOL deve-se à orientação para a utilização dos financiamentos e a orientação técnica. Conforme se pode observar no Gráfico 9, apenas

32% dos agricultores pronafianos recebem orientação regularmente, mesmo sendo associados a cooperativas ou entidades de classe. Comparando com os não pronafianos, o número dos que recebem orientação é menor do que os que recebem o PRONAF.

A reclamação da falta de orientação é tanto referente às cooperativas de interação solidária como às outras instituições, como COASUL e SICREDI. Dos entrevistados, 75% entendem que falta, além da orientação técnica: direcionamento para uma produção mais viável; previsão dos valores das produções e dos insumos para a safra que está sendo preparada; técnicos que não queiram só vender insumos, que orientem conforme as necessidades dos agricultores. As cooperativas da agricultura familiar não oferecem assistência, os funcionários trabalham em funções burocráticas. Há assistência técnica mais regular somente com os integrados na produção de aves e na atividade fumageira, e quando solicitada das cooperativas de gestão empresarial.

Entre os 25% que afirmam que não precisa nem de orientação, uns dos principais motivos é por serem um pouco resistentes às novas técnicas. Pode-se perceber isso em depoimentos como este: “[...] não preciso de ajuda para plantar, aprendi com o meu pai, e prefiro fazer as coisas do meu jeito, os técnicos que vem aí nunca trabalharam na roça” (AGRICULTOR 25, ENTREVISTA, 2014).

Gráfico 9 – Produtor associado à cooperativa e/ou à entidade de classe. Orientação técnica, no ano de 2006, no município de Marmeleiro recebida pelos pronafianos não pronafianos.



Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

A orientação técnica e o direcionamento das produções constituem elementos importantes na mudança das temporalidades dos agricultores, no caso das empresas fumageiras e principalmente na produção de aves, ela passa a controlar de forma mais intensa as atividades dos trabalhadores. Nas produções em que não há orientação, o agricultor que produz de forma mais mecanizada, tem mais dificuldades, mas também mais liberdade. Então, existe a conflitualidade, os agricultores reclamam da falta de orientação, porém, reclamam, ao mesmo tempo, da perda de controle do seu tempo. Conforme os dados, pouco mais de 51% dos agricultores recebiam orientação técnica no Sudoeste Paranaense em 2006; mesmo assim, a região possui mais atendimentos do que as demais regiões do Paraná e o Brasil no seu conjunto (Tabela 25).

Mais de 12% das orientações provêm das empresas integradoras; isso porque elas têm interesse direto na produtividade bem como no controle da produção, conforme já apontado anteriormente. Já 14,7% são das cooperativas. Nas porcentagens estão inclusas as cooperativas de gestão empresarial que realizam as orientações com o intuito de vender insumos agrícolas. Nota-se que as orientações para produções alternativas (ONGs) são poucas, pois a maioria é voltada para as produções convencionais.

Apesar de que, a maioria das políticas públicas introduzem os agricultores, nas grandes produções de mercado que os subordinam, entende-se que as instituições e os agricultores podem procurar espaços de diálogos para tentar melhorar a aplicação dos recursos que lhes possibilite a permanência no espaço rural com qualidade.

Entende-se que elas devem atender outras demandas e não só a produção agropecuária para que os agricultores que queiram ficar no campo tenham acesso a serviços básicos. Em Marmeleiro, a CRESOL teria um papel fundamental, pois, como apresentado ela é importante no acesso ao crédito pelos agricultores.

Tabela 25 – Orientação técnica por Unidade de Federação, estado e mesorregião geográfica.

Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Messorregião Geográfica	Total	Recebe	Governo (federal, estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas de planej.	Ong.	Outra	Não recebe
Brasil	100	22,1	9,5	4,8	4,4	3	1,7	0,1	0,6	77,9
Sul	100	48,5	15,6	6,1	15,1	12,8	4,1	0,2	1	51,6
Paraná	100	44,1	10	6,6	17,8	8,5	5,5	0,2	0,9	55,9
Noroeste	100	37,2	15,3	8,1	11,4	2,9	2,4	0,1	0,8	62,8
Centro Ocidental	100	56,4	7,1	7,1	42,3	2,3	3,1	0,1	0,5	43,6
Norte Central	100	49,4	11,1	8,4	24,9	4,6	6,8	0,1	0,6	50,6
Norte Pioneiro	100	38	14,1	9,2	12,4	2,8	2,8	0,1	1	62
Centro Oriental	100	30,8	5,5	9,4	6,5	8,5	3,2	0,1	0,9	69,2
Oeste	100	63,7	7,2	6,3	37,9	10,9	10	0,5	1,1	36,3
Sudoeste	100	51,5	12,3	5,4	14,7	12,5	13,6	0,3	0,9	48,5
Centro-Sul	100	30,2	7,6	4,5	14,7	4	2,4	0,1	0,4	69,8
Sudeste	100	39,9	7,5	3,6	2,5	23,4	2,6	0,2	2,4	60,1
Metrop. de Curitiba	100	27,9	10,5	6,2	2,2	9,3	1	0,1	0,5	72,1

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2014).

Uma tentativa recente dessa visão mais abrangente do espaço rural, que incluiu o município de Marmeleiro, foi um projeto do Plano de Desenvolvimento Territorial do Sudoeste do Paraná – coordenado pelo Grupo Gestor de Território do Sudoeste do Paraná – (GETESPA), por meio do qual se buscou criar um espaço de diálogo entre a sociedade civil e o governo. Não eram projetos voltados para os municípios individualmente, tentou-se articular iniciativas em nível regional, já que o Sudoeste do Paraná faz parte dos Territórios Rurais.⁸ Entre 2003 e 2014, foram disponibilizados R\$ 6.730.000,00 para o território do Sudoeste do Paraná, atendendo 80 projetos, utilizados em conjunto com os agricultores todos passando pelas instituições ligadas à agricultura familiar, sendo, também para melhorar a infraestrutura organizativa das cooperativas. Para Marmeleiro, só um projeto foi exclusivo para o município, o “Projeto Sementes da Agricultura Familiar”, em 2006, o qual disponibilizou R\$ 27.000,00 para a compra de sementes para os agricultores, através do PRONAT. Na mesorregião, foram disponibilizados recursos para as Casas Familiares Rurais, universidades – para o laboratório de controle biológico da Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), campus de Francisco Beltrão – e também para a ASSESOAR. Foram investimentos para melhorar a infraestrutura das instituições da mesorregião, porém atingiram indiretamente Marmeleiro. Até 2009, tinha-se acesso ao PROINF custeio para qualificação do colegiado das instituições, todavia, partir dessa data, a SDT retirou esses recursos. Como o contrato dos gestores do território é por períodos curtos de 6 a 9 meses, a SDT estabeleceu uma gestão descontínua. Isso desmobilizou as organizações porque não se sabe se vai haver continuidade dos projetos pelos novos dirigentes. Atualmente, o colegiado responsável pela gestão do território é composto por 23 instituições, destas 11 são organizações dos agricultores familiares, movimentos sociais e as demais são instituições públicas. O colegiado é responsável pela aprovação dos projetos. Dentro dele existem as câmaras temáticas: industrialização, educação no campo, meio ambiente. Cada câmara analisa os projetos específicos de seu domínio. A coordenação é formada por 8 membros, 4 titulares e 4 suplentes. O colegiado reúne-se de 3 a 4 vezes ao ano, mas faz dois anos que não reúne todos os membros. No início, tinha-se acesso a um montante significativo de recursos, até recursos para deslocamento das pessoas para participarem das reuniões do colegiado.

⁸ O território tem uma pessoa na articulação e é custeada pelo governo federal através da UNICAFES. Há mais dois nomes da sociedade civil e dois do governo para coordenar o Grupo Gestor do Território do Sudoeste do Paraná. Sendo da sociedade civil, 2 dois da FETRAF, e, do Estado, dois representantes da SEAB.

A desarticulação do território, o não avanço dessas políticas ocorreu pela diminuição dos recursos e pela acomodação, pois as entidades já foram beneficiadas e passaram a agir individualmente. O acesso às emendas parlamentares também passaram a ter acesso direto pela as instituições, sem precisar passar por “dentro” do território.

Em relação aos projetos de cunho social, existem projetos voltados para os jovens, principalmente o debate sobre a sucessão familiar; dentro do colegiado também há pessoas ligadas à educação do campo. O que predomina, porém, segundo os representantes da UNICAFES, são pessoas que direcionam para a busca do aumento da produtividade, do aumento da renda.

Atualmente as instituições de apoio a agricultura familiar estão tentando implantar um projeto chamado SUASA (Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária). Esse projeto visa viabilizar as agroindústrias, unificando as leis de inspeção municipal, estadual e federal, a partir do momento que houve o reconhecimento da produção artesanal. Essa unificação é para que os agricultores possam comercializar seus produtos numa escala maior, pois, só em nível municipal não é viável. Então, esse projeto disponibilizaria uma estrutura de orientação e fiscalização, as despesas seriam rateadas pelo grupo de municípios participantes. Atualmente, o projeto possui 5 municípios no grupo: Marmeleiro, Itapejara d'Oeste, Verê, Salgado Filho e Renascença. Foi encaminhado o projeto por meio do território, mas devido às incertezas da liberação ou não e a demora burocrática para liberação, - outros projetos demoraram até 3 anos - as instituições estão buscando outras parcerias.

Em relação aos projetos implantados anteriormente, a maioria foi para a construção de infraestruturas, principalmente para a produção do leite em algumas cooperativas, através do PROINF. Entre as cooperativas beneficiadas estavam a COOPAFI e a CLAF. Para a COOPAFI, buscou-se a estruturação da produção orgânica, através da compra de um caminhão furgão para o transporte da produção e uma estrutura para armazenamento na região Sudoeste; para a CLAF, tanques de leite. Os agricultores participavam através dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, em que, após uma assembleia nas comunidades um representante da comunidade participava do conselho municipal. Porém, esse sistema foi modificado. Quem define efetivamente o destino dos recursos é o colegiado. Então, apesar dos objetivos multidimensionais dessas políticas, houve o redirecionamento das políticas para a produção. Segundo, o presidente do STR, nos conselhos discutem-se e são apontadas ações que não fiquem só no âmbito da produção agropecuária, contudo, não saem do plano do debate. Dentro das associações e por parte dos próprios agricultores, são poucos os que

pensam além da produção agropecuária no espaço rural, porém estes acabam “sufocados” pelo interesse da maioria, que é o direcionamento dos recursos para a produção nos moldes tradicionais do mercado. Entre as entidades, a articulação também não acontece, há divergências de posicionamento. E, quando se está construindo alguma linha mais coletiva, acontece a troca de dirigentes, alguns pouco qualificados, com uma visão imediatista, devido a essa política descontinua, como já citado.

Em Marmeleiro, além do SUASA, outros meios para tentar superar a via tradicional da produção e da comercialização já ocorreram, através da COOPAFI. Foi ela que organizou o Mercado do Produtor, um espaço com uma estrutura localizada na cidade para os agricultores familiares comercializarem seus produtos. Porém, não se manteve, a cooperativa e os agricultores não conseguiram manter uma produção contínua mensal. Também não havia uma padronização nos preços dos produtos, cada produtor definia seus preços, dessa forma, tornou-se um espaço caro comparado com os concorrentes, somando-se a isso, os custos da operacionalização tornaram inviável a continuidade.

A COOPAFI também operacionalizava o PAA e o PNAE, porém, segundo o presidente do STR, a cooperativa entendeu que o retorno era muito baixo e também porque, a partir de 2013, depois da operação da Polícia Federal “Agro Fantasma” que encontrou irregularidades na CONAB (que era com quem a COOPAFI organizava os projetos), as exigências para a aprovação dos contratos aumentaram, então, a COOPAFI entendeu que era muito oneroso e uma responsabilidade muito grande operacionalizar esses projetos, por isso, desde o início de 2014, parou de operacionalizar o PNAE.

Dois projetos, que são modalidades do PAA, a COOPAFI deixou de organizar, porém, estuda a possibilidade de voltar a gerenciá-los, são eles: o “Formação de Estoque” - neste projeto, a cooperativa comprava produtos com recursos da COONAB comercializava-os e devolvia para a CONAB o produto ou em dinheiro - o outro foi o chamado “Doação Simultânea”, em que se levantava junto às entidades assistenciais, como a APAE, um orçamento da demanda de alimentos, elaborava-se um projeto encaminhava-se à CONAB e, aprovado o projeto, o recurso vinha para a cooperativa. Esta organizava a produção com os agricultores e doava para as entidades os alimentos. A cooperativa prestava conta à CONAB e às instituições repassavam um relatório. Acabou devido ao aumento das questões burocráticas da CONAB e porque a COOPAFI está trabalhando com a produção de soja para o Biodiesel, porém, este projeto atinge um público mais estruturado. Os projetos anteriores eram para um público que tinha nesses projetos a principal fonte de renda. E, atualmente,

existe uma feira que é mantida pelo esforço dos feirantes, ela acontece todos os sábados e tem cerca de 10 feirantes. A prefeitura disponibilizou a estrutura, mas os feirantes têm um custo mensal para a montagem e desmontagem da estrutura.

Assim, como se percebe, as políticas ainda têm um forte direcionamento para a produção, o que, aliás, é fundamental para o agricultor, porém elas não conseguem maior desenvolvimento devido aos problemas apontados. Segundo os dirigentes, há uma articulação política para a desmobilização dessas organizações e das políticas territoriais devido aos acordos locais entre órgãos públicos e o comércio local. Por isso algumas linhas como o PAA foram desarticuladas assim como o PNAE, em alguns municípios como em Marmeleiro. Só é comprada, da agricultura familiar a quantidade exigida, que são os 30%, e, ainda, por um grupo definido pela prefeitura. As relações locais de poder ainda estão presentes e são um entrave para o desenvolvimento das políticas territoriais.

Apresentou-se até aqui alguns aspectos das produções agropecuárias das principais produções do município de Marmeleiro e destacando-as no contexto do Sudoeste do Paraná. As políticas públicas agrícolas, principalmente o PRONAF, foram importantes para tais produções nas últimas duas décadas. Mesmo as produções que não são financiadas diretamente por esse viés, como a produção do fumo e de aves, o agricultor utiliza o PRONAF para alguns de seus custos. Assim, as cooperativas da região tiveram papel importante nesse processo, tanto para o acesso ao crédito como para a comercialização da produção. Há destaque para a CRESOL que melhorou burocraticamente a acessibilidade do crédito para os agricultores, assim como outras cooperativas que, melhoraram as condições de produção dos agricultores familiares de Marmeleiro e depois acabam “perdendo” esses associados para outras cooperativas, ou agroindústrias.

Diante do exposto neste capítulo, concorda-se com Santos (2008) ao afirmar que, no Sudoeste do Paraná e em Marmeleiro, existe, desde a década de 1980 uma produção que pode ser considerada parcialmente *modernizada*. A *modernização* tem avançado, mas ainda não é total, ou seja, a maioria dos agricultores possui máquinas para algumas etapas da produção, não para todas. A mecanização tem como “carro chefe” a produção de soja e milho que são produções que possuem um pacote tecnológico mais simples de ser aplicado, porém com o PRONAF outras produções estão paulatinamente sendo mecanizadas.

Assim, existe uma multiplicidade de tramas territoriais e temporalidades na agricultura familiar. Algumas entidades emergiram do próprio território, exemplo disso são as

cooperativas, outras são inseridas por atores exógenos e utilizam a territorialidade local, como as empresas que se relacionam com o agricultor através do sistema de integração contratual.

Então, essa multidimensionalidade de relações presente no campo foi fortemente influenciada pela modificação da base técnica da produção agrícola, onde a agricultura familiar não é totalmente *modernizada*. Porém, a agricultura familiar não está desvinculada do mercado capitalista e do capital financeiro.

A seguir, aprofundar-se-á mais a análise dessas relações buscando entender os reflexos na organização interna dos estabelecimentos, como os agricultores reagem a esse processo, analisando as produções do município de Marmeleiro.

3 PRINCIPAIS PRODUÇÕES E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

3.1 Os diferentes níveis de mecanização no município de Marmeleiro

O Estado incentivou a *modernização* agrícola capitalista no Sudoeste do Paraná e, conseqüentemente, em Marmeleiro esse processo intensificou-se a partir de meados da década de 1970 e início da de 1980, conforme visto anteriormente.

Como já citado, a *modernização* não foi homogênea. Em Marmeleiro, a maioria dos estabelecimentos possui uma extensão de terra que não permite uma grande renda produzindo somente grãos. Com a difusão dessa produção e a não disponibilização de alternativas, além da influência exercida pelos representantes dos fabricantes de insumos químicos, parte dos produtores que tentaram inserir-se nessa forma de produção encontraram muitas dificuldades. Procuram suprir a falta de recursos com práticas como a contratação dos trabalhos – prática que encarece os custos da produção – e a compra de máquinas em grupos de vizinhança. Influenciados pelos agrônomos das empresas vendedores de insumos químicos, passaram a utilizá-los sem as condições financeiras e sem a orientação técnica necessária.

Outra prática, utilizada pelos agricultores, para tentar suprir o fato de terem pequenas áreas, é o arrendamento de terras de agricultores que contraíram muitas dívidas, ou também de aposentados e agricultores que têm o foco principal em outra produção que não demanda grande área de terra.

No início da *modernização* da agricultura, as dificuldades de inserção neste padrão de produção eram ainda maiores. Nesse processo, alguns tentaram realizar uma produção totalmente mecanizada, mas sem conseguir uma renda significativa retornaram às práticas anteriores, como a produção para a alimentação familiar, com trabalho braçal e tração animal. Em Marmeleiro, na década de 1980 e início da de 1990, o que mais ocorreu foi a incorporação de algumas técnicas, as mais acessíveis e a conjugação com formas antigas de produzir. Nesse período, de acordo com 58% dos entrevistados, ocorreu a mecanização de algumas fases da produção e a continuidade de produções consideradas tradicionais, como a de grãos, utilizando matracas para o plantio; a colheita, através do trabalho manual e debulhando na trilhadeira⁹, utilização de tração animal para preparar o solo e transportar os produtos; o plantio, consorciando algumas plantas como milho e soja, além do milho safrinha. Havia

⁹ Debulhador estacionário de grãos como soja, milho, arroz, feijão, movido a motor a gasolina.

também a produção de alimentos para o consumo familiar, realizada de forma manual, como o cultivo da batata-doce, mandioca, abóbora, vagens, feijão, entre outros.

Conforme os entrevistados, para 80% dos agricultores, o primeiro elemento considerado moderno, no início da década de 1980, foram as sementes selecionadas. Continuaram plantando com matracas e eliminando as ervas daninhas com capinadeira de tração animal ou enxada. O solo ainda era arado a cada novo plantio. Posteriormente, passaram a realizar o plantio mecanizado, contratando esse trabalho, mas o controle das ervas daninhas continuava sendo realizado da mesma forma. E a colheita, era realizada através de trabalho braçal.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, começou a ser utilizado o plantio direto. Naquele momento aumentou a contratação de trabalho mecanizado para a produção e para a colheita; outros optaram por outras produções: integração na produção de fumo e aves. Alguns conseguiram *modernizar* a sua produção de *comoditties*. E, assim, as produções voltadas para o mercado foram sendo inseridas nos estabelecimentos, em alguns mais, em outros menos, estabelecendo outro ritmo de tempo, mais ligado ao ritmo da produção de mercado. Com as políticas agrícolas, basicamente o PRONAF a inserção ao mercado e a aquisição de equipamentos aumenta entre os agricultores familiares, porém, mesmo assim, atualmente, a *modernização* é parcial.

A conjugação, nos estabelecimentos da agricultura familiar, de diferentes produções voltadas para a comercialização e a produção para alimentação familiar, geram diferentes níveis de mecanização e integração ao mercado. Ou seja, os agricultores familiares, possuem uma variedade maior de produções porque isto é uma necessidade, diante do processo desigual da *modernização* da agricultura que os deixou em uma situação frágil e instável diante dos valores do mercado. Então, como meio de garantir a sobrevivência, eles não podem ficar dependentes de uma produção: como uma garantia a mais, produzem alguns alimentos para o consumo. Eles precisam ter essa flexibilidade para poder adaptar-se às variações do mercado. Porém, quanto mais eles mercantilizam as suas relações de produção, mais o seu ritmo de tempo passa a ser influenciado por elementos externos.

A mecanização desigual gera uma conjugação de diversas técnicas e atividades, resultando em diferentes níveis de integração ao mercado e mecanização, que podem ter variações significativas mesmo num município pequeno como Marmeleiro.

Os sistemas de produção implementados caracterizam-se geralmente pelas técnicas utilizadas. Entre um país e outro, uma região e outra, um município e outro, mas também dentro de um mesmo vilarejo, nem todos os produtores

utilizam as mesmas técnicas de produção. Assim, por exemplo, alguns produtores fazem regularmente silagem, utilizam essencialmente a inseminação artificial, empregam adubos químicos, pesticidas e fungicidas etc. Outros, ao contrário, preferem armazenar sua forragem, utilizar os adubos naturais de que dispõem, ter seu próprio touro, carneiro, bode etc. Outros, ainda, situam-se entre estes dois extremos. Por outro lado, um sistema de produção intensivo utiliza técnicas „de ponta” que levam o produtor a uma maior dependência externa: dependência tecnológica, pois essas técnicas, cada vez mais sofisticadas, precisam da assistência quase permanente de especialistas; dependência financeira, pois essas novas práticas levam geralmente a custos de produção adicionais; e dependência comercial com a generalização dos contratos de produção (LAMARCHE, 1998, p. 66).

Essa variação de níveis de mecanização e integração ao mercado acontece porque a expansão dos tempos rápidos não se dá de modo hegemônico, aqui relacionando-se os diferentes ritmos de tempo com a *modernização* da produção agropecuária e suas técnicas. Assim, apesar dos sistemas técnicos terem a sua distribuição geográfica irregular e seu uso social hierárquico, tornam-se mundiais. No capitalismo, acelera-se a internacionalização das técnicas, com isso, pode-se falar em uma *idade universal das técnicas* (SANTOS, 1985), isso faz com que exista uma diversidade de relações, formas de produção e técnicas, pois os tempos rápidos afetam cada espaço com uma intensidade diferente; eles não estão disponíveis para todos, então, eles modificam as temporalidades dos que se inserem nesse processo, total ou parcialmente. Os benefícios maiores são para os grandes produtores que possuem condições de mecanizar senão toda a produção, no mínimo as etapas fundamentais.

[...] o avanço da produção com a implantação de redes de comunicações, integrando-se ao mercado em todas as escalas, beneficia diretamente a grande propriedade, pois sua produção é diferenciada fundamentalmente à comercialização. E, ao obter a redução dos custos, com as melhorias seja de infraestrutura, seja de tecnologia utilizada, contrapõem-se no mercado de maneira desigual com a produção realizada em moldes tradicionais (ANTONELLO, 2001, p. 42).

A partir da análise das temporalidades entende-se que elas são os ritmos das territorialidades que, por sua vez, são a efetivação do uso do território, as atividades que ocorrem no cotidiano dos agricultores. Tenta-se demonstrar esse processo através da análise das temporalidades dos agricultores que têm seu ritmo de tempo modificado pelo nível de inserção ao mercado e pela mecanização.

De acordo com esta pesquisa o desnível da mecanização gera uma conjugação de temporalidades, e essa conjugação é possível porque, em 2006, 86,5% dos estabelecimentos são considerados familiares, ou seja, uma agricultura em que há mercantilização de relações

de produção, mas ainda mantém alguns elementos da vida camponesa como a produção para o consumo no estabelecimento, o vínculo com a terra, a predominância do trabalho familiar e a dilatação da jornada de trabalho. Elementos estes que permitem sua reprodução diante da sua fragilidade em relação ao mercado. Dos entrevistados, 85% dos agricultores têm como objetivo a reprodução da família, porém, gostariam de obter uma renda maior, mas diante das condições, conseguindo o básico consideram bom. O restante (15%), dos agricultores mais mecanizados, utiliza a sua renda para buscar o lucro, através de investimentos na produção como a compra de máquinas, mais áreas de terras e também investimentos em imóveis urbanos. Segundo eles, o bem estar da família já está assegurado.

Alguns aspectos apontados por autores como Ariovaldo Umbelino de Oliveira em “Agricultura Camponesa no Brasil” e José Vicente Tavares dos Santos em “Os Colonos do Vinho”, pertencentes à agricultura camponesa e já referidos anteriormente, são encontrados nesta pesquisa. A importância e a intensidade dos mesmos variam de um estabelecimento para outro. Por isso, não é possível generalizar a agricultura, atribuindo denominações sem considerar suas diferenças. A agricultura familiar é uma construção histórica, alguns elementos permanecem e outros, considerados novos, são incorporados.

Candiotto (2011) tem razão ao afirmar que, apesar da base camponesa, da herança de alguns elementos, os conceitos de agricultura familiar e de camponês são distintos. O conceito de agricultura familiar é mais recente do que o de camponês. Sua gênese vêm de um período em que as relações capitalistas são muito mais intensas e complexas. E apesar de alguns elementos se manterem, eles ganham novas funções; outros não se mantêm como, por exemplo, os trabalhos de ajuda mútua e a produção para o consumo, vem gradativamente diminuindo, conforme será visto. Porém, a agricultura familiar é resultado de um processo histórico e não só uma criação do Estado para classificá-lo, afim de direcionar as políticas públicas.

Para entender a noção de que elementos do presente estão no passado e elementos do passado estão no presente, que o tempo não é linear, pode-se utilizar a analogia de Latour (1994), quando este autor sugere que se imagine os elementos contemporâneos ao longo de uma espiral, ter-se-á um futuro e um passado, mas um passado que não está ultrapassado, ele está rearranjado, retomado, combinado no presente e no futuro. Quando se observa os anéis da espiral, percebe-se que eles aproximam alguns acontecimentos que se acredita estarem distantes e sem ligação. E, alguns elementos que parecem ser contemporâneos, estão mais distantes, ou não são tão novos assim.

Tal temporalidade não força o uso das etiquetas „arcaicos“ ou „avançados“, já que todo agrupamento de elementos contemporâneos pode juntar elementos pertencentes a todos os tempos. Em um quadro deste tipo, nossas ações são enfim reconhecidas como politemporais (LATOUR, 1994, p.74).

Ainda segundo Latour (1994), não há recuo e nem avanços, o que há é uma seleção de elementos pertencentes a diferentes tempos. Essa seleção é que faz alguns elementos “passarem”, as *variáveis* que permanecem é que dão continuidade.

Assim, o movimento de vai e vem do tempo está presente em todas as relações. Os agricultores possuem máquinas para a produção como o trator, que é considerado moderno, que possui a roda que foi criada há milhares de anos, o motor a *diesel* que foi inventado no século XIX. Utiliza um arado que era tracionado por animais, que passou por várias reinvenções, desde o seu avanço para um arado que não colava o solo e era conduzido por animais, até ser utilizado pelo trator. O trator é guiado nas atividades por um agricultor que – apesar das modificações dos sistemas de produção – tem o saber fazer, a *síntese do tempo*, de gerações, no trabalho com as produções agrícolas. Um trabalhador menos mecanizado, como será apresentado mais a frente, na produção do leite, por exemplo, utiliza alguns tratamentos com as vacas que vêm de gerações, como dar nome a elas, aplicam um tratamento mais “carinhoso” ao animal. As razões do tratamento diferenciado não se restringem apenas ao apego sensorial dos agricultores, mas ao estado de tranquilidade em que o animal permanece ao ser tratado “carinhosamente”. Possuindo mais “confiança” no agricultor, o animal torna a ordenha mais fácil.

Numa produção mecanizada e mais integrada ao mercado, utiliza-se a ordenhadeira mecanizada, e não há o mesmo tratamento com os animais, pois ele tem uma quantidade maior de vacas, produz uma quantidade maior de leite, não tem tempo para essa técnica e/ou costume. O seu sistema de produção é racionalizado, mas, mesmo assim, ele utiliza conhecimento acumulado, como, por exemplo, ele consegue identificar um animal quando está doente pelo seu comportamento, porém, o tratamento da doença ocorre com medicamentos considerados contemporâneos, mas para o desenvolvimento dos mesmos foi utilizada a observação, a experimentação de diferentes métodos, até se chegar ao resultado mais eficaz até o momento. Como já apontado na introdução:

O progresso modernizador só pode ser pensado se todos os elementos que são contemporâneos de acordo com o calendário pertencem ao mesmo tempo. Estes elementos devem, para tanto, formar um sistema completo e reconhecível. Então, e somente então, o tempo forma um fluxo contínuo e progressivo [...] (LATOUR, 1994, p. 72).

As práticas e os saberes mais simples utilizados na agricultura são uma conjugação de diversos tempos. Resultaram de várias sucessões de experiências e repetições com acertos e erros até chegar ao melhor resultado possível. Com a implantação de algumas produções, principalmente no sistema de integração, os agricultores aprendem a utilizar um pacote tecnológico em curto tempo, porém permanecem saberes que foram adquiridos. O próprio pacote tecnológico não é algo totalmente inédito, existe todo um processo de pesquisa que levou à atual conjuntura.

O fato é que nem todos os elementos da *modernização* são inéditos, mas a conjugação dos tempos proporciona ao homem um conhecimento que possibilita maior racionalização das atividades. Cada vez mais é possível aumentar a velocidade das ações. Apesar do tempo rápido não abranger todos os espaços diretamente, gerando várias conjugações com diferentes ritmos de tempo (SANTOS, 1997), devido à globalização, os tempos lentos são comparados aos rápidos em todos os locais. É devido a essa ação indireta dos tempos rápidos que se percebem os diferentes ritmos de tempos, ou seja, os tempos mais lentos.

Mesmo não atingindo de forma direta, os tempos homogeneizantes exercem pressão sobre a maioria dos agricultores. A *modernização* da agricultura, como apresentada foi seletiva em relação às regiões, aos produtos e ao estrato de agricultores, mas, mesmo assim, as regiões e os agricultores que não foram envolvidos sistematicamente com a mecanização da agricultura, sofreram influência desse processo, como apontam Gonçalves Neto (1997), Silva e Kageyama (1988), Muller (1989).

A heterogeneidade das condições de produções e o aumento no ritmo de tempo influenciaram até mesmo os agricultores mais afastados. No trabalho de campo, no município de Marmeleiro, onde existem diferentes níveis de integração ao mercado e mecanização, em alguns estabelecimentos, os elementos do passado estão mais presentes e, em outros, eles foram reorganizados. Mesmo que alguns agricultores dos acampamentos e assentamentos não têm a produção voltada para o mercado, a prioridade é produzir alimentos para o consumo. Eles são afetados pelo tempo rápido, pois não possuem mais as sementes crioulas, precisam comprar as sementes e os que produzem pequena quantidade para a comercialização precisam produzir nos moldes do mercado, sua produção sofre concorrência desigual dos grandes produtores, não possuindo tais produções as mesmas condições técnicas e financeiras.

Para demonstrar os diferentes níveis de mecanização e a conjugação desses elementos que permanecem e são conjugados com os considerados modernos, optou-se por analisar, de modo mais aprofundado, algumas comunidades rurais do município, porque, como já dito, as

técnicas diferenciam-se desde as escalas maiores até as menores, diferenciando-se de um estabelecimento para outro, onde as produções ainda não são padronizadas. A análise pelas comunidades justifica-se porque existem muitas variáveis nas condições de produção do município como máquinas, implementos, tamanho de área de terra, quantidade produzida para a comercialização e para o consumo, não há homogeneidade, mas no interior das comunidades existem certas semelhanças, por exemplo, em algumas concentram-se os aviários, os tratores, as colheitadeiras, as maiores áreas plantadas, enquanto em outras há poucos tratores, a produção para o consumo é fundamental, maior concentração da produção de fumo, que exige mais mão de obra, ainda se utiliza mais equipamentos como arado de tração animal, carroça, trilhadeira. Então a diversidade de temporalidades pode ser apresentada através da análise e comparação das comunidades.

Optou-se por analisar a mecanização e, conseqüentemente, a integração ao mercado através das comunidades, pois nelas existe certa semelhança do ritmo de tempo devido ao seu processo histórico e as condições dos agricultores. A importância da análise do movimento histórico dá-se, porque “O ser humano certamente faz sua própria história, mas não a faz sob condições de sua própria escolha, mas sim sob condições dadas e transmitidas pelo passado” (SMITH, 1988, p. 98).

Em relação às comunidades, concorda-se com Sabourin sobre a origem dessa denominação:

[...] “comunidade” é o termo mais utilizado. Em função de sua história, esta palavra, além da localidade e da proximidade, carrega as noções de parentesco, espiritualidade (religiosa) e compartilhamento de recursos, o que a aproxima do conceito de reciprocidade de forma singular (SABOURIN, 2009, p. 48).

Tal é a explicação para a origem histórica da denominação, no entanto muitas das comunidades, atualmente, não possuem todas estas características. A religião continua gerando sentidos de comunidade, já que, entre as estudadas, todas possuem centros comunitários com igrejas e a maioria dos moradores participa dos cultos e eventos de cunho religioso, promovidos pela instituição religiosa. Inclusive as festas são constituídas a partir da igreja e são organizadas coletivamente em favor dos que participam dela (Fotos, 5, 6, 7).

Foto 5 – Igreja e clube social da comunidade São Luiz.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

Foto 6 – Igreja da comunidade de Santo Antônio.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

Foto 7 – Foto da igreja e clube social da comunidade do KM 15.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

A formação das comunidades do município de Marmeleiro tem forte presença da migração gaúcha. Algumas têm a sua formação vinculada a uma ou duas famílias.

A reprodução da sociedade e das unidades familiares de produção tem por base uma série de práticas, sujeitas a regras coletivas marcadas pelas reciprocidades: uso de recursos comunitários, transmissão intergeracional de bens (doação de animais, terras, dotes e adoções), transmissão do saber pela família e pelas redes sociais (SABOURIN, 2009, p. 24).

As características apontadas por Sabourin (2009) são responsáveis pela formação histórica de algumas semelhanças que existem no interior das comunidades diretamente relacionadas à mecanização da produção e à integração ao mercado, embora com níveis desiguais entre as comunidades.

Dois fatores contraditórios, mas que se complementam, contribuem para a existência dessa diversidade dentro do município, orienta Sabourin (2009), é a existência de fluxos de saberes e informações a respeito das práticas das produções agrícolas e a existência de certa invisibilidade do desenvolvimento dessas práticas por um número maior de agricultores. Quando desenvolvem alguma técnica, primeiramente é para a família e para as pessoas mais próximas, como vizinhos e/ou associados.

Existe certa invisibilidade do desenvolvimento das técnicas dos agricultores: o “[...] peso institucional e cultural dos modelos dominantes, ditos modernos, em termos de mercado,

saber e poder, é apenas uma razão a mais que explica esta invisibilidade” (SABOURIN, 2009, p. 205). As técnicas dos agricultores e o saber fazer normalmente não são considerados. Contudo, são práticas importantes, pois os agricultores conseguem sobreviver utilizando recursos naturais escassos, ligando-se a um mercado instável.

Foram observadas, em campo, diferentes práticas nas mesmas produções. Tais práticas variam dependendo da quantidade de membros da família, da força física dos membros e dos equipamentos que possuem, do tamanho do estabelecimento, do relevo etc.

Para uma análise das semelhanças internas de algumas comunidades e, ao mesmo tempo, para demonstrar as diferenças entre elas, proporcionadas pelos diferentes níveis de mecanização, foram entrevistados 203 agricultores em 12 comunidades, de um total de 40 comunidades e classificados em 3 grupos: menos mecanizadas, média mecanização e comunidades mais mecanizadas: utilizou-se como parâmetro o número de tratores e colheitadeiras. Menos mecanizadas: 0 colheitadeira e até 3 tratores; média mecanização: 1 a 3 colheitadeiras e 4 a 9 tratores; mais mecanizadas: acima de 4 colheitadeiras e acima de 10 tratores. Na Tabela 26, mostra-se o número de tratores e colheitadeiras assim como outras máquinas equipamentos e implementos por comunidade. E, a disposição dessas máquinas e das principais produções estão representadas no Mapa 3. As comunidades mais mecanizadas são: KM 15, KM 18, Linha Pocinho, Linha Gruta. As de média mecanização: Linha Itaíba, Linha Manduri, São Mateus, São Luiz. As menos mecanizadas: São Jorge, São Francisco, Santo Antônio, Anjo da Guarda. Percebe-se a presença maior de equipamentos que levam a um tempo mais lento nos agricultores menos mecanizados; nos com média mecanização, ocorre uma conjugação entre elementos considerados modernos e rudimentares; nos mais mecanizados estão as máquinas, equipamentos e implementos mais desenvolvidos tecnologicamente.

A presença de colheitadeiras e tratores é reflexo das condições econômicas dos agricultores, pois, mesmo em produções que não precisam essencialmente dessas duas máquinas, há necessidade de alto investimento, como na produção de aves, concentrada entre os agricultores mais mecanizados, que possuem mais tratores e colheitadeiras. Então são esses dois elementos utilizados para realizar esta classificação, agrupando os agricultores com níveis de mecanização semelhantes.

Os três níveis de mecanização estão representados nos Mapas 2 e 3; os Mapas apresentam os mesmos dados, a diferença é a forma de representação; os limites estabelecidos das comunidades são aproximados e elaborados levando em consideração as informações dos

agricultores, rodovias e estradas vicinais, pois não existe nada sistematizado com os limites exatos entre uma comunidade e outra, nem tampouco a territorialização é precisa.

A representação da mecanização e integração ao mercado divide-se da seguinte forma:

a) as comunidades representadas no Mapa 4, por asteriscos são as mais mecanizadas; no Mapa 5, pelos círculos maiores, que são chamados, no decorrer do texto, nas Tabelas e fotos, de grupo 1. Nelas, as produções predominantes são a soja, o milho e o leite, criação de aves para corte e para a produção de ovos, mas são as áreas que produzem grãos no município, principalmente soja. Porém, não existe uma uniformidade no tamanho dos estabelecimentos. A média deste grupo é de 31,8 hectares por estabelecimento, o menor estabelecimento possui 3,6 hectares e o maior 300 ha. É o território que mais possui tratores e colheitadeiras. As máquinas e as melhores condições econômicas rompem com a barreira da dificuldade física da realização do trabalho. Os mais mecanizados têm as produções com maior padronização, a produção para a subsistência existe, mas não é fundamental. Estão num ritmo de tempo mais rápido. As Fotos 8 e 9 são de maquinários agrícolas pertencentes a este grupo.

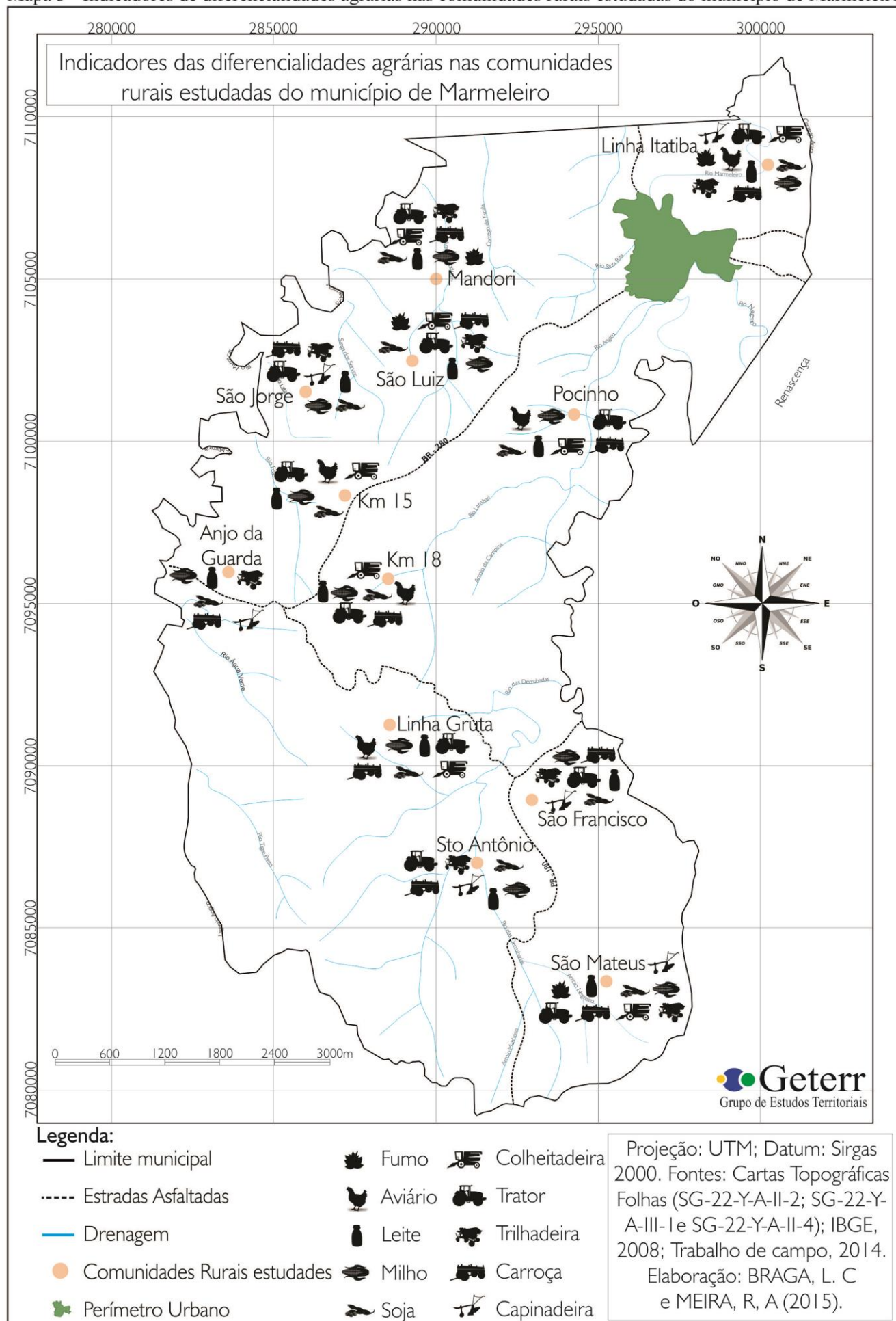
Tabela 26 – Distribuição de máquinas e implementos nas comunidades estudadas no município de Marmeleiro.

Comunidade	Enxada por estab.	Foice por estab.	Capinadeira tração animal	Carroça	Jerico	Trilhadeira	Colheitadeira	Trator	Arado tração animal	Contrata trabalho mecanizado
KM 15	10	3	-	-	-	-	6	13	1	15
KM 18	7	6	-	2	-	-	7	10	3	7
Linha Pocinho	11	11	-	3	-	-	6	11	2	5
Linha Gruta	15	16	-	3	1	-	5	13	2	10
Total mais mec.	43	36	0	8	1	0	24	47	8	37
Linha Itaíba	15	15	5	2	8	3	2	9	4	14
Linha Manduri	11	10	-	3	-	2	2	9	-	14
São Mateus	6	6	1	3	-	3	1	4	3	11
São Luiz	8	8	-	6	2	1	1	4	5	12
Total média mec.	40	39	6	11	10	9	6	26	12	51
São Jorge	5	5	5	3	-	2	-	3	-	8
São Francisco	13	13	4	8	-	4	-	3	6	10
Santo Antônio	28	26	4	11	2	5	-	3	11	22
Anjo da Guarda	15	15	3	10	1	4	-	-	8	9
Total menos mec.	61	59	16	32	3	15	0	9	15	49
Total geral	144	134	22	51	14	24	30	82	35	137

Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

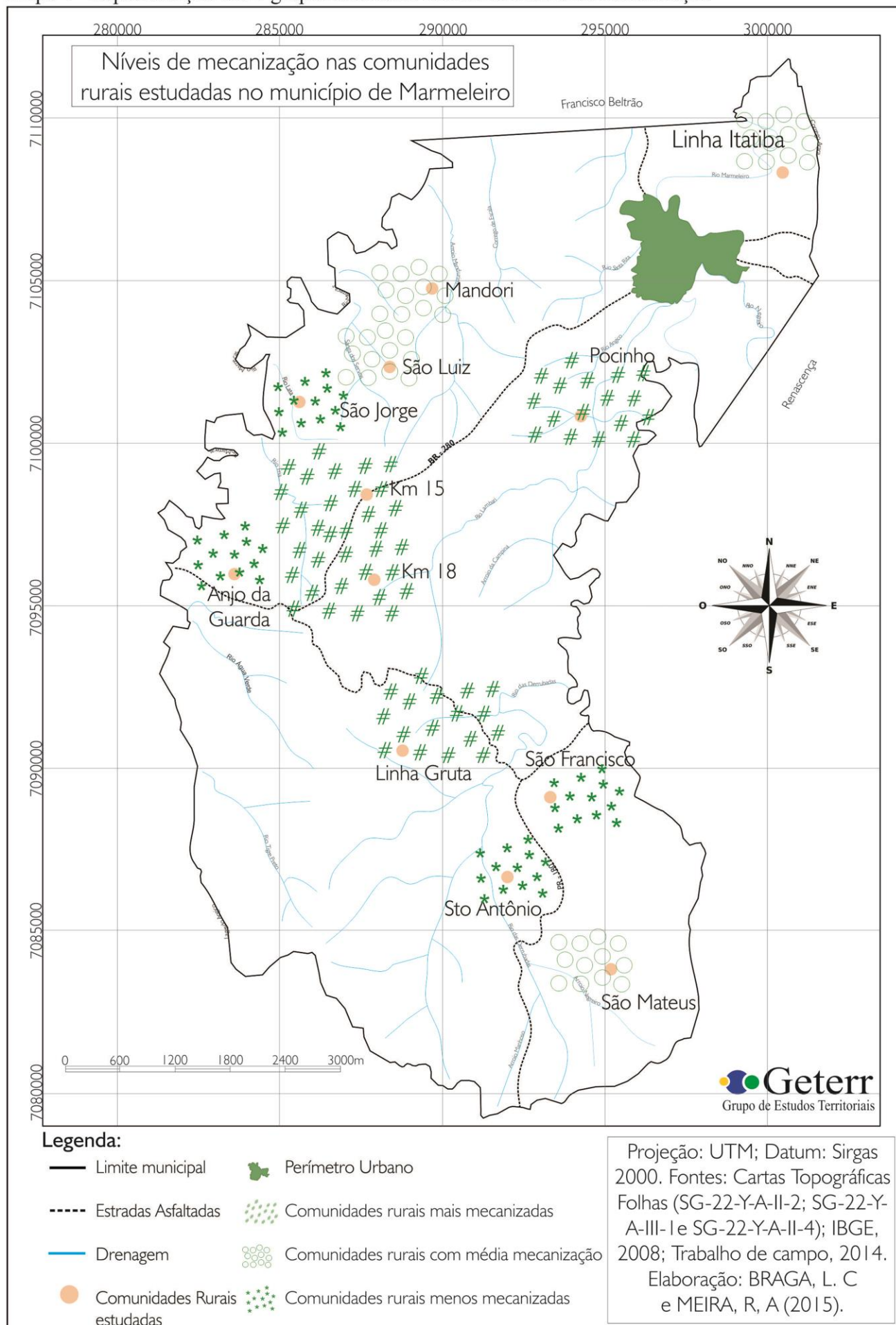
Os dados das enxadas e foices correspondem ao número de estabelecimentos.

Mapa 3 - Indicadores de diferencialidades agrárias nas comunidades rurais estudadas do município de Marmeleiro



Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C; MEIRA, R. A. (2015).

Mapa 4 - Representação dos 3 grupos estudados conforme o nível de mecanização



Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C; MEIRA, R. (2015)

Foto 8 – Agricultor do grupo dos mais mecanizados colhendo trigo.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Foto 9 – Estabelecimento do grupo dos mais mecanizados, colhendo soja.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

b) As comunidades representadas, no Mapa 4, por “círculo pequenos” e, no Mapa 5, por círculos médios são as com média mecanização, denominadas, no decorrer do texto, nas Tabelas e nas Fotos, de grupo 2. Nelas, as principais produções são a soja, o milho, o leite e o fumo. A média de área dos estabelecimentos é de 21,1 hectares por estabelecimento, o menor tem 0,5 e o maior 121 hectares. São os estabelecimentos que apresentam a maior

heterogeneidade de temporalidades, têm 2 ou 3 produções voltadas para o mercado, contudo ainda é necessária a produção para a subsistência e o trabalho familiar. Há um misto maior de máquinas e equipamentos, contratam empregados esporadicamente, terceirizam alguns trabalhos, principalmente o plantio e a colheita da soja e do milho. As produções comercializadas possuem algumas etapas mecanizadas, outras não; as principais são: leite, soja, milho e fumo. Por exemplo, possuem ordenhadeira e tanque de expansão para produzir o leite, porém, transportam o alimento dos animais com a carroça. Utilizam insumos químicos considerados avançados tecnologicamente, na produção do fumo, mas fazem o controle das ervas daninhas de forma manual. Também nas áreas mais íngremes, onde não é possível utilizar as máquinas, o plantio é realizado de forma manual e a colheita também, apenas o controle das ervas daninhas é com herbicidas, aplicado com o pulverizador costal. O grupo de agricultores com média mecanização possui seus estabelecimentos em relevos mais ondulados (Foto 10).

Foto 10 – Estabelecimentos do grupo dos agricultores com média mecanização, grupo 2.



Fonte: Arquivo autor – Trabalho de campo, (2014).

c) As comunidades representadas, no Mapa 4, por estrelinhas e, no Mapa 5, pelos círculos menores são as menos mecanizadas, denominadas de grupo 3 no texto, quadros e fotos. Nesse nível de mecanização e integração ao mercado, as comunidades de Santo Antônio, Anjo da Guarda e São Jorge são assentamentos; São Francisco é um acampamento. Destaca-se mais uma vez a produção de leite. Fazem parte das comunidades do município menos mecanizadas devido à declividade do relevo, às condições econômicas e à dificuldade de acesso às políticas públicas. A área média dos estabelecimentos rurais é de 12,7 hectares a; o maior estabelecimento possui 54 hectares¹⁰ e o segundo maior 17 hectares, o menor 7 hectares. E como já apontado, o relevo é um dos elementos que determinam a mecanização, como se pode observar nas fotos. A Foto 11 é de um estabelecimento que possui 7 hectares e está localizado num assentamento da área menos mecanizada; como se pode ver, a foto mostra a parte do estabelecimento onde não é mecanizado, que a família utiliza para a plantação da pastagem para as vacas e uma pequena produção de grãos e alimentos para o consumo. A foto 12 mostra a pequena área do estabelecimento que é mecanizada e a família arrenda. Neste caso também está presente outro elemento importante que são as condições econômicas, pois mesmo o estabelecimento tendo uma área mecanizada o proprietário não tem condições de cultivá-la e arrenda para outro produtor do grupo dos mais mecanizados para produzir soja, que consegue financiar.

A mecanização desigual entre os grupos resulta também do acesso desigual às linhas de crédito, conforme se pode perceber na Tabela 27¹¹. Apenas 11,2% dos agricultores do grupo 3 financiam o custo da produção, enquanto os grupos 2 e 1, financiam 69,6% e 82,8% respectivamente. Os menos mecanizados financiam menos, pelos motivos apresentados anteriormente, falta de documentação e informações, medo de contrair dívidas, falta de garantia, “preconceito” das agências de financiamento.

¹⁰ A quantidade de terra deste estabelecimento do assentamento São Francisco constitui uma particularidade. Trata-se de um acampado que entrou no assentamento posteriormente e acabou ficando com a propriedade de outros acampados que desistiram de seus lotes.

¹¹ A maioria dos financiamentos são PRONAF no grupo dos mais mecanizados; 15% dos financiamentos são conseguidos através de outros meios.

Foto 11 – Estabelecimento de um agricultor do grupo dos menos mecanizados, grupo 3.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Foto 12 – Estabelecimento de um agricultor do grupo dos menos mecanizados, grupo 3.



Fonte: Arquivo autor – Trabalho de campo, (2014).

Além dos financiamentos terem influência no ritmo de tempo dos agricultores, por possibilitarem a compra de máquinas e o custeio de algumas produções, as dívidas adquiridas através dos financiamentos também provocam uma pressão/preocupação no agricultor porque

é preciso alcançar uma produtividade que, no mínimo, pague os investimentos e custeios. Pode-se perceber isso no depoimento desse agricultor do grupo mais mecanizado:

[...] o nosso tempo está mais curto, porque estamos sempre correndo atrás, cada vez mais é preciso comprar máquinas e mais produtos [...] e aí nunca estamos tranquilos, tem que sempre produzir mais para pagar essas dívidas, porque com a renda não dá comprar a vista, então, é um círculo (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

Tabela 27 – Número de financiamentos por grupos de mecanização – safra 2014/15.

GRUPOS	Investimento infraestrutura	%	Custeiio da produção	%
GRUPO 01	28	36,8	63	82,8%
GRUPO 02	16	28,5	39	69,6%
GRUPO 03	03	4,2	08	11,2%

Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Os financiamentos para investimentos são para melhorar a infraestrutura e o plantel de animais na produção do leite, ou para comprar máquinas e implementos, que serão utilizados na produção de fumo e leite; neste aspecto também se destacam agricultores mais mecanizados. Os financiamentos para custeio são para a produção de soja e milho. A seguir serão detalhadas essas produções e o destino dos recursos.

3.2 Principais produções e relações de produção do município de marmeleiro

No Sudoeste paranaense e no município de Marmeleiro, como já apontado, destaca-se a produção da agricultura familiar. Desde as produções direcionadas mais diretamente para a alimentação e características da agricultura familiar, como feijão, hortaliças, mandioca, laranja até outras produções que, geralmente, não são as principais nos estabelecimentos familiares como trigo e a soja, além da criação do gado de corte. Isso se deve à maior quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar. E também pela otimização e certa diversificação nos estabelecimento que produzem para o consumo e para a comercialização.

No município de Marmeleiro, na agropecuária, as principais produções, considerando o número de estabelecimentos, são as de fumo, milho, soja, leite, aves e a produção para o consumo familiar. Nas análises baseadas nos dados do Censo Agropecuário, referentes ao Sudoeste paranaense e o município de Marmeleiro, destacam-se essas produções. A Tabela 28, mostra os dados das produções estudadas no Sudoeste do Paraná e em Marmeleiro e, como se pode observar, o destaque é para a agricultura familiar; em Marmeleiro, a produção de aves tem o menor percentual de estabelecimentos da agricultura familiar e, mesmo assim,

94% do total dos estabelecimentos que produzem aves são familiares, já a produção do fumo 100% efetivada pela agricultura familiar.

Na produção de aves, a integração com as empresas, como a *BR Foods* é maior, ocorre uma diminuição na utilização dos conhecimentos dos agricultores, pois, a empresa detém e desenvolve a tecnologia, além de tentar ajustar o tempo cotidiano dos agricultores para o aumento da produtividade. Ela controla mais diretamente a organização do estabelecimento, como se pode perceber neste item do contrato de integração: “Não permitir o acesso às instalações e área de biosseguridade das aves por terceiros, sem prévia aprovação por escrito da Sadia, e quando autorizado o acesso, cumprir com as condições por ela orientadas” (CONTRATO DE INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO DE AVES COM A EMPRESA SADIA, 2008, p. 04).

Tabela 28 – Número de estabelecimentos divididos por agricultores familiares e patronais na produção agropecuária do Sudoeste paranaense e no município de Marmeleiro, 2006.

Produto		Total de estabelecimentos	Total estabelecimentos AF*	Total estabelecimentos AP*	% AF*
Aves	Sudoeste	30.373	28.482	1.891	93,77
	Marmeleiro	1.118	1.059	59	94,72
Cana	Sudoeste	2.147	2.049	98	95,43
	Marmeleiro	46	44	2	95,65
Feijão	Sudoeste	9.054	8.543	511	94,35
	Marmeleiro	680	662	18	97,35
Fumo	Sudoeste	4.520	4.426	94	97,92
	Marmeleiro	156	156	-	100
Hortaliças	Sudoeste	266	265	1	99,62
	Marmeleiro	5	5	-	100
Laranja	Sudoeste	108	97	11	89,81
	Marmeleiro	1	1	-	100
Mandioca	Sudoeste	13.716	12.983	733	94,65
	Marmeleiro	657	621	36	94,52
Milho	Sudoeste	26.471	25.046	1.425	94,61
	Marmeleiro	1.027	986	41	96,00
Pecuária de corte	Sudoeste	1.416	884	532	62,42
	Marmeleiro	27	14	13	51,85
Pecuária de leite	Sudoeste	795	679	116	85,40
	Marmeleiro	1.150	1.000	150	77,27
Soja	Sudoeste	14.015	13.113	902	93,56
	Marmeleiro	588	563	25	95,74
Suínos	Sudoeste	25.136	23.819	1.317	94,76
	Marmeleiro	901	861	40	95,56
Trigo	Sudoeste	2.011	1.817	194	90,35
	Marmeleiro	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2014).

Nota: AF* Agricultura Familiar; AP* Agricultura Patronal.

A Foto 13 ilustra as modificações provocadas pela organização dos estabelecimentos e, conseqüentemente, insere outro ritmo de tempo. O aviso que a foto mostra, está na entrada principal de um estabelecimento do grupo dos mais mecanizados, onde se criam aves para a produção de ovos. Segundo a pesquisa de campo, há dois tipos de produção de aves: para corte e para produção de ovos¹². O contrato com a empresa em relação às normas de acesso ao estabelecimento e às metas de produção dos integrados é semelhante.

E neste outro item também: “Facilitar para a Sadia o acompanhamento da criação das aves, assegurando-lhes livre e permanente acesso à propriedade e instalações onde o plantel está sendo criado, bem como lhe permitir realizar auditoria, a qualquer momento”. (CONTRATO DE INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO DE AVES COM A EMPRESA SADIA, 2008, P. 06).

Foto 13 – Placa de advertência na entrada de estabelecimento que possui aviários para a produção de ovos, no grupo dos agricultores mais mecanizados.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

¹² A produção de ovos é para postura, ou seja, os ovos são levados para uma chocadeira artificial, os pintainhos que nascem são levados para os aviários para serem engordados para o abate.

O integrado também precisa anotar diariamente as informações sobre o número de aves, mortalidade, alimentação etc., fornecendo tais dados à assistência técnica, quando solicitado.

O agricultor deve atingir uma produtividade mínima, prevista em contrato, além de ter a obrigatoriedade de comprar e utilizar só os produtos da empresa para a produção bem como vender a produção exclusivamente para a empresa integradora. No caso de perdas no processo produtivo, a responsabilidade é do integrado, pois, no contrato, está previsto que o resultado da engorda depende exclusivamente dos cuidados do integrado, devendo este empregar todos os cuidados necessários. O não cumprimento das normas acarreta o rompimento do contrato sem ônus e sem necessidade de comunicação por parte da empresa integradora. E, em caso de uma punição pelo não cumprimento do contrato, o valor da multa ao integrado é de 10% sobre a renda dos últimos 6 lotes de aves nos aviários para corte e um valor a ser definido pela empresa conforme o déficit do produtor na produção de ovos.

O contrato não gera vínculo empregatício e a segurança dos eventuais trabalhadores contratados é de responsabilidade do integrado. Outro item que demonstra a relação subordinante da empresa em relação ao integrado é em relação a renda do agricultor:

O integrado, para todos os fins e efeitos de direito, dentro do sistema da livre iniciativa, isto é, agindo por conta e risco próprios, declara ter conhecimento de todos os termos, condições e peculiaridades da operação objeto deste Contrato, e que com eles está plenamente de acordo. A Sadia, por seu lado, não efetua nenhuma promessa, firma compromisso ou assegura os resultados do presente ou margens de lucro do Integrado em decorrência deste (CONTRATO DE INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO DE AVES COM A EMPRESA SADIA, 2008, p. 06).

A empresa reserva-se o direito, no contrato, de divulgar os dados e imagens da produção, o integrado não pode divulgar qualquer informação.

Conforme a Tabela 29, mesmo sendo uma produção que envolve um investimento considerável¹³, a maioria dos produtores de aves possui pequenos estabelecimentos: agrupando os estratos, os produtores que possuem entre 0,1 a 20 hectares correspondem a 67% dos integrados; 8% dos produtores têm área inferior a 2 hectares. Isso reflete uma estratégia de alguns agricultores que venderam uma parte da terra para construir o aviário, pois dificilmente conseguiria o financiamento total da estrutura; assim, foi necessário vender

¹³ Segundo os entrevistados, o custo para a construção de um aviário todo mecanizado com as medidas de 125 metros de comprimento por 12 metros de largura é de R\$ 400.000,00. Atualmente, a empresa faz a intermediação entre o agricultor e o agente financeiro para todo o investimento na construção do aviário.

uma parte da terra para investir no aviário. Outro dado importante é que mais de 25% do total de integrados do estado do Paraná estão no Sudoeste paranaense. Em Marmeleiro a maior concentração de aviários é entre os estratos de 1 a 50 hectares, 90, 2% dos aviários estão em estabelecimentos com essa área de terra.

Tabela 29 – Produção de aves no Sudoeste do Paraná e em Marmeleiro em estabelecimentos integrados à indústria.

Estrato de área	Número estabelecimentos	Em marmeleiro
De 0,1 menos de 1 ha	38	01
De 1 a menos de 2 ha	119	01
De 1 a menos de 10 ha	653	23
De 10 a menos de 20 ha	603	38
De 20 a menos de 50 ha	504	32
50 ha a menos de 100	129	05
Acima de 100	55	03
Total	2.101	103

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2014).

Os agricultores que se desfazem de uma parte do seu estabelecimento para iniciarem a criação de aves entendem que conseguirão uma renda maior com o aviário, ou porque um aviário mecanizado demanda pouca mão de obra e é considerado um trabalho mais leve.

Apesar da maioria dos aviários estarem localizados em estabelecimentos com pouca área de terra, isso não quer dizer que a agricultura familiar é a principal produtora de aves no município. Segundo dados da produção agropecuária municipal do IBGE (2006), o valor bruto da produção de aves da agricultura familiar no município de Marmeleiro é de R\$ 1.028.565,00 e a agricultura patronal R\$ 6.278.319,00. Ou seja, a agricultura familiar é responsável pela produção de 14,07% do valor bruto da produção, mesmo que, do total de estabelecimentos que produzem aves, 94,7% sejam familiares.

O que justifica isso é a produção de aves para o consumo dos agricultores familiares, pois a maioria possui uma produção pequena de aves. Na agricultura patronal existe uma concentração maior de aviários por estabelecimentos e, apesar de uma parte estar em estabelecimentos pequenos, a única produção é a de aves para corte ou para a produção de ovos. Seus proprietários residem no espaço urbano e contratam mão de obra para o trabalho, então, não existe obrigatoriamente uma relação direta entre o tamanho da área do estabelecimento e a quantidade produzida, pois os aviários não ocupam uma grande área de terra. Ou seja, pode ser realizada uma grande criação numa pequena área de terra. Na Linha

Pocinho, um estabelecimento que possui 14,5 hectares gera uma renda mensal líquida de R\$ 44.800,00 com a produção de ovos em 4 aviários, de 150 metros cada um.

Nas comunidades estudadas há 33 aviários, sendo 32 no grupo dos agricultores mais mecanizados, e apenas um aviário no grupo dos agricultores com média mecanização: 13 aviários de aves para corte, 12 aviários no grupo dos agricultores mais mecanizados e 1 no grupo com média mecanização; e 20 aviários no grupo dos agricultores mais mecanizados, para a produção de ovos. Entre os entrevistados o único estabelecimento fora dos grupo dos mais mecanizados que possui aviário está localizado na Linha Itaíba, e gera uma renda líquida média mensal de R\$ 11.000,00 na produção de aves para corte. A maior concentração é no KM 15 com 15 aviários. Em um estabelecimento concentram-se 8 aviários para a produção de ovos, gerando um renda mensal líquida de R\$ 101.000,00. O proprietário contrata 10 empregados permanentes e possui 151 hectares de área. Os outros 7 aviários estão distribuídos entre 5 estabelecimentos, todos com aves para corte: 1 num estabelecimento com trabalho familiar, e 2 estabelecimentos com mais dois aviários cada um, os quais contratam juntos mais 9 empregados permanentes; e mais 2 estabelecimentos, com um aviário cada um. Num deles, o trabalho é comandado pelos empregados, já que o proprietário reside em Campinas/SP.¹⁴ Todos juntos geram uma renda líquida de R\$ 62.000,00.

Em segundo lugar está a comunidade da Linha Pocinho, com 13 aviários, um para corte e 12 para a produção de ovos. No aviário para corte, a mão de obra é familiar. Os outros dividem-se em 3 estabelecimentos: 6 num estabelecimento em que o proprietário contrata 16 empregados permanentes, sendo a renda mensal líquida de R\$ 72.000,00; 4 em outro estabelecimento onde são contratados 15 empregados permanentes, cujo proprietário reside no espaço urbano, obtendo uma renda mensal líquida de R\$ 44.800,00,. Os outros dois aviários estão num estabelecimento onde a maioria do trabalho é familiar, contrata-se 2 empregados permanentes, a produção gera uma renda mensal líquida de R\$ 14.000,00. O aviário para corte gera uma renda mensal líquida de R\$ 3.000,00. Os demais aviários, do grupo 1, são para aves de corte: 2 no Km 18 e 2 na Linha Gruta, estes utilizam trabalho familiar e não contratam mão de obra. Os 4 somados geram uma renda de R\$ 32.000,00 mensais.

Segundo os depoimentos dos agricultores há mudanças importantes nas suas temporalidades:

¹⁴ Esse estabelecimento, assim como, o estabelecimento do KM 15 e da Linha Pocinho que produzem ovos e contratam empregados, tem traços de agricultores patronais.

[...] ah tem umas “frescura” aí, que nem pra entrar dentro de casa a gente têm, mas no aviário tem que ter: não pode qualquer um entrar, tem que tá sempre desinfetando os pés e as coisas que entra no aviário [...] a gente não “apita” em nada no aviário, a empresa que decide tudo como tem que fazer e passa pra nós [...] claro em alguma coisa a gente dá um jeito, eles não querem que cria uns bicho aí fora do aviário, a gente cria umas galinhas uns porco escondido; é pra matar os pinto que são refugo, a gente dá pros vizinhos (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

No depoimento a seguir, percebe-se o conflito entre a possibilidade da garantia da renda e a perda da autonomia no planejamento do tempo da produção, além do atrelamento às normas de produção da empresa. O agricultor faz um balanço e fica “dividido”, mas o que se percebe é que a possibilidade da renda é um elemento que supera a perda de parte da autonomia na regulação do seu tempo de trabalho no estabelecimento.

[...] depois de pagar uma parte dos financiamentos dá uma renda boa até; o serviço é chato, e não é mais como antes, nós que resolvia ir trabalhar a hora que quisesse, mas é melhor que trabalhar na roça e, no final da safra, não dar nada [...] eles sempre tão mudando as coisas, sempre tem que tá investindo em equipamento, e por isso tamo sempre financiando e „enrolado” com eles (AGRICULTOR 05, ENTREVISTA, 2014).

Segundo o agricultor entrevistado, outra prática adotada pelas empresas integradoras na produção de aves são os chamados *núcleos*, que funcionam assim: a empresa constrói 04 aviários num estabelecimento, os custos são todos da empresa integradora; se o produtor optar por pagar uma parte dos custos ele recebe um salário proporcional ao que ele pagou. Por exemplo, se um produtor pagou 15% dos custos, passa a receber um salário mínimo mensalmente. Além disso, os dejetos gerados pelas aves (esterco) no aviário ficam com o produtor; se o produtor optar por não pagar nada pela construção do aviário, ele recebe só o “esterco” gerado, utilizado para adubação e que muitos agricultores vendem. A mão de obra para trabalhar no aviário é a empresa quem contrata, o agricultor não trabalha no aviário e, depois de 8 anos, os 4 aviários são repassados para o produtor no estado de conservação em que eles estão ou se ele optar por esperar 10 anos para receber os aviários, a empresa faz uma manutenção. Nessa relação, depois de 8 ou 10 anos, os aviários estarão depreciados e os equipamentos de alimentação e climatização estarão ultrapassados. Além disso, a área onde estão os aviários será usada pela empresa durante esse tempo. Em relação à produção do esterco, segundo os agricultores, um aviário de 100 metros produz 100 toneladas de esterco por ano e a tonelada é vendida a R\$ 70,00; então, os *núcleos* gerariam uma renda anual de aproximadamente R\$ 7.000,00, caso o agricultor venda todo o adubo, entretanto a maioria utiliza uma parte nas suas plantações. Do ponto de vista das temporalidades, afeta a dinâmica

do estabelecimento, o fluxo de empregados, os caminhões transportando alimentos para as aves e levando-as para o abate.

Outra produção realizada através do sistema de integração, na região Sudoeste do Paraná e em Marmeleiro, é a de fumo. Ela possui algumas particularidades: é uma produção composta por formas de produção consideradas atrasadas (utiliza-se arado de boi e o controle das ervas daninhas é realizado de forma manual); é necessário muito trabalho braçal e, ao mesmo tempo, utiliza-se um pacote de insumos químicos. Nessa produção, a participação dos agricultores familiares é importante, principalmente na colheita.

Na produção do fumo, o nível de *modernização* entre os agricultores é semelhante, pois a estrutura de produção (galpão e estufas) é padronizada, o pacote de insumos químicos também é padrão e estes são disponibilizados a todos pela empresa. O que varia é o tamanho dos galpões, a quantidade de estufas, de insumos químicos de cada produtor e a quantidade de mão de obra utilizada. Tais variações estão relacionadas à quantidade de fumo que cada agricultor cultiva. Uma diferença de caráter técnico é a forma de transportar a produção no momento da colheita. Os agricultores que possuem tratores transportam com o eles; quem não os possui, utiliza os chamados *jericos* ou carroças com tração animal.

Assim como na produção de aves, na produção do fumo a relação contratual obriga os agricultores a comprarem os insumos químicos somente da empresa integradora e venderem a produção também só para ela. O agricultor também possui estimativas em quilos de fumo para atingir. No município estudado, segundo dois agricultores entrevistados, existem atravessadores que compram o fumo e vendem no Paraguai e na Argentina. Os agricultores entrevistados relataram que já venderam “escondido” da empresa integradora para os atravessadores e alegaram para ela que não atingiram a estimativa da produção devido à estiagem. O que levou os agricultores a venderem para os atravessadores são valores entre R\$ 0,50 a R\$ 1,00 a mais que recebem pelo quilo do fumo, além do pagamento ser livre de impostos e do transporte.

Entre as cláusulas contratuais, a classificação das folhas pode ser considerada o principal elemento utilizado pela empresa para desvalorizar a produção. É pela classificação das folhas que se estabelece o valor do quilo do fumo. São analisados aspectos como cor, tamanho e umidade das folhas. Dependendo dessas características, o fumo é classificado em determinada classe, e cada classe possui um valor por quilo. Dependendo da demanda do mercado, os critérios mudam a cada safra. Por exemplo, na safra 2013/2014, segundo o produtor entrevistado, a empresa, depois da produção já colhida, comunicou que a classe do

fumo com melhor valor seria o fumo com a cor marrom, pois o fumo desta cor foi solicitado pelos compradores da Europa. A empresa realiza anualmente reajustes no valor do quilo que corresponde a cada classe determinada, porém, ela aumenta o valor do quilo, mas deprecia a qualidade das folhas no momento da classificação, diminuindo, normalmente, a quantidade do fumo na classe B1, que é a mais valorizada. Assim, a qualidade do fumo vem baixando a cada safra, quando o normal seria o aumento devido à experiência que os produtores vão adquirindo na produção e às novas técnicas empregadas (anexo sistema de classificação das folhas).

A classificação é realizada na empresa depois que a produção já foi entregue, assim, se o agricultor não concordar com o valor pago ele não tem como recorrer, pois o fumo já foi entregue e o preço da produção já foi estabelecido. A produção não é entregue toda de uma vez, conforme o produtor vai enfardando a produção nos galpões a empresa vai recolhendo.

A produção de fumo gera uma renda significativa para os agricultores, segundo dados de um agricultor entrevistado do grupo com média mecanização. Na safra 2013-2014, considerada como uma safra “boa”, ele teve uma renda líquida de aproximadamente R\$ 20.300,00 por hectare, sendo o custo da produção de R\$ 1.890,00 reais por hectare. A família é composta por 4 membros e ele conseguiu produzir numa área de 1,5 hectares contratando mão de obra temporária para a colheita da produção. Essa renda é gerada porque a produção necessita do que o agricultor mais pode oferecer, a sua força de trabalho, e ele estende a todo o custo a sua jornada de trabalho. A renda líquida gerada pelos 1,5 hectares parece boa (R\$ 30.450,00), porém, dividindo-a pelo número de trabalhadores (4), nota-se que cada um deles ganhou cerca de R\$ 7.612,05 na safra que durou 10 meses, o que gerou uma renda mensal, por trabalhador, de R\$ 761,25.

Isso demonstra que o fumo é uma atividade que demanda muita mão de obra, pois praticamente 97,9% da produção do Sudoeste do Paraná é realizada por agricultores familiares e, no município de Marmeleiro 100% da produção é em estabelecimentos da agricultura familiar.

Na Tabela 30 expõem-se os dados dos entrevistados em relação à produção do fumo, que ocupa pouca área de terra em estabelecimentos de agricultores com média mecanização. Entre os 12 entrevistados que produzem fumo, a média é de 1,8 hectares por produtor; a renda líquida média por hectare é de R\$ 13.143,00, 637,1% a mais que a renda da soja no grupo dos mais mecanizados, que é o grupo que apresenta a renda mais alta por hectare na produção de soja. Outra análise, agora com o grupo 2: o custo da produção do fumo, em relação a renda

bruta, é de 14,4% enquanto na produção da soja, no mesmo grupo, é de 57,1%; a renda líquida do fumo por hectare, no grupo 2, é 920,4% maior que a da soja.

Apesar dessa renda razoável, o aspecto negativo da produção de fumo é não poder ser indicada como uma produção que apresente um projeto de futuro em que o agricultor possa continuar a produzir, por todas as questões referentes como o contato direto com agrotóxicos, a penosidade do trabalho e as campanhas antitabagistas realizadas pelo Estado, o que, conseqüentemente, poderá influenciar diretamente na produção, porém a produção não pode parar se os agricultores não tiverem a possibilidade de outra produção, já que milhares de famílias, principalmente no Sul do Brasil, ficariam sem sua principal fonte de renda.

A produção do fumo concentra-se nos agricultores do grupo 02 porque os agricultores mais mecanizados trabalham com máquinas, possuem áreas maiores de terra; então, mesmo a renda da soja, leite e milho por hectare sendo menor, eles conseguem renda maior na margem da produção. E como a produção de fumo exige muito trabalho braçal, a produção em áreas maiores exigiria a contratação de mais mão de obra, o que diminuiria significativamente a renda. A produção do fumo também exige todo um saber fazer. Algumas etapas como o enfardamento da produção é quase que um trabalho artesanal (Foto 14). Então, o trabalho com o fumo é realizado pela família; quando se necessita a contratação de empregados temporários ou a troca de dias, buscam-se pessoas que trabalham ou já trabalharam com a produção do fumo.

Tabela 30 – Quantidade e renda na produção de fumo.

Área (ha)	Quilos	Renda bruta (R\$)	Renda líquida (R\$)
2,5	5.000	38.000,00	29.528,00
1	3.500	24.150,00	17.200,00
1,2	5.000	35.900,00	27.000,00
1,5	6.000	41.800,00	30.450,00
1	4.150	20.500,00	16.830,00
1,2	4.200	28.900,00	23.500,00
1	4.500	32.400,00	24.300,00
4	6.450	44.500,00	34.500,00
2,5	6.050	29.500,00	24.500,00
2	4.000	38.500,00	26.000,00
2,4	4.150	28.450,00	22.200,00
2	3.100	21.300,00	16.000,00
22,3	56.100	383.9000	293.088,00

Fonte: Trabalho de campo, (2014/2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

No caso dos agricultores menos mecanizados, não se encontrou produtores de fumo porque, apesar de terem características para a produção, como a utilização da mão-de-obra familiar e estabelecimentos com pequenas áreas de terra - como são assentamentos - uma parte desses não possui escrituras definitivas da propriedade para poder firmar o contrato de integração. O representante da Souza Cruz relatou que a empresa “vê os assentamentos com certa desconfiança” porque nem todos tem um vínculo maior com a produção agrícola e, como o trabalho no fumo é penoso e exige grande quantidade de mão de obra, a empresa tem receio de que eles não cumpram as metas de produção e os prazos, não conseguindo pagar o custo da produção e, conseqüentemente, comprometam as metas de produção da empresa, além do acesso aos assentamentos ser mais difícil devido ao estado de conservação das estradas vicinais.

Figura 14 – Enfardamento da produção de fumo, no grupo 2.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

As reclamações em relação ao contrato são várias. Todos os produtores de fumo disseram que a empresa não respeita as cláusulas. Quando os agricultores conseguem uma produção significativa e produzem além da estimativa, não é respeitado o parcelamento anual do pagamento dos investimentos na estrutura da produção, ou seja, a empresa desconta mais do que uma parcela numa safra, quando deveria ser cumprido o parcelamento dos

investimentos, que geralmente é de 5 anos. A empresa também retém valores da renda para dívidas futuras do produtor. A empresa no momento da colheita utiliza-se de pretextos para justificar a queda no valor do quilo do fumo, por exemplo, no momento da entrega o representante da empresa já comunica que aquela qualidade do fumo não vai ser a mais valorizada naquela safra, que os importadores preferem outra qualidade, embora a qualidade cultivada tenha sido indicada e incentivada como a melhor para aquela safra pela empresa, até porque os agricultores não tem muitas opções de escolha, são duas opções de sementes por produtor disponibilizadas pela empresa. Em relação à declaração dos agricultores de que a empresa não respeita as cláusulas contratuais, no contrato de integração, existe uma observação, que permite que a empresa retenha uma parte do valor da produção para dívidas futuras. Mesmo assim, o que se questiona é essa decisão ser tomada unilateralmente pela empresa, sem aviso prévio, no momento da comercialização, prejudicando o planejamento dos agricultores.

A empresa também vem excluindo alguns produtores no município de Marmeleiro e rateando a produção. Segundo informações do representante da empresa, isso está acontecendo por dois motivos: o consumo de cigarros no Brasil vem diminuindo 6% ao ano e aumentou a importação do fumo de alguns países do continente africano.

Mesmo diante de todas essas situações subordinantes, não há uma organização sindical dos produtores de fumo para defender os seus interesses. Isso ocorre porque os produtores de fumo estão dispersos na região. Como apresentado por Correa (1992), é uma estratégia da empresa essa dispersão para que não existam agrupamentos de grande número de produtores numa mesma região, para tentar diminuir as mobilizações por reivindicações por melhorias na relação entre o fumicultor e a empresa.

No Sudoeste paranaense, em alguns municípios, como Marmeleiro, segundo entrevista realizada com um representante da fumageira Souza Cruz e através das informações do campo, vem ocorrendo a diminuição da produção de fumo e o aumento da produção de leite. Nesse processo, alguns produtores deixam de ser integrados, para outros, isso ocorre na organização interna, pois diminui-se a produção de fumo e aumenta-se a de leite. Os principais fatores que levam a isso são: a falta de mão de obra; a falta da sucessão familiar; a penosidade do trabalho se comparado com a produção de leite; as oscilações dos preços do fumo; o método de estabelecer o preço médio do fumo (realizado na empresa, após a entrega da produção, não tendo como o agricultor discordar do valor pago); o contrato de integração, que obriga o agricultor a vender a produção e comprar os insumos somente da empresa à qual

ele está integrado e também pelo fato de que o fumo proporciona uma renda anual, enquanto a do leite é mensal (BRAGA, 2010). Apesar do fumo proporcionar uma renda anual 23,8% maior no grupo dos agricultores com média mecanização (onde se concentram os produtores de fumo) em comparação com a produção do leite devido aos fatores apresentados, a produção do leite vem aumentando se comparada com a do fumo.

Na produção de leite, houve uma mecanização significativa; foram introduzidas raças de animais de outras regiões para aumentar a produção, além de produtos como rações, suplementos alimentares, medicamentos e assistência técnica especializada. Na década de 1990 e início da de 2000, era utilizada maior quantidade de pastagem natural, o plantel dos animais era reproduzido no próprio estabelecimento, quem prestava assistência aos animais - para o trabalho de parto, medicação de doenças e parasitas - eram alguns moradores da própria localidade, que possuíam conhecimento passado de geração para geração. Pelos serviços prestados, cobravam um valor simbólico, geralmente pago em forma de produtos *coloniais* ou por prestação de serviços. Outro fator que provocou mudanças na produção do leite foi a criação de normas de saúde e salubridade, através da normativa 61 as quais forçaram os agricultores a mecanizarem a produção e coibiram o comércio informal, isto é a venda do leite *in natura* diretamente ao consumidor ou nas mercearias.

O aumento na produção do leite deve-se ao aumento do consumo de produtos lácteos, à mecanização da produção e ao melhoramento na alimentação dos animais. Segundo Gnoatto e Nunes (2009), algumas regiões brasileiras onde há predominância de pequenos estabelecimentos agropecuários estão apresentando um crescimento na produção acima da média nacional. São elas: Noroeste Gaúcho, Oeste Catarinense, Triângulo Mineiro e Sudoeste do Paraná. Um dos elementos que proporcionou isso foi o PRONAF, que destinou recursos para famílias descapitalizadas e porque a produção do leite surgiu como uma alternativa diante da inviabilidade da produção de grãos em pequenos estabelecimentos rurais.

Algumas regiões destacaram-se pelo aumento da produção, por exemplo, o Noroeste do Rio Grande do Sul é a maior região produtora do Brasil; entre 1990 e 2007, a produção aumentou de 610 milhões para 1,85 bilhão de litros. A elevação da produção do Sudoeste paranaense também se destaca entre as que mais cresceram no país, 271% no período. A produção anual, na região, por estabelecimento também aumentou, passando de 4,6 mil litros, em 1996, para 13,9 mil litros, em 2006 (200,1%), acima da média nacional (61,35%) (Censo Agropecuário, 2006).

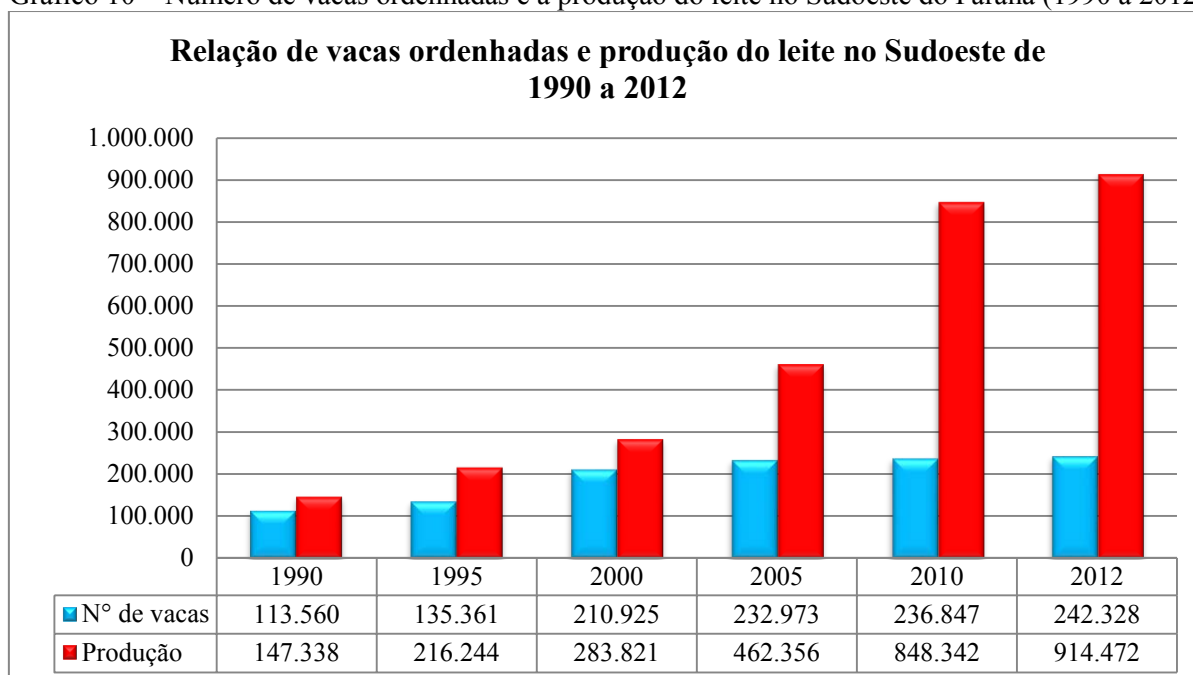
Com o aumento da produção, as exigências sanitárias ficaram mais rígidas; a introdução da mecanização na produção e no transporte do leite, excluiu alguns agricultores produtores de leite. No Brasil, o número de produtores era de 1,8 milhões em 1996; em 2006, caiu para 1,34 milhões, uma redução de 25 %. No Paraná, houve uma redução de 32% no número de produtores, baixando de 174 mil para 118 mil; no Sudoeste do Estado, a redução no número de produtores foi de 23% (Censo Agropecuário, 2006). Como o IBGE também inclui como estabelecimentos produtores de leite aqueles que produzem só para o consumo da família, a diminuição no número de produtores também está ligada à exclusão dos que produziam para o consumo e os que produziam uma margem muito pequena.

Isso demonstra também como o avanço tecnológico foi importante para a produção, pois o número de produtores diminuiu, contudo a produção aumentou. Para perceber que a mecanização da produção aumentou a produtividade, basta comparar o número de vacas ordenhadas com a quantidade de leite produzida no período de 1990 a 2012, apesar do número de vacas ordenhadas não aumentar na mesma proporção, a produção aumentou no Sudoeste paranaense. O número de vacas ordenhadas no Sudoeste paranaense, entre 1990 a 2012 teve um crescimento de 113% enquanto a quantidade produzida teve um aumento de mais de 520% (Gráfico 10). É nesse período que ocorre maior intensificação da mecanização da produção e produtividade leiteira, investindo não só em quantidade, mas também na qualidade do produto. O aumento mais significativo é entre os anos de 2005 e 2012, quando o número de vacas ordenhadas aumenta cerca de 4%, porém, a quantidade produzida mais que duplicou. A produtividade aumenta significativamente passando de 1,9 litros/dia em média, por vaca, para 3,7 litros/dia.

Atualmente o leite representa uma das principais fontes de renda dos agricultores familiares do município de Marmeleiro. Mesmo assim, o trabalho do agricultor é desvalorizado na produção, pois apesar do aumento no valor pago pelo litro, ainda é baixo. A atividade leiteira apresenta-se como uma alternativa de renda, principalmente pelo aumento da produtividade e por gerar uma renda mensal e não pela sua valorização ou por ser uma produção diferenciada.

A exemplo do processo que ocorreu no Sudoeste, em Marmeleiro, o número de vacas ordenhadas, nos últimos anos, passa por oscilações, mas teve um aumento significativo entre 1990 e 2012.

Gráfico 10 – Número de vacas ordenhadas e a produção do leite no Sudoeste do Paraná (1990 à 2012).



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE, (1990, 1995, 2000, 2005, 2010 E 2012). Organização: BRAGA; L.C. (2015).

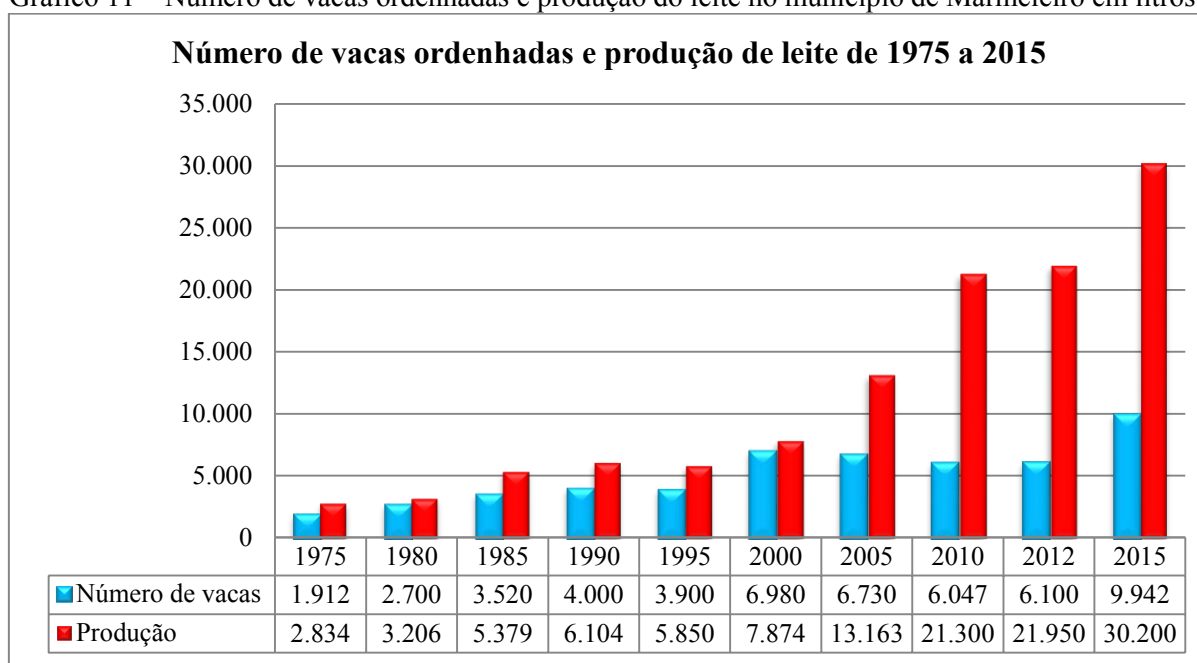
Analisando o Gráfico 11, percebe-se que a produção de leite teve um aumento significativo no período apresentado (1975 a 2012), já que o aumento foi maior que 1.000%. O aumento mais significativo foi entre 1995 e 2012, período em que a produção triplicou em pouco mais de 10 anos. Outra análise importante é que o número de vacas ordenhadas não aumentou na mesma proporção que o leite produzido, ocorrendo diminuição no número de vacas ordenhadas em alguns períodos. Isso se deve ao aumento da produtividade. No ano de 1975 a média de litros por vaca era de 1,4; 20 anos depois, em 1995, a média era de 1,5; e 7 anos depois, em 2012, a média era de 3,6 litros por vaca. Entre 2005 a 2012 houve uma queda de 14% no número de vacas ordenhadas, porém a quantidade de litros produzidos aumentou 66%. Outro período de importante aumento da produtividade, foi entre 1990 e 2015, a quantidade de litros produzido aumentou 394%, enquanto o número de vacas ordenhadas aumentou 148%, representando um aumento de 126% na quantidade de leite por vaca. Isso significa que, nos últimos anos, houve um aumento intensivo na *modernização* da produção, na utilização de raças selecionadas e uma alimentação mais adequada e planejada. Tais investimentos devem-se à importância do leite como fonte de renda mensal para as famílias.

A produção do leite no município de Marmeleiro é realizada com diferentes níveis de mecanização. Entre os estabelecimentos entrevistados, todos os que produzem leite possuem pelo menos, uns desses elementos, tanque de resfriamento, ordenhadeira e utiliza a silagem, um nível considerável de *modernização* se comparado com as outras produções. Porém, ela

apresenta desigualdades, pois, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, 35% dos produtores armazenam a produção em tanques de resfriamento/expansão que é o melhor método para o armazenamento do leite, os demais ainda utilizam tanques com o sistema de tarros (Foto 15) ou *freezers* convencionais.

A produção de leite cresceu significativamente na região Sudoeste do Paraná, em particular, em Marmeleiro, tornando-se importante fonte de renda para os agricultores familiares. Segundo dados da prefeitura municipal, do ano de 2013, 30% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário do município de Marmeleiro provêm da produção leiteira.

Gráfico 11 – Número de vacas ordenhadas e produção do leite no município de Marmeleiro em litros.



Fonte: Produção Pecuária Municipal – IBGE, (1975 a 2015). Organização: BRAGA; L. C. (2015).

Para a produção de silagem, existem máquinas maiores (Foto 16) e máquinas menores adaptadas aos tratores e há quem contrata esse trabalho. O aumento na produção de leite no município redirecionou o destino da produção do milho. Segundo estimativa da Secretária de Agricultura de Marmeleiro, 75% da produção do milho, no ano de 2013, foi transformada em silagem para alimentação dos animais.

Foto 15 – Resfriadores no sistema de tarros no grupo 3.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

Foto 16 – Máquina especializada para a produção de silagem no grupo 1.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Ainda segundo informações da Secretaria Municipal de Agricultura, no mesmo ano, registrou-se 1.100 agricultores que comercializam a produção do leite, gerando uma produção de 24.000.000 de litros em 2013, uma média de 21.813 litros por produtor. Não é a produção que gera mais receitas no município, mas o leite pode ser considerado a principal pela sua distribuição entre os agricultores, diferentemente da produção de soja que gera mais receitas, mas sua renda é mais concentrada.

Na Tabela 31 apresenta-se a comparação entres os três níveis de mecanização na produção do leite. Esta produção possui mais semelhanças entre os 3 grupos. Em relação à área de terra utilizada para a pastagem, os mais mecanizados utilizam mais rações e silagem para alimentação dos animais, então, utilizam pouca área de pastagem a mais que os outros, porém a quantidade produzida é significativamente maior, juntamente com o custo da produção.

Tabela 31 – Quantidade produzida, renda e valor financiado por grupo entrevistado na produção de leite.

Grupo	Total área de pastagem (ha)	Quantidade produzida mensalmente (litros)	Prod. litros (ha)	Renda bruta R\$	Renda líquida R\$	Renda líquida média p. grupo	Valor financiado R\$
1	177,9	332.160	1.867,11	283.559,00	175.181,00	2.305,00	461.000,00
2	137,4	232.005	1.688,00	197.159,00	121.540,00	2.170,00	107.000,00
3	166,8	113.427	680,00	91.886,00	59.930,00	844,08	22.000,00
Total	482,1	677.592	1.405,50	572.604,00	346.651,00	1.44,06	590.000,00

Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

A produção de leite no grupo dos agricultores com média mecanização e, principalmente, os menos mecanizados realizam uma produção mais extensiva (Foto 17); já nos mais mecanizados é mais intensiva, há 3 casos de agricultores que utilizam o sistema de confinamento¹⁵ (Foto 18); Isso pode ser comprovado através da média de litros produzida por hectares. No grupo dos mais mecanizados, a média de litros por hectare é de 1.867,1 litros; no grupo de média mecanização, 1.688,5; e, no grupo dos menos mecanizados, 689; a quantidade de litros produzida no grupo 3 é 170% e 145% menor que a quantidade produzida por hectare nos grupos 1 e 2 respectivamente. A média de litros por estabelecimento, por mês, dos estabelecimentos pesquisados é de 1.405,5 litros. A média por estabelecimento, nos mais mecanizados, é de 4.470,5 litros mensal; naqueles com média mecanização, 4.142,9 litros mensal; nos menos mecanizados 1.597,5 litros mensal. Já os gastos com a produção são os seguintes: no grupo mais mecanizado, 41,8% do valor da renda bruta é utilizada com os gastos para a produção; no grupo com média mecanização, 38,4%, e, no grupo menos mecanizado, 34,8%. A produtividade menor é do grupo 3, 179% a menos que o grupo 1; entre o grupo 1 e 2, a diferença é menor: 7,9%. Percebe-se que quanto maior a produtividade, maiores os custos da produção.

¹⁵ No sistema de confinamento as vacas são criadas em ambiente fechado e coberto. O alimento é levado até os animais, eles não saem para pastar. A sala de ordenha é anexo, ao local.

Foto 17 – Pastagem para o gado leiteiro no grupo 3.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

Foto 18 – Sistema de confinamento para a produção do leite, no grupo 1.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

A produção do leite é considerada pelo secretário do município como a mais moderna do município, pelo fato de que 82% dos agricultores que comercializam o leite possuem ordenhadeiras e depósitos para o armazenamento refrigerado do leite. Assim como a produção de silagem, segundo o secretário, a prefeitura possui máquinas que são disponibilizadas para a transformação do milho em silagem para os agricultores que não possuem. Porém, essa homogeneidade da *modernização* na produção do leite não se verifica em campo; dados

apontados demonstram a diferença de quantidade produzida e de produtividade, resultante das diferentes condições de produção. Os agricultores mais mecanizados possuem raças selecionadas que produzem mais, fazem um acompanhamento mais minucioso da saúde dos animais, tem mais acesso ao acompanhamento de veterinários, utilizam suplementos alimentares, possuem tanque de resfriamentos maiores. No grupo de agricultores com média mecanização, esses elementos diminuem. Nos menos mecanizados, as condições são inferiores, a maioria dos animais não é selecionada, ainda utilizam tanques no sistema de tanques e a produção de silagem é inferior.

Somando-se a isso, as compradoras do leite, como a cooperativa ALFA, o laticínio Tirol, a fábrica de queijo Primo Queijo, além de atravessador que compra o leite e o repassa para os laticínios, pagam por quantidade, ou seja, quem entrega uma quantidade maior de litros de leite recebe mais por litro. Também algumas compradoras, como a cooperativa Alfa, pagam pela qualidade. Essa diferença no valor pago por litro não é muito significativa quando se compara o grupo mais mecanizado e o grupo com média mecanização, pois os agricultores do primeiro receberam, no ano de 2014, uma média de R\$ 0,85 por litro e o segundo, R\$ 0,84; a diferença é maior para o grupo menos mecanizado, que recebeu uma média de R\$ 0,81 por litro. Em relação à qualidade, segundo os agricultores, as empresas estão cada vez mais exigentes, porém, no grupo dos menos mecanizados e com média mecanização, 86% declararam que não conseguem atingir o padrão de qualidade exigido. A principal reclamação dos laticínios e cooperativas é em relação à quantidade acima do tolerável de células somáticas presentes no leite. Mas como a empresa precisa comprar o leite, acaba tolerando, porém desconta, principalmente a cooperativa Alfa.

Outras variáveis influenciam essa média, como as empresas que comprem o leite possuem diferença de preços entre elas; a própria variação no valor do preço do leite, dependendo da época do ano, por exemplo, o inverno, para os agricultores que dependem mais da pastagem plantada, é o período em que a produção aumenta, pois as pastagens de inverno são as mais utilizadas e acessíveis aos agricultores da região, principalmente a aveia, pelo seu fácil cultivo e custo, por isso aumenta a produção e o valor geral do litro diminui. Os agricultores mais mecanizados e uma parte dos com média mecanização conseguem manter a quantidade produzida no período do verão através da silagem e das rações. Os menos mecanizados e os produtores que não dispõem de quantidade de silagem suficiente para todo o período em que a pastagem diminui têm uma queda na produção. As empresas também pagam preços diferenciados entre os produtores, devido à capacidade de barganha. E um

produtor produz uma quantidade significativa e está bem localizado para o transporte da produção, a empresa faz um esforço para mantê-lo vendendo a produção para ela e quando ele reclama do preço e “ameaça” trocar de empresa, a atual paga alguns centavos a mais por litro. A troca de empresas para a comercialização do leite é uma prática comum. Há produtores que trocam de 3 a 4 vezes ao ano de empresa “[...] nos vamos pulando de uma para outra, para quem pagar melhor, a gente vende” (AGRICULTO DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Então, apesar da aparente igualdade de condições, existem diferenças significativas na produção do leite. A própria produção de silagem, considerada, pelo secretário de Agricultura, como acessível a todos, pelo apoio que disponibiliza através de algumas máquinas, nem todos têm acesso a elas. O que comprova isso é que, nos mais mecanizados, 86,5% dos que produzem milho fazem silagem; nos com média mecanização, 87,9%, e, nos menos mecanizados, 47,4% transformam o milho em silagem; os demais alimentam os animais com o milho *in natura*. A silagem é a forma mais correta de alimentar os animais quando se utiliza o milho; os que não fazem silagem alimentam os animais através do caule e das espigas inteiras de milho, o que não é totalmente aproveitado, porque o caule do milho não é triturado e o animal não consegue ingeri-lo integralmente. Segundo o veterinário da cooperativa ALFA, para a utilização do milho “seco”, o correto seria a sua transformação em quirera e misturá-lo com uma porção de concentrado de ração, porém os agricultores do assentamento não fazem isso porque aumentaria os custos. Já os agricultores do grupo 01 transformam o milho em silagem e ainda utilizam o concentrado de ração para complementar a alimentação.

Outra produção significativa na região Sudoeste do Paraná e em Marmeleiro, é a de grãos como soja, feijão e milho (Tabela 32), produzida também nos pequenos estabelecimentos dos agricultores familiares, combinada com outras atividades. As produções nos estabelecimentos com pouca área de terra são realizadas para que uma parte das terras não fique ociosa: um produtor produz fumo e leite, mas ele não consegue utilizar toda a área, mesmo ela sendo pequena porque o fumo exige muita mão de obra e, para o leite ele não possui um plantel de animais ou infraestrutura suficiente para uma grande produção, então, produz uma das *commodities*, mesmo que a renda seja pouco significativa.

Tabela 32 – Quantidade produzida das principais produções de grãos do Sudoeste do Paraná em toneladas.

Produtos	Quantidade produzida nos estabelecimentos com AF.	Quantidade produzida nos estabelecimentos com AP.
Arroz em casca	393	11
Feijão em grão	24.918	10.321
Milho em grão	582.172	129.145
Soja em grão	426.607	145.960
Total	1.249.810	358.420

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2014).

A *modernização* vem aumentando a produtividade. A soja obteve um aumento de produtividade no período (1977 a 2006) de 75%, e o milho mais de 100%. Essas duas produções durante muito tempo receberam os maiores investimentos para o seu melhoramento. E a maior produtividade reflete na quantidade produzida, conforme pode-se observar na Tabela 33. A produção de arroz vem numa descrescente no período apresentado na Tabela, a produção reduziu 98,4%. A produção de feijão teve uma queda de 56,6% entre 1980 e 1990, mas voltou a crescer; aumentando 124,4%. A produção de milho entre 1980 a 2000 vinha numa crescente, aumentando 80%, depois teve uma queda de 4,2%. A soja no período apresentado, vem num contínuo aumento da produção, entre 1980 e 2010 o aumento foi de 220%. Devido ao que já falamos, as melhores condições de produção e financiamentos, foram direcionados para a o milho e principalmente para a soja. O menor aumento da produção do milho deve-se ao fato da sua menor comercialização, passando a ser utilizado para a fabricação da silagem.

Tabela 33 – Produção agrícola do Sudoeste do Paraná (quantidade produzida em toneladas).

Produto	1980	1990	2000	2010
Arroz	65.348	28.952	11.368	920
Feijão	56.291	35.936	51.337	80.662
Milho	826.901	1.020.009	1.487.695	1.426.585
Soja	502.482	546.648	780.492	1.607.585

Fonte: Pesquisa Agrícola – IBGE, (1980, 1990, 2000 e 2010). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Nesta pesquisa destacam-se a produção de soja e milho para comercialização: arroz e feijão serão analisados quanto à produção para o consumo. A produção daqueles dois cereais foi a mais representativa entre os estabelecimentos estudados na análise da produção de grãos voltada para o mercado.

Na produção da soja houve certa inviabilidade na safra 2014/15. Para a produção, nos estabelecimentos com média e baixa mecanização (Tabela 34), o custo da produção em relação à renda bruta foi de 61,5% nos estabelecimentos menos mecanizados; 57,1% nos estabelecimentos com média mecanização. Já nos mais mecanizados, o custo da produção em relação à renda bruta é de 39%. O principal motivo dessa diferença é falta de máquinas e implementos para a produção e o baixo potencial de financiamentos para o custeio da produção dos menos mecanizados e com média mecanização. Entre os mais mecanizados, 70% dos custos da produção é financiado; entre os estabelecimentos com média mecanização 41% e nos agricultores com baixa mecanização, apenas 18,6%. Mesmo quando o custo da produção é financiado, o valor do crédito não cobre todas as despesas da produção.

Entre os entrevistados, 56,8% financiam pela CRESOL, 35,9% pelo Banco do Brasil, e pelo SICOOB, 7,3%; a média do crédito varia entre R\$ 800,00 e R\$ 1.100,00 por hectare, valor insuficiente principalmente para os produtores que não possuem máquinas para o plantio, aplicação de agrotóxicos e para colher a produção. Esses gastos não estão inclusos no orçamento do PRONAF. Mesmo para os agricultores que possuem máquinas, os gastos podem aumentar, já que não é possível prever a quantidade de vezes que a plantação sofrerá ataque de pragas e, conseqüentemente, a quantidade de vezes que será necessário aplicar pesticidas; também a produção pode sofrer o ataque de alguma “doença” foliar que exigirá o tratamento (anexo orçamento do PRONAF pela CRESOL).

Tabela 34 – Quantidade renda e valor financiado da produção de soja por grupo entrevistado, na safra 2013/14.

Grupo	Total Prod. (ton)	Quant. de área plantada (ha)	Prod. média por ha (ton)	Renda bruta R\$	Renda líquida total R\$	Custo da prod. (%)	Financ. custeio da produção (R\$)	% fin. do custo da prod.
1	4.775,8	1.360,4	3,5	3.970.492,00	2.426.050,00	39	1.008.500,00	70
2	1.559,8	486,6	3,3	1.460.173,00	626.800,00	57,1	342.700,00	41
3	750,1	241,1	3,1	320.040,00	137.700,00	61,5	34.000,00	18,6
Total	7.084,9	2.88,1	3,3	5.750.705,00	3.190.550	52,5	1.385.200,00	43,2

Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

A diversidade de fatores influencia na produtividade e na renda. A produtividade média por hectare é a seguinte: os mais mecanizados, 3,5 toneladas por hectare; média mecanização, 3,3 toneladas por hectare; menos mecanizados, 3,1 toneladas por hectare. A diferença mais significativa é entre os grupos 1 e 3, este último tem uma produtividade 12% menor por hectare. A maior diferença está na renda média líquida por hectare: nos agricultores do grupo 1, foi de R\$ 1.783,33 por hectare; nos agricultores do grupo 2, R\$

1.288,00, 38,8% menor em relação ao grupo 1; no grupo 3, R\$ 571,00, 125,5% menor em relação ao grupo 2. A diferença é mais expressiva se comparada a renda dos grupo 1 e 3, pois este último apresenta uma renda 213,1% menor por hectare. No grupo 2, com algumas exceções e, principalmente no grupo 3, a produção da soja é realizada para não deixar uma área de terra ociosa, devido à falta de mão de obra para produzir, conforme já mencionado.

Quando é contratada a colheitadeira, a porcentagem cobrada sobre a produção bruta é maior nos estabelecimentos do grupo dos menos mecanizados. Como esse grupo não possui nenhuma máquina na comunidade, é preciso contratar máquinas de comunidades mais distantes, isso encarece o custo da colheita. No grupo dos mais mecanizados, quem precisa contratar a colheita paga um valor médio de 10,5% sobre a produção bruta colhida. Para agricultores com média mecanização, é de 11,6% da produção bruta. Já nos menos mecanizados esse valor é de 13,8%. Segundo o depoimento dos agricultores do último grupo, isso acontece devido à distância que o contratado precisa percorrer para colher, além disso, são áreas pequenas. Geralmente o proprietário da colheitadeira aceita o trabalho se for para colher de dois a três estabelecimentos, para compensar o custo do deslocamento. Com isso, muitas vezes, a plantação passa do período ideal de ser colhido. Outro empecilho é que, neste grupo, a quantidade de tratores também é menor, dificultando o preparo mais adequado da área e com o solo mal preparado, ocorrem perdas no momento da colheita.

A maior parte da produção do milho é para o consumo dos animais (interno ao estabelecimento). No grupo 2, 90,5% do total de toneladas colhidas é para o consumo, a maior parte em forma de silagem. No grupo 1, 60,5% da produção é destinada ao consumo e, no grupo 3, 58,9%, isso porque o milho é comercializado nesse grupo como uma forma de conseguir alguma renda, e até mesmo a produção destinada à comercialização é colhida manualmente (Tabela 35).

A Foto 19 mostra “montinhos” de milho que foram colhidos manualmente e serão recolhidos. Neste grupo, tem um caso particular que destoa dos outros, é um agricultor que não fazia parte da ocupação inicial do acampamento São Francisco; ele chegou no acampamento depois que os acampados já haviam começado a cultivar a terra. Esse agricultor possuía melhores condições financeiras, ele ocupou a área de dois lotes de desistentes e, atualmente, possui 54 hectares de terra, cultiva o milho em 10 hectares totalmente para a

comercialização, numa quantidade de área e produção que destoa dos outros estabelecimentos estudados nos assentamentos e acampamentos¹⁶.

Tabela 35 – Valor da produção de milho, quantidade produzida, destino da produção e valor financiado por grupo entrevistado, safra 2013/14.

Baixa	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Total
Total área plantada (ha)	506,8	214	161,7	882,5
Área plantada destinada ao consumo interno (ha)	370,7	197,3	128	696
Área plantada destinada à comercialização (ha)	135,8	16,7	33,7	186,2
Total de toneladas colhidas	3.939,1	2.507,4	1.265,9	7.712,4
Toneladas destinadas ao consumo interno	2.385,2	2.288,1	746,7	5.420
Toneladas destinadas à comercialização	1.554	219,3	519,2	2.292,5
Renda bruta total referente à quantidade comercializada (R\$)	781.879,00	90.457,00	243.933,00	1.116.269,00
Renda líquida total referente à quantidade comercializada (R\$)	413.600,00	37.900,00	96.000,00	547.500
Média renda líquida por agricultor	25.850,00	5.414,00	6.857,00	14.797,00
Valor financiado (R\$)	R\$ 347.000,00	189.000,00	-	536.000,00

Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Foto 19 – “Montinhos” de milho colhidos manualmente para depois serem transportados, no grupo 3.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

¹⁶ Tanto o representante do MST, no acampamento, como o agricultor entrevistado não quiseram dar mais informações sobre como esse agricultor conseguiu tal quantidade de área superior a dos outros. Pois os dois lotes ocupados, quando somados, não perfazem a área de 54 hectares.

Quando a quantidade produzida é maior, é necessário contratar mão de obra, o que também acontece de forma diferenciada entre os 3 grupos. Como se pode observar na Tabela 36, o grupo 1 é o que contrata mais mão de obra. Dos 57 empregados permanentes contratados dos 3 grupos só um não é do grupo 1; dos 56 restantes, 94,7% são contratados para trabalhar em aviários. O segundo trabalho que mais necessita de mão de obra contratada em caráter temporário é a transformação do milho em silagem. A criação de aves e a produção de silagem são as atividades que mais contratam mão de obra. Na produção da silagem, o número de trabalhadores contratados é maior, mas são temporários, só atuam no período da transformação do milho em silagem, mas o número de dias trabalhados é menor que o dos contratados para a produção de aves. No grupo 2, 47,6% dos empregados temporários são para a produção de silagem. Os demais são para, a produção do fumo, para trabalhar no plantio de grãos, preparar áreas de pastagens etc. A contratação de mão de obra é um indicador da aceleração do ritmo do tempo, pois, o trabalho dos membros da família não é suficiente.

Tabela 36 – Contratação de mão de obra, principais atividades e número de contratados, por grupo.

Trabalho	Atividade	1º Grupo	2º Grupo	3º grupo
Temporário	Silagem	17	11	02
	Outra	14	12	03
Permanente	Aviários	53	00	00
	Outra	03	01	00
Troca de dias	Silagem	11	14	06
	Outra	00	03	17

Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

A produção da silagem gera uma relação de trabalho que não é muito comum, a troca de dias de trabalho, porém essa relação possui uma lógica diferente da troca de dias realizada no grupo 3. Neste, a troca é uma necessidade, os agricultores que possuem trilhadeira para debulhar o milho realizam esse trabalho para os agricultores que não possuem trilhadeira em troca de dias de trabalho braçal. Assim também acontece com outras máquinas, e também para colher alguma produção que possa estragar se não for colhida na época certa, ou para construir ou reformar alguma estrutura como galpões, estábulos, são trocados dias de trabalho, não são levados em consideração aspectos como a contabilização das horas de trabalho, ou a penosidade do trabalho, mas sim a necessidade do vizinho¹⁷. O agricultor que está trabalhando

¹⁷ Vizinho é o termo utilizado pelos agricultores para se referirem a moradores mais próximos espacialmente.

não cumpre uma jornada de trabalho exata, ele trabalha até o término da atividade ou até que seu vizinho precise. No grupo 03, a troca de dias acontece porque é uma necessidade; já no grupo 02 - com exceção da produção de fumo, onde há 3 agricultores que trocam dias por necessidade do trabalho - e principalmente no grupo 01, a troca de dias é para aumentar o ritmo da produção. Quando um produtor vai transformar o milho em silagem, mesmo tendo as máquinas necessárias, o seu vizinho, que também tem máquinas, ajuda no trabalho, para aumentar a produção da silagem, depois o produtor que recebeu a ajuda devolve o tempo de trabalho. Nesse caso, as horas são computadas como hora-máquina. O produtor que utilizar mais horas do que as horas “cedidas” paga a diferença ou faz outro trabalho para compensar.

Analisando as produções principais do município de Marmeleiro, percebe-se que, entre os agricultores familiares, existem desigualdades em relação a produtividade, sendo alguns mais mecanizados, outros menos; existe a conjugação de técnicas novas com práticas “antigas”, sendo estas utilizadas tanto na produção quanto na comercialização. A produção para alimentação familiar é importante. São produtos básicos que contribuem para a economia da família. A produção desses alimentos não deixa os agricultores totalmente dependentes das produções mercantis.

No caso dos produtores de fumo integrados à empresa Souza Cruz, há um incentivo para que o produtor não pare de produzir, mesmo nos momentos de crise. Está previsto em contrato que: “Considerando que o produtor está ciente de que deve cultivar outras lavouras que não a do fumo, sendo esta prática recomendada para que não dependa exclusivamente do cultivo do fumo para a subsistência.” (Contrato de integração, safra 2012/13). Assim também contrato de integração na produção de aves possui uma cláusula similar. Nela consta que: “O Integrado declara que o presente contrato se constitui em renda suplementar sua e de sua família, possuindo outras atividades agropecuárias principais na sua propriedade rural” (Contrato de integração na produção de aves, 2008, p. 15). Mais uma vez as empresas garantem a sua isenção em relação à renda dos integrados.

Entre os agricultores estudados percebe-se que a produção para alimentação familiar é planejada conforme as variações dos valores das produções direcionadas para a comercialização. Quando a safra proporciona renda maior, eles consomem mais alimentos industrializados. Quando ocorre uma queda nos preços dos produtos, ou alguma intempérie, recorrem aos alimentos que produzem, visando à diminuição nos gastos e também devido à sazonalidade de alguns itens. Os agricultores estão perdendo o hábito de armazenar produtos

para a alimentação. Sempre há alguns produtos, independente das variações do mercado, como a mandioca e a batata-doce.

Entre os entrevistados, 80% responderam que a produção para o consumo familiar está diminuindo e a prioridade é dada para a produção voltada para a comercialização. A média de horas trabalhadas nessa produção é de 1 hora diária enquanto na produção para a comercialização, a média é de 11 horas diárias. O tempo de trabalho da produção voltada para o consumo corresponde a pouco mais de 9% do tempo total de trabalho dos agricultores. Também se percebe que é um trabalho realizado predominantemente por mulheres.

[...] Quanto mais restringe a área cultivada com produtos básicos para a autossuficiência alimentar, mais depende do mercado para colocar o produto comercializável – sua mercadoria. Em contrapartida, aumenta a dependência da renda-dinheiro necessária para suprir a reprodução doméstica e produtiva (ANTONELLO, 2001, p. 55).

O principal motivo que levou à diminuição da produção para o consumo no estabelecimento é a praticidade do acesso aos produtos industrializados. Outro motivo é a correria do dia-a-dia. É preciso dedicar-se mais à produção para a comercialização porque é necessário pagar os custos da produção e as novas necessidades de consumo (Quadro 3).

Quadro 3 – Motivos que condicionam a diminuição da produção para a alimentação familiar.

Vem diminuindo cada vez mais, compramos produtos no mercado.
Trabalhamos, no máximo, uma hora por semana nessa produção; ela vem diminuindo por essa correria do dia-a-dia. Às vezes, vamos para a cidade e ficamos todo dia para resolver alguma coisa da produção.
Plantamos bastante produtos para o consumo, dividimos com os filhos que moram aqui, mas trabalham na cidade. Vem diminuindo porque já temos uma certa idade e os filhos não querem mais plantar, as plantas também não produzem como antigamente.
Cada vez mais dedicamos menos tempo para essa produção.
Vem diminuindo porque encontramos muitos produtos no mercado.
É mais prático comprar no mercado.
Compensa comprar no mercado e usar o tempo para produzir mais para vender.
Compensa comprar no mercado, porque para produzir em casa tem que comprar um monte de produtos químicos para poder colher.
Alguns produtos compensa comprar porque com as mudanças no clima, alguns produtos não produzem mais.
Os produtos estão prontos no mercado, é mais fácil, e agora não temos mais tempo.
Essa produção vem diminuindo bastante, o tempo não ajuda; hoje em dia, tem mais pragas que antigamente, a idade também prejudica um pouco, como esse serviço é todo manual, não podemos plantar muito.

Fonte: Trabalho de campo, (2014). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Então, parece um movimento circular, os agricultores produzem cada vez menos para o consumo, e por isso têm que trabalhar e vender cada vez mais para o comércio para comprar os produtos industrializados.

Os agricultores que pensam que é mais vantajoso economicamente e pelo tempo de trabalho comercializar cada vez mais a produção acreditam que é mais viável comprar produtos industrializados, pois assim sobra mais tempo para se dedicar à produção voltada para o mercado. Outra questão é o controle das pragas em algumas produções; devido ao desequilíbrio biológico, o ataque de pragas aumentou muito; para serem produzidas, precisam de uma grande quantidade de aplicações de inseticidas e fungicidas; um dos casos é o feijão, conforme já apontado. Dessa forma, outra frase repetida para justificar a diminuição na produção para o consumo é: “[...] tem muitas coisas que não dão mais [...]”. Percebe-se que a maioria dos agricultores sentem certo constrangimento de admitir que diminuíram a produção para o consumo porque isso é uma característica inerente a eles, é algo cultural. Percebe-se isso em depoimentos como este:

[...] é uma vergonha, não plantamos mais um monte de coisa [...] outro dia fomos fazer umas rapaduras, precisamos comprar amendoim e açúcar amarelo¹⁸ no mercado, uma vez tinha tanto açúcar amarelo que juntava formiga (risos) (AGRICULTOR 120, ENTREVISTA, 2014).

A produção para o consumo familiar diminui nos estabelecimentos que possuem terrenos mais planos e as produções mais direcionadas para o mercado. Geralmente não usam os terrenos propícios para a mecanização para plantar produtos para o consumo. Os terrenos utilizados para essas produções são os com declividade maior, os “cantos” onde é difícil o acesso das máquinas (Foto 20). Busca-se uma racionalidade da produção cada vez maior.

Outra justificativa é que eles pretendem aumentar a renda e comprar produtos industrializados, por entenderem que compensa financeiramente e, principalmente comprando produtos industrializados, sobra mais tempo para produzir para o mercado, porém:

O produtor que vende toda a sua produção consegue uma renda de suas vendas e esta renda, que corresponde a seu poder de compra e determina consequentemente suas condições de vida, depende, em grande parte, da flutuação dos preços no mercado. Esse tipo de dependência é muito menos forte, naturalmente, entre os produtores que praticam o autoconsumo e o abastecimento próprio (LAMARCHE, 1998, p. 67).

¹⁸ Açúcar amarelo é um termo regional utilizado para definir o açúcar mascavo de cana, que pode ser produzido no estabelecimento.

Foto 20 – Plantação de feijão para o consumo familiar, no grupo 3.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Entre os agricultores, os principais alimentos produzidos para o consumo estão listados na Tabela 37. Os principais itens produzidos para o consumo familiar são os que exigem menos tempo de trabalho, como verduras, mandioca e batata-doce. Em relação ao abate dos animais percebe-se uma predominância no consumo de carne de frango por exigir menos tempo de trabalho e de engorda.

A importância da produção para o consumo é maior para o grupo menos mecanizado, já que 84,5% declaram que consomem diariamente algum alimento produzido no estabelecimento e este produto é fundamental para a economia da família. No grupo com média mecanização 72,2% e no grupo dos mais mecanizados, 53,4%. Apesar de alguns itens - como as verduras - serem produzidos em 92,1% dos estabelecimentos mais mecanizados, a horta é mais um hábito cultural. Já nos estabelecimentos menos mecanizados, ela é uma necessidade para compensar a baixa renda da família. A diminuição no número de abates de suínos e, principalmente, bovinos, deve-se às exigências sanitárias, com isso se consome mais frango, criados nos estabelecimentos (Foto 21). Atualmente é proibido abater no estabelecimento, mas não existe uma fiscalização regular; os agricultores que não abatem por esse motivo são os que possuem os estabelecimentos próximos à cidade, onde, teoricamente, é mais fiscalizado, então, essas pessoas levam esses animais no abatedouro.

Tabela 37 – Principais alimentos produzidos para o consumo familiar, por grupo entrevistado e número de famílias.

Produtos	Grupo 1	%	Grupo 2	%	Grupo 3	%
Abobora	08	10,5	12	21,4	17	23,9
Amendoim	12	15,7	11	19,6	11	15,4
Arroz	01	1,3	01	1,7	02	2,8
Banha de suíno	01	1,3	11	19,6	18	25,3
Batata inglesa	14	18,4	16	28,5	05	7
Batata-doce	35	46	27	48,2	47	66,1
Carne bovina	20	26,3	19	33,9	22	30,9
Carne de Frango	48	63,1	39	69,6	52	73,2
Carne suína	34	44,7	35	62,5	41	57,7
Feijão	21	27,6	13	23,2	34	47,8
Frutas	24	31,5	22	39,2	19	26,7
Legumes	50	65,7	40	71,4	40	56,3
Leite	19	25	23	41	40	56,3
Mandioca	57	75	44	78,5	61	85,9
Milho	08	10,5	20	35,7	09	12,6
Ovos	08	10,5	12	21,4	14	19,7
Peixe	01	1,3	01	1,7	00	00
Pipoca	08	10,5	07	12,5	08	11,2
Queijo	03	6,5	04	7,1	04	5,6
Verduras	70	92,1	45	80,3	59	83,3

Fonte: Trabalho de campo, 2015. Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Entre os alimentos que são a base da alimentação, o feijão e o arroz, percebe-se que a maioria dos agricultores estão comprando esses produtos. Menos da metade dos entrevistados (33,4%) produzem feijão para o consumo, e apenas 1,9% produzem arroz. Então, o que predomina para o consumo são os produtos que exigem menos tempo de trabalho e cuidado, como é possível perceber neste depoimento:

[...] sempre produzimos alguma coisa pra comer, já produzimos bem mais, mas ainda tem umas batatas, mandioca, porque é só plantar e deixa que vem [...] só dar uma carpidinha, e ir colhendo conforme vai comendo [...] diferente tipo do amendoim, que precisa carpir bem, dependendo do ano não da bem, pra colher da mais trabalho porque tem que ser na mão (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

E também neste outro depoimento que se refere a criação de animais:

Nós já comemos mais carne de porco, mas de um tempo pra cá é mais frango, porque o porco é um bicho maior, né? Demora mais pra engorda,

come mais, depois tem que abate ele em casa, da trabalho! E se levar no abatedouro não compensa [...] frango não, os gastos são menor, tu engorda ai uns 10, 15, e vai matando conforme precisa, é mais prático [...] pra matar um porco tem que tira meio dia pelo menos, ter umas duas pessoas pra ajudar, já o frango a mulher mesmo pega e mata (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Foto 21 – Galinheiro com aves para o consumo no grupo 3.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

Os agricultores, principalmente os menos mecanizados e os com média mecanização, possuem a característica de manter uma integração parcial ao mercado, podendo aumentar ou diminuir a intensidade dessa relação, assim como a produção para a alimentação familiar. Por isso, em alguns momentos, os agricultores aumentam a produção para o consumo, principalmente, quando ocorre uma queda na produção dos produtos comercializados. Quando o preço dos produtos comercializados resulta numa renda melhor, o consumo dos produtos industrializados aumenta. Ao comercializar, os agricultores transformam produtos que possuem valor de uso para o seu consumo, em produtos com valor de troca. Esse processo cada vez mais aumenta de intensidade.

[...] tem-se materializado a espacialidade do capital na produção camponesa, que subverte a especificidade do trabalho familiar e planta o germe da decomposição do trabalho concreto realizado até então pelo grupo doméstico [...] Este processo desenrola-se, geralmente, com a vinculação da produção camponesa à indústria de transformação, a qual altera o princípio básico da produção camponesa, que seria o camponês sujeito criador de sua própria

existência, levando-o a fazer parte da divisão social do trabalho (ANTONELLO, 2001, p. 56).

Ainda segundo Antonello (2001), a partir do momento em que o produtor passa a direcionar o foco da sua produção para o mercado, não é mais ele que valida seu trabalho, os industriais passam a direcionar o trabalho familiar e, conseqüentemente, as suas temporalidades.

Analisando os critérios que os agricultores utilizam para definir as principais produções que serão comercializadas, percebe-se um agricultor mais interativo às situações do mercado (Tabela 38). Quando se perguntou, quais os principais critérios utilizados para definir a principal produção que será comercializada, mais de 83% dos agricultores que comercializam alguma produção, responderam que é o preço dos produtos no momento da comercialização. Em segundo lugar, é o valor dos insumos, com pouco mais de 71%. Em terceiro lugar, os financiamentos, com 65%. Depois, vem a mão de obra. Outros itens como a previsão do tempo, as notícias sobre a produção também são levados em consideração. E 36% realizam certa produção por ser algo que sempre produziram. Um número baixo, pois como já visto, uma das características dos agricultores é a transmissão do saber fazer de alguma produção, produzindo porque é cultural. O motivo de produzir por ser uma produção tradicional na família vem diminuindo, mas são mantidas algumas práticas, as quais são utilizadas nas “novas” produções.

Entende-se que, mesmo na produção para o consumo, historicamente uma prática dos agricultores familiares, está faltando mais organização e planejamento. Embora necessitem, eles não têm orientação técnica que os auxilie na produção de alimentos para o consumo familiar.

Tabela 38 – Elementos levados em consideração para definir a produção voltada para a comercialização.

Elementos considerados para definir as principais produções agrícolas	Percentual de agricultores
Previsão do tempo	43
Mão-de-obra	56
Valor dos insumos	71,2
Preço dos produtos	83,5
Porque sempre trabalhou com aquela produção	36
Notícias, propagandas de TV e rádio	26
Financiamentos	65

Fonte: Trabalho de campo, (2014). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Em relação ao planejamento, percebe-se, na medida em que os agricultores se integram ao mercado, que há maiores possibilidades, porém, a eficácia desse planejamento para os agricultores é relativa. O planejamento é direcionado para algumas produções, acontecendo através de elementos como a previsão do tempo, que produção precisará de insumos com um preço mais barato e um preço mais alto na comercialização; em que produção ele terá mais mão de obra, entre outros. Então, o agricultor precisa permanecer muito mais atento a esses detalhes porque as tendências mudam rapidamente. No caso do município estudado, durante o final da década de 1990 e início da de 2000, houve uma tendência de muitos agricultores aderirem à produção do fumo, porque, naquele momento, estava gerando uma renda significativa. No decorrer da década de 2000, o leite foi ganhando espaço, e como apresentado em Braga (2010), passa a ocorrer uma conjugação dessas produções nos estabelecimentos sendo que, o leite vinha aumentando sua importância sobre a produção do fumo. Isso ocorreu porque a produção do leite requer um trabalho mais leve e possibilita uma renda regular, já que a produção é paga mensalmente, além da relação com a empresa na produção de fumo ser mais subordinante. Em 2010, esse processo estava em andamento; agora, pelos dados apresentados, percebe-se que a produção do leite ganhou importância maior que a do fumo. Isso demonstra que o agricultor atual está mais “ligado” às novas tendências, até mesmo os menos mecanizados, que possuem um tempo mais lento inseriram-se nesta produção, porque é a produção que está gerando uma renda mais regular. Essa maior flexibilidade foi uma condição adquirida pelo agricultor atual, devido a seu maior contato com o mercado, pois, antes, ele tinha como característica manter as mesmas produções, porque a família, o solo, os equipamentos eram mais adaptados a certa produção. Como se percebe neste depoimento do filho de um agricultor:

[...] o pai gostava de plantar feijão, nunca vi uma coisa dessas [...] uma época até que dava lucro, mas depois não dava mais, era muito ataque de praga, gastava muito em veneno [...] mas ela era teimoso, foi difícil convencer ele pra partir para outra produção (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

E também neste depoimento de um agricultor de 70 anos:

Olha, eu sempre gostei de criar porco, construí a minha casa, criei os meus filhos com a maior parte do dinheiro dos porcos [...] e aí começo ter ano que dava, ano que não dava lucro, mas a gente gostava daquela produção, a gente tinha gosto de criar os bichos, mesmo que eles não cheiram muito bem (risos), e também a gente tinha chiqueiro, até uma camioneta velha, além de saber lidar com isso, tem os gastos de partir para outra produção [...] e fiquei vários anos na ilusão de que o próximo ano ia ser melhor; os preços

passaram por muitas crises, acabei me endividando, aí tivemos que parar mesmo (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

No processo histórico de territorialização, a agricultura familiar conjugou diferentes produções, técnicas, equipamentos, condições econômicas, gerando uma diversidade de relações de produções, percepções, estratégias, integração ao mercado e mecanização, resultando em diferentes ritmos de tempo. As condições apresentadas aos agricultores nem sempre são as melhores, mas são aquelas influenciadas pelo relevo e pelas condições econômicas e políticas.

Esses elementos são fundamentais para definir o nível de mecanização dos agricultores, as condições financeiras, políticas e o relevo. Agora, analisando-se primeiramente este último. Conforme Santos (2008), nas áreas mais íngremes a utilização das máquinas é parcial. E áreas com o relevo mais íngreme, geralmente são dos agricultores que possuem menos hectares de terra; os grandes produtores possuem áreas mais planas ou podem descartar as áreas não muito propícias para mecanização. Como demonstra a autora, a mecanização na região oscila de um município para outro: Marmeleiro é menos mecanizada que Renascença, sendo os dois limítrofes; isso está ligado ao relevo do primeiro município que é mais acentuado e às condições financeiras dos agricultores.

Conforme se observa no trabalho de campo, onde o relevo é mais plano, há maior mecanização e concentração fundiária. O relevo é um fator importante, porém, a mecanização depende da condição econômica do agricultor.

Em relação à influência da mecanização pelo relevo, observando o mapa da hipsometria do município de Marmeleiro, tem-se uma ideia aproximada das desigualdades identificadas (Mapa 6). Nas áreas mais planas estão os maiores produtores de grãos porque eles têm condições de comprar e mecanizar as terras mais planas. Com isso, estas áreas possuem um valor de mercado maior e são objeto de especulação ao serem vendidas. Consequentemente, são as áreas que possuem mais agricultores integrados ao mercado e mecanizados. Os estabelecimentos com o relevo mais ondulado são menores e as produções são menos mecanizadas. Onde o relevo é mais acentuado, não há grandes áreas mecanizadas de modo contínuo. Então, o relevo é um fator importante na fragmentação fundiária, pois os grandes proprietários de terra buscam áreas planas e contínuas. Por isso existem estabelecimentos com média mecanização, ou menos mecanizados, que são planos, mas no seu entorno o relevo é mais acentuado, não possibilitando uma grande área contínua de produção. Encontrou-se um agricultor que está vendendo seu estabelecimento no grupo dos menos mecanizadas, na comunidade de Santo Antônio, e não está recebendo propostas

satisfatórias porque o seu estabelecimento possui 9 hectares, sendo 8 mecanizáveis. Segundo o agricultor, o desinteresse é porque o seu estabelecimento, apesar de ser mecanizável, é rodeado por outros estabelecimentos que são pouco mecanizados. Então, os compradores, que geralmente são os grandes proprietários, não veem possibilidade de expansão, devido à localização. E, ainda, esses estabelecimentos planos divididos por relevos mais acentuados, não são mecanizados totalmente, pela falta de recursos financeiros por parte dos seus proprietários.

A declividade dificulta a mecanização, pois para usar – trator e colheitadeira – duas máquinas fundamentais o terreno não pode apresentar declividade acentuada.

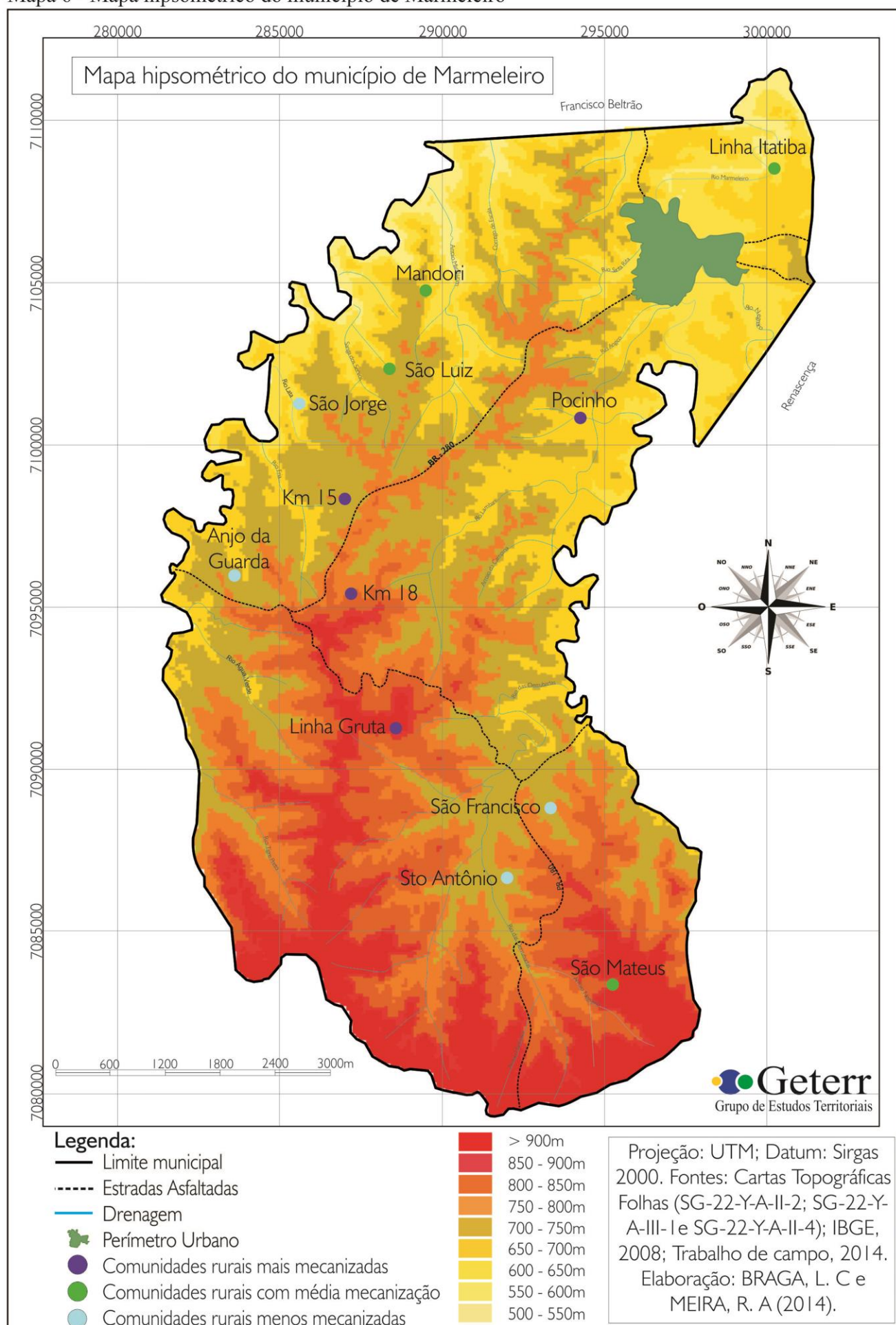
Apresenta-se o uso do solo, no ano de 2012 (Mapa 7 e Tabela 39) para que se possa observar a diversidade, comparando-a com o Mapa da hipsometria.

Percebe-se a pastagem fragmentada no território do município; a agricultura tem uma continuidade maior, contudo também é fragmentada. Analisando os dados da Tabela 39, referentes aos usos ilustrados no Mapa, constata-se que o maior uso do solo é com a agricultura e pousio, 29,5%; em segundo lugar, a floresta nativa, com 28% e pastagem plantada representa 10% do uso do solo do município. Pela quantidade e importância da produção do leite, a área destinada à pastagem dá-se devido à maior utilização de rações e silagem para alimentação dos animais, por isso não há necessidade de grandes áreas para pastagem. As áreas de campo, são espaços com usos indefinidos, em alguns momentos eles ficam em repouso, em outros são utilizados para fins como pastagem, para o plantio de alimentos, geralmente são espaços que ficam entre as construções, ou nos “cantos” onde é difícil a produção mecanizada; possuem pouca extensão, a Foto 22 representa uma das áreas.

A diversidade da agricultura pode ser percebida pelo uso e ocupação do solo. Este tem influência nas técnicas da produção, porém os fatores econômicos são muito importantes nesses processos; as áreas menos propensas à produção agropecuária mecanizada é o que resta para os agricultores com menos condições financeiras, pois, normalmente, são comercializadas a preços mais baixos.

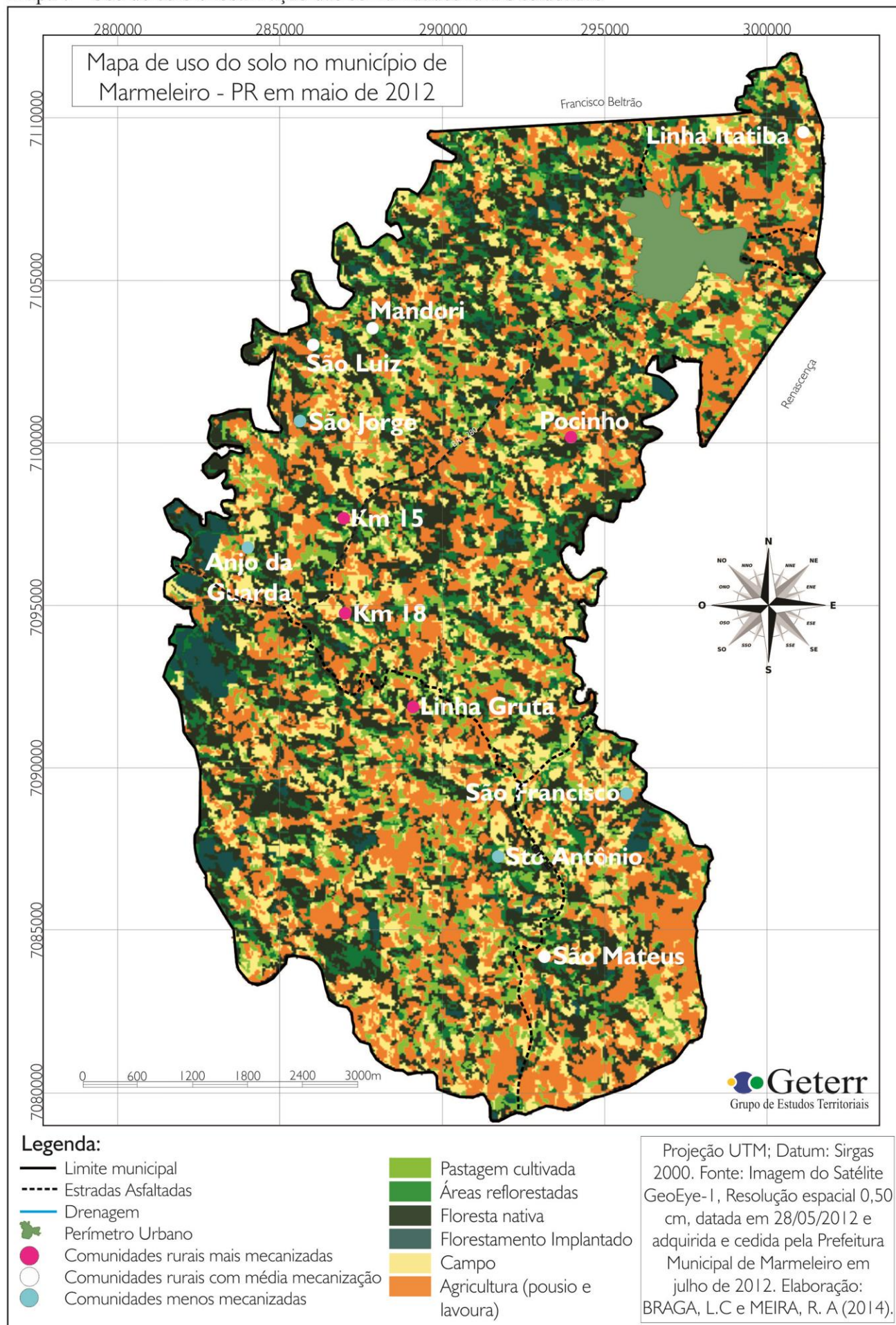
Outro elemento fundamental é a condição financeira, determinada pela dificuldade em obter uma renda maior e pelo acesso ou não às linhas de crédito. Nos assentamentos e acampamentos, os agricultores têm dificuldades para realizarem financiamentos. Então, principalmente nestes, mesmo em áreas planas, a produção não é realizada de modo mecanizado. E, pela falta de mecanização, alguns assentados e acampados arrendam a terra para grandes proprietários.

Mapa 6 - Mapa hipsométrico do município de Marmeleiro



Fonte: Cartas Topográficas – ITCG; Trabalho de campo, (2014). Elaboração: BRAGA, L. C; MEIRA, R, (2014).

Mapa 7 - Uso do solo e localização das comunidades rurais estudadas



Fonte: Imagem GeoEye I, (28-05-2012), cedida pela Prefeitura Municipal de Marmeleiro. Elaboração: BRAGA, L. C; MEIRA, R, 2014.

Tabela 39 – Uso e ocupação do solo no município de Marmeleiro em 05 de maio 2012.

Tipo de uso	Quantidade em hectares	%
Pastagem plantada	4.070.100	10,4
Agricultura (lavoura e pousio)	11.475.190	29,2
Floresta nativa	10.922.700	28,1
Áreas reflorestadas	4.061.700	10,2
Campo (pastagens naturais, espaços não utilizados)	7.053.930	18,2
Reflorestamento implantado para comercialização	1.161.990	2,8

Fonte: Elaboração a partir da imagem GeoEye I, (28-05-2012), cedida pela Prefeitura Municipal de Marmeleiro. Organização: BRAGA, L. C; MEIRA, R, 2014.

Foto 22 – Área de campo no grupo 3.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

Pode-se perceber essa situação na comparação entre um assentamento, onde os agricultores possuem condições financeiras inferiores, e uma comunidade com melhores condições financeiras e acesso às políticas públicas. No assentamento Anjo da Guarda, que faz parte do grupo 3, foram entrevistados 60% dos agricultores e em seus estabelecimentos não há nenhum trator nenhuma colheitadeira. Já na comunidade do KM 15, que faz parte do grupo 1, 49% dos agricultores foram entrevistados, estes dispõem de 13 tratores e 06 colheitadeiras.

No assentamento, os equipamentos que inserem um ritmo de tempo mais lento são mais significativos: capinadeira de tração animal, trilhadeira, enquanto entre os entrevistados da Linha Pocinho, KM 15, KM 18 não existe nenhum deles; nos assentamentos Santo Antônio, São Jorge e Anjo da Guarda e no acampamento São Francisco, eles são fundamentais para a produção agrícola. A trilhadeira, dispensada nos mais mecanizados, é fundamental para a produção nos menos mecanizados, pois nem todos conseguem tê-la; dessa forma, os proprietários das trilhadeiras debulham a produção para os outros agricultores em troca de dias de trabalho braçal.

Essa desigualdade no número de máquinas e o tamanho da área cultivada refletem na produção, destino da produção e na renda das famílias, conforme se pode observar nas Tabelas 40, 41, comparando a produção de milho em duas comunidades.

Tabela 40 - Quantidade produzida, destino e valor financiado da produção de milho na Linha KM15.

Área culti- vada	Silag/cons. <i>In natura</i> (ton)	Com. (ton)	Renda bruta R\$	Renda líquida R\$	Renda líquida por (ha/R\$)	Contrata trabalho para a produção	Financia mento custeio R\$
4,8	299	-	-	-	-	-	3.500,00
19,3	-	126	52.000,0 0	21.400,0 0	1.108,00	C	8.000,00
10	63	-	-	-	-	-	15.000,00
10,4	64,2	-	-	-	-	-	-
19,3	121,5	-	-	-	-	-	25.000,00
14	80,6	-	-	-	-	-	40.000,00
19,5	45	-	-	-	-	-	-
14,5	87	-	-	-	-	-	-
7	37	-	-	-	-	-	-
5,3	37	-	-	-	-	P,C	-
8	-	-	-	-	-	-	-
65,3	631	-	-	-	-	-	-
58	-	717	310.700, 00	152.000, 00	2.620,00	-	55.000,00

Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015). P = agricultores que contratam o trabalho para o plantio; C = agricultores que contratam o trabalho para a colheita.

Tabela 41 – Quantidade produzida, destino e valor financiado da produção de milho no assentamento Anjo da Guarda, safra 2013/14.

Área cultivada (ha)	Silag/cons. In natura (ton)	Com. (Ton)	Total produzido (ton)	Renda Bruta R\$	Renda líquida	Renda líquida ha.	Contrata trabalho para a produção	Financiamento custeio (R\$)
3	-	7,2	7,2	3.360,00	1.500,00	500	P,C	-
2,2	-	6,6	6,6	5.600,00	2.000,00	909	P,C	-
2	14	-	14	-	-	-	P	-
3,1	25,2	-	25,2	-	-	-	P,C	-
1,5	28,6	-	28,6	-	-	-	P,C	-
8	39,7	37,5	77,2	20.500,00	6.500,00	812,5	P,C	-
4,5	37,5	33,7	75	12.500,00	4.200,00	933	P,C	-
2	15,2	-	15,2	-	-	-	P	-

Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015). P = agricultores que contratam o trabalho para o plantio; C = agricultores que contratam o trabalho para a colheita.

Então, isso aponta que o relevo é importante para a mecanização, todavia as condições econômicas são fundamentais. E isso reflete também na produção da soja, como se pode observar nas Tabelas 42 e 43. Dos estabelecimentos, analisados do assentamento Anjo da Guarda, que plantam soja, só um não é arrendado, e, mesmo assim, contrata os trabalhos para a produção, o restante arrenda para outros produtores de outras comunidades. Já no KM 15, entre os entrevistados, 13 produzem soja, só 3 não financiaram. E mesmo a comunidade possuindo mais máquinas, 8 agricultores contratam trabalho mecanizado para a produção.

Tabela 42 – Produção de soja nos estabelecimentos entrevistados no Anjo da Guarda.

Área cultivada (ha)	Produção (ton/ha)	Renda bruta	Renda líquida	Renda média líquida por (ha)	Contratação de trabalho
2,3	1,2	-	1.800,00	782	Arrendado
4	4,8	-	3.800,00	950	Arrendado
5,5	6	-	3.900,00	709	Arrendado
3	3,3	-	1.800,00	600	Arrendado
6	21,6	16.524,00	5.500,00	916,66	P,C
7,2	5,7	-	4.500,00	625,5	Arrendado

Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015). P = agricultores que contratam o trabalho para o plantio; C = agricultores que contratam o trabalho para a colheita.

Tabela 43 – Produção de soja nos estabelecimentos entrevistados no KM 15.

Área cultivada	Produção (ton/ha)	Renda bruta	Renda líquida	Renda líquida média por ha	Contratação de trabalho	Financiamento custeio (R\$)
20,2	72	52.230,00	28.000,00	1.386,00	C	28.000,00
3,6	10,8	9.900,00	3.000,00	833,00	P,C	7.000,00
60	180,3	162.260,00	85.000,00	1.416,00	C	32.000,00
25	85,5	84.075,00	40.000,00	1.600,00	P,C	18.000,00
169,4	559	540.380,00	360.000,00	2.125,00	-	105.000,00
3,2	10,4	10.100	3.400,00	1.062,00	P,C	-
8	18	17.100,00	6.400,00	800,00	P,C	31.000,00
24,2	57,3	57.300,00	20.000,00	826,00	P,C	-
164,5	426	426.000,00	260.000,00	1.580,00	-	-
25	87	84.100,00	41.000,00	1.640,00	C	25.000,00
30,3	92,5	90.919,00	62.000,00	2.046,00	-	18.000,00
32,8	84	84.000,00	45.000,00	1.388,00	-	40.000,00
84,7	252	243.600,00	150.000,00	1.770,00	-	50.000,00

Fonte: Trabalho de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015). P = agricultores que contratam o trabalho para o plantio; C = agricultores que contratam o trabalho para a colheita.

Outro elemento que salienta a importância das condições econômicas é que, mesmo em produções onde o relevo tem menos importância, como os do leite, existem variações significativas na produção (Tabelas, 43). No assentamento Anjo da Guarda, a produção é mais extensiva. No ano de 2014, a média de área utilizada para pastagem por estabelecimento foi de 4,2 hectares e, no KM 15, foi de 4,3 hectares, e a renda média por hectare no KM 15 é de R\$ 1.317,00, enquanto no Anjo da Guarda é de R\$ 373,75. A produção mais intensiva, com maiores investimentos, também reflete na média de litros mensal por estabelecimento: no assentamento, é de 2.142 litros e, no KM 15, é de 12.801 litros, e a produtividade por vaca ordenhada, no KM 15, é 143% maior. Além da mecanização que possibilita a transformação do milho em silagem e da utilização de alimentação industrializada, os produtores do KM 15 possuem raças de animais que produzem mais, principalmente as vacas holandesas. Já no assentamento, existe uma mistura de raças, denominadas popularmente de vacas “comuns”, que é uma mistura de animais das raças holandesas, *Gersey*, *Gir*, entre outras. No KM 15, somando todos os financiamentos de investimentos na produção de leite, chega-se a um total de R\$ 275.000,00 enquanto no assentamento nenhum produtor financiou os investimentos na produção no ano de 2014.

Tabela 44 – Produção de leite Anjo da Guarda ano de 2014.

Área pastagem	Litros /mês	Vacas ordenhadas	Média de litros/dia por vaca	Renda bruta (R\$)	Renda líquida (R\$)	Média renda ha (R\$)	Financiamentos
1,4	1.150	7	5,4	980,00	600,00	458,57	-
5	2.000	8	8,3	1.850,00	1.530,00	306,00	-
3	1750	9	6,4	1.600,00	1.150,00	383,33	-
5,8	2.500	10	8,3	2.310,00	2.000,00	344,82	-
2	2.060	9	7,6	1.750,00	1.400,00	700,00	-
3,3	2.100	11	6,3	1.940,00	1.600,00	484,84	-
1,3	1.000	5	6,6	800,00	550,00	423,00	-
7	2.800	10	9,3	2.240,00	1.800,00	257,14	-
6	2.750	11	8,3	2.133,00	1.600,00	266,66	-
5	2.450	7	11,6	1.910,00	1.550,00	310,00	-
7,6	3.100	13	7,9	2.542,00	2.000,00	263,15	-
4	2.050	5	13,6	1.599,00	1.150,00	287,50	-

Fonte: Trabalho de campo, (2014). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Os investimentos realizados são para a compra de ordenhadeiras, máquinas para a fabricação da silagem e melhoramento das salas de ordenha. Só este aspecto dos financiamentos já influencia as viagens feitas à cidade e, ao mesmo tempo, no ritmo de produção e da vida cotidiana.

Tabela 45 – Produção de leite no KM 15, no ano de 2014.

Área past. (ha)	Litros /mês	Vacas ordenha das	Média de litros p/ vaca ordenhada	Renda bruta (R\$)	Renda líquida (R\$)	Média renda (há)	Financiamentos (R\$)
3,1	4.100	10	13,6	3.490,00	2.150,00	693,00	-
6	5.500	12	15,2	4.765,00	2.900,00	483,00	10.000,00
5,5	20.200	30	22,4	18.060,00	9.900,00	1.800,00	-
3,3	15.800	28	18,8	14.720,00	8.430,00	2.554,00	-
4	15.000	22	22,7	13.500,00	7.750,00	1.937,00	40.000,00
3,5	10.000	23	14,4	8.650,00	4.910,00	1.402,00	-
10	45.350	95	39,7	40.600,00	22.200,00	2.220,00	220.000,00
5	22.120	50	30,2	18.040,00	10.600,00	2.120,00	-
4,8	6.500	12	18	4.900,00	3.050,00	635,40	-
1	2.000	4	16	1.600,00	900,00	900,00	-
2,2	1.050	3	11,6	819,00	600,00	272,00	-
4	6.000	10	20	5.400,00	3.160,00	790,00	5.000,00

Fonte: Trabalho de campo, (2014). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Consequentemente, a renda é menor e isso reflete em outros elementos como a produção para o consumo familiar. No KM 15, a produção para consumo é menos importante; segundo os entrevistados, todos produzem algum alimento para o consumo familiar, porém só 55% consomem diariamente, o restante algumas vezes na semana, pois não possuem uma produção regular para o consumo. Já, no assentamento, todos os entrevistados consomem diariamente alimentos produzidos no estabelecimento; os principais são batata-doce, mandioca, verduras, legumes, carne de aves e de suínas. Segundo os agricultores, tais produções são fundamentais para o equilíbrio das despesas da família. A principal justificativa para os agricultores do KM 15 consumirem menos alimentos próprios é falta de tempo, pois precisam trabalhar nas produções voltadas para a comercialização, além da possibilidade de comprar produtos industrializados através da renda, que é maior. E como já apontado, a produção de leite desses agricultores é mais intensiva, com mais máquinas (ordenhadeiras, máquinas para fabricação da silagem) e horários bem definidos para ordenhar as vacas.

A comparação entre as duas comunidades sinaliza que as condições financeiras são importantes para a mecanização e a inserção no mercado. No município de Marmeleiro, as áreas com relevo mais plano não são predominantemente mecanizadas devido aos assentamentos, acampamentos e reassentamentos; uma parte destes localiza-se em áreas propícias para a mecanização, porém, devido à precariedade das condições econômicas dos agricultores, ao frágil acesso às políticas públicas e ao tamanho dos estabelecimentos, eles contratam trabalhos mecanizados, em algumas etapas, encarecendo os custos de produção.

Para melhorar as condições econômicas, fator importante é o acesso às políticas públicas. Percebe-se isso na análise da Linha Itaíba, que faz parte do grupo 2, um reassentamento de agricultores atingidos pela construção da Hidrelétrica de Itá no Rio Uruguai, que atingiu agricultores gaúchos e catarinenses. As famílias que foram reassentadas na Linha Itaíba, no ano de 1990, anteriormente não possuíam a propriedade da terra, trabalhavam como diaristas, meeiros, arrendatários. A diferença para os assentamentos é que, na constituição da Linha Itaíba, a Eletrosul, que era a companhia elétrica na época, comprou uma área de terra de uma produtora de gado para corte, dividiu a área em lotes entre os agricultores, conforme o tamanho das famílias, e construiu uma estrutura com uma casa e um galpão em cada lote. Essa estrutura e o lote deveriam ser pagos em 20 anos, com três anos de carência e o valor abaixo do preço de mercado (BRAGA, 2010). A luta dos atingidos para serem reassentados, para que não fossem simplesmente expulsos dos seus territórios de vida, aconteceu antes da constituição do assentamento. No momento que os agricultores chegaram

na Linha Itaíba, a situação já estava acordada, não houve ocupação para forçar uma negociação. Então, os agricultores, desde o início, receberam uma escritura “provisória” de posse, o que possibilitou o acesso às políticas públicas. À medida que foram criadas as linhas de financiamento, principalmente a partir de 1996, com o PRONAF, conseguiam utilizá-las, por possuírem um documento lhes que dava a posse legal da terra.

O acesso às políticas públicas, principalmente o PRONAF investimento e custeio da produção, reflete-se no nível de mecanização dos agricultores. Dos 09 tratores que existentes na Linha Itaíba, somente um não foi comprado através de políticas públicas; 4 tratores são de associações, cada associação possui 4 agricultores, e o crédito foi conseguido através do PRONAF Mais Alimento. Um agricultor possui também uma colheitadeira. E o reflexo de tal política pode ser percebido quando se comparam os números da Linha Itaíba com os outros assentamentos estudados e com um acampamento, pois, somando os 3 assentamentos e o acampamento, há 9 tratores e nenhuma colheitadeira. Essa comparação é importante para mostrar a importância do acesso às políticas públicas no processo de mecanização, pois, apesar da Linha Itaíba ser um reassentamento, a situação da posse da terra legalizada desde o início da sua constituição e a estrutura construída pela Eletrosul foram dois fatores diferenciais, já que os agricultores eram sem-terra, não possuíam capital para investir, nem equipamentos, assim como os assentados. Essa escritura “provisória” permitiu a realização de financiamentos assim que as linhas de crédito foram sendo disponibilizadas; houve também maior conhecimento dos trâmites burocráticos necessários para realizá-los. Nos assentamentos, parte dos agricultores que possuem escritura, não têm acesso à informação, não sabem como realizar os financiamentos, ou têm receio de endividamento. Eles também não têm muitas garantias a oferecer para realizar os financiamentos. Com a CRESOL, que deveria possibilitar esse acesso, há dificuldades, como já dito, pois ela considera, além das questões burocráticas, o histórico dos assentados; por não terem um histórico de financiamentos, pela falta de experiência no gerenciamento dos créditos e do lote em si, pois, a maioria tem a posse da terra pela primeira vez, outros ainda tem sua origem mais ligada ao espaço urbano.

Na Linha Itaíba, foram entrevistados 59,2% dos agricultores, a média de área é de 10,5 hectares. E como se pode observar no Mapa da hipsometria, o relevo é propício à mecanização. Mesmo os agricultores que não possuem trator têm maiores facilidades para contratar o trabalho mecanizado, pois as máquinas estão na comunidade e isso facilita o deslocamento.

Outro indicativo da importância das condições econômicas do produtor é que só um aviário encontra-se fora do grupo 1, que são os mais mecanizados, pois a construção de aviários demanda uma quantidade significativa de investimento.

Assim, a condição econômica reflete-se em outras situações, como na silvicultura. Os reassentamentos que têm áreas menos mecanizadas - que são as mais utilizadas no município para essa atividade - possuem poucas áreas com silvicultura; as mais significativas estão nas comunidades em que os agricultores possuem melhores condições financeiras. Nos assentamentos, há três estabelecimentos com silvicultura: dois possuem 1 hectare cada um de eucalipto e outro 6 hectares. Entre os mais mecanizados, as áreas mais significativas com silvicultura estão no KM 15: há 09 estabelecimentos com plantação de pinos e eucalipto. Segundo os produtores do KM 15, o custo médio por hectare fica entre R\$ 25.000,00 a R\$ 30.000,00; esse é o custo médio da plantação até atingir uma idade de 4 a 5 anos, quando se faz um “raleamento”, comercializando-se as primeiras unidades. O custo da produção varia dependendo da quantidade de ataques de formigas cortadeiras, do controle das ervas daninhas e da quantidade de limpezas feitas. Nos assentamentos cujos estabelecimentos possuem um hectare cada um com eucaliptos, foram plantados através da doação de mudas e tem como objetivo a produção de lenha. No estabelecimento que possui 6 hectares, o objetivo é a comercialização.

Então como se percebe apesar do processo de *modernização* da agricultura ter sido seletiva, não beneficiando todos os agricultores, ela estabeleceu um patamar de condições de produção, que influenciou até os que não foram inseridos na *modernização*. Influência que também não foi homogênea como se demonstrou através da análise dos grupos. Cada grupo possui um nível de mecanização e integração ao mercado diferenciado, herança do processo histórico de *modernização* que, mesmo com a disponibilização de novas linhas de crédito, como o PRONAF, não possibilitou uma igualdade de condições de produção, o que é comprovado pelos dados da produção. No grupo 1, há produções que exigem mais investimentos como a de aves. Outras, que são comuns a todos os grupos, neste possuem mais investimentos e, conseqüentemente, a produtividade é maior, como a produção de leite e de grãos. O grupo 2 possui um nível de mecanização inferior, as produções comuns dos outros grupos são grãos, leite e para a subsistência, aviário só possui 1. No último grupo destaca-se a produção do fumo, uma produção que exige muito trabalho braçal e condições para estabelecer o contrato com a empresa. No grupo 3, estão os agricultores menos mecanizados, que possuem mais dificuldades de acesso às linhas de crédito. As produções em comum com

os outros grupos é a de grãos, leite e para a subsistência, esta última recebendo uma importância maior em comparação com os outros grupos.

Cada grupo possui um conjunto de técnicas e máquinas que os diferencia. Esse conjunto é resultado das condições financeiras, que refletem na quantidade de área de terra e na mão de obra. Isso demonstra que, apesar dos avanços das políticas públicas, ainda existem grupos que são mais privilegiados; os assentados e acampados têm dificuldade de acessar as linhas de crédito. Esses diferentes níveis de integração ao mercado e de mecanização também caracterizam os diferentes ritmos de tempo. No grupo 1, a velocidade do tempo do trabalho é maior, no grupo 2, é o ritmo de tempo é intermediário; e, no grupo 3, o tempo da produção agrícola é mais lento. Como já apontado, mesmo dentro destes grupos, existem diferentes ritmos de tempo. Tal classificação foi realizada porque apresentam semelhanças. Isso poderá ser percebido no próximo capítulo, quando serão descritas as rotinas de trabalho, demonstrando como é o trabalho cotidiano dos agricultores nas produções.

4 TEMPORALIDADES COTIDIANAS E MUDANÇAS NO RITMO DE TEMPO NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Apesar de certa autonomia dos agricultores para a tomada de algumas decisões, é preciso compreender como os tempos dos agricultores coexistem e são influenciados pelos tempos externos, das organizações comerciais que compram seus produtos, das indústrias que vendem os insumos, dos sindicatos, dos bancos que financiam as produções. Essa influência no ritmo dos agricultores vai além da questão dos horários bancários. Está relacionada à assimilação/adequação das tecnologias aos efeitos de um processo histórico de mecanização da agricultura, induzindo-os a atingirem escalas maiores de produção. O valor dos seus produtos sofre cada vez mais a interferência da lógica imposta pelas empresas financeiras, modificando o seu ritmo de tempo.

Além do exposto, pode-se perceber as diferentes temporalidades dos agricultores através da análise do seu cotidiano, e como o tempo dos agricultores vem alterando através da mecanização e mercantilização da produção, conjugando produções realizadas com técnicas tradicionais, destinadas ao consumo da família, com outras voltadas para a comercialização. Cada produção possui suas peculiaridades e temporalidades vinculadas ao relevo, ao período do ano, às técnicas, às tecnologias e à comercialização. A produção do fumo demanda maior quantidade de trabalho braçal, a produção de grãos é mais mecanizada, a produção de leite ainda é vinculada a uma organização regional que facilita a comercialização, porém o produto precisa ser resfriado, recolhido todos os dias porque é perecível. As temporalidades podem ser analisadas na territorialidade cotidiana do agricultor, no ritmo das tarefas realizadas na produção e noutras atividades rotineiras, na utilização das máquinas, dos equipamentos e por meio da sua mobilidade no espaço rural (relações de vizinhança, por exemplo), e para a cidade (relações normalmente mercantis). Conforme os agricultores sofrem influência dos tempos mais rápidos, geralmente ligados à maior racionalidade das atividades urbano-industriais, mais se desenvolve a necessidade de medir o tempo através de dispositivos criados pelo homem.

Padrões de medidas mais exatos e confiáveis passam a ser criados pelo homem porque se entende que eles são mais precisos do que os naturais (ELIAS, 1998). Entende-se que os padrões artificiais contribuem para melhorar o uso e o controle do tempo, para a sua racionalização, principalmente a serviço do sistema de produção e ao acúmulo de capital. Assim, os *símbolos* desenvolvidos através dos mecanismos artificiais de medição do tempo

passam a controlar e ajustar o tempo com maior intensidade. Nos ambientes mais industrializados, isso ocorre com maior frequência. No espaço rural, esse processo demonstra maior heterogeneidade. Nos espaços com maior mecanização e integração ao mercado, o controle desse tempo é maior. O tempo da natureza também passa a ser parcialmente controlado, nas produções agrícolas, através de técnicas de produção como sementes precoces, agrotóxicos, estufas etc. A mecanização também cria ambientes artificiais que influenciam os “usos” do tempo como o trabalho noturno nos aviários, onde são criadas as aves.

Portanto, os métodos de medir o tempo, criados pelo homem, não são responsáveis pelo movimento do tempo, eles são utilizados para tentar controlar o ritmo do tempo, para forçar, tencionar o ritmo da produção. O agricultor que produz o leite tem um horário estabelecido para entregar a produção. O agricultor que realiza financiamentos tem uma data previamente determinada para pagá-los.

Comumente, os agricultores têm a impressão de que o relógio faz o tempo andar, como percebe-se no depoimento do agricultor:

[...] nas épocas que têm mais trabalho o tempo passa mais rápido parece, eu olho no relógio, e volto ao trabalho, parece que passo meia hora, mas aí olho de novo a hora, já passou mais de uma [...] dá vontade de quebrar! Prá dar mais tempo (risos) ou mexe pra que os ponteiros andem mais devagar (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

O produtor de fumo precisa acordar às cinco horas da manhã, no período do preparo da matéria-prima para entregar na fábrica, enquanto o fumo ainda está úmido e não quebradiço, assim ele não perderá qualidade e o agricultor receberá um valor maior por quilo. Podemos dizer que ele está seguindo um tempo natural, porque o fumo fica úmido pela manhã devido ao orvalho, um elemento da natureza, porém não deixa de ser um tempo também econômico porque é preciso preparar o fumo úmido para que ele não perca a qualidade e para conseguir um preço melhor. Na vida cotidiana, não há uma divisão entre um tempo da natureza e um tempo social.

Na agropecuária, na produção de aves para corte, elas são criadas em ambientes totalmente fechados, (Foto 23) com iluminação artificial 24 horas, sem a luz do sol. Para que as aves se alimentem em períodos mais regulares que favoreçam o seu desenvolvimento rápido, consequentemente, os trabalhadores precisam também adaptar seu tempo de trabalho a esse ritmo. A mecanização modifica a orientação do tempo: com uma colheitadeira que possui uma plataforma maior e um sistema de “peneiras”, mesmo com a umidade que cai

sobre a plantação de soja na região, à medida que anoitece, a colheita pode continuar. Segundo o agricultor 34, geralmente colhe-se até às 23 horas porque depois a umidade aumenta muito e como ele possui só uma colheitadeira, precisa resfriar o motor e o sistema hidráulico. Percebe-se que os avanços técnicos mudam até mesmo a orientação que os agricultores tinham pelo sol e pela noite. Como aponta Elias (1998), as pessoas adaptam o tempo fisiológico ao social principalmente quando o trabalho passa a ser a prioridade.

Foto 23 – Aviário de 150 metros para criação de aves de corte, no grupo 1.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Os símbolos, como define Elias (1998), que são utilizados para medir o tempo, servem para orientar o ritmo do trabalho, todavia quem define o ritmo é o processo de realização das atividades. Na produção agrícola, há uma corrida constante para buscar uma racionalidade maior, técnicas e formas de produção que aceleram etapas, para realizar tarefas no menor tempo possível com um menor número de trabalhadores possível. E o principal atrativo para os agricultores adquirirem novos produtos químicos e equipamentos é justamente, o produto que consiga realizar mais atividades em menos tempo, que diminua a demanda de mão de obra. Percebe-se isso no depoimento de um agricultor, quando perguntado com que frequência ele substitui as máquinas:

[...] se a gente tivesse condições trocava alguns equipamentos todos os anos, porque sempre tem coisa nova que faz o serviço render mais [...] a nossa plantadeira, faz dois anos que compramos, ela era a *top* dessa marca, este ano, já tem outra melhor, que tem um disco de corte que corta melhor a terra, e aí, dá pra ir mais ligeiro com o trator [...] (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Este outro também confirma a busca da eficácia nas etapas de produção:

Quando tu acha que tem o mais moderno, aparece outro; se tiver dinheiro pra investir, é bom [...] tipo, o pulverizador, a gente tinha um aí bom até, mas apareceu um com um metro de barra a mais cada lado; financiamos uma parte e compramos, é dois metros para mais por passada; no final do dia, isso dá uma diferença, economiza tempo e *diesel* [...] aí, esse ano, o piá quis comprar um GPS, pra por no pulverizador, eu nem sei direito como funciona, mas ele diz que ajuda não „encavalar“ uma passada em cima da outra, economiza agrotóxico e tempo também, porque com esse negócio não se perde no meio da lavoura (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

A aceleração dos ritmos ocorre no dia-a-dia, nas técnicas, nos pequenos trabalhos, nos prazos para entregar a produção, no pagamento dos financiamentos e na resolução dos problemas. Os agricultores, quanto mais produzem para o mercado e mecanizam as produções, mais precisam acelerar o seu ritmo de vida.

[...] quando se produzia mais produtos para o consumo do pessoal em casa, a correria era menor, a gente fazia como queria, mas quando tu passa a produzir mais pra vender e vai deixando de produzir para a casa, tu tem que obedecer mais os prazos pra entregar os produtos, tu compra precisa comprar alguma máquina aí já tem que fazer renda pra pagar a máquina, as coisas já não ficam só no teu controle na propriedade, entende? (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

Desse modo:

A velocidade-tempo significa dinheiro. O „tempo de giro do capital“ precisa ser o mais rápido possível, tanto na produção como na circulação, troca e consumo. É uma temporalidade singular inerente à racionalidade do grande capital que exige aceleração do ritmo dos processos econômicos [...] (SAQUET, 2011, p. 60).

Para demonstrar como os elementos externos das produções e a busca por uma renda maior e consumo influenciam na rotina de trabalho dos agricultores, proporcionando maior integração ao mercado, diminuição da produção para o consumo, será descrito a rotina de trabalho de algumas famílias com diferentes combinações de produções e graus de integração ao mercado e mecanização.

As atividades variam, dependendo da época do ano; os períodos em que as atividades são mais intensas acontecem no plantio e na colheita. No caso da soja, a plantação é realizada no final do mês de outubro até final de novembro. A colheita é realizada em abril e maio. Os dois meses que antecedem a plantação são de negociações para os financiamentos e compra dos insumos. Alguns agricultores enfrentam dificuldade para conseguir os financiamentos ou para comprar os insumos, às vezes, por tais motivos atrasam a plantação, como revela o depoimento de um dos agricultores:

[...] o ano passado mesmo atrasou a produção porque eu estava inadimplente por causa de uma dívida, e pra piorar eu tava trancando os meus dois avalistas [...] precisei negociar um monte, pegar outro empréstimo pra poder financiar, e aí a terra tava pronta e não tinha semente ainda [...] os meus avalistas tavam na mesma situação, e tavam me pressionando, eu fiquei sentido em prejudicar eles, são meus vizinhos antigos, mas fazer o que [...] aí depois que deu tudo certo, a semente chegou e já foi pra lavoura (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

Este produtor de soja, que faz parte do grupo dos mais mecanizados, é proprietário de 66,8 hectares e arrenda mais 30 hectares. Possui trator, implementos e uma colheitadeira em sociedade com seu irmão (Foto 24).

Foto 24 – Garagem de máquinas no grupo 1.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Percebe-se a mecanização parcial, pois, esse agricultor possui um estabelecimento com uma área acima da média do município, máquinas para plantio e colheita, porém, estava com dificuldades para conseguir financiar os custos da produção. Em seu estabelecimento, ainda existe a produção do leite para complementar a renda, que é trabalho do casal, mas, na época do plantio e da colheita, é contratado um empregado para ajudar nas atividades agrícolas enquanto o leite fica sob a responsabilidade da mulher. A produção de leite é mecanizada: os produtores utilizam uma ordenhadeira, com 2 “jogos de teteiras” – isso significa que podem ser ordenhadas duas vacas ao mesmo tempo - tanque de resfriamento a granel; a produção de silagem é realizada toda de forma mecanizada.

No período de entressafra, uma parte da área utilizada para a plantação da soja é transformada em pastagens, são realizados alguns trabalhos para melhorar a plantação como retirada de rochas e aplainamento do solo em locais não propícios ao plantio direto.

Mesmo num estabelecimento onde as duas produções são mecanizadas, os ritmos de trabalho são diferenciados. A produção de leite possui uma rotina mais regular, a ordenha é realizada às 7 horas e às 18 horas, e os animais passam um período do dia na pastagem. O que provoca modificações nessa rotina é quando a pastagem plantada diminui, geralmente devido à estiagem, então nesses períodos é preciso utilizar a silagem que está armazenada. Quanto ao recebimento do leite, é feito a cada dois dias pela cooperativa de gestão empresarial ALFA (Foto 25).

Já a produção da soja pode ser dividida em 4 etapas: a preparação do solo, que acontece juntamente com a agilização da parte burocrática dos financiamentos e escolha dos insumos que serão utilizados. Etapa que pode ser considerada a mais tranquila, pois as idas para a cidade podem ser realizadas no horário que melhor convier ao agricultor. Como é o período de entressafra e o agricultor já é um produtor regular da soja, ele não precisa melhorar muito o solo a ser plantado. Assim, a rotina não é tão “corrida”, e ele pode ajudar na produção do leite.

No final do inverno, já começamos preparar a terra. A minha área, depois de vários anos arrancando pedra e aplainando, agora tá boa pro plantio direto praticamente toda ela [...] então, essa fase dá pra te dizer que é tranquilo comparada com as outras [...] ai, nessa época, a gente corre atrás dos financiamentos, sobra tempo pra ver alguma outra coisa ali, outra aqui, uma coisa que tem que fazer na casa (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

Na segunda etapa, ocorre o plantio e o ritmo de tempo é mais acelerado. O agricultor aguarda uma precipitação de, no mínimo, 20 milímetros, ou uma previsão confiável para os

próximos dias e, então, realiza o plantio. Como ele precisa aproveitar a precipitação e fazer os ajustes nas máquinas, o trabalho inicia-se cedo e ele não ajuda a esposa na ordenha das vacas. É nesse período que ele contrata um empregado temporário. Ele retorna para casa na hora do almoço se o local da plantação for próximo; se for longe, a refeição é realizada na lavoura mesmo, e os trabalhos entram na noite e duram até, aproximadamente, às 21 horas.

Foto 25 – Caminhão recolhendo o leite num estabelecimento do grupo 2.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

A rotina de realizar a ordenha nos dois períodos do dia, alimentar os animais, cuidar da casa, dos filhos e preparar as refeições, fica toda a cargo da mulher nesse período. A produção para o consumo, normalmente, resume-se a uma horta e uma plantação de mandioca.

Depois de realizada a segunda etapa, a rotina do proprietário volta ao “normal”. Ele trabalha novamente na produção do leite e nos afazeres domésticos, contudo os cuidados com a plantação precisam continuar. É necessário aplicar tratamentos e adubos foliares, além da aplicação de herbicidas, fungicidas e inseticidas, estes últimos para o controle de pragas não há previsão de quando precisam ser aplicados.

A quarta etapa, da colheita, é o período com ritmo de tempo mais rápido, principalmente no caso desse agricultor que possui a colheitadeira em sociedade com o irmão.

Ele não pode perder tempo, então, a colheita não pode parar; enquanto o proprietário realiza as refeições, o empregado contratado temporariamente continua a colheita. Outra vez o proprietário deixa de ajudar na produção do leite e demais tarefas domésticas. Ao término dessa etapa, retorna-se à primeira.

Outro agricultor entrevistado, que também faz parte do grupo dos mais mecanizados, possui 124 hectares de sua propriedade e, com as terras arrendadas, ele cultiva um total de 300 hectares. Mora com a esposa e uma filha de 15 anos. O filho foi para a cidade para estudar e a filha pretende ir também. A produção para o consumo familiar resume-se a uma horta, que não produz em todas as épocas do ano. As únicas produções são a soja e o milho. A rotina é semelhante à do agricultor anterior no plantio da soja. Na última safra, ele plantou cerca de 50 hectares de milho. O agricultor contrata dois empregados temporários, para o trabalho. Possui colheitadeira própria, um caminhão, e um trator próprio para aplicar agrotóxico (Foto 26). Os trabalhos são todos mecanizados e não existe outra renda complementar. A filha e a esposa tomam conta da casa e preparam as refeições. O agricultor não tem dificuldades para realizar financiamentos e faz isto no Banco do Brasil. O momento do plantio e da colheita é o período em que o tempo é mais corrido. Segundo o agricultor:

[...] o tempo é mais corrido no sentido de ter que colher e plantar logo para aproveitar o tempo bom [...] na época da colheita a gente fica naquela ansiedade pra poder colher logo, porque pode começar a chover, apodrecer ou derrubar a plantação no chão, e aí tem a pressão das despesas, dos bancos para pagar [...] para plantar também tem que acertar os dias certos, mas agora se der uma estiagem, tem tratamento para a semente e ela aguenta muitos dias mesmo sem chover (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

Mesmo com a mecanização, em algumas situações, como a da estiagem, há grandes problemas aos produtores; para os mais mecanizados, o problema é parcialmente superado com a tecnologia, através de sementes mais resistentes, de seguros agrícolas, melhor orientação em relação à previsão do tempo, máquinas próprias. Já os agricultores parcialmente mecanizados não têm acesso a todas essas técnicas.

Foto 26 – Máquina especializada para a aplicação de agrotóxico, grupo 1.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Como se percebe, por esse agricultor ser mecanizado e contratar mão de obra temporária, o tempo da produção é corrido, mas é transferido para os empregados. A temporalidade mais rápida é da dinâmica da produção.

[...] também temos que ficar ligados nos preços, se o preço subir tem que comercializar rápido. Sabemos que, no forte da safra, os preços caem, mas, às vezes, não tem como plantar e colher antes, ou deixar para vender depois, quando os preços voltam a subir, temos que pagar as despesas, o banco não espera, então, não depende de nós (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

Para a esposa, a mecanização foi melhor:

[...] é o tempo ficou mais corrido, mas o trabalho é mais fácil, e as máquinas fazem tudo! Têm os empregados, em algumas épocas ele só vem pra casa pra dormir, mas sobra algum tempo nos intervalos de safra, porque é plantio direto mecanizado. Tipo, antes tinha passar o inverno preparando a terra, agora não, nessa época ele tá mais folgado, como se diz: antes era “devagar e sempre” agora tem umas épocas mais corridas, mas em outras sobra mais tempo (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

Noutro caso estudado, o proprietário reside no espaço urbano do município de Francisco Beltrão, o estabelecimento possui 6 aviários para produção de ovos (Foto 27), que geram uma renda líquida de R\$ 72.000,00 mensais. Neste estabelecimento do grupo mais mecanizado, a rotina de trabalho foge da lógica da produção familiar, pois o estabelecimento

possui 16 empregados permanentes que se revezam em turnos de 10 horas cada um, a mão de obra da família não é utilizada. A maioria dos trabalhos são realizados durante o dia, isto é, trabalhos de alimentação das aves, manutenções e transporte das caixas de ovos, a coleta dos ovos é mecânica. O estabelecimento possui 4 casas que servem para alojamento dos empregados e do gerente, responsável pela supervisão e funcionamento dos aviários, pois o proprietário não frequenta todos os dias os aviários. O estabelecimento possui 33,4 hectares. Os aviários ocupam 2,4 hectares, 2 hectares são utilizados para plantar eucaliptos. No restante da área, é plantada a soja pelos empregados fixos, com o trator do proprietário, trabalho que leva entre 3 a 4 dias; já a colheita é realizada através de trabalho contratado. A diferença deste estabelecimento para os demais é a rotina regular do trabalho, dos empregados, seguindo o “horário do relógio”. E, na criação de aves, a rotina não sofre interferência do tempo, havendo chuva ou sol, calor ou frio, os horários para iniciarem e finalizarem os trabalhos são os mesmos.

Foto 27 – Aviário para a produção de ovos, no grupo 1.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

Agora, descreve-se a jornada diária de uma família que faz parte do grupo dos agricultores com média mecanização, que possui 13,5 hectares de terra, produz para a comercialização: fumo, leite, soja. Para o consumo: verduras, legumes, batata-doce, mandioca, amendoim e feijão. Na produção de feijão, a família estava colhendo a plantação manualmente, com 2 empregados contratados temporariamente (Foto 28). A família é

composta pelo casal, uma filha e o genro que moram em uma casa separada no estabelecimento.

Foto 28 – Agricultores colhendo feijão, no grupo 2.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

A produção do leite é realizada pelas 4 pessoas, conforme já mencionado. É uma jornada mais regular, as ordenhas são realizadas no período da manhã e, para esse trabalho, a família possui ordenhadeira, tanque de expansão e a maioria das vacas são de raça selecionada, no caso, *Gersey*, e algumas “mestiças”. A silagem não é toda mecanizada. O trabalho mecanizado para a transformação do milho em silagem é realizado por máquinas contratadas, e, para não encarecer os custos, é produzida pouca silagem, só usada nos momentos em que a pastagem diminui.

A ordenha da manhã é realizada às 6 horas pela mãe e a filha, enquanto o genro prepara-se para ir ao trabalho na prefeitura da cidade. O pai toma café para depois iniciar os trabalhos na plantação de fumo. Na produção deste, as duas etapas que mais demandam trabalho é o plantio e a colheita.

As atividades do plantio do fumo dá-se nos meses de agosto e setembro. O plantio é todo manual, são levadas as bandejas de fumo preparadas no sistema de *float* para o terreno já previamente preparado com adubação química e orgânica. Uma particularidade do momento

de plantar o fumo é que a terra deve estar úmida após no mínimo 20 milímetros de precipitação, por isso, em épocas de estiagem, após as precipitações os agricultores plantam até mesmo com chuva.

Enquanto a mulher e a filha ordenham as vacas, o marido toma café e sai para carregar as mudas e iniciar os trabalhos de plantio. Quando o tempo “atrapalha”, ele contrata empregados para o plantio e a colheita, pois o trabalho acumula-se. Porém, segundo o agricultor, é difícil encontrar porque o trabalho do fumo exige certa experiência, é cansativo, e a produção fumageira é conhecida popularmente por ser uma cultura que utiliza uma grande quantidade de agrotóxicos, assim, a maioria das pessoas não quer trabalhar com ele. Além disso, o empregado temporário para aceitar, vai cobrar um valor pela diária que resultará na diminuição da renda do agricultor. O fumo gera uma renda considerável para os agricultores em uma pequena área de terra, justamente pela exploração da mão-de-obra familiar, como já apresentado.

Após a ordenha das vacas, a mãe e a filha vão cada uma para sua casa tomar o café da manhã e iniciar os preparativos para o almoço. Feito isso, elas vão trabalhar no plantio do fumo. A atividade não é um trabalho pesado, mas é cansativo. O trabalho estende-se até, aproximadamente, 11h30min, quando os membros da família vão para casa e almoçam. As mulheres fazem os afazeres domésticos, o proprietário alimenta os animais e, aproximadamente, às 14 horas eles retornam ao trabalho. O trabalho estende-se durante a tarde toda, a filha volta para casa um pouco mais cedo, às 17 horas aproximadamente, para ordenhar as vacas novamente. O casal continua o trabalho até às 18 horas. O período do plantio do fumo é de transição entre inverno e primavera, então, anoitece mais cedo.

De volta para casa, após o trabalho na roça, a mãe trabalha na ordenha das vacas, assim como o genro, que voltou do trabalho na cidade e também ajuda na ordenha, enquanto o pai, novamente, alimenta os animais.

Essa rotina da plantação do fumo permanece entre 20 e 30 dias. Após a plantação realizada, iniciam-se os cuidados com as plantas, capina manual das ervas daninhas, aplicação de fertilizantes e de fungicidas e herbicidas. A rotina da produção do leite continua, como já descrito. As mulheres trabalham nas duas produções e, quando têm uma “folga”, geralmente, no sábado pela manhã, ou nos finais de tarde, trabalham na produção para o consumo, cuidam da horta (Foto 29). No caso desta família, abatem frangos para refrigerar para as próximas 2 semanas.

Foto 29 – Horta que produz para o consumo da família, no grupo 2.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Nesse período, a jornada de trabalho é considerada pelos agricultores como a mais tranquila; se não ocorrerem muitas precipitações, é possível fazer o controle das ervas daninhas com maior facilidade. Para eles, essa jornada mais tranquila significa que não precisam trabalhar nos finais de semana, e também podem ir para casa antes do sol se pôr, quando é necessário, podem ir para a cidade resolver as suas demandas com tranquilidade.

O período da colheita, que é realizada entre meados de dezembro e janeiro, é o mais intenso da jornada de trabalho. A produção do leite continua, mas ela é realizada mais tarde no período vespertino. Os trabalhos da produção para o consumo são preteridos em relação à produção do fumo. Os agricultores estendem ao máximo a jornada de trabalho “[...] saímos cedo, voltamos ao meio dia, fizemos o almoço na correria e logo voltamos” (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014). À tarde, o trabalho vai até o sol se pôr “[...] entramos em casa já tá noite” (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Durante esse período, trabalha-se aos sábados. Os agricultores deixam de realizar a atividade tradicional de ir ao clube¹⁹ ou à igreja na comunidade do São Mateus. Se o tempo “correr bem” e não precipitar muito, e eles conseguirem colher bastante fumo durante a semana, eles podem descansar no domingo, quando, geralmente, pela manhã, é utilizado para trabalhos gerais. As tarefas da produção do leite precisam ser feitas todos os dias.

Após a colheita do fumo, planta-se, na área, milho ou feijão da chamada safrinha. Para esse trabalho, o agricultor precisa contratar trabalho todo mecanizado.

Depois de finalizada essa etapa, começa-se o enfardamento no galpão do fumo; esse é um trabalho que não é pesado, mas a jornada é intensa. Os agricultores trabalham, em média, 10 horas por dia, porém, quando é preciso entregar logo a produção, eles trabalham até 16 horas. O enfardamento é realizado nos galpões de fumo dos agricultores. Passam o dia todo dentro deles, parte do tempo sentados, na sombra, o que é um elemento importante para o agricultor, a sombra traz um conforto para o trabalho. No início, essa jornada é mais intensa, pois agricultores precisam vender a produção para “[...] entregar o fumo e fazer dinheiro logo [...]” (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014). Depois esse trabalho, que perdura de 2 a 3 meses, diminui o ritmo, ou seja, os agricultores não trabalham nos finais de semana, vão para casa um pouco mais cedo, a ordenha do leite é realizada de forma mais tranquila, mas sempre que “sobra um tempinho”, os agricultores vão até o galpão para enfardar o fumo. No período vespertino, é necessário iniciar os trabalhos do fumo mais cedo porque é preciso aproveitar a umidade para retirar o fumo que está estaleirado sem que as folhas quebrem. Esse produtor acorda às 05h30min, trabalha até às 07h30min e retorna para casa para tomar café. No final dessa etapa, o trabalho volta a ser acelerado porque é preciso entregar o restante da produção, pois a empresa estipula um prazo final para entrega e também porque o fumo, depois de certo tempo estaleirado, começa a perder peso.

[...] na verdade, acontece com quase todos, menos com alguns que trabalham como uns “louco”, mas a gente vem cansado da colheita, aí continua no ritmo para vender algum fumo logo e fazer dinheiro, depois dá uma diminuída e, no final, volta a acelerar de novo para entregar toda a produção. Essa relaxada nem é para descansar é para fazer algumas coisas que foram deixadas para trás, tipo, cuida das outras plantaço que são pra comer, ir no posto tratar alguma coisa. Eu mesmo tava com um problema no dente, mas não quis perder um dia pra ir dar um jeito, esperei acabar a colheita [...] a casa tava virada num matagal ao redor (risos) mas durante a safra não dá

¹⁹ Os clubes são compostos geralmente por um pavilhão (ou ginásio de esportes) e igreja. Algumas comunidades possuem também escola. As pessoas reúnem-se nos finais de semana para rezar, fazer reuniões da associação e também para praticar esportes (futebol, bocha, bilhar, etc.) e consumir bebidas alcoólicas.

tempo de cuidar, depois que o fumo tava no galpão, aí, nós cortamos a grama, demos uma ajeitada [...] (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Conforme se percebe no depoimento, o agricultor estende a jornada de trabalho ao máximo, até mesmo um problema de saúde é ignorado. Durante um período da produção do fumo, no caso dessa família, eles também precisam plantar soja e o milho, este para silagem.

A família possui 13,5 hectares, dos quais 3,5 são utilizados para a plantação do fumo, 1 hectare é destinada à pastagem natural, 3 para a pastagem cultivada, 4,5 para plantar a soja e 1,5 hectares para plantar milho destinado à silagem. Apesar da soja ocupar praticamente 30% da área do estabelecimento, ela gera a menor renda. Segundo o agricultor, ele planta a soja só para não deixar a área ociosa porque a renda é baixa, já que ele não tem máquinas e precisa terceirizar todas as atividades. “[...] a renda que a soja dá, eu acabo gastando tudo em hora de máquina para preparar a terra pro fumo e pra pastagem, nem vale a pena, mas não tem gente e lugar o suficiente pra plantar mais esses quase 4 hectares de fumo” (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

A renda da soja é baixa, segundo o agricultor. Na última safra (2013/14), a renda líquida dos 3,5 hectares foi de R\$ 3.500,00 e enquanto a do fumo foi de R\$ 33.500,00, e do leite R\$ 12.000,00 reais por ano.

Outro entrevistado do grupo 2, que possui as mesmas produções e uma rotina parecida, porém, a família possui um filho que ajuda na produção, um trator e seus implementos, por isso alugam mais 10 hectares de terra para plantarem soja, diminuindo a produção do fumo.

Para mostrar mais uma jornada de trabalho de uma família do grupo dos mais mecanizados, descreve-se o caso do entrevistado 08, que possui aviário no estabelecimento e produz leite.

A produção para subsistência resume-se à horta, plantação de mandioca, batata-doce e o abate de suínos e aves. Dos 20 hectares que o agricultor possui, 5 são utilizados para pastagem plantada, 3 para o plantio de milho destinado à silagem e 12 para a soja.

Nos 12 hectares utilizados para a produção da soja, os trabalhos são realizados por eles mesmos, uma família composta por 5 membros só a colheita é contratada. Um dos membros trabalha num posto de combustíveis em Marmeleiro e ajuda nos trabalhos do estabelecimento nas horas vagas. A produção do leite é realizada por duas pessoas e segue a mesma rotina já descrita nos outros estabelecimentos; a produção da soja é composta por períodos de maior

demanda de trabalho, que sempre é realizada pelos 3 membros masculinos do estabelecimento.

O aviário possui uma rotina mais regular. O lote de aves fica, aproximadamente, 30 dias no aviário, que é todo automatizado, mesmo assim são necessários cuidados. Há uma rotina pré-estabelecida: nos primeiros dias, a cada hora, é preciso verificar a temperatura, comida e água; conforme as aves vão crescendo, é necessário adequar os equipamentos.

Depois dos primeiros dias, é preciso verificar a temperatura, água e alimentação, a cada duas horas; a cada dois dias mexer na cobertura do chão do aviário. Como o aviário é todo automatizado, o trabalho não é pesado ou exaustivo, mas, é regular. Faz-se necessário, também no período noturno, verificar os itens citados anteriormente. No inverno, é preciso complementar o sistema de aquecimento com fornos a lenha. Depois de retirada - as aves - é necessário fazer a desinfestação do aviário, e prepará-lo para o próximo alojamento de aves, variando o intervalo entre 10 e 15 dias. A distância dos períodos de alojamento fica a critério da empresa. Também a cada 6 a 8 meses, é preciso retirar a camada de adubo. Os técnicos realizam visitas constantes, e é preciso ir até a sede da empresa na cidade, que fica em outro município, para realizar treinamentos. Mesmo nos aviários mecanizados, a produção de frango é que mais determina as temporalidades dos agricultores. Neste caso o aviário é de 150 metros, todo mecanizado e a renda média é de R\$ 10.000,00, por lote.

Apresenta-se mais uma rotina de trabalho, agora um estabelecimento dos menos mecanizados. O lote deste assentado possui 8,4 hectares, mas ele cultiva 3,5 devido às condições do relevo e porque a única produção para a comercialização são hortaliças; o restante da produção é para o consumo familiar. A renda média líquida da produção de hortaliças vendida nas casas no espaço urbano é de R\$ 2.300,00 mensais. A rotina de trabalho do agricultor possui um tempo mais lento. O casal acorda às 06h30min, porque é um hábito acordar cedo para tomar chimarrão. A esposa ordenha as vacas para utilizar o leite para o café e para a fabricação do queijo para a família. O trabalho no estabelecimento inicia entre as 8h e 08h30min, a primeira atividade é alimentar os animais, já que sempre há no estabelecimento, uma média de 2 suínos, 20 galinhas para o abate e 2 vacas de leite. Enquanto o agricultor alimenta os animais, a esposa realiza os trabalhos da casa. Nos dias de fazer entrega das hortaliças na cidade, o que ocorre a cada dois dias, a esposa trabalha somente na parte da tarde na produção.

Após alimentar os animais, o agricultor começa os trabalhos com as hortaliças, que se estende até às 11h30min, após o almoço, ele costuma descansar e recomeça o trabalho, no

horário de verão, às 15h, no horário “normal” às 14h. Antes de iniciar o trabalho com a plantação, ele alimenta os animais novamente. No período da tarde, trabalha com as hortaliças e com a produção para o consumo familiar. Além das plantações de hortaliças, também produz mandioca, batata-doce, amendoim, pipoca e algumas variedades de frutas, e conta com o trabalho da mulher na realização destas atividades. O trabalho perdura no horário de verão até às 19h; no horário “normal”, até às 17h. Depois do trabalho com as plantas, ele alimenta novamente os animais, trabalho que leva em torno de 30 a 40 minutos, enquanto a mulher ordenha as vacas. Depois de feito isso, o casal vai para casa. Nos dois dias em que o casal vai para a cidade vender as hortaliças, eles aproveitam para fazer as compras necessárias e, geralmente, retornam antes do almoço.

Para 62% dos menos mecanizados, a rotina de trabalho é determinada pela produção do leite; o ritmo de tempo é mais lento e os estabelecimentos desenvolvem essa atividade diariamente. Como a ordenha é realizada nos períodos da manhã e no final da tarde, durante o dia os animais são remanejados para a pastagem. Nos estabelecimentos menos mecanizados, 47,4% utilizam silagem, além da pastagem plantada. A área de pastagem natural não é muito grande, mas é significativa se comparada aos outros estabelecimentos mais mecanizados. Produz-se mais para o consumo, em alguns poucos estabelecimentos, planta-se soja ou milho para a comercialização; e, quando é plantado, é uma pequena quantidade ou a terra é arrendada. O número de aposentados é significativo. No assentamento Santo Antônio, entre os entrevistados, há 26 aposentados. Todos produzem leite e os estabelecimentos em que vivem só o casal de aposentados, é arrendada a área que “sobra” da plantação da pastagem. Eles possuem um tempo mais lento, apesar de ter uma produção voltada para o mercado, que estabelece uma rotina diária de ordenha. Nesse grupo, os agricultores vão menos à cidade, dormem alguns minutos para descansarem depois do almoço, visitam-se durante os dias da semana, os horários das ordenhas não são fixos, ele pode adiantá-la ou atrasá-la, se ele tiver outro compromisso, enfim, estão num tempo mais lento.

Nas comunidades deste grupo, os produtores trocam dias de trabalho, emprestam máquinas velhas (Foto 30), pois poucos possuem máquinas “modernas”, trabalham mais com equipamentos, como carroça, arado e trilhadeira. Os dias de trabalho braçal são trocados por dias de trabalhos com máquinas. Porém segundo os “líderes” dos assentamentos, quando um produtor consegue uma estrutura melhor ou uma máquina melhor, o trabalho de ajuda mútua diminui. Nos estabelecimentos onde a mecanização é maior, esses trabalhos são esporádicos.

Percebe-se que essa prática é realizada quando os agricultores encontram-se em dificuldade extrema.

Foto 30 – Trilhadeira utilizada para debulhar milho e feijão, no grupo 3.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Conforme se pode perceber na comparação dos depoimentos: “Aqui a gente se ajuda, eu não tenho como debulhar meu milho para os porcos, pras galinha [...] o meu vizinho vem e debulha, ele tem trilhadeira, quando ele colhe o dele, eu vou lá dar um dia de serviço” (AGRICULTOR DO GRUPO 3, ENTREVISTA, 2014). Agora o depoimento de um agricultor do grupo com média mecanização:

[...] assim, uma vez se ajudava, né? Mas agora não tem mais tempo quase e o principal pra produção tem [...] então, quando dá, a gente se visita, mas que é verdade que não é mais uma relação de vizinhança como uma vez, isso é. Algum costume ainda tem, tipo os vizinho aqui quando mata um porco manda um pedaço pros vizinho (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

A prática de distribuição de alguns quilos dos animais abatidos era realizada porque não havia forma de refrigerar os alimentos e também porque o vizinho poderia não ter aquele alimento naquele momento e, assim, o agricultor doava e receberia, no futuro, a retribuição. Como percebe-se, na fala do agricultor, que essa prática atual é por costume, para uma boa

relação com o vizinho, pois o rompimento dela poderia dar a entender que a relação possui algum desacordo. Todavia ela se mantém em poucas comunidades, até porque o abate de animais nos estabelecimentos diminuiu.

Então, essa rotina de trabalho, com ritmos de tempo diferentes, é determinado pelo nível de mecanização, e faz com que a percepção dos tempos seja diferente nas territorialidades cotidianas. Os menos mecanizados estão num ritmo mais cadenciado:

Eu levo uma vida tranquila, consigo descansa de meio-dia, lá pelas 3 horas mudo as vacas de piquete, depois volto e tomo um chimarrão, faço algum servicinho [...] mais ou menos sempre assim [...] só quando vou pra cidade, aí tem que ir cedo, mas são poucas vezes que a gente vai, só pra receber fazer o “rancho” e pra ir no médico [...] mas, mesmo a gente que não lida com muita coisa, está mais corrido, sim (AGRICULTOR DO GRUPO 3, ENTREVISTA, 2014).

Os agricultores mais mecanizados e os com média mecanização seguem mais os horários determinados pelos agentes da cidade. Conforme se observa no depoimento deste agricultor do grupo dos mais mecanizados:

[...] a gente, que vai quase todo dia pra cidade, tem que sempre fazer alguma coisa, então, tem que seguir a hora da cidade, até no “horário novo”, que pra agricultura não precisaria seguir muito, quando vai pra cidade tem que seguir, porque é o horário dos bancos, do comércio, do posto de saúde de tudo, né? (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

E no depoimento de um agricultor do grupo com média mecanização:

Aqui em casa a gente vai pra cidade umas 2 vezes por semana, às vezes 3, nesses dias, a coisa anda de outro jeito [...] tudo mais corrido, tiramos o leite mais cedo, às vezes, chegamos atrasados aí tiramos mais tarde, porque as horas da cidade não batem muitos com as nossas [...] os dia que não vamos, aí a gente trabalha mais sossegado, tem mais tempo pra terminar os serviços (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Percebe-se a influência das temporalidades urbanas sobre os agricultores, mas há uma influência do rural no urbano também, pois, em municípios pequenos como Marmeleiro, a produção agropecuária é fundamental para a economia da cidade, o movimento dos agricultores para a cidade influencia sua dinâmica, especialmente comercial e financeira.

Quanto mais mecanizados, mais eles utilizam o tempo de forma racional. Cada agricultor organiza o tempo de forma diferenciada nos trabalhos internos dos estabelecimentos. Os agricultores que não são integrados na produção de aves, quando possível, utilizam o que eles chamam de “horário do sol”, ou seja, começam a trabalhar um pouco mais tarde, entre 14 e 15 horas e trabalham até o final da tarde. Esse horário é utilizado

nos trabalhos de capina do fumo, preparação da pastagem, colheita manual do milho, pois a utilização do “horário do Sol” só é possível no período do verão, quando os dias são mais longos. Outros, mesmo quando o trabalho não está muito corrido, preferem seguir os “horários do relógio”, conforme o depoimento de um agricultor com média mecanização:

Eu gosto de ir cedo na roça, 1 horas, 1;30 horas no máximo, mas aí no horário de verão, quando é 6, 6:30 já venho pra casa, isso no verão né? No inverno os dias são muito curtos [...] não gosto de chegar em casa anoitecendo, parece que a gente fica perdido, gosto de chegar tranquilo, tomar um chimarrão na área, claro! Nem sempre dá. Tem épocas que tem que quase almoça de pé e, se conseguir, voltar pra dentro de casa às 8 ou 9 tá bom (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Aqui, descrevem-se as rotinas mais comuns encontradas no trabalho de campo, e como o ritmo de tempo muda conforme a produção e o nível de mecanização. Analisando essas rotinas, um aspecto que precisa ser destacado é o trabalho da mulher. Percebe-se, nas descrições, a jornada de trabalho da mulher é intensa nos 3 grupos, mesmo quanto o tempo para o homem é mais lento. Isso demonstra que as diferenças de gênero estão presentes na agricultura, através hierarquia familiar, da divisão sexual do trabalho.

A invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e da unidade produtiva é socialmente outorgada ao homem. Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar (SILIPRANDI, 2010, p. 143).

Como se nota, algumas atividades são exclusivas das mulheres, como o preparo das refeições, a limpeza e organização da casa, os cuidados com a horta, lavagem das roupas, ordenhar as vacas (nos estabelecimentos onde a produção do leite não é muito grande) e, ainda, trabalha na lavoura. Nas famílias em que a produção do leite é baixa, ou apenas para o consumo, geralmente os trabalhos da produção são realizados pelas mulheres; onde a produção de leite é maior e voltada para a comercialização, os homens também realizam as atividades, conforme entrevistas com as agricultoras.

Quando a produção leiteira passa a ser mais tecnificada e torna-se uma importante fonte de renda, os homens buscam mais capacitação para o uso das tecnologias na produção, os cursos de aperfeiçoamento são realizados por homens e não por mulheres, pois são os homens, pais, filhos e irmãos que administram o dinheiro; por tal razão são eles quem geralmente participam dos cursos de aperfeiçoamento em tecnologias, a mulher não é proibida de participar, mas a responsabilidade do cuidado diário da casa é sua, portanto,

quando surge a oportunidade da participação de cursos de aperfeiçoamento, pensa-se no homem, pois a mulher fica no estabelecimento realizando os trabalhos na casa e as atividades agropecuárias. Assim ocorre também na participação, especialmente nas direções, em associações, sindicato, cooperativas de crédito.

A importância e o desgaste provocados pelos trabalhos realizados pelas mulheres são dissimulados porque, apesar de ser uma rotina contínua, as atividades são consideradas leves. “Trabalho „leve“ e „pesado“ são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas”. (PAULILO, 1987, p. 4).

Assim, o papel da mulher, em todas as produções, mas principalmente na leiteira, não é reconhecida, porém é fundamental uma atividade que é responsável pela manutenção de muitos agricultores familiares no município de Marmeleiro. Conforme se mecaniza a produção, o homem assume a gestão da atividade. O homem insere-se e mantém-se a frente da produção leiteira, principalmente na parte técnica, de equipamentos, conversas com os técnicos, negociação nas cooperativas, gestão do dinheiro e da atividade; a mulher, apesar da dupla jornada de trabalho, como dona de casa e como agricultora, muitas vezes, não tem seu trabalho reconhecido.

A participação das mulheres ocorre em todas as produções, porém, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, apenas 5,7% das mulheres declararam que dirigem os estabelecimentos no município de Marmeleiro. Entre as entrevistadas, 3 mulheres declaram que são as responsáveis pela tomada das decisões. O aumento no ritmo de tempo faz com que as mulheres precisem “desdobrar-se” entre os trabalhos domésticos e os da produção voltada para o mercado.

Tenta-se demonstrar aqui um pouco da rotina de trabalho e que relações estão presentes nessa rotina. Como os agricultores combinam 2 ou 3 produções diferentes para a comercialização, além da produção para o consumo familiar, percebe-se que, nas produções que possuem um vínculo maior com o mercado, há uma rotina de trabalho mais regular e organizada, com horários mais bem definidos para as atividades e consequentemente um ritmo de tempo mais rápido. Nas outras, os agricultores utilizam outros critérios como trabalhar nas horas em que a temperatura está mais amena e não cumprem um horário exato para realizar os trabalhos. O tempo revela-se em diferentes velocidades dependendo do lugar, o que resulta no desenvolvimento desigual entre os lugares (SAQUET, 2000). O tempo lento

só existe em relação com o rápido, é o uso diferenciado do tempo vivido em cada lugar, pelos homens, pelas empresas e instituições.

O tempo rápido não cobre a totalidade do território, não abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações. Mas, graças à globalização e a seus efeitos locais, os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando este não exerce diretamente sobre lugares ou grupos sociais (SANTOS, 1997, p. 267).

Apesar da aceleração cada vez maior do tempo, não ocorre a supressão do espaço, a heterogeneidade de tempos no espaço continua, o que acontece é um *comando a distância*. Nesse ponto, deve-se realizar esforços para compreender esse *comando a distância* e identificar o que permaneceu, pois, apesar do grande ímpeto na disseminação de um modo de produção homogeneizante na agropecuária, que transcende os limites do município, do estado e do país, está ligado a comandos das transnacionais, ou seja, comandos a distância sem o desaparecimento das estruturas do território em nível local.

É a expansão do capitalismo na agricultura brasileira que gera esse processo contraditório resultando numa diversidade de tempos. Essa expansão desigual, através de diferentes meios reproduz relações *não especificamente capitalistas*, (SAQUET, 2000) principalmente nos espaços pouco mecanizados. Através do trabalho braçal na produção do fumo, na mecanização parcial da produção do leite e de grãos, através das trocas de dias de trabalho quando faltam máquinas, mesmo assim, o capital está infiltrado, reproduzindo-se através dessas relações. Estas também estão onde o tempo da produção agrícola é mais rápido, como na produção de aves, os produtores trocam as aves descartadas pela empresa por outro tipo de alimento, geralmente carne bovina, verduras, não há cobrança pela doação das aves, mas o agricultor que recebeu retribui de alguma forma. Contudo, essas relações aparecem com mais intensidade e são mais importantes para a sobrevivência dos agricultores, nos estabelecimentos menos mecanizados, ou seja, onde o tempo é mais lento. Então, nas produções familiares voltadas para o mercado para que os agricultores consigam produzir e sobreviver, utilizam algumas práticas que não são *especificamente capitalistas*.

[...] é das desigualdades sócio-econômicas e político-culturais, no espaço, que o capitalismo se renova cada vez mais forte, integrando o movimento de re-produção do capital não só atividades capitalistas clássicas, como também atividades não especificamente capitalistas (SAQUET, 2000, p. 111).

Os ritmos coexistem também devido à sua flexibilidade em combinar diferentes formas de produção para sobreviverem. Existe uma flexibilidade singular na economia

familiar que proporciona “[...] adaptar-se às condições das mais adversas, ao preço da permanência no mais baixo patamar da sociedade no que diz respeito ao usufruto da riqueza.” (PAULINO, 2008, p.219). Isso também demonstra que o capital é o principal “acelerador” do tempo, porque onde ele não se territorializa, ele age através de outros mecanismos como a integração vertical e contratual.

Há, assim, uma heterogeneidade de tempos-espacos, pois a mecanização, a integração ao mercado não chegam a todos os lugares na mesma intensidade. Ela desenvolve-se sobre a base histórica, que possui especificidades em cada território, resultando num desenvolvimento desigual, contendo elementos considerados novos e velhos.

Como analisamos em campo, a organização dos agricultores está relacionada às condições econômicas, políticas, culturais e do relevo. Esses elementos delimitam as intenções dos agricultores, constituindo assim as temporalidades. Tanto um tempo mais lento quanto um tempo mais rápido muitas vezes não é uma opção. Alguns produtores de leite menos mecanizados possuem uma produção mais extensiva, utilizam mais pastagem natural ou plantada, possuem um número menor; de animais, não fazem silagem, e a jornada de trabalho para a ordenha é menor, então, estão inseridos num tempo mais lento assim como os produtores que possuem maiores produções, estão inseridos num tempo mais rápido porque utilizam mais silagem, criam as vacas em espaços menores, porém tem o trabalho de alimentar os animais, a ordenha exige mais dedicação visto que a quantidade é maior, a produtividade não pode diminuir, já que os custos da produção são mais altos os que possuem as estruturas financiadas precisam pagar as parcelas dos financiamentos. O ritmo de tempo ao qual o agricultor está envolvido não é necessariamente o que ele deseja, porque aquele que está num ritmo lento e produz menos gostaria de produzir mais, mas não consegue porque não tem acesso a financiamentos, tem receio de contrair dívidas, a mão de obra é cara, ou são aposentados. Ao mesmo tempo, os mais mecanizados acabam entrando num ritmo mais rápido, pois não têm como retroceder porque já estão mais inseridos no ritmo de produção do mercado e tem custos da produção e investimentos para pagar. Então, mesmo com o aumento da renda, às vezes, acabam entrando num ritmo que não é o desejado, porque precisam diminuir a prática de atividades. Entre os mais mecanizados, há os que reclamam do ritmo muito rápido e também os que pretendem mecanizar ainda mais para aumentar a produção e a comercialização.

De modo geral, mesmo percebendo que o seu ritmo de tempo está cada vez mais acelerado com a integração ao mercado, e que estão perdendo a autonomia, pretendem - ou

são condicionados - mecanizar e produzir cada vez mais para vender. Não se questionam se mecanizar a produção e produzir cada vez mais para o mercado é uma decisão que vai modificar o ritmo do tempo, ou tirar a autonomia. O que prevalece é busca pela renda, pela sobrevivência da família. A tomada de decisões por parte dos membros da família é em relação a elementos externos ou internos que podem ser assimilados ou não, levando em consideração se eles podem fortalecer as estratégias de reprodução da família. Para a tomada de uma decisão pela adoção ou não de uma estratégia é levada em conta a renda que ela proporcionará. Se a renda gerada por determinado elemento externo for satisfatória na comparação com a quantidade de mão-de-obra demandada e os riscos que a adoção desse elemento oferece opta-se pela estratégia. Se a renda proporcionada pela inclusão desse elemento externo for significativa, analisa-se o potencial de mão de obra, ou seja, se os membros da família terão tempo suficiente para suprir a nova demanda. Pelo que se percebe na pesquisa, não existe uma espécie de rejeição às tecnologias convencionais; o que existe é a análise das condições que estão à disposição, mão de obra, financiamentos, acesso a insumos, meios de comercialização que certa produção demanda, para a inserção ou não na produção. Os agricultores não se preocupam com a possibilidade de uma desorganização da lógica familiar provocada por determinado elemento externo.

A decisão de adotar alguma estratégia como a produção de aves, ou o trabalho fora do estabelecimento, geralmente é tomada por um ou dois membros da família, porém afeta a todos. Como se pode ver nesse depoimento de um filho de um integrado na criação de aves:

Pra dizer bem a verdade eu não queria colocar aviário aí, mas o pai começou a dizer que ia colocar, eu fiquei meio assim, porque conheço gente que tem. Toma bastante tempo, e nós somos uma família pequena, então eu fiquei meio assim não disse que não, e nem que sim, quando vi o pai já tava mandando fazer a terraplanagem e trazendo os postes pra começar a construir o aviário [...] aí fazer o que, né? A gente acaba se envolvendo e hoje eu trabalho direto [...] a renda até que tá boa né, mas precisa de mais alguém, pra folgar de vez em quando (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

Em relação aos objetivos dos agricultores, se é produzir para o sustento da família e não para acumulação de capital, existem variações; dependendo da condição deles, os objetivos também variam. No grupo 3, tem-se a percepção de que o objetivo é produzir alimento para a família, não existe a intenção de acumular capital, o que se busca é a satisfação das necessidades imediatas. Como se percebe no depoimento deste agricultor:

[...] pra mim, dando pra comer tá bom, antes nem isso garantido a gente tinha, foi uma luta pra conseguir esse pedaço de terra [...] plantamo e criamo algumas coisas pra comer aqui e o dinheiro que a gente consegue com o pouco que vende é pra comprar as coisas que são mais de necessidade, porque alguma coisa sempre precisa [...] agora juntar dinheiro, isso do jeito que as coisas tão, não dá (AGRICULTOR DO GRUPO 3, ENTREVISTA, 2014).

E ainda este outro: “[...] todo mundo, se puder, quer ter dinheiro pra comprar outras coisas, fazer poupança, mas do jeito que tá, pro pequeno, dando pra se manter tá bom, comprar alguma coisa a mais às vezes” (AGRICULTOR DO GRUPO 3, ENTREVISTA, 2014).

Todos os agricultores entrevistados gostariam de ter melhores condições de produção e acumular capital, contudo diante das condições, principalmente dos agricultores menos mecanizados e com média mecanização, primeiramente pensa-se na satisfação imediata das necessidades das famílias. Nos dois grupos, mesmo quando conseguem uma renda significativa, devido a uma safra em que as condições naturais foram favoráveis, a produção foi comercializada por um preço bom, eles alcançam poder de consumo maior, através da compra de itens que eram considerados supérfluos anteriormente, além da melhoria em algum equipamento, como implementos, tratores para a produção. A acumulação do capital é difícil de ser efetivada, devido à irregularidade da renda, oscilando entre uma safra e outra, e pela quantidade de trabalho da família utilizada na produção, que não é mensurada pelos agricultores, os custos contados considerados são com os insumos, máquinas e trabalho contratado, quando é necessário.

[...] hoje a comida tá garantida, a gente tem umas coisas aqui - porque também é uma vergonha pra um colono passa fome com um pedaço de terra - e também um dinheiro, agora do leite sempre dá [...] então, a gente tem o objetivo de comprar outras coisas, um carro melhor, dar uma ajeitada na casa, que agora com os financiamentos nem é tão difícil assim, os filhos gostam de comprar umas coisas na cidade, então a gente vai tentando buscar um conforto maior (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Conforme Lamarche (1998) a produção camponesa é familiar, “[...] mas nem todas as explorações familiares são camponesas [...]” (LAMARCHE, 1998, p. 282). Isso se deve ao fato de que existem produções familiares que buscam o lucro através de forte integração com o mercado, diferentemente do camponês cuja prioridade é proporcionar certo conforto à família e garantir-lhe a sobrevivência. Nesta pesquisa, percebe-se que a diversidade do espaço rural em alguns casos torna difícil essa identificação. Existem agricultores que buscam o lucro; em alguns momentos, conseguem, porém, em momentos de dificuldade, retornam às

práticas que têm como objetivo a reprodução da família. Outros agricultores buscam o lucro através da utilização das políticas públicas, como o PRONAF, mas o que conseguem é a sobrevivência da família com um pouco mais de conforto e segurança. A complexidade é tamanha, que se poderia analisar os estabelecimentos individualmente e identificar-se-iam estratégias e racionalidades diferentes. A intenção comum é a sobrevivência da família, embora por mecanismos e atividades distintas.

Outra característica que se percebe nos agricultores, pela análise da sua rotina de trabalho relacionada à modificação no ritmo de tempo, é “Uma maneira de agir e fazer planos para o futuro, talvez até para um futuro razoavelmente distante, exige a capacidade de subordinar a satisfação das necessidades presentes às satisfações esperadas no futuro” (ELIAS, 1998, p. 116). Notou-se isso quando se perguntou para um dos agricultores de média mecanização, que produz fumo, leite e grãos, se compensa tanto trabalho, pois trata-se de um dos entrevistados que mais estende a jornada de trabalho. Ele respondeu:

Olha, quando eu era mais novo, nunca pensava nisso; trabalhei igual a um boi, sempre na esperança de, um dia, melhorar [...] e pra dizer a verdade, não consegui muita coisa, de uns anos pra cá, fizemos uma casa melhor, temos uma estrabaria bem equipada, mas boa parte tamo devendo na CRESOL [...] mas é o que eu sei fazer, desistir é pior [...] o meu pai trabalhou a vida inteira, e no final da vida tinha uma casa velha e 5 alqueires de terra, e ele dizia que o dia do agricultor é sempre amanhã, ele pensava assim [...] pro pequeno é difícil, mas tem que continuar lutando pra ver se melhora (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Conforme já dito, o tempo dos agricultores está mais rápido, ou, nas palavras deles mesmos, está mais “corrido” (Quadro 4). E, esse tempo fica cada vez mais rápido, conforme eles vão produzindo para o mercado. Com a compra de máquinas, os trabalhos estão mais rápidos e fáceis; percebe-se isso nos depoimentos, a frase mais repetida é que “[...] o trabalho está mais fácil, mas o tempo está mais corrido”. Isso porque, quando a produção é mecanizada, precisa ser produzida numa quantidade maior, e também o agricultor passa a estar mais ligado a questões burocráticas como a negociação de financiamentos e a compra de insumos químicos.

Os agricultores percebem a mudança do ritmo de tempo devido ao seu poder de síntese, conseguido através do processo histórico pelo qual passaram e pelos ambientes com os quais tiveram contato, pelos diferentes níveis de mecanização com os quais trabalharam. O tempo representa um alto nível geral de síntese, é o acúmulo do saber social, a capacidade de mensuração das *sequências temporais* e as regularidades que elas proporcionam, não

significam que os de antes eram atrasados, é que se necessita de tempo para o desenvolvimento do saber e cada vez mais esta capacidade aumenta (ELIAS, 1998).

Nesse processo de aceleração do ritmo do tempo, mesmo os agricultores menos mecanizados estão tendo o seu tempo modificado porque as relações capitalistas são fluidas e estão em constante expansão, fazendo com que a maioria entre em contato com elementos que modificam o seu tempo, como uma conta numa agência bancária, consumo de alguns produtos industrializados, comercialização de algum produto, necessidade de ir ao comércio comprar insumos agrícolas etc.

Quadro 4 – Respostas mais significativas dos agricultores sobre o ritmo de vida cotidiano.

Está mais fácil para trabalhar, mas o tempo está mais corrido.
Sim, algumas coisas que fazíamos antes não podemos mais fazer: as relações de vizinhança, por exemplo, diminuíram.
O tempo vai diminuindo porque precisamos estar atentos à produção, sempre buscando melhorar a produção, porque nós investimos na produção, precisamos de retorno, assim o tempo vai ficando mais curto.
A produção aumentou e o tempo diminuiu, o serviço tá mais leve.
Não existe mais entressafra, o tempo de recuperação da roça não existe mais, tem que sempre estar usando adubos químicos para explorá-la ao máximo.
O trabalho está mais fácil, mas o tempo está mais corrido.
Não são mais os agricultores que fazem seus horários.
Antigamente os agricultores visitavam-se durante a semana.
O serviço está mais fácil, porém está mais corrido, dependemos mais da cidade, temos que ir muitas vezes até lá.
O tempo está corrido, parece que somos empregados como os da cidade.
Antes, o trabalho era realizado com boi, carroça, demorava mais, porém mesmo assim, tinha mais tempo para os agricultores que agora. O consumo aumentou, muitas coisas não consumíamos antes.
Quem não planta para o consumo, tem o tempo mais corrido, porque vende para o mercado e precisa entrar no ritmo deles.
Agora ficamos o tempo todo em função da produção.
As coisas mudaram, parece até que moramos na cidade, como os empregados.
Não temos mais tempo para nada.
Depende da mecanização e do tipo de produção que a família escolheu para vender.
Tem que ir muitas vezes à cidade.
Às vezes, mesmo querendo fica sossegado no teu canto tem que envolver com algumas coisas, que “faz” com que tu não controles mais a tua organização.
Nós aqui, “tamo” produzindo pouco, mas mesmo assim, cada ano tem alguma coisa diferente que tem que ir se envolvendo, ir pra cidade é cada vez mais preciso.
Cada vez mais tem trabalho, apesar da mecanização.
Às vezes estamos na roça e não temos tempo nem para organizar a propriedade. Lembro quando tínhamos o aviário, era dia e noite lá dentro, não tinha tempo para nada. Ficamos 24 anos trabalhando com isso.

Fonte: Trabalho de campo, (2014). Organização: BRAGA, L. C. (2014).

Ao se perguntar se o ritmo das produções modificou a organização do tempo, uma das respostas mais repetidas foi que: “[...] cada vez mais diminuem as visitas aos vizinhos”.

Também mudou a questão do agricultor estabelecer os horários, pois cada vez mais ele segue uma rotina que não depende da sua vontade. Com isso, também as relações pessoais são modificadas, como as relações de vizinhança.

Outra frase repetida diversas vezes nos depoimentos foi: “[...] estamos parecendo quase empregados como os da cidade”. A definição dos horários, a autonomia para determinar os horários em que realizam as tarefas foi sempre um motivo exaltado pelos agricultores. Nas respostas, principalmente dos agricultores com média mecanização, há certa indignação com a perda parcial dessa autonomia.

As temporalidades também são modificadas porque cada vez mais se busca a racionalidade produtiva, para isso se explora ao máximo a terra. Essa afirmação foi constatada nos depoimentos, quando os agricultores dizem que “[...] não existe mais entressafra”; para isso são utilizadas sementes precoces, para serem colhidas antes do inverno, no período do inverno a terra é utilizada para pastagens que se adaptam a essa estação.

Então, a mecanização torna o trabalho mais fácil e aumenta a produtividade, porém, cada vez mais, não conseguem programar o seu tempo porque, juntamente com o aumento da mecanização, ocorre a inserção no mercado, pois a tecnologia oferecida é para a produção do mercado, e ele passa a ter que entrar no ritmo de tempo deste. Como já apontado, parece, que os agricultores que possuem maior diversidade de temporalidades, são os agricultores intermediários na mecanização e integração ao mercado, pois estão no “meio do caminho”, possuem algumas produções parcialmente mecanizadas para a comercialização, mas ainda precisam da produção para o seu consumo e a mão de obra familiar é fundamental.

Os menos mecanizados estão em um tempo mais lento, ainda produzem mais para a alimentação familiar. A produção voltada para a comercialização é realizada nas condições que possuem. E, geralmente, é a produção leiteira. Com algumas exceções, estão nesse ritmo não por opção, mas pelas possibilidades que estão à sua disposição, como os acampados e uma parte dos assentados, pois não conseguem fazer financiamentos porque nem todos têm a escritura legal da terra e, ainda, não sabem como acessar a essas linhas de crédito; os que sabem ainda têm dificuldades para negociar com os bancos, por falta de informação, documentação, inadimplência etc. Depois de um processo árduo de luta pela posse da terra, o primeiro objetivo é a estabilidade mínima para garantir alimentação e moradia; a tendência é que o seu ritmo de tempo também comece a aumentar devido à gradual mecanização e integração no mercado.

Os mais mecanizados têm o seu tempo corrido, mas eles possuem situação mais definida; a prioridade é a produção para o mercado, então, apesar de existir uma produção para o consumo, eles cada vez mais estão adaptando-se às temporalidades mais rápidas; ao mesmo tempo em que se tornam “reféns” delas, uma parte usufrui dos “benefícios” como o aumento do poder de consumo, o maior contato com tecnologias e com as temporalidades urbanas.

Entre os entrevistados, uma modificação a se considerar é que 60% apontaram que o aumento da velocidade dos ritmos das atividades fez com que eles diminuíssem as viagens para visitar parentes que moram em outras cidades. Este número é significativo, considerando que parte dos agricultores não viaja muito por questões econômicas e pelas próprias atividades que não permitem o seu afastamento do estabelecimento por muito tempo como a alimentação dos animais. Em relação às atividades de lazer, 50% dos agricultores afirmaram que não há regularidade e diminuem principalmente nos períodos da colheita. Os que responderam que não modificaram apontam que houve melhorias, pois, com o maior contato com a cidade, eles podem praticar alguns esportes (principalmente futebol) durante os dias de semana, à noite, já que na cidade existem campos e ginásios de esportes com iluminação. No espaço rural também - mas em menor número - assim podem trabalhar durante o dia e realizar atividades de lazer durante a noite.

Outra modificação em relação às temporalidades é a diminuição no número de associações de moradores. Todos os entrevistados afirmaram que, em suas respectivas comunidades, o número de pessoas que participam dos clubes e demais associações diminuiu; os agricultores não possuem mais tempo para discutir as questões relacionadas à produção ou a outras questões que envolvem sua vida no espaço rural. Entre os entrevistados, há dois no grupo dos menos mecanizados que possuem produções coletivas: um agricultor planta com dois vizinhos alguns canteiros para produzir sementes de plantas para a pastagem; outro caso, dois agricultores que plantam feijão em conjunto para o consumo. Neste caso, a plantação em conjunto dá-se porque um agricultor tem a mão de obra de um filho enquanto o outro tem a trilhadeira para debulhar o feijão.

O tempo mais rápido diminuiu a participação coletiva. Percebe-se isso no depoimento: “[...] não tem mais tempo para conversa, cada um tem que cuidar do seu [...]” (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014) e ainda, “[...] as associações discutem muito, não resolvem nada! Fica pra definir no outro dia, eu não participo porque precisa muita discussão para se chegar a um ponto comum” (AGRICULTOR DO GRUPO 2,

ENTREVISTA, 2014). Anteriormente, as discussões relacionadas aos elementos que circundam a vida dos agricultores, não eram realizadas de forma planejada, mas geralmente ocorriam durante as relações de sociabilidade, ou seja, durante a visita a um vizinho, nas confraternizações, antes dos atos religiosos, durante um mutirão realizado para alguma atividade. As que existem são associações de máquinas, na maioria das vezes, por necessidade de aumentar a quantidade de crédito. Como se nota neste depoimento de um agricultor do grupo com média mecanização:

[...] associação é complicado, eu tenho aqui com meus irmãos e mesmo sendo da família as vezes não “fecha”, a gente fez porque precisa ter um grupo para pegar o dinheiro suficiente na CRESOL, para comprar o trator. Mas tem que ter paciência, porque, às vezes, um precisa da máquina o outro também; hoje em dia, não dá mais pra ficar esperando, chegou a hora de plantar, tem que plantar, chegou a hora de colher, tem que colher [...] alguém sempre sai perdendo, tem que esperar o outro fazer o serviço. (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Segundo Garbin, uma das maiores dificuldades de implantar projetos, no município, é o individualismo:

[...] cada um pensa por si, só na sua propriedade, tem um monte de coisas que daria pra fazer de forma coletiva de uma vez só, mas tem que ficar fazendo projetos individuais [...] isso porque a maioria dos agricultores teve tudo que quis nos últimos anos, comprou máquina, teve financiamento pra casa e até pra comprar carro, através do PRONAF, que tem um juro de 2% que é simbólico [...] com isso diminuíram as dificuldades e ele parou de se organizar, e deveria ser ao contrário, agora ele poderia se organizar e tornar-se mais forte (GARBIN, ENTREVISTA, 2014).

Ainda segundo Garbin, há 10 anos, existiam 32 associações de produtores rurais no município. Atualmente, existem cerca de 15 associações, elas diminuíram e as existentes são associações de máquinas. A prefeitura municipal, em 2013, disponibilizou 14 tratores para as associações através de recursos do governo federal; os tratores foram disponibilizados para as associações do município que possuíam mais de 5 anos de existência. É preciso ponderar que nem todos têm acesso a “tudo que querem” nos assentamentos, uma minoria consegue financiar.

Os agricultores procuram criar as organizações de máquinas entre pessoas com que tenham uma relação pessoal mais próxima, para não haver muitas divergências. Existe a falta de preparo para colocar em pauta as divergências e tentar solucioná-las, outros pontos não dependem mais dos agricultores, “[...] o problema é que, às vezes, a gente discute, discute, e aí vai lá tem que fazer como o banco quer, então, às vezes, as associações é só por exigências

mesmo, porque a gente consegue resolver só as coisas mais simples” (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

A forma de organização dos agricultores foi descaracterizada porque surgiram outras organizações, diante das dificuldades e, depois dos anos de 1990, diante das possibilidades de integração ao mercado. Assim, ocorre a descaracterização da organização com um caráter solidário provocado pelo individualismo de integração, ao qual, o mercado direciona. O surgimento de outras organizações contribui para esse processo.

Novas formas de organização, promovidas em boa parte por uma intervenção, superpuseram-se ou se justapuseram às formas preexistentes de organização rural, marcadas pela reciprocidade camponesa. Estas últimas adotaram novos modos de funcionamento para atender novas funções, em particular em termos de interface com o mundo externo, enquanto integravam certas práticas de reciprocidade ou se desfaziam de outras (SABOURIN, 2009, p. 79).

Algumas dessas formas de organização já existiam, mas mudaram suas funções, como o já citado caso do STR. As associações atuais possuem um caráter mais burocrático, não existe uma coesão social entre os membros. Os grupos para a compra de máquinas são formados para conseguir uma quantidade de crédito maior. O contraditório é que as antigas associações, os grupos, as comunidades dos agricultores surgiam “naturalmente” pela proximidade. Geralmente eram estabelecidas as relações pessoais de amizade, identificação etc., e depois as relações com objetivo de melhorar as condições de produção. As organizações atuais, por sua vez, são planejadas, pensadas, elas são induzidas a ter um caráter funcional. Deveria existir uma soma entre o conhecimentos dos agricultores e a forma de organização já existente com os novos recursos.

Esse caráter funcional foi percebido no decorrer desta pesquisa. Há 5 grupos que se organizaram para a compra de máquinas. Destes, 4 foram financiados e 1 foi com recurso próprio. Pelos relatos, percebe-se que o grupo tem como função a utilização das máquinas, não existe uma relação de proximidade, nem para outros projetos. Alguns grupos possuem fortes divergências internas, como se percebe neste depoimento de um agricultor com média mecanização:

Eu sabia, desde o começo que eu não daria certo com o meu vizinho no grupo, [...] mas pra compra o trator na CRESOL, precisa fazer um grupo, então, a gente fez porque eu precisava da máquina. Deu dois mês, nós brigamos por besteira, se for ver, eu não concordava com o jeito que ele queria compra o óleo e eu achava que tinha que ter um motorista só e não todo mundo dirigir a máquina [...] agora tamo aí, brigado, outro dia precisei ir buscar o trator na casa dele, tive que pedir pro outro sócio ir, porque lá eu

não piso, [...] mas vai indo, eu faço as minhas coisas, eles faz as dele, a nossa única relação é pra usa o trator (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Os agricultores cada vez mais estão inseridos em diferentes redes, proporcionando uma diversificação maior de relações. Porém, essa forma de inserção nas redes mudou ao adquirir um caráter mais funcional, além de serem induzidas, planejadas.

Um momento raro de trabalho em grupo observado, foi a construção de cisternas para o armazenamento de água, no grupo 2. É um projeto viabilizado através do STR. Para a construção das cisternas foi preciso constituir grupos de 5 agricultores para conseguir o crédito e também para a construção da estrutura que demanda mão de obra dos próprios agricultores. Depois do trabalho em cada estabelecimento, o proprietário oferecia um lanche e uma dúzia de cervejas, como combinado desde o início. Nessa atividade testemunhou-se os agricultores conversando sobre as produções, sobre os problemas enfrentados no estabelecimento, enfim, sobre os pontos em comum do dia-a-dia rural. Anteriormente, as atividades em grupos eram realizadas com muito mais espontaneidade. Como se nota no depoimento de um agricultor de 75 anos, do grupo dos produtores com mais mecanizados:

[...] antigamente nós fazia os puxirão pra render o trabalho, às vezes precisa roçar um potreiro, colher uma produção, que „apuro“, ou quando alguém da família de um vizinho ficava doente [...] era tudo simples e divertido, a gente ia trabalhando e conversando, um brincando com o outro, todos animados, depois fazia um churrasco, tomava umas (risos) [...] era tudo simples porque pegava umas galinhas da propriedade mesmo, comprava uns vinho barato (risos) [...] era misturado trabalho e diversão, o pessoal nem lembrava que era trabalho [...] mas depois as coisas foram mudando, os colonos ficaram mais “metido” cada um passou a cuidar mais das suas coisas, um pouco por individualismo, um pouco porque os trabalhos passaram a toma muito tempo, e não sobrava mais tempo para isso [...] (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

O individualismo e as divergências entre os agricultores sempre existiram, mas com a expansão do capitalismo no espaço rural, houve uma intensificação. Vê-se que, na maioria dos casos, a reciprocidade para a produção acontece principalmente pela necessidade do momento, por isso ela é mais presente nos acampamentos e assentamentos. Quando o agricultor consegue uma solidez maior, a tendência é prevalecer o individualismo e, ao mesmo tempo em que ele se torna mais individualista na sua comunidade, com os seus vizinhos, torna-se dependente de outras pessoas, empresas, cooperativas e até mesmo o seu lazer passa a depender mais dos outros.

Diante dessa série de reorganizações que estão modificando o tempo dos agricultores, e aproveitando a sua percepção do tempo, perguntou-se se compensa perder parte da autonomia da produção, ter o tempo controlado, estar mais dependente e, ao mesmo tempo, ter um trabalho mais leve e a renda maior. Os agricultores ponderam, mas para a maioria (75%), a perda da autonomia e a mudança de alguns hábitos, compensam para aumentar a renda e, conseqüentemente, a qualidade de vida. A justificativa é que não há alternativa, nas palavras delas: “não tem como fugir disso” (Quadro 5).

Alguns dizem que esse processo é pouco questionado.

[...] nós quase não paramos pra pensar nisso, de vez em quando refletimos no dia a dia que o tempo está corrido, que não temos mais tempo para descansar bem, que há muito tempo que não visitamos um conhecido [...] mas a gente resmunga no dia a dia assim durante o trabalho [...] agora que tu perguntou é que a gente para mais para pensar nisso (AGRICULTOR 02, ENTREVISTA, 2014).

Os depoimentos dos três grupos não foram divididos porque são semelhantes; mesmo os menos mecanizados entendem que o tempo está ficando mais rápido. Isso porque antes estavam num ritmo ainda mais lento. Então, o tempo de todos é modificado de alguma forma. A diferença é que, no grupo dos menos mecanizados, existe uma heterogeneidade maior em relação ao que fazer diante desse tempo mais rápido; 38%, mesmo admitindo que o tempo está mais rápido, pretendem manter o seu ritmo, ou seja, não aumentar a produção, não realizar financiamentos, manter sua rotina de trabalho e lazer, entre os que pensam assim, estão inseridos os aposentados – no grupo, 3, 54% das famílias entrevistadas possui no mínimo um membro aposentado – e, ao mesmo tempo, há famílias que pretendem aumentar a produção, conseguir resolver os problemas burocráticos para poder financiar, continuar morando no espaço rural mas trabalhar na cidade. Afirmam que pretendem ficar no mesmo ritmo de tempo e não investir na produção diante da não visualização de possibilidades para isso, pois, anteriormente, quando perguntado se gostariam de ter melhores condições de produção e uma renda maior, todos afirmaram que sim. Nos outros dois grupos, entendem que é um processo que não tem como “fugir”.

Os agricultores conseguem perceber que os ritmos estão se modificando, mesmo os que estão no ritmo lento, porque ao comparar o passado com o momento atual, possui capacidade de síntese, através da sua experiência, constituindo sua temporalidade e percepção do que está vivendo.

Quadro 05 – Respostas mais significativa quando perguntados se a perda gradativa da autonomia do tempo compensa.

É um processo que não tem como fugir, quem tem bastante terra precisa investir nessas tecnologias, quem tem pouca terra acaba arrendando para um produtor maior ou investe em produtos como o leite, que também está cada vez mais modernizado.
Seria melhor continuar produzindo menos e continuar fazendo nossos horários, mas também, se nós quisermos „essas coisas novas“ é preciso dinheiro, então tem que produzir mais.
Não tem como fugir disso e não adianta o agricultor ficar fora, porque senão ele vai ficar para trás. Para ganhar mais é preciso trabalhar mais.
O tempo está corrido, mas o trabalho é mais fácil.
Eu não produzo para vender, então para mim não faz diferença.
O tempo está muito mais corrido, não dá mais para trocar dias, por exemplo.
Não tem como fugir, se você não investe, o que você produz não vai dar bem.
Atualmente, dependendo da produção, tem outras normas como: higiene, mão-de-obra qualificada, rapidez; são itens que contam para uma produção melhor. Então, você precisa organizar seu tempo, mesmo que seja corrido.
O trabalho é mais fácil, mas agora existe muita burocracia, tem que correr atrás de um monte de coisas.
Nós preferimos ficar em casa. Plantamos aqui para o gasto, somos aposentados e não temos muita terra, a saída foi arrendar para um produtor maior, é o que muito agricultor pequeno vem fazendo. Quem tem pouca terra precisa investir em outra produção como o leite, mas isso também, hoje, esta exigindo muito, então, não tem como fugir, precisa ir se adequando com o que tem à disposição.
As pessoas acabam entrando nessa correria de cada vez produzir mais senão fica para trás.
Sim, em tudo é assim, em qualquer produção e vai cada vez mais ser mais rápido.
Cada vez precisamos de mais tempo para o trabalho.
Tem que produzir cada vez mais.
O trabalho está mais fácil, mas o tempo é mais corrido; para o pequeno agricultor é difícil mecanizar a produção, para isso precisa se endividar.
O trabalho vem sendo facilitado pelas máquinas; para conseguir as máquinas, é preciso financiar, se endividar, isso é perigoso, mas não há outra maneira de produzir.
O trabalho é mais fácil, mas o tempo está mais curto, não tem como fugir desse processo.
Não tem como fugir, quando percebemos já estamos inseridos no processo.
Hoje em dia, o tempo de todo mundo é corrido. Nós que temos uma produção maior, precisamos estar ligados a essa modernização, esse é um processo que não tem como fugir, pois, quanto mais e melhor produzirmos, mais ganhamos em cima daquele produto.
Aposentados, outro ritmo.
O trabalho está menos sofrido, depende do que planta; às vezes, sobra até tempo.
Está mais rápido, até para nós que produzimos pouco, tá mais corrido, mas ainda temos alguma folga.

Fonte: Trabalho de campo, (2014). Organização: BRAGA, L. C. (2014).

O agricultor trabalha na terra para se alimentar, ao mesmo tempo produz alimentos para o mercado internacional. Os agricultores são articulados com mercados locais, regionais, nacionais e internacionais. Nos mercados locais, ocorre uma redistribuição de produtos para alimentação através de feiras das trocas entre os próprios agricultores, venda e compra. Em Marmeleiro, os principais produtos são queijo e salame colonial, alguns derivados da cana-de-açúcar, verduras e legumes, entre outros, porém o conjunto é pouco significativo. A maioria da produção é destinada para a comercialização em outras escalas. Uma parte da produção de leite é vendida para indústrias locais de fabricação de queijo e processamento do leite como a

Veneto e a *Primo Queijo*, duas fábricas de queijo. A produção de grãos é comercializada com cooperativas, cerealistas que possuem um nível de articulação maior. Outras produções como de aves e fumo atendem, mais diretamente, demandas internacionais. Conforme aumenta a escala das relações, mais o produtor é vinculado e dependente do mercado. Porém, nem mesmo as relações mais locais conseguem ser totalmente independentes. À medida que a estrutura vai crescendo – associações, produções coletivas – ela é inserida gradualmente em temporalidades mais rápidas.

É devido a essa conjugação que, em Marmeleiro, a chamada *modernização* reorganizou em diferentes níveis a organização da produção familiar, incorporando elementos desta em alguns estabelecimentos; em outros, as formas de produção mais rudimentares estão mais presentes, até mesmo mais que os elementos modernos, mas, na maioria, o que acontece é uma conjugação dos elementos em alguns estabelecimentos; nos mais mecanizados, prevalece mais o moderno devido às condições financeiras; em outros, mais os elementos rudimentares, menos mecanizados; e, em alguns outros, existe um equilíbrio maior um compensa o outro, isto para agricultores com média mecanização. Por isso entende-se, nesta pesquisa, que existe uma agricultura familiar com elementos do campesinato. Em algumas famílias, a mudança que está em curso atingiu-os mais profundamente e afetou a organização familiar, porém, na maioria dos casos, não ocorre uma ruptura completa e há a adoção de uma agricultura empresarial, ou um modelo de uma empresa capitalista. A família permanece na gestão – herança do campesinato – e isso é significativo.

Outra herança do campesinato é o vínculo com a terra. O desenvolvimento do capital no espaço rural não o libertou da sua vinculação com a propriedade da terra. Persiste uma busca constante dos agricultores através das estratégias de reprodução para manter a propriedade da terra como patrimônio, para poder continuar se reproduzindo e repassá-la para próxima geração, ou para ter um bem que possibilite investimentos em alternativas de renda, como imóveis urbanos. A principal dificuldade das estratégias é superar a relação desigual com o mercado.

É uma decepção muito grande, eu herdei a terra do meu pai, não esta, né? Outra que vendi pra compra esta, e precisei vender pra pagar as dívidas da plantação de soja. O meu filho alugou muita terra pra planta soja, mas virou só em gasto, a gente só tinha trator, pra colher tinha que paga pros outros e mais a seca ajudou a atrapalhar [...] aí, vendi a minha terra que tem escritura legal, porque a dele é de reassentamento e não pode vender ainda [...] é triste, porque era uma “terrinhã” minha, né? eu queria passar pra ele e pros meus netos, a gente não tem muita coisa, né? Só casa velha e alguma outra

coisinha, e agora nem terra pra ajudar um pouco no futuro deles, né? (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Assim, tempo flui e alguns elementos/variáveis fundamentais sempre “passam”. Elementos que permanecem e são fundamentais diante da marginalização dos agricultores no processo de mecanização e mercantilização da agricultura.

Os mais mecanizados possuem elementos que os afastam mais dos camponeses; a produção para o consumo interno é simbólico – não tem importância fundamental para a economia da família, é realizada mais porque é um hábito cultural - a maior parte da mão-de-obra é contratada. Possui uma ligação mais direta com os elementos da cidade, tanto para o consumo, como para a produção e lazer.

Então, é uma mudança que está em curso, os agricultores estão, cada vez mais, inseridos num tempo mais rápido e nos menos mecanizados, a velocidade dessas mudanças é menor. Notamos que a capacidade de mudança e adaptação ao mercado é uma das transformações dos agricultores. É importante salientar que a flexibilidade de adaptação à variabilidade das condições do mercado no sentido da incerteza da renda, ou mesmo da renda negativa, e ter que sobreviver através de outras possibilidades como a produção para o consumo, utilização de equipamentos rudimentares o que, aliás, sempre foi uma característica dos agricultores. A abertura para mudar a produção conforme a tendência econômica é condição recente.

Enfim, as mudanças e permanências que caracterizam a heterogeneidade identificada fazem com que os agricultores tenham contato com outros elementos exclusivos do espaço urbano que modificam o seu ritmo de tempo e, conseqüentemente, o seu modo de vida. Ao mesmo tempo, maior fluxo de pessoas para o rural também gera mudanças, não só na produção agropecuária, mas nos outros elementos inerentes ao “mundo” dos agricultores.

5 A INFLUÊNCIA DAS TEMPORALIDADES URBANAS NOS RITMOS DE TEMPO DOS AGRICULTORES

Na abordagem territorial, para considerar as mudanças nos ritmos de tempo, leva-se em consideração vários elementos. Na análise da *modernização*, destacam-se os aspectos econômicos, as políticas públicas e as condições financeiras dos agricultores. Porém, há outros elementos importantes na produção agropecuária que também influenciam a mudança de ritmo do tempo - como a relação com a natureza, a cultura, o saber fazer - porque o ajustamento cada vez maior do tempo não fica restrito somente à produção, influencia também os hábitos, as necessidades, as ambições.

Os agricultores familiares, mesmo os mais inseridos no mercado, não têm sua dinâmica regida somente pela maximização dos lucros, existem outras dinâmicas que os diferenciam de uma empresa. A propriedade da terra e o trabalho são os principais elementos dessa diferenciação (LAMARCHE, 1998), e destes desdobram-se outros.

Assim, nesta seção, quer-se destacar a relação dos sujeitos do espaço rural do município de Marmeleiro com os do espaço urbano. O espaço rural é influenciado pelas temporalidades urbanas, mas também este tem suas temporalidades influenciadas pelo rural. Alguns elementos demonstram que essa relação não acontece somente por motivos econômicos, existem outros elementos, como a busca dos jovens por uma maior interatividade, o acesso a serviços, consumo e lazer.

Através da abordagem territorial, pode-se compreender as relações entre os espaços urbano e rural, entender as relações de poder entre os sujeitos e como um influencia no ritmo de tempo do outro. A aceleração do ritmo de tempo dos agricultores é influência da sobreposição dos ritmos de tempos urbanos porque a racionalidade da produção da indústria, das fábricas, a regulação da jornada de trabalho, é uma característica da cidade; além disso, os agricultores precisam ir cada vez mais às cidades para fazerem financiamentos, comprarem máquinas, insumos agrícolas devido à *modernização* da agricultura. No entanto, não se constitui uma relação de mão única, pois os tempos mais lentos apresentados até aqui são influência do rural, devido às dificuldades financeiras, às barreiras técnicas, à forma de produção agropecuária, à ligação das pessoas com o espaço rural e também porque o urbano necessita da produção de alimentos. E em regiões como a do Sudoeste do Paraná, essa dependência é ainda maior, conforme se sabe pela importância do PIB agropecuário para a região.

Apesar da intensificação das relações entre os dois espaços, algumas diferenças mantêm-se, como a ocupação dos indivíduos mesmo que, em algumas produções, exista cada vez mais o controle do trabalho. As atividades exercidas pelos agricultores fazem com que eles se diferenciem dos habitantes do espaço urbano. A partir dessa diferença ocupacional, surgem outras diferenças entre os dois espaços: o trabalhador rural possui uma relação, um conhecimento maior da natureza, um saber fazer - principalmente os agricultores menos mecanizados e com média mecanização - enquanto o trabalhador urbano convive num ambiente mais artificial e realiza atividades mais padronizadas (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1986).

O urbano permite uma ascensão social maior. Um agricultor que seja bem sucedido economicamente, ou tenha uma habilidade cultural, vai ter uma possibilidade maior de sair do anonimato se for para o espaço urbano. Como no caso já apresentado dos agricultores que se tornam dirigentes das cooperativas, eles conseguem uma ascensão social que não conseguiriam no rural, apesar de estarem ligados às atividades rurais, geralmente as sedes dessas entidades ficam nas cidades.

O número de indivíduos com que os agricultores interagem é menor, mas o número de pessoas com os quais eles têm contato direto e o conhecem melhor, provavelmente é maior do que um habitante urbano; para este último, as relações são mais individualizadas. A durabilidade e a solidez das relações sociais no rural parecem ser maiores. Para os agricultores, de maneira geral, “um aperto de mão” é mais do que mero formalismo, demonstra consideração, respeito e confiança.

Nas entrevistas realizadas, no primeiro momento há desconfiança dos agricultores em fornecer as informações, principalmente no grupo dos com média mecanização e dos mais mecanizados, mas, durante o desenvolver das entrevistas, eles ficaram mais à vontade.

O número de contatos das pessoas do espaço rural é menor porque eles estabelecem relações mais locais, o trabalho é um aspecto que restringe a quantidade de contatos porque os agricultores trabalham, geralmente, com a sua família e, quando saem do núcleo familiar, os contatos são os mesmos, ou seja, com pessoas com laços familiares, com os comerciantes de produtos agrícolas, das lojas, com os agentes dos bancos que costumam frequentar.

Para que se reconheçam as diferenças entre os espaços urbano e rural e, ao mesmo tempo, não se tenha uma análise dicotômica, e também haja sentido na utilização dessas expressões, para Alentajano (2000, p. 104), um ponto base para definir a natureza do rural são “[...] as dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra.” A

dimensão econômica está vinculada à terra e sua variação de importância como elemento e reprodução ou valorização. A dimensão social contém os aspectos culturais, simbólicos e de afetividade. E a dimensão espacial são os arranjos ocupacionais, a distribuição da infraestrutura e das moradias. Então, para o autor, cada realidade urbana e rural deve ser entendida a partir das suas territorialidades.

[...] o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa [...] a efetiva construção de um novo rural brasileiro passa pela difusão de serviços e atividades, tidas como urbanas, no campo, com um alto grau de dispersão espacial e uma territorialidade intensa (ALENTAJANO, 2000, p. 104-105).

Assim, para o autor, é necessário alterar a estrutura fundiária, através da reforma agrária, multiplicando a população rural, com uma infraestrutura de serviços “urbanos”, que não seja uma expansão da urbanização, mas um desenvolvimento rural. Segundo o autor, isso vai depender dos vários embates que estão sendo travados: das lutas dos sem terras promovendo ocupações, na organização dos assentamentos no sentido da sua viabilização; das articulações dos trabalhadores rurais com os poderes urbanos; o debate acadêmico sobre os diferentes caminhos que estão postos para tentar viabilizar a agricultura. Todo esse embate pode contribuir para a constituição de um *novo* rural como também para a permanência de *velhas* relações no espaço rural, como a concentração fundiária, o clientelismo, etc.

Para desmitificar o atraso do espaço rural, Alentajano (2000), entende que é preciso considerar que as técnicas também surgiram no campo, não só no urbano e que neste último também permaneceram técnicas arcaicas. A artificialidade não é exclusiva do urbano, no campo também os homens, cada vez mais, modificam as territorialidades. E no urbano existe uma preocupação pela manutenção e/ou implantação do natural, através da arborização, parques etc.

Alentajano (2000) também questiona a visão de questões como a restrição de relações pessoais, o isolamento que ainda se tem do espaço rural, apontando que “[...] meios de comunicação integram as áreas rurais à mesma dinâmica informacional e cultural das cidades” (p. 104). E que, nas áreas urbanas, também existem grupos que vivem isolados em condomínios; e faz críticas às análises na utilização de estratégias, como a pluriatividade, ou seja, buscar a renda fora do estabelecimento para viabilizar o estabelecimento. É preciso fortalecer e explorar meios do espaço rural para a viabilização dos sujeitos. Entende-se que é necessário considerar as particularidades, nesta pesquisa, percebe-se que, principalmente nos assentamentos, poucos têm acesso aos meios de informação e serviços como os habitantes do

espaço urbano. E a pluriatividade é uma opção que vem aumentando entre os agricultores como possibilidade de contornar as incertezas da produção agrícola, pois não existe planejamento a longo prazo para a utilização daquela.

A pluriatividade é uma estratégia utilizada por uma quantidade significativa de agricultores; segundo esta pesquisa, 32% de todos os estabelecimentos, cujos membros foram entrevistados, possuem algum familiar que trabalha fora dele. O termo pluriatividade começa a ser empregado, a partir de meados dos anos 1980, para analisar um fenômeno semelhante ao da agricultura em tempo parcial. Essa mudança foi necessária devido a algumas transformações como a intensificação do êxodo rural e a degradação ambiental provocada pela adoção dos modelos intensivos na produção agrícola. Desde então a pluriatividade passa a ser reconhecida como um elemento próprio da agricultura contemporânea.

No Brasil os primeiros estudos a respeito dessa temática iniciaram no Sul do país, depois foram realizados os primeiros estudos em São Paulo, com isso as pesquisas se ampliam e intelectuais e profissionais de diferentes formações passam a analisar os aspectos da pluriatividade. A análise das “Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios” (PNAD’s) realizadas pelo IBGE que apontam a ocupação da população urbana e rural brasileira, passam a ser a base para as primeiras análises, que considerando as variações entre as diferentes regiões e Estados brasileiros, demonstrou que a mecanização da produção agrícola diminuiu a sua capacidade de absorver a mão de obra, ao mesmo tempo, as atividades não agrícolas ganham importância no espaço rural, com isso ocorre uma redução no êxodo rural (ANJOS, 2001, p. 1).

Os camponeses, historicamente, sempre exerceram várias atividades; com o processo de *modernização* da agricultura e o ajustamento do seu tempo, iniciou-se uma especialização (ANJOS, 2001); atualmente, os movimentos sociais de apoio aos agricultores defendem o retorno à diversificação das atividades rurais. Quando certa família não possui quantidade de terra suficiente ou quando sobra força de trabalho para um sistema de produção, para que a mão de obra não fique ociosa e para incrementar a renda e equilibrar a relação trabalho-consumo, buscam-se outras atividades, agrícolas ou não agrícolas fora do estabelecimento.

Considerando os elementos históricos, pode-se dizer que a pluriatividade é:

[...] um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela pode ser definida como uma prática

que depende de decisões individuais ou familiares (SCHNEIDER, 2003, p. 24).

Pluriatividade é uma das estratégias de sobrevivência e reprodução na agricultura familiar que estabelece uma relação com o capitalismo mantendo a família, ainda, certa autonomia. As estratégias da família definem a sua continuidade social, cultural e econômica ou a sua desintegração porque a organização familiar é baseada no trabalho e nas estratégias adotadas pelos seus membros, estratégias adotadas conforme as necessidades (SCHNEIDER, 2003).

Todos os entrevistados que praticam a pluriatividade afirmaram que o trabalho fora do estabelecimento não tem como objetivo contribuir unicamente para o fortalecimento das produções agropecuárias, mas visa à sobrevivência da família. A continuação no espaço rural é pelo menor custo de vida, pois não há gastos com aluguel, água e com alguns alimentos que são produzidos no estabelecimento. Porém, mesmo assim, nota-se que a ocupação nas atividades agropecuárias e a renda proporcionada por elas ainda é mais significativa, exceto em dois dos estabelecimentos onde a renda da pluriatividade é fundamental: um do grupo com média mecanização e outro do grupo menos mecanizado.

Entende-se que existem continuidades e rupturas, pois, os camponeses, historicamente, sempre foram polivalentes, exerciam mais do que uma atividade, ou seja, plantavam diferentes culturas que eram a base da sua alimentação e comercializavam o excedente. Realizavam trabalhos de mecânicos, veterinários, agrônomos, carpinteiros etc. habilidades aprendidas devido às necessidades do trabalho e à falta de melhores condições financeiras. Para não haver mão de obra ociosa, na relação trabalho-consumo familiar e também para conseguirem um acréscimo na renda, realizavam *trabalhos acessórios* ou *trabalhos em tempo parcial*.

Segundo esta pesquisa, todos os trabalhadores pluriativos têm um trabalho regular, isso não quer dizer que eles continuarão na atividade para sempre. A continuidade ou não da pluriatividade vai depender da comparação entre a renda e a possibilidade de aumentá-la com a produção agropecuária. Nesse balanço, entram outros aspectos como as despesas com o transporte, a penosidade do trabalho agropecuário, a adaptação a uma rotina de trabalho com horários mais regulares. Os pluriativos com curso superior cogitam a possibilidade de morar no espaço urbano para evitar o desgaste de ir e voltar todos os dias. Os agricultores, hoje, são menos polivalentes do que no passado, pois a produção para o consumo diminuiu e o seu ritmo de tempo passou a ser parcialmente controlado com a gradativa especialização da

produção, porém, as atividades que eles realizam fora do estabelecimento são mais “estranhas” ao espaço rural do que as atividades realizadas em períodos anteriores.

Em Marmeleiro, entre os entrevistados, todas as pessoas que exercem atividade fora do estabelecimento passam a trabalhar pouco nas atividades agropecuárias, exercem mais o trabalho de organização e gerência (pagamentos de contas, compra de insumos, documentação para os financiamentos). A renda do trabalho realizado fora do estabelecimento não é toda dividida no núcleo da família, o trabalhador pluriativo passa a contribuir nas contas básicas da casa, tais como pagamento da luz e da alimentação. E 17% dos pluriativos entrevistados não contribuem, todavia continua morando em casa justamente por não precisar pagar estas contas. Então, o trabalho fora do estabelecimento gera várias situações na organização familiar. O trabalho pluriativo pode trazer um ônus para a família se o trabalhador continuar morando no estabelecimento e não contribuir com o pagamento das despesas. Numa das famílias estudadas, o filho trabalha na cidade, mas não contribui no pagamento das despesas da família, pois está pagando prestações de um financiamento da compra de automóvel que utiliza para se deslocar até a cidade e também um cursinho. No caso dos pluriativos que contribuem no pagamento das despesas familiares, eles ainda são uma força de trabalho auxiliar em momentos em que o ritmo da produção é mais rápido e intenso, pois podem trabalhar nos finais de semana e feriados, e no período do horário de verão após o horário comercial, principalmente na produção do fumo e do leite, conforme identificado nos trabalhos de campo.

Na Tabela 46, apresenta-se o número de pluriativos no Sudoeste do Paraná e em Marmeleiro em 2006.

Tabela 46 – Trabalhadores familiares com atividades econômicas fora do estabelecimento agropecuário.

Tipo de trabalho	Sudoeste	Marmeleiro
Atividade econômica fora do estabelecimento rural	8.979	298
Agropecuária	2.647	134
Não agropecuária	6.128	156
Agropecuária e não agropecuária	204	8
Total	44.479	1.404

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

No Sudoeste, 20,1% dos estabelecimentos tinha alguém trabalhando fora dele. O percentual de Marmeleiro é semelhante, 20,3%. Em Marmeleiro, 44,9% dos pluriativos trabalham em atividades agropecuárias; 2,6% em atividades agropecuárias e não

agropecuárias e o restante em atividades não agropecuárias. Isso reforça a importância da produção agropecuária do município, pois, mesmo quando saem do estabelecimento para trabalhar, quase 50% trabalham em atividades agropecuárias.

Na Tabela 47, apresenta-se o número de pessoas que trabalham em atividades fora do estabelecimento agrícola, de aposentados e o número de pessoas que saíram do estabelecimento (2014-2015), por grupo entrevistado. Percebe-se que a maioria das pessoas sai para realizar trabalho braçal ou com pouca qualificação profissional. Trabalhadores com nível superior são poucos: uma enfermeira, uma pedagoga e uma administradora no grupo 1; uma pedagoga e uma nutricionista no grupo 2; uma professora no grupo 3; as pessoas que possuem nível superior são do sexo feminino. Há 70 agricultores pluriativos, destes, 18% trabalham em atividades agrícolas. É importante considerar que, em três estabelecimentos do grupo com média mecanização, o casal trabalha fora e, em dois estabelecimentos do grupo menos mecanizado, 2 pessoas trabalham fora de cada estabelecimento, somando um total de 65 estabelecimentos com agricultores pluriativos, ou seja, 32% dos estabelecimentos entrevistados possuem pluriatividade.

Tabela 47 – Número de pluriativos, de aposentados e pessoas que migraram para o espaço urbano nos últimos 12 meses, por grupo pesquisado.

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Total
Total de pluriativos	14	25	33	72
Atividades agrícolas	02	03	07	12
Aposentados	28	40	39	107
Número de pessoas que migraram para o urbano nos últimos 12 meses	13	3	4	20

Fonte: Pesquisa de campo, (2014-2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Entre as profissões que não exigem curso superior, no grupo 3, destacam-se os trabalhadores pluriativos em madeireiras, 6 pessoas, e também diaristas domésticas, auxiliar de pedreiro e diaristas em atividades agrícolas, estas profissões apresentaram mais do que dois trabalhadores. No grupo 2, evidenciam-se 18 trabalhadores que são da Linha Itaíba; destes, 5 trabalham num restaurante, 1 no STR, 1 na COOPAFI, 1 pedagoga, e o restante são profissões diversas, segurança, auxiliar de pedreiro e mecânica de automóveis. Os demais pluriativos estão nas outras comunidades, dividem-se em auxiliar de pedreiro, empregadas domésticas e funcionários em empresas que prestam serviços de segurança. No grupo 2, é preciso destacar que a Linha Itaíba destoa das outras comunidades, com um número maior de trabalhadores

pluriativos; isso ocorre porque essa comunidade fica a três quilômetros da cidade, ou seja, está muito próxima, fato que facilita os deslocamentos diários. E também porque a comunidade foi construída próxima à rodovia, onde há um posto de combustíveis, com restaurante anexo, assim, dos 18 trabalhadores, 7 trabalham nesse local. Para os outros 11 que trabalham na cidade, o deslocamento é rápido. Então, para este grupo a distância do centro urbano é um fator importante, pois 72% dos pluriativos residem na Linha Itaíba. Os demais estão nas comunidades de São Luiz, Manduri e São Mateus, em todas há uma distância superior a 15 quilômetros, com uma parte das estradas vicinais mal conservadas. Na Linha Itaíba, 3 funcionárias do restaurante trabalham também na produção de leite nos estabelecimentos rurais, pois a ordenha é realizada antes e depois do horário comercial, e antes de trabalhar no restaurante trabalhavam na produção do fumo. Segundo elas, a opção pelo restaurante é pela penosidade do trabalho do fumo:

[...] o fumo numa safra boa, dá até mais do que nos tiramos aqui, porque eu comecei faz dois meses, ganho pouca coisa mais que um salário [...] só que o fumo é muito sofrido, ter que trabalhar no sol, a gente tá sempre „suja“ e cansada na colheita [...] e pra mulher é pior, eu envelheci uns 5 anos a mais depois que começamos no fumo [...] aqui a gente tem que seguir ordens e tal, mas é um pouco mais confortável, na sombra a gente pode se cuidar mais, também faz mais amizades (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

No grupo 3, as pessoas trabalham fora mais pela necessidade da renda ou porque a principal atividade é o leite, atividade que não exige dedicação em tempo integral; a produção de grãos é realizada através da contratação de trabalho mecanizado ou pelo arrendamento. Todas as comunidades desse grupo estão a uma distância acima de 15 quilômetros, a conservação das estradas vicinais dessas comunidades é a pior entre os grupos – conforme observa-se na Foto 31 - e só tem uma pessoa com ensino superior. Nesse grupo, pelos motivos citados, destaca-se o trabalho em atividades não agrícolas no próprio espaço rural, como no corte de árvores para as madeireiras, no caso, Madeireira Pinhomar e Ana Madeiras.

No grupo 1, o KM 18, o KM 15 e a Linha Gruta estão a uma distância acima de 15 quilômetros, já a Linha Pocinho está a 1 quilometro da cidade, mesmo assim só 35,7% dos pluriativos são da Linha Pocinho. Neste último grupo, portanto, a distância não é um fator determinante, pois os pluriativos estão distribuídos entre as comunidades estudadas. As estradas são melhores, a maioria com calçamentos (resultado do transporte da produção de aves), (Foto 32), e os meios de locomoção também são melhores; essas pessoas possuem carros melhores. E também o grupo possui 3 profissionais com ensino superior.

Foto 31 – Estrada de acesso a um estabelecimento do grupo 3.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

Foto 32 – Estrada de acesso a Linha Pocinho no grupo mais mecanizado.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2015).

Em relação aos aposentados, eles são em maior número nos grupos 2 e 3, os grupos de agricultores em que a renda é menor, então a aposentadoria auxilia na complementação da renda.

Em relação ao número de pessoas que saíram do estabelecimento nos últimos 12 meses para morar no espaço urbano, ele é mais representativa no grupo 1: dos 13 que migraram, 7 foram para estudar (cursinhos e cursos superiores), os demais para trabalhar. Entre os agricultores do grupo 2, 1 saiu para cursar faculdade e os demais para trabalhar de caixa de supermercado e numa loja agropecuária. No grupo 3, todos foram para trabalhar. Dos que saíram para estudar, somente 1 foi morar no espaço urbano do município de Marmeleiro, os demais foram para Francisco Beltrão e Pato Branco, onde estão localizadas 7 universidades públicas e privadas. Em relação aos que saíram para trabalhar, alguns foram para outros estados como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, outros ficaram no espaço urbano do município.

No Tabela 48, apresenta-se a renda (média) agrícola e aposentadoria das famílias estudadas pluriativas. Percebe-se que o grupo 1 tem a renda média mais alta, depois o 2 e, por fim, o 3; o grupo 1 não tem nenhum aposentado entre os pluriativos; o 2 menos da metade do grupo 3, este possui uma renda média por estabelecimento significativamente menor, embora tenha mais aposentados. A renda pelo trabalho fora do estabelecimento é maior no grupo 1, pelo fato de ter mais pessoas com nível superior, e também, mesmo existindo mão de obra ociosa devido ao maior nível de mecanização, o indivíduo desse grupo - como a renda agrícola é maior - tem a possibilidade de esperar e escolher um trabalho com um salário maior. Já no grupo 3, a renda da pluriatividade é importante, pois algumas famílias possuem renda menor do que um salário mínimo. Então, os trabalhadores das madeireiras, as diaristas, recebem salários que variam de um salário que varia de R\$ 750,00 a R\$ 1.000,00; o que faz com que a renda desse grupo seja um pouco maior é que trabalham na construção civil e recebem salários entre R\$ 1.300,00 a 1.800,00. Precisa-se considerar que essa renda é aproximada, pois quem trabalha, por exemplo, no corte de árvores, em períodos de chuva, as contratações diminuem, ocorrendo descontos. Também, na construção civil quando termina uma obra, às vezes, passam alguns dias para começar outra. As diaristas que não têm trabalho regular também têm oscilações no salário mensal.

Tabela 48 – Média da renda agrícola e da aposentadoria do número pessoas, do número de aposentados nos estabelecimentos pluriativos e da renda obtida com a pluriatividade por grupo estudado.

Grupos	Renda (média) agrícola e aposentadoria (R\$)	Média de pessoas por estabelecimento (R\$)	Aposentados em estabelecimentos pluriativos	Média da renda dos pluriativos (R\$)
Grupo 1	6.418,00	3,8	0	1.950,00
Grupo 2	4.945,00	3,7	06	1.450,00
Grupo 3	1.621,00	4,1	14	1.200,00

Fonte: Pesquisa de campo, (2015). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

O êxodo rural é maior entre os jovens em busca de alternativas (Quadro 6). Dos entrevistados que possuem filhos jovens, 22% afirmaram que pretendem continuar no campo; 10% ainda não sabem. E, 68% dos jovens já estão ou pretendem ir para a cidade; 55% dos casais pretendem, mais tarde, quando se aposentarem, ir para a cidade, para ficarem próximos do “recurso”, 10% ainda não sabem e os demais pretendem continuar no rural.

Em relação aos filhos que querem migrar para a cidade, os pais de alguns não concordam com a saída destes, mas entendem a sua iniciativa:

Eu acho que tem que ir mesmo buscar outras coisas, fazer curso, estudar, porque na roça é muito sofrido, apesar de que agora deu uma “melhoradinha”, eu não quero pros meus filhos o que eu passei [...] (AGRICULTOR do grupo 2, ENTREVISTA, 2014).

E ainda “[...] claro que a gente queria que algum filho ficasse em casa, por perto, mas tem que deixar ir se é a vontade, porque eles querem ganha mais [...] e aqui não roça nos não podemos garantir nada” (AGRICULTOR DO GRUPO 3, ENTREVISTA, 2014).

Os agricultores entendem que o trabalho está mais leve e o tempo mais corrido e a renda melhorou, se comparada com alguns anos atrás. Os produtores de leite apontam que a renda melhorou: o leite apresenta a possibilidade de uma renda mensal. Porém, isso não significa que a renda é suficiente para as pretensões dos jovens. Um dos motivos da mudança para a cidade é a busca de melhores condições financeiras, sair das incertezas que fazem parte da produção agrícola e ter uma maior interatividade.

Segundo Garbin, os que permanecem são os que estão num estabelecimento que gera renda fixa e estão na gerência dessas produções voltadas para o mercado; a maioria tem como principal fonte de renda a produção do leite, além disso, tem um meio de transporte.

Quadro 6 – Justificativas mais significativas ao se perguntar se a família pretende ir para a cidade.

1 filho pretende continuar, a filha mora na cidade. A família pretende continuar até pagar os financiamentos.
Os filhos são novos, mas pelos pais vão para a cidade. Porque a renda é baixa.
Pretendem permanecer no assentamento.
9 filhos, 1 só no campo. Pretendem mudar para a cidade, muito longe.
Um filho pretende continuar trabalhando, pois, já temos certa idade e ele assumiu a lavoura, os outros dois saíram cedo de casa, não se interessavam pela agricultura.
Os filhos não pretendem continuar, mas o casal não pensa em ir para a cidade.
Os dois filhos não pretendem continuar, o casal vai para a cidade mais tarde.
Não tem futuro garantido e o trabalho é sofrido.
O tempo está muito corrido, nem a calma que o campo tinha uma vez não tem mais agora.
Os filhos não vão ficar, mas o casal não pensa em ir para a cidade.
5 filhos estão na cidade, ficar mais uns 3 anos depois ir para a cidade. Falta mão-de-obra.
2 filhos já foram para a cidade. Mais tarde o casal pensa em vender o estabelecimento e ir também.
3 filhos não pretendem continuar na agricultura. Por enquanto, o casal continua no campo, mais tarde pretendem ir para a cidade.
4 filhos não pensam em ir para a cidade – estes moram num acampamento.
2 filhos moram no rural mas trabalham na cidade.
Temos um filho, queremos que ele continue aqui com a gente, mas não sei como vai ser, moramos perto da cidade e geralmente os mais novos vão arrumar trabalho lá.
2 estão estudando, não pensam em ir para a cidade.
2 filhos trabalham como diaristas, mas vão tarde morar na cidade. Quanto mais o tempo passa, mais difícil de arrumar emprego na cidade.
1 filho pretende continuar, mais tarde o casal pensa em ir para a cidade.
O filho casou e saiu da agricultura, daqui alguns anos vai acabar vendendo.
Não sabe se os filhos vão continuar, mas se eles saírem vão vender a propriedade.
Vão continuar e instalar aviários para a produção de aves.
2 filhos, eles vão sair, o casal pensa em ir para a cidade.
Por enquanto continuar na agricultura.
A princípio ficar, mas se não melhorar sair.
O filho saiu de casa com 14 anos. Não tínhamos dinheiro para dar as coisas que ele queria e que os amigos da cidade tem.
Não pensa em ir para a cidade, “foi criada no mato”, já apareceu negócio bom para a terra e não vendeu.
Os 2 filhos não ficaram pela baixa renda.

Fonte: Trabalho de campo, (2014). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

O secretário municipal da agricultura demonstra preocupação com essa situação; segundo ele, o futuro da produção agropecuária do município é uma incógnita, devido ao

grande êxodo dos jovens e, posteriormente, dos mais velhos. Com isso, nas áreas mais mecanizadas, os grandes produtores acabam comprando as terras dos vizinhos, concentrando a propriedade da terra e diminuindo a diversidade da produção agropecuária. Muitas vezes os jovens trocam o rural pelo urbano, pela maior interatividade nas cidades, pois nem sempre conseguem renda maior.

Nas palavras do secretário:

Eu ando pelo município todo, converso com os pais [...] a maioria dos jovens saem da propriedade para ganhar um salário pouca coisa maior, mas a questão é que o custo de vida aumenta [...] então, encontrei vários casos de jovens que foram trabalhar na cidade para ganhar um salário inicial entre R\$ 900,00 a R\$ 1.200,00, aí pagam um aluguel de, no mínimo R\$ 300,00, mais alimentação, alguns ainda pagam prestação de carro ou moto, acaba sobrando menos que na roça, porque na roça eles não pagam água, aluguel, a alimentação é mais barata [...] os que moram mais próximos da cidade preferem trabalhar na cidade e morar no „interior”²⁰ esses conseguem uma renda maior, porque o transporte é barato e não arcam com vários gastos [...]. mas acabam indo pra cidade porque tem aquela vontade de consumir algumas coisas que ainda não é possível no campo (GARBIN, ENTREVISTA, 2014).

A situação percebida em campo, nos estabelecimentos do grupo com média mecanização, com renda significativa e, mesmo assim, os filhos não ficam no espaço rural. Há um estabelecimento com um aviário que produz aves para corte, que gera uma renda líquida de R\$ 11.000,00 mensais, além da produção de leite, através do modo confinado que, segundo o produtor, gera uma renda líquida média de R\$ 7.000,00 mensais, além da produção de grãos, que o produtor não soube informar. O estabelecimento, que fica no grupo com média mecanização, é composto por 4 pessoas, o casal e dois filhos. O filho mais velho continua trabalhando com os pais, o mais novo saiu para trabalhar de operador de máquinas para outro produtor e recebe um salário mensal de R\$ 2.000,00. Considerando os dados do produtor sobre a renda, o valor médio por pessoa da família é de aproximadamente R\$ 3.750,00. Neste caso, o motivo do êxodo é a administração do estabelecimento, o pai é quem decide o destino da renda, e o filho se sentia muito isolado no espaço rural, pois as horas de lazer eram definidas conforme a necessidade de trabalhar no aviário e na ordenha das vacas. Então a renda não é o único fator que influencia no êxodo das pessoas do campo, o caso citado é um conflito de gerações e a busca por uma interatividade maior; ou seja, o filho saiu em busca da sua autonomia, mesmo recebendo menos e tendo que cumprir funções determinadas pelo patrão.

²⁰ A expressão “interior” é utilizada comumente na região Sudoeste do Paraná pra se referir ao espaço rural.

Eles vislumbram no aumento da renda a possibilidade de ter elementos e uma interação social que é mais difícil no espaço rural.

Isso, obviamente, não quer dizer que os camponeses fossem desprovidos de sentimento de aquisição ou indiferentes às inovações. Simplesmente, viviam no ritmo do trabalho concreto. Entretanto, com o avanço das forças produtivas e consequente massificação do trabalho, o campesinato é colocado contra o muro: ou adapta sua maneira de vida ao jogo de forças do mercado, ou mantém-se em letargia, sem poder ascender (ANTONELLO 2001, p. 32).

No grupo 3, 85% dos agricultores querem permanecer, não pretendem ir para a cidade mais tarde. O alto percentual destinado a ficar no espaço rural, manifestado pelo grupo dos agricultores menos mecanizados, pode estar ligado ao fato de que são acampados e assentados e passaram por um processo desgastante para conseguir a posse da terra, então o valor da conquista está muito presente. As condições de vida da maioria destas pessoas eram precárias, relatam que já moraram embaixo da ponte, em favelas, então, a possibilidade da posse da terra trouxe certa segurança, de possuir no mínimo um lugar para habitar e poder produzir o básico para o consumo familiar.

Mesmo com produções incipientes e condições de vida não muito favoráveis, a possibilidade da posse da terra representa uma estabilidade devido às condições anteriores dessas pessoas. Na Foto 33, mostra-se uma produção de milho num acampamento e, na Foto 34²¹, uma agricultora acampada que mora sozinha e está há 14 anos no acampamento São Francisco, devendo ser proximamente efetivado como assentamento. Os filhos foram para a cidade devido a estagnação econômica. Segundo a agricultora, pela primeira vez ela tem segurança em relação à moradia e à possibilidade de produzir uma parte dos alimentos, já que ela produz legumes, verduras e cria alguns animais.

E preciso considerar que, nos acampamentos e assentamentos, devido à desinformação do entrevistado, existe uma desconfiança dos propósitos da pesquisa. Ele supõe que pode ser alguma pesquisa de algum órgão público e, como eles não podem vender as terras no momento por não possuírem a documentação legal, eles declaram que não pretendem ir para a cidade. No caso do acampamento São Francisco, os moradores ainda estão em processo de transição para o assentamento, então, pode haver receio de afirmar que

²¹ Esta agricultura está no acampamento há 14 anos, por este motivo, a residência não apresenta um caráter provisório, já possui certa estrutura. Mas como a posse, para ela, ainda não foi oficializada, ainda existem pendências judiciais, essa comunidade é tratada como acampamento.

pretende vender a terra, ou sair do campo, já que o ocuparam alegando a necessidade de uma área de terra para trabalhar na produção agropecuária.

Foto 33 – Plantação de milho para o consumo, no grupo 3.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Foto 34 – Agricultora de um acampamento, pertencente ao grupo 3.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Ao mesmo tempo, existem agricultores que querem continuar no rural, mas não em atividades agropecuárias e nem em atividades no espaço urbano: pretendem explorar atividades de lazer no campo. Foram encontramos 2 agricultores do grupo com média mecanização que querem explorar a pesca como atividade de lazer, através da construção de pesque-pague. Percebe-se um conflito entre as diferentes gerações, no caso de um dos entrevistados, o pai não é a favor da construção do pesque-pague, mas como ele quer a permanência do filho no estabelecimento, acaba cedendo: “[...] eu não sou a favor de fazer o açude aí, porque não sei se dá dinheiro, e depois vai vir gente estranha nos domingos, vai acaba com o sossego, mas ele quer, e se conseguir recurso vou deixar fazer, porque é um jeito dele se ocupar e ficar por casa [...] e a gente precisa de alguém em casa” (AGRICULTOR DO GRUPO 1, ENTREVISTA, 2014).

No entanto, de modo geral, a dificuldade de sucessão familiar vem aumentando; os que ainda permanecem, que são os mais jovens, têm a intenção de migrar para o urbano; os que permanecem em definitivo é porque conseguem uma boa renda, que não teriam no espaço urbano, não possuem um grau alto de instrução, ou estão morando no rural mas não realizam atividades agrícolas. Então, pode-se dizer que há jovens que seguem a profissão dos pais, até pela questão da terra: quando ela não é vendida, é partilhada ou algum filho continua no estabelecimento praticando a agricultura. Uma tentativa de manter os filhos no estabelecimento é inseri-los cada vez mais na administração do estabelecimento, fazendo com que ele administre a renda.

Sobre as temporalidades que provocam o êxodo - principalmente dos jovens - e com maior frequência das pessoas do rural no urbano, pode-se dizer que o rural possui diversidades, não é estagnado, porém as diversidades e oportunidades ainda não são aproveitadas de forma satisfatória, não se privilegia os elementos que poderiam contribuir para a melhoria e bem estar da população rural, o foco ainda é a produção agropecuária. A internet está cada vez mais presente no rural, mas o pensamento de que, através da rede virtual, o agricultor vê o mundo e passa a ser globalizado não é suficiente.

As estratégias variam, mesmo num município das dimensões de Marmeleiro; como se percebe, cada grupo possui uma especificidade na utilização da pluriatividade. É necessário aproveitar as potencialidades do rural assim como a importância de produção agropecuária, não só medidas compensatórias ou o direcionamento para as explorações das atividades não agrícolas como único modo de sobrevivência. Entende-se que os agricultores precisam de espaços de diálogos para a utilização das suas políticas.

O rural é um lugar de diversidade, de heterogeneidade, porém, diante da sociedade que está aí, os elementos específicos que podem ser aproveitados não são considerados importantes; o urbano está no centro, nele são criados os atrativos mercantis. Em Marmeleiro, onde a produção agropecuária é significativa assim como o número de agricultores, o espaço urbano tem sua dinâmica influenciada pelo espaço rural. Todavia como os investimentos no rural são direcionados para a produção agropecuária, essa influência é predominantemente econômica. Já outros elementos citados como saúde, educação, lazer, alimentação etc., a influência/importância é muito maior do urbano sobre o rural. Com exceção de uma escola com nível fundamental e médio no que diz respeito à educação, um posto de saúde e alguns pesque-pagues, nos demais houve um processo de concentração das escolas e das unidades de saúde no espaço urbano. Em relação ao lazer, no espaço rural do município, resume-se ao futebol, com partidas amistosas entre as comunidades nos finais de semana - prática que vem diminuindo devido ao êxodo dos jovens - e a jogos de bocha, cartas e o consumo de bebida alcoólica nos centros comunitários, atividades realizadas pelos adultos homens; o espaço de lazer das mulheres ainda é mais restrito, as mais jovens praticam futsal nas comunidades onde há ginásio de esportes, pois onde moram os agricultores menos mecanizados não encontramos nenhum ginásio. As mulheres adultas estabelecem relações de sociabilidade nos atos religiosos e em visitas aos familiares. São realizadas festas²² nas comunidades, mas estas não são para a diversão dos integrantes das comunidades, pois estes precisam trabalhar na organização do evento.

O rural tornou-se mais dependente do urbano. Dos entrevistados, 84% declaram que as idas à cidade para resolver questões da produção aumentaram significativamente nos últimos 10 anos. O número de idas para a cidade diverge dependendo do grupo de que o agricultor faz parte. Enquanto entre os mais mecanizados há produtores que, dependendo do período do ano, vão até 5 vezes por semana, no grupo dos menos mecanizados, há agricultores que vão 1 vez por mês. Entre os entrevistados, constatou-se que a média de idas para a cidade é de 2,5 vezes por semana e geralmente é o pai, ou um filho com a maior idade; os filhos mais jovens vão para a escola e, na maioria dos casos, é a mulher que fica mais presa ao núcleo familiar, estabelecendo menos contatos sociais. As interações acontecem mais nos finais de semana nas comunidades, quando os agricultores reúnem-se para o lazer, reuniões ou para rezar, ou,

²² As festas tradicionais são organizadas da seguinte forma: uma missa no período da manhã, ao meio dia, almoço com churrasco e, durante a tarde, uma matine para as pessoas dançarem; durante a matine são realizados bingos e sorteios de prêmios. A renda é para a manutenção da instituição que organizou, que pode ser a igreja, o clube (ginásio de esportes ou pavilhão) ou o clube de mães. Estas são as instituições encontradas na pesquisa de campo.

ainda, quando vão até a cidade para tratar das questões da produção. Existem agricultores do grupo com média mecanização que estão mais próximo da cidade, mas estão mais afastados dela em relação a itens que podem proporcionar melhor qualidade de vida, se comparado a agricultores do grupo mais mecanizado, pois estes têm melhores condições econômicas, o que possibilita a utilização dos serviços urbanos, sem depender exclusivamente dos serviços públicos. A sua melhor condição financeira faz com que ele não dependa exclusivamente do serviço público para tratamento médico, para alguns trabalhos mecanizados no estabelecimento e acesso aos meios de informação.

As produções apresentadas são responsáveis pela intensificação das relações entre os dois espaços, os agentes financeiros, os comerciantes dos produtos agropecuários e dos insumos químicos localizam-se no espaço urbano. No caso dos produtores entrevistados na produção do fumo, já constatado em Braga (2010), no município de Marmeleiro, produzem integrados a empresa Souza Cruz; esta, através da sua territorialidade, representada pelas suas matrizes, filiais e pelos fumicultores integrados, promove redes de circulação de insumos químicos, matéria-prima e de créditos bancários, estabelecendo redes de circulação entre o rural e o urbano. Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, no Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, são municípios que possuem filiais de grandes transnacionais ligadas à produção fumageira, sendo Santa Cruz do Sul apontada como a capital latino-americana da produção de fumo.

Em muitos casos, o aprofundamento das relações entre os dois espaços não ocorre só entre o rural e o urbano do mesmo município. Os fumicultores do município de Marmeleiro recebem orientações e materiais publicitários (através da mediação dos representantes da Souza Cruz) vindos dos centros de pesquisa do departamento gráfico que se localiza no Rio de Janeiro (RJ); assim como o fumo em folha é levado para a usina de Santa Cruz (RS) ou para Rio Negro (PR).

A produção de aves, como já foi apresentado, tem um aspecto diferencial que é o ajustamento maior da rotina diária de trabalho dos agricultores. Então, além da relação urbano-rural dar-se através da circulação dos elementos da produção, o ajustamento do trabalho gera maior racionalidade do tempo, característica do espaço urbano. Com isso, questões características dos trabalhadores urbanos passam a ser encontradas no rural. Segundo depoimentos dos agricultores, há 3 casos de lesões musculares por esforços repetitivos, comprovados clinicamente, em pessoas da família ligadas à produção de aves.

Na produção do leite, ocorre a circulação de matéria-prima, capitais e fluxo de pessoas entre o rural e o urbano, porém, na produção do leite, a territorialidade das empresas é ligada a um contexto mais regional. Uma quantidade significativa da produção é comprada por indústrias de derivados, do próprio município e de municípios vizinhos, e outras instituições como a Latco, a cooperativa ALFA, as indústrias de queijo, Primo Queijo e *Veneto*.

A produção de grãos, principalmente soja e milho, são as principais produções do grupo dos agricultores mais mecanizados. Tais produções geram a relação entre o rural e o urbano porque são estes agricultores que utilizam a mecanização mais intensa no município. Compram os insumos e vendem os seus produtos nos espaços urbanos. E por terem melhores condições financeiras consomem mais produtos dos centros urbanos.

É também na cidade de Marmeleiro que estão presentes as sedes de órgãos públicos como a Prefeitura Municipal: segundo informações dos agricultores, o principal motivo da ida à prefeitura é para renovação do bloco de produtor (média de três vezes ao ano por agricultor); para a retirada do boleto de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) (uma vez ao ano) e para pedir máquinas para algum trabalho no estabelecimento e para arrumar as estradas vicinais. Também no urbano, estão presentes as sedes das entidades de classe que representam os agricultores, como o STR; o número de visitas a ele varia muito de um agricultor para outro. São questões de ordem burocrática, como documentos para a realização de financiamentos.

Os mercados de produtos alimentícios e a CRESOL são os mais frequentados no espaço urbano de Marmeleiro pelos agricultores entrevistados. O número de idas a CRESOL justifica-se pela quantidade de associados e também porque a maioria deles realiza financiamentos, principalmente o PRONAF. Então, as visitas são por motivos burocráticos, para a atualização da documentação e movimentação da conta. Um fator importante para a intensificação dessas relações foi o desenvolvimento dos transportes automobilísticos e das novas tecnologias de comunicação, as quais contribuem para romper as dificuldades de mobilidade dos pedestres, tanto nos espaços rurais como nos urbanos.

Como se percebe, as produções agropecuárias promovem uma gama de relações diretas dos agricultores com a sede urbana do município, e também relações com outros centros urbanos, que são mediadas pelas instituições de produções agropecuárias com as quais eles comercializam suas produções. Essas relações não são diretas, mas exercem grande influência nas temporalidades dos agricultores.

Outro fator importante do fluxo de agricultores para o espaço urbano é o poder de consumo dos agricultores. Quando eles conseguem uma renda maior, vão mais às cidades para comprar produtos industrializados, participar de eventos, festas etc., quando a sua renda é muito baixa, até mesmo os gastos com os transportes são controlados. Como se nota no depoimento de um agricultor, quando perguntado sobre frequência de idas para o urbano:

Quando dá uma safra boa e a gente tem dinheiro, nós vamos mais para a cidade porque tem dinheiro pra gastar (risos), é verdade a gente não se importa de ir mais vezes, de ficar para almoçar [...] às vezes tem alguma programa que as crianças querem ir, como o circo, tem poucas coisas aí, mas, quando tem dinheiro a gente vai. Agora, quando o ano não é bom, ou tem outros gastos, quando menos ir é melhor, a gente deixa de compra mais produtos do mercado, passa a comer mais as coisas de casa mesmo (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Nota-se que os agricultores sujeitam-se a algumas situações, para tentar amenizar a baixa renda agrícola. O consumo de produtos do estabelecimento, que o entrevistado define como “as coisas de casa mesmo”, são muito importantes, porém, a produção para a comercialização é cada vez maior.

De modo geral, o destino do fluxo de pessoas do rural para o urbano tem um caráter funcional, pois vão para comprar os itens necessários para a produção, comprar alimentos que não produzem, por questões de saúde. São casos esporádicos de agricultores que vão para o lazer e passeio.

Além das relações de produção entre os dois espaços, a extensão territorial do espaço urbano ampliou a área de transição entre o rural e o urbano, tornando mais difícil a definição. O avanço do espaço urbano gera relações mais diretas e perceptíveis entre estes dois espaços como nos seus limites oficiais, gera espaços que são localizados nas proximidades das cidades, mas ainda não foram incorporados pelo urbano, por isso não pode ser chamado de urbano. Nestes espaços há uma diversidade de relações, produção agrícola e a expansão dos loteamentos reorganiza o espaço rural.

No município de Marmeleiro, forma-se um eixo de expansão urbana recente que transformou áreas que eram rurais em perímetro urbano. Tal eixo iniciou-se com a construção de um posto de combustíveis e uma cerealista a, aproximadamente, 3 quilômetros da cidade, em seguida foram loteados terrenos que ligam o espaço urbano ao posto de combustíveis e a cerealista (Fotos 19, 20, 21).

Em entrevista realizada com o proprietário de um dos estabelecimentos agropecuários mais próximos às duas atividades comerciais, ele relatou que, anteriormente, o preço do

alqueire, isto é, 24.200 metros quadrados ou 2,4 hectares, do seu estabelecimento agropecuário variava entre R\$ 45.000,00 e R\$ 60.000,00 e não havia muitos interessados. Após as construções mencionadas ele passou a receber propostas acima de R\$ 100.000,00 reais por áreas entre 5 a 7 mil metros quadrados.

Segundo o agricultor entrevistado: “[...] não quero vender a terra em pedaços, se for pra vender, é tudo”. Quando se questionou o agricultor, que já está aposentado por idade, se ele pretende mudar para a cidade, ele respondeu:

[...] olha não sei, eu sempre morei na lavoura, mas estamos aposentado já, e as pessoas falam que isso é melhor, mas tenho receio de não me acostumar [...] também não quero vender a terra já, porque vou esperar valorizar mais, mas tá todo mundo falando que eu sou louco e burro por não vender por esse valor, mas a terra é minha, então até que eu aguentar e quiser posso ficar aqui plantando né (AGRICULTOR DO GRUPO 2, ENTREVISTA, 2014).

Nesse ponto, percebe-se a preferência pela expansão urbana em detrimento do rural, pois, mesmo o produtor querendo permanecer no rural, ele pode ser obrigado a migrar devido à pressão da expansão urbana. Não se discute a possibilidade do agricultor permanecer no rural, o que se considera é que o valor pago – que está muito acima do valor pago pela mesma área destinada à produção agropecuária - compensa essa saída “forçada”. Os outros proprietários próximos também passaram a receber sondagens.

Foto 35 – Cerealista construída no espaço rural de Marmeleiro.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Foto 36 – Posto de combustível construído no espaço rural em Marmeleiro.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

Foto 37 – Terraplenagem para a construção de loteamentos.



Fonte: Arquivo do autor – Trabalho de campo, (2014).

A expansão das temporalidades urbanas no rural possui uma diversidade e uma complexidade até mesmo em municípios pequenos como Marmeleiro. É possível constatar

essas relações pelos espaços próximos aos limites oficiais entre o urbano e o rural, que não possui a mesma dinâmica de uma cidade média ou grande, porém, mesmo assim, os agentes urbanos influenciam a dinâmica do rural. A expansão é entendida pelos agricultores como algo que irá provocar benefícios, pela valorização dos estabelecimentos e pela proximidade da cidade, permitindo que os filhos permaneçam no estabelecimento tendo a possibilidade de trabalhar no urbano. Gradualmente, a expansão urbana está incorporando mais estabelecimentos rurais: o território é transformado por agentes sociais, sobretudo, econômicos.

Os aspectos retratados são resultados do processo de intensificação das relações urbano-rurais, do surgimento de outras demandas pela população rural; nos casos citados, o processo vai ocorrendo sem muito planejamento, ocorre conforme o surgimento das possibilidades ou das necessidades, especialmente de agentes especuladores.

A expansão das temporalidades urbanas no espaço rural tem um caráter material, por meio da expansão dos loteamentos, da compra de máquinas, dos elementos da produção agropecuária; e também imaterial, através das influências externas, das relações sociais, do surgimento de outras necessidades, na modificação do ritmo de tempo dos agricultores. Porém, na realidade vivida, esses aspectos imateriais e materiais sobrepõem-se; às vezes, é o desejo por uma interação maior que leva os agricultores a buscarem a pluriatividade; em outros casos, é a inserção no mercado e a *modernização* que mudam os desejos, as necessidades dos agricultores.

Os agricultores têm os seus costumes modificados na medida em que se inserem no mercado e aumentam o seu contato com o espaço urbano. Portanto, como se nota, quanto maior o grau de integração e mecanização, maior desvirtuamento do seu modo de vida. Outros elementos que não estão ligados diretamente à *modernização* também influenciam na mudança da cultura dos agricultores, como o conteúdo da mídia. Dos entrevistados, todos têm rádio e apenas 2 não possuem televisão. A televisão é um instigador do consumo. Analisando os dados de todo o município (Tabela 49) distingue-se a presença desses elementos. Televisão e rádio são os mais comuns. Outros elementos estão aumentando, principalmente computador e internet: no trabalho de campo foram encontrados 105 estabelecimentos com acesso à internet, considerando o acesso via celular, quantidade dez vezes maior do que o número de estabelecimentos registrados em todo o município no Censo do IBGE de 2006. Destaque para as antenas parabólicas que estão presentes em 62% dos estabelecimentos.

Tabela 49 – Número de eletroeletrônicos no município de Marmeleiro.

Tipo de eletrodoméstico utilizado	Número de estabelecimentos
Televisão com antena comum	357
Televisão com antena parabólica	878
Videocassete	68
DVD	238
Rádio	1.303
Computador	70
Acesso à internet	10

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, (2006). Organização: BRAGA, L. C. (2015).

Existe uma linha tênue entre melhorar as condições de vida do agricultor e entender que ele também tem direito ao consumo e, ao mesmo tempo, manter a sua cultura, seu modo de vida. É delicado cobrar do agricultor uma visão crítica que grande parte da sociedade não possui como, por exemplo, ter uma visão crítica do conteúdo da mídia, consumir de forma sustentável, valorizando o seu modo de vida.

Também é preciso considerar que a viabilização de possibilidades que fortaleçam a produção agrícola assim como a disponibilização de áreas para produzir e viver através de alguma política de reforma agrária, não tornando o espaço rural apenas uma extensão do urbano é importante e pode fazer com que uma quantidade maior de agricultores permaneça no espaço rural trabalhando com atividades agrícolas. Porém, é preciso considerar que existem agricultores que não querem permanecer no espaço rural, principalmente os jovens, ou até gostariam, mas devido a outros elementos, como a busca por melhor qualificação profissional e instrução, são impelidos a migrarem para os centros urbanos. Outros, quando é possível habitam o espaço rural, por questões como maior tranquilidade, laços de amizade e parentesco, menor custo de vida; trabalham nos centros urbanos e residem no espaço rural, ou investem em atividades não agrícolas no espaço rural, como o turismo.

Assim, o que parece mais palpável, em médio prazo, para melhorar as condições de vida no rural é ter pessoas que pensem e viabilizem as políticas públicas, que não seja somente para a produção agropecuária. Ao menos institucionalmente, a estrutura do PRONAF e as outras linhas, com uma abordagem territorial, podem facilitar ações para o rural que possam ter um enfoque voltado para as diferenças e peculiaridades regionais, buscando racionalizar todos os elementos do território e maior integração dos beneficiados que podem auxiliar no direcionamento das políticas. Em Marmeleiro, não existe integração entre os beneficiados; os grupos são formados por necessidades burocráticas para conseguirem o

crédito, geralmente o critério utilizado pelos agricultores para a formação destes grupos são os laços de parentesco, assim, a possibilidade de conflitos é menor. Como já demonstrado a prefeitura e a CRESOL falham no auxílio ao agricultor no que tange ao gerenciamento desses grupos, não facilitando a superação dos aspectos burocráticos e, na constituição de alternativas para os agricultores.

Isso demonstra algumas dificuldades nas relações urbano-rurais para viabilizar a comercialização da pequena produção mercantil, familiar. Em Marmeleiro, não há um espaço institucional com uma participação ativa dos sujeitos para debater e concretizar projetos alternativos de desenvolvimento rural.

Como já dito, a abordagem territorial é importante na análise do rural, pois ela não se limita à produção agropecuária, ela considera todos os elementos que fazem parte do rural, que influenciam os aspectos políticos, culturais e ambientais historicamente produzidos e característicos de um território. Por possuir características particulares, não é possível pensar em políticas generalizadoras, é preciso pensar a gestão de cada território de modo individualizado e com a participação dos sujeitos.

Em relação às opções para a permanência das pessoas no espaço rural, entende-se que não há uma oposição entre explorar as potencialidades de desenvolvimento do rural, e por outro lado a possibilidade da pluriatividade, dependendo do espaço e do tempo, uma pode ter mais importância maior que a outra, mas ambas não são excludentes estão presentes no mesmo espaço.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finaliza-se esta pesquisa, embora não se encerre o tema, porque os ritmos de tempo estão em constante mutabilidade. Entende-se que vem ocorrendo mudanças no espaço rural pesquisado, que direcionam cada vez mais o agricultor para o consumo, para a mercantilização das relações de produção e, conseqüentemente, modificam as suas temporalidades, que passam cada vez mais a ter os ritmos mais rápidos. Porém, a aceleração dos ritmos de tempo, não ocorre de modo linear no espaço rural de Marmeleiro, há uma diversidade.

Dependendo do nível de integração ao mercado e de *modernização*, o ritmo de tempo é diferente, mas há uma tendência identificada para a contínua modificação nas temporalidades dos agricultores, ou seja, o ritmo de tempo vem aumentando gradativamente.

Os dados apresentados dos 3 grupos estudados, em relação aos diferentes níveis de mecanização e quantidade produzida, demonstram a menor ou maior dependência dos elementos internos do estabelecimento, como a produção para o consumo e a mão de obra; também há menor ou maior dependência dos elementos internos das comunidades rurais, como a troca de dias trabalho e de equipamentos; demonstram a diversidade das relações de produção do município e que a *modernização* é parcial. Alguns estabelecimentos podem ter uma produção totalmente *modernizada*, mas não todo o estabelecimento. Mesmo para os dois produtores que trabalham com a produção de ovos de galinha, que possuem indícios de uma transição à prática patronal, a colheita da produção da soja é contratada. E entre os agricultores familiares, a diversidade é maior. Entre os grupos não há homogeneidade, conforme percebe-se na descrição das rotinas de trabalho cotidiano. Exemplo disso é que, no grupo mais mecanizado, muitos agricultores contratam trabalho mecanizado, assim como no grupo menos mecanizado alguns realizam financiamentos e possuem tratores.

A divisão em 3 grupos apresentou as diferenças de ritmos de tempo que são mais visíveis, o grupo 1, onde estão os agricultores que possuem as máquinas mais *modernas*, produções que precisam de mais investimentos e são mais ligados ao mercado, estão num ritmo de tempo mais acelerado, pois produzem menos para o consumo familiar, mais para o mercado e tem mais contato com o espaço urbano. As produções aceleram o ritmo do tempo, porém eles possuem máquinas melhores para o trabalho e condições de contratarem empregados.

Os agricultores do grupo 2, possuem uma diversidade de temporalidades maior, porque as suas produções estão gradualmente sendo mercantilizadas, mas ao mesmo tempo tem um vínculo com a sua temporalidade camponesa, pois a produção para o consumo ainda é importante, utiliza o seu saber fazer nas produções conjugando com os pacotes tecnologicamente modernos. O seu contato com o espaço urbano vem gradativamente aumentando. E, devido às incertezas que envolvem as produções agropecuárias, “flutuam” entre uma safra “ruim” e uma safra “boa”, em alguns momentos a prioridade é o consumo familiar e em outros vislumbra a possibilidade de aumentar o poder de consumo.

Os agricultores do grupo 3, estão em um ritmo mais lento, o seu vínculo com a temporalidade camponesa é ainda maior, porque possuem os equipamentos considerados “mais atrasados”, pouco acesso a financiamentos, produzem uma ou duas variedades para o mercado, se utiliza da produção para o consumo familiar e da pluriatividade para equilibrar a economia familiar, além da aposentadoria, que é significativa neste grupo. Possuem menos contato com o espaço urbano, menor poder de consumo. Porém, mesmo para estes, o ritmo de tempo vem aumentando.

Nos 3 grupos percebe-se o aumento do ritmo de tempo, e a consequente integração ao mercado. Os agricultores percebem essa aceleração no dia a dia, nas atividades mais simples, pois precisam cumprir prazos para produzir, comercializar a produção e pagar o seu custo, além da necessidade de adaptações em suas técnicas. Também, no aumento de idas para a cidade para realizarem procedimentos burocráticos para a liberação dos financiamentos, para comprar insumos agrícolas e, cada vez mais, produtos industrializados para a sua alimentação.

Os agricultores entendem que é um processo sem escapatória. A aceleração do ritmo é um processo que vai gradativamente aumentar, pois eles, cada vez mais, precisam produzir e consumir.

O município de Marmeleiro é considerado pequeno em termos de território e população, não possui a mesma dinâmica ritmo de tempo acelerado de um grande centro urbano, mesmo assim, vem ocorrendo mudanças no ritmo de tempo. É uma aceleração para os parâmetros do município.

Os diferentes ritmos de tempo modificam as relações de sociabilidade dos agricultores, pois eles diminuíram as relações de vizinhança e também passam a agir mais individualmente, os grupos e os trabalhos coletivos diminuíram, pois não há mais tempo para discussões, para propor e analisar projetos, cada um precisa ficar mais focado/direcionado para o seu trabalho, para o seu estabelecimento.

Com a realização desta pesquisa, é possível constatar que a análise da produção agropecuária e do espaço rural através da utilização da abordagem das temporalidades, é possível de ser realizada satisfatoriamente, pois a *modernização* busca inserir a racionalidade do trabalho, maiores certezas em relação aos resultados. Isso passa pelo controle do ritmo do tempo. Essa racionalidade vai sendo inserida gradualmente na produção agropecuária vai direcionando cada vez mais as atividades dos agricultores, em alguns momentos retira o saber fazer dos agricultores, como na produção de aves, em outros apropria-se desse saber, como no trabalho braçal na produção do fumo. Além dessa modificação do ritmo de tempo dos agricultores nas atividades do dia a dia, a aceleração do ritmo de tempo dos agricultores acontece porque o mesmo é inserido numa gama maior de relações, ele passa a ter mais contato com as agroindústrias, com as agências bancárias, passa a cumprir cada vez mais prazos para pagamentos e venda da produção.

Como percebe-se na pesquisa, os agricultores sentem essa mudança no ritmo de tempo, e que estão perdendo cada vez mais a autonomia no seu estabelecimento, essa percepção é possível devido a síntese do tempo que os mesmos possuem, porém não há uma resistência em relação ao aumento no ritmo de tempo. Os agricultores vão utilizando os financiamentos para comprar máquinas, que são disponibilizadas para os mesmos; se eles tem condições de aderirem a uma produção no sistema de integração, se a renda e as condições de trabalho forem minimamente satisfatórias, eles aderem-na. Os agricultores entendem que esse processo é “natural” não há como fugir. E não se pode criticar os mesmos, pois a sociedade atual como um todo, está cada vez mais num ritmo de tempo acelerado. A maioria das pessoas busca uma melhor qualificação profissional, um melhor salário, para aumentar o poder de consumo. Nos centros urbanos onde vivem a maioria da população, as pessoas, de modo geral, estão cada vez mais atarefadas, com menos tempos para o lazer, relações de sociabilidade, etc. O que se questiona é que poderiam existir políticas públicas que valorizassem o espaço rural, aproveitando as suas potencialidades, e não só as redes da expansão do capitalismo que drenam a renda da terra e o exaustivo trabalho dos agricultores, para a acumulação de um grupo. O espaço rural precisa do conhecimento da tecnologia. Os agricultores precisam do acesso à informação, é necessário a aceleração do seu ritmo de tempo, mas não apenas o tempo que o subordine. Então, essas políticas, ou mesmo ações de entidades, ou organizações efetivadas pelos próprios agricultores, poderiam explorar outras relações de produção. Os benefícios não ficariam restritos só ao espaço rural, ações como, por exemplo, a produção de alimentos mais saudáveis, a preservação da mata ciliar, maior

preservação da natureza, propiciariam benefícios para toda a sociedade. Tais atitudes, em escalas maiores que não fiquem restritas a pequenos grupos, ou a projetos de curta duração parecem ser uma utopia, pois é impossível frear a aceleração do tempo que é imposto a sociedade, amplamente difundido e cobrado; as pessoas precisam cada vez mais se adequar, cumprir padrões, serem qualificadas etc. Também, as consequências dessa aceleração, ocasionam novas “corridas” para solucioná-las.

Na descrição das jornadas de trabalho, percebe-se a grande quantidade de trabalho realizado pelos agricultores e a sua penosidade. No grupo dos mais mecanizados, a penosidade do trabalho é diminuída com a contratação de empregados temporários e permanentes, e pela mecanização. Já no grupo com média mecanização e no grupo menos mecanizado a penosidade do trabalho é maior, nas atividades o trabalho braçal está mais presente. Em todos os grupos, destaca-se o trabalho da mulher, mesmo no mais mecanizado, elas realizam as atividades da casa e algumas trabalham, também, na produção. Já no grupo com média mecanização e no grupo menos mecanizado, a maioria das mulheres realiza a dupla jornada de trabalho, ou seja, realizam os trabalhos da casa e da produção agropecuária.

Outra questão é que, mesmo os agricultores menos mecanizados, com poucas máquinas, entendem que a o ritmo de tempo está mais rápido, mas o trabalho está mais leve, isso porque podem contratar trabalhos mecanizados e trocar alguns equipamentos pelo uso dos inseticidas e herbicidas.

A orientação pelo dia e a noite também foi modificada. A aceitação pelo aumento do ritmo de tempo e pela perda gradativa da autonomia é por que vislumbram o aumento do poder de consumo e maior estabilidade econômica e reconhecimento.

A diversidade também é percebida quando um equipamento, como a trilhadeira, que pelos mais mecanizados, deixou de ser utilizada há anos, no grupo menos mecanizado há produtores que não conseguem adquiri-la. Assim como a rotina de trabalho, mesmo entre os que possuem condições de produção em níveis semelhantes, difere da organização da produção familiar. Com a expansão do capitalismo, as desigualdades aumentaram e estas refletem nos diferentes ritmos de tempo mais lentos ou mais acelerados.

Nos espaços com tempos mais lentos, os agricultores reagem às mudanças, pois, mesmo diante da aparente tranquilidade do espaço rural, de um tempo mais lento dos menos mecanizados, existe um agricultor que nunca está em repouso, está sempre buscando meios para a sobrevivência, para manter-se como agricultor. Mesmo utilizando produções inseridas nos tempos mais lentos, aqui identificadas e analisadas, há um “incômodo”, um estado de

alerta constante dos agricultores, devido à instabilidade do mercado e à falta de recursos. Isso está representado nas conjugações das produções. A maioria não pode ficar dependente de uma produção ou de estratégias como a pluriatividade. Eles têm conhecimento de que uma produção como a do leite, atualmente, é uma fonte de renda importante, mas pode ocorrer uma saturação do mercado, e a mesma perder a importância na obtenção da renda.

Então, eles reagem às mudanças, adaptam-se a elas, estão preparados, mesmo que inconscientemente, porque a situação atual não é imutável. E também porque surgem novas necessidades, ambicionam tomar decisões, investir em outras produções. Geralmente, os direcionamentos são cada vez mais para fora. A temporalidade mais rápida, no caso da produção agropecuária, é resultado de um ambiente cada vez mais direcionado para atender demandas externas.

Os agricultores, de modo geral, têm a noção de que o ritmo de tempo está aumentando, porém não existe resistência à inserção desses ritmos; quando surge uma estratégia que pode proporcionar uma renda melhor, ele adere a ela, mesmo sem mensurar se haverá uma aceleração no ritmo de tempo; o que ele considera é se a mão de obra e a estrutura são suficientes para produzir determinada quantidade. Também, porque os agricultores entendem que a inserção no mercado, a mecanização e a aceleração do ritmo de tempo são processos de que não há como “fugir”.

Os agricultores entrevistados – apesar de a maioria não entender a escala e complexidade das relações de poder em que estão imersos – percebem as mudanças porque eles têm uma síntese do tempo, um saber acumulado, que possibilita uma visão diferenciada dependendo do lugar e dos ambientes com que se relacionou e se relaciona. Quem teve um contato com vários lugares, conviveu com diferentes relações econômicas, políticas e culturais tem uma capacidade maior de interligação entre os diferentes elementos que fazem parte do seu mundo. Outros possuem uma capacidade de análise mais ligada ao imediato e ao local da vida cotidiana.

O saber fazer, o conhecimento do agricultor é comumente entendido como contraditório aos avanços dos meios de produção, porém, ele está presente nas práticas efetivadas e, visto que é um processo contínuo, não há rupturas completas. Mesmo com o desenvolvimento tecnológico, uma parte dos métodos de trabalho mantém-se, até porque é necessário para a produção agropecuária.

Então, é preciso analisar e valorizar os tempos lentos, presentes no saber fazer, em técnicas e equipamentos considerados rudimentares. As variáveis de cada tempo são as

melhores possíveis daquele momento, diante das condições e, por isso, fazem parte de um processo histórico; porém o que ocorre é o direcionamento por interesses, talvez, em determinado período, as ações pudessem ter tomado outro direcionamento, o que resultaria num melhor resultado para a sociedade, como a chamada *modernização* da agricultura, implantada pelo Estado, obedecendo aos interesses do capital, tendência mundial na época. Todavia, não se discutiram outras possibilidades, como a inserção dos agricultores familiares, aproveitando o seu potencial para uma *modernização* menos excludente, que gerasse benefícios para um número maior de agricultores. É necessário entender os elementos disponíveis, em cada período, mas também salientar a utilização direcionada das técnicas e tecnologias.

Entender a relação espaço-tempo de forma contínua e não fracionada, também foi importante, não só para fins das análises feitas, mas também poderá ser para o planejamento familiar. Compreender que os processos são contínuos e demandam tempo para serem implantados é importante inclusive para as políticas públicas. A falta de continuidade prejudica os resultados. Quando mudam as administrações governamentais, ou até mesmo os dirigentes das cooperativas, não é dada a continuidade planejada.

Não pode ser atribuído somente aos agricultores o peso do desvirtuamento das cooperativas. Apesar do crescente individualismo, existe um campo de relações de poder maior. A falta de conhecimento específico sobre gestão cooperativa também é uma barreira, já que os agricultores têm o seu modo de vida cada vez mais reorganizado pelo avanço das relações de mercado.

As instituições estudadas operam com incertezas em relação aos recursos financeiros. Tanto a continuidade dos dirigentes no cargo como a instalação de projetos precisam passar por processos burocráticos que demandam muito tempo. Segundo os dirigentes das cooperativas, as políticas com enfoque territorial não conseguiram romper com o poder regional de alguns grupos, há um movimento para desarticular essas entidades visando inviabilizar políticas como o PNAE e o PAA, devido aos acordos locais realizados com os agentes de mercado. São relações de poder (P) e poder (p) que extrapolam o entendimento dos agricultores que, com o aumento do ritmo de tempo, são direcionados para a produção agropecuária mercantil. Ao mesmo tempo, instituições importantes, como a CLAF, não conseguem concorrer com os outros laticínios que estão mais inseridos no mercado.

Com novas linhas de crédito, a partir da década de 1990, surgiram novas possibilidades, atendeu-se a um público maior, mas restringiram-se as possibilidades de

produção. O foco ainda são os *comodities*, inviáveis para estabelecimentos com pequenas áreas de terra. Assim, as outras demandas dos moradores do rural, que vão além da produção agropecuária, não são atendidas.

Em relação às produções agropecuárias, conforme apresentado, a produção de grãos, como soja e milho, é inviável para estabelecimentos familiares com pouca área de terra. É contraditório que estes cultivos possuam mais acesso aos financiamentos; são efetivas na maioria dos estabelecimentos como uma renda complementar, para não deixar uma área sem uso. A produção de milho, nos últimos anos, passou por uma mudança no seu destino, está sendo mais utilizado para silagem na produção leiteira.

Já a produção de aves demanda um alto investimento, por isso está mais presente entre os mais mecanizados, além disso, proporciona uma boa produção em pouca área de terra. Ela que insere um ritmo de tempo mais controlado na produção. No cultivo do fumo, também concretizado via sistema de integração, o trabalho é menos controlado, o agricultor utiliza mais o seu saber fazer, porém a jornada de trabalho é longa e exaustiva. O cultivo proporciona uma renda significativa em uma pequena área de terra, não pelo investimento intensivo do capital, mas pela utilização intensiva da mão de obra familiar.

A produção do leite, por sua vez, é fundamental para a manutenção dos estabelecimentos estudados, proporcionando uma renda mensal e regular, possibilitando, ainda, a inserção dos agricultores no mercado com diferentes níveis de mecanização. A produção para o consumo é mais importante para os menos mecanizados e com média mecanização, contudo, está sendo deixada de lado. A heterogeneidade de tempos demonstra a flexibilidade dos agricultores excluídos da *modernização* da agricultura, como eles combinam diferentes formas de produção, alguns mais integrados ao mercado, outros menos; suas formas de organização que acabam sendo cooptadas pelo capital, como a CLAF e, principalmente, a CRESOL.

Nesse contexto, acredita-se que o agricultor não precisa negar os tempos rápidos, porém, também precisa ter a possibilidade de acesso a tempos rápidos da cultura, da informação, do lazer, de oportunidades de consumo saudáveis e não ser inserido somente no tempo rápido das agroindústrias, para a exploração da sua mão de obra e da matéria-prima, com o intuito de gerar mais lucro para as grandes empresas. É preciso construir espaços para buscar alternativas que valorizem outras potencialidades do espaço rural.

Apesar da aceleração do ritmo de tempo, o trabalho dos agricultores, nas suas atividades cotidianas, difere do tempo dos trabalhadores que estão nas cidades. Apesar do

tempo dos agricultores gradativamente ajustado, principalmente nas produções através do sistema de integração, eles precisam dilatar a sua jornada de trabalho, há períodos em que a intensidade do trabalho diminui, até mesmo na produção de aves existem intervalos entre a entrega dos lotes. Os agricultores realizam uma diversidade maior de atividades. Já, no urbano, o trabalho é mais especializado e os turnos são mais regulares. Isso ocorre devido a certa diversidade produtiva existente e à produção de alimentos. Ao que tudo indica, os agricultores possuem mais autonomia, como na atividade leiteira, em que o produtor, mesmo não tendo toda a produção mecanizada, consegue comercializar a produção, tem uma relação mais próxima com as pequenas fábricas de queijo e com as cooperativas que compram o seu produto. Essa proximidade permite barganhar preços melhores. No caso dos produtores do fumo, a definição dos preços é realizada distante do seu estabelecimento. As relações são mais padronizadas, a empresa fumageira, a Souza Cruz, pertence a uma multinacional. Assim também os produtores de aves estão ligados a agroindústrias que exportam grande quantidade da sua produção. A inserção em tempos cada vez mais rápidos é entendida, por eles, como algo de que não tem como fugir, pois “precisam” de adaptação para sobreviver como agricultores.

Os diferentes níveis de autonomia podem ser percebidos entre os grupos estudados. Os mais mecanizados têm menos autonomia no que diz respeito às relações de produção; os com média mecanização estão num nível intermediário de autonomia, possuem relações com o mercado, mas ainda utilizam equipamentos rudimentares e a produção para o consumo familiar é significativa. Os menos mecanizados, nos assentamentos, possuem mais autonomia em relação a sua rotina de trabalho, produzem poucos produtos para a comercialização, a produção para o consumo familiar é fundamental e apesar de ter um número maior de agricultores pluriativos, os estabelecimentos estão num ritmo mais lento.

Um aspecto a ressaltar é que, o ritmo mais lento é acompanhado da fragilidade econômica e, conseqüentemente, da dificuldade de acesso ao consumo de bens e serviços. Os agricultores mais mecanizados e inseridos ao mercado possuem o seu tempo “mais corrido”, mas possuem mais condições de acesso a melhores sistemas de saúde, educação, além de itens básicos de consumo, como eletrodomésticos e vestuário; os com média mecanização têm acesso a esses bens e serviços, mas ainda com dificuldades, recorrendo ao sistema público quando é possível. Já o grupo 3, tem mais dificuldades de acesso a esses elementos, até o acesso ao serviço público é mais difícil, devido à falta de informação, à distância dos assentamentos e acampamentos da cidade, precariedade do transporte - a maioria opta pelo

transporte escolar, pois há poucos veículos próprios - que é realizado somente em um período do dia. O horário do transporte escolar dificulta para o agricultor conseguir uma senha no sistema de atendimento do posto de saúde.

A gradual aceleração do tempo vai acontecendo porque o capitalismo vai infiltrando-se em todas as relações no espaço rural; além das relações de produção, afeta a cultura, os costumes, criando nos agricultores o desejo de consumir objetos que não possuem. Mesmo assim, entende-se que modificações e permanências de alguns elementos revelam que se trata de um agricultor familiar com elementos camponeses. Isto ocorre, sobretudo, nos acampamentos e assentamentos do município.

É importante notar que os agricultores estudados preferem inserir-se entre os modernos; nas suas respostas, destacam os equipamentos considerados modernos, quando utilizam equipamentos rústicos justificam essa situação, assim como os que não possuem máquinas, sempre tentam justificar para evitar que sejam considerados “atrasados” ou algo parecido. Eles receiam ser negados como sujeitos que também são importantes socialmente.

Por fim, desvelaram-se algumas inquietações que levam e condicionam a continuar estudando a problemática em questão: Qual o futuro da produção agropecuária do município com o êxodo dos agricultores? É possível constituir um sistema de produção que tenha autonomia, que favoreça os agricultores familiares, ou ainda, que consiga inserir os agricultores em melhores condições sociais de vida? Qual o caminho para as políticas públicas, serão melhor formuladas para que contribuam efetivamente na construção de um espaço rural com menos desigualdades? É possível, para agricultores e instituições, estabelecer relações de “amortecimento” do impacto do ritmo de tempo mais acelerado? Como isto pode ocorrer?

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. R. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre São Paulo. n.15 2000.
- ANJOS, F. S. **Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas.** Estudos Sociedade e Agricultura, 17, outubro 2001: 54-80. Disponível em: C:\Users\Luiz Carlos\AppData\Local\Temp\Flavio-Sacco-dos-Anjos-Pluriatividade-e-ruralidade-enigmas-e-falsos-dilemas.mht. Acesso em: junho/2015.
- ANTONELLO, I. T. **A metamorfose do trabalho e a mutação do Campesinato.** São Cristovão, Se: NPGeo, UFS, 2001.
- BONETI, L.W. **O papel pedagógico da Assessorar no apoio à construção da cidadania dos ex-posseiros do Sudoeste do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Departamento de Pedagogia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, RS, 1998.
- BRAGA, L. C. **A territorialização da produção leiteira e fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro/PR.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, PR, 2010.
- BRAUDEL, F. História e ciências sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a história.** Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CANDIOTTO, L. Z. P; MEIRA, R. A; MEIRA, S. G. (Orgs.). **Agricultura orgânica em oito municípios do Sudoeste do Paraná.** Francisco Beltrão: Grafibem, 2013.
- CANDIOTTO, L. Z. P. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas.** SAQUET, M. A; SUZUKI, J. C; MARAFON, G. J. 1, ed. São Paulo: Outras expressões, 2011, 275-298.
- CORRÊA, R. L. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, 54 (3): p.115-151, 1992.
- DELGADO, G, C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil/Miguel Carter** (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- ELIAS, D. Novas Dinâmicas Territoriais no Brasil Agrícola. In: SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** 1º Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ELIAS, N. **Sobre o tempo.** Editado por Michael Schroter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica, Andrea Daher. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar 1998.
- FAVARETO, C.F. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Revista do Centro de Estudos Rurais.** UNICAMP, Campinas-SP: v. 1, n. 1, 2007, p.157-190.
- FLÁVIO, L. C. **Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

GARCIA, Jr. A. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GNOATO; A. G. NUNES S. P. **Perspectivas para a atividade leiteira**. Artigo apresentado no Seminário Sobre o Censo Agropecuário do IBGE de 2006 e o Desenvolvimento Regional. Realizado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus de Dois Vizinhos. Dois Vizinhos, PR, 2009.

HESPAHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A. F; CARRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia** (Orgs.). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 81-93.

IBGE. **Censo Agropecuário 1985**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1985_n20_rj.pdf> Acesso em março de 2013.

_____. **Censo Agropecuário 1995-96**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm>. Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>> . Acesso em fevereiro de 2013.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Marmeleiro**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85585>>. Acesso em maio de 2013.

KAGEYAMA, A. A; SILVA, J. G. **Dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas, SP. UNICAMP, 1988.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1998.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. RJ. Ed. 34, 1994.

MARAFON, Gláucio J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006, p.17-60.

MARQUES, J. B. **O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga**. Revista de História. São Paulo, n.158, 2008. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003483092008000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. Editora Hucitec. São Paulo, 1989.

NETO, W. G. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira. 1960-1980**. São Paulo, Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos caminhos da geografia**. CARLOS, A. F. A. (Org.). 5º ed. – São Paulo. Contexto, 2010.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.

_____. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo. AGB. Nº58, 1980, p.5-64.

_____. Espaço e tempo: compreensão materialista dialética. In: **Novos rumos da geografia brasileira**. SANTOS, M. Hucitec: São Paulo, 1982, p.66-109.

OLIVEIRA, R. O. Desenvolvimento, política agrícola e política rural: setorial ao territorial. **Informações Econômicas**. IEA. SP, v.32, n.12, dez. 2002, p.7-16.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 213-238.

PAULILO, M. I. S. **O Peso do Trabalho Leve**. Departamento de Ciências Sociais- UFSC. Revista Ciência Hoje- nº 28/1987.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RAY, C. **Tempo espaço e filosofia**. Tradução Thelma Médice Nóbrega. São Paulo: Papirus, 1993.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Tradução: Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?**

Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

SADIA S.A. **Contrato de integração Sadia**, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo – Razão e Emoção. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p.308.

_____. **A urbanização brasileira**. 5º ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. Hucitec, São Paulo, 1997.

SANTOS, R. A. **O Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste Paranaense**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, J.V.T. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. e SPOSTO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

- _____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.
- _____. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo, Expressão Popular, 2006, p. 130-157.
- _____. O tempo, o espaço e o território, In: **Paisagem, território, região: em busca da identidade**. SOUZA, E; SOUZA A. (Org.). Cascavel, Edunioeste, 2000, p. 103-114.
- SILVEIRA, R. L. L. **Complexo agroindustrial do fumo e território: A formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo – RS**. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.
- SILIPRANDI E. Um Olhar Ecofeminista sobre as Lutas por Sustentabilidade no Mundo Rural. Revista **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**. Disponível em: <[http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=articledetails.tpl&p\[_id\]=238392](http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=articledetails.tpl&p[_id]=238392)>. Acesso em: 05 de mar/ 2011.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.
- SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Editora Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro, 1988.
- SISCLAF. **Área de atuação do SISCLAF**. Grafisul: Francisco Beltrão, 2008.
- _____. **Fortalecer e variar ainda mais a atividade leiteira da agricultura familiar**. Jan/fev, 2007.
- _____. **Fórum Sul do leite**. Boletim nº 1. Dezembro, 2004.
- SOROKIN, P. A; ZIMMERMAN, C. C; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. Editora Hucitec, São Paulo, 1986.
- SOUZA CRUZ. **Contrato de integração Souza Cruz**. Safra 2012/2013.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 01. ed. São Paulo: Editora UNESP, v. 01. 218p. 2004.
- SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M (Orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 80-111.
- VALE, A. R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Rio Claro, 2005.
- WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2009.
- WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- Entrevistas:**
- BASSO, D. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga**. Francisco Beltrão, fevereiro de 2014.
- CRESOL. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga**. Dirigente Cresol. Marmeleiro, fevereiro de 2014.

GARBIN, G. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2014.

LANNOY, C. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Francisco Beltrão, fevereiro de 2014.

KOWLASKY, D. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, abril de 2015. Presidente do STR.

LOOS, E, B. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, junho 2015. Dirigente UNICAFES.

SEGHETTO, G. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, maio 2014. Presidente da CRESOL Marmeleiro.

ENTREVISTADO 01. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2014.

ENTREVISTADO 02. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2014.

ENTREVISTADO 05. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2014.

ENTREVISTADO 10. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2014.

ENTREVISTADO 13. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2014.

ENTREVISTADO 15. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2014.

ENTREVISTADO 17. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2014.

ENTREVISTADO 18. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2014.

ENTREVISTADO 20. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2014.

ENTREVISTADO 21. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2014.

ENTREVISTADO 22. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2014.

ENTREVISTADO 23. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2014.

ENTREVISTADO 25. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2014.

ENTREVISTADO 27. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2014.

ENTREVISTADO 29. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2014.

ENTREVISTADO 30. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2014.

ENTREVISTADO 39. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2014.

ENTREVISTADO 40. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2014.

ENTREVISTADO 41. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, março de 2014.

ENTREVISTADO 42. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 44. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 47. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 49. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, março de 2014.

ENTREVISTADO 50. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, março de 2014.

ENTREVISTADO 51. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 52. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 53. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 54. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 55. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 56. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 57. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 58. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 59. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 60. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 61. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 62. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 63. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 64. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 65. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 66. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 67. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 68. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 69. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 70. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 71. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 72. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 73. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 74. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 75. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 76. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 77. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 78. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 79. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 80. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 81. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 82. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 83. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 84. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 85. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 86. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 87. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 88. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 89. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 90. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 91. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 92. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 93. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 94. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 95. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 96. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 97. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 98. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 99. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 100. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 101. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, dezembro de 2014.

ENTREVISTADO 102. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 103. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 104. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 105. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 106. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 107. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 108. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 109. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 110. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 111. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 112. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 113. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 114. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 115. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 116. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 117. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 118. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 119. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 120. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 121. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 122. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 123. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 124. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 125. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 126. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 127. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 128. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 129. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 130. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 131. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 132. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 133. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 134. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 135. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 136. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 137. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 138. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 139. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 140. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 141. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

ENTREVISTADO 142. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.

- ENTREVISTADO 143. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.
- ENTREVISTADO 144. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.
- ENTREVISTADO 145. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.
- ENTREVISTADO 146. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.
- ENTREVISTADO 147. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.
- ENTREVISTADO 148. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.
- ENTREVISTADO 149. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.
- ENTREVISTADO 150. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.
- ENTREVISTADO 151. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, janeiro de 2015.
- ENTREVISTADO 152. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.
- ENTREVISTADO 153. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.
- ENTREVISTADO 154. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.
- ENTREVISTADO 155. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.
- ENTREVISTADO 156. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.
- ENTREVISTADO 157. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.
- ENTREVISTADO 158. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.
- ENTREVISTADO 159. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.
- ENTREVISTADO 160. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.
- ENTREVISTADO 161. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.
- ENTREVISTADO 162. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 163. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 164. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 165. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 166. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 167. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 168. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 169. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 170. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 171. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 172. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 173. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 174. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 175. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 176. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 177. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 178. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 179. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 180. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 181. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 182. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 183. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 184. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 185. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 186. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 187. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 188. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 189. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 190. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 191. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 192. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 193. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 194. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 195. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 196. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 197. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 198. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 199. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 200. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 201. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 202. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ENTREVISTADO 203. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga.** Marmeleiro, fevereiro de 2015.

ANEXOS:**ANEXO 1****Roteiro de entrevistas utilizado**

Roteiro de entrevista para ser aplicado aos agricultores familiares do município de Marmeleiro (PR).

Data: ____/____/____

1) Nome da comunidade: _____

2) Nome do responsável pelo
estabelecimento: _____

3) Condição de uso da terra:

☐ Proprietário ☐ Arrendatário ☐ Parceiro

☐ Outra: _____

.....
4) Área total do estabelecimento (ha):

5) Principais produções:

☐ Milho. Área: _____ Quantidade comercializada (toneladas) _____ Renda anual: _____ Quantidade consumida no estabelecimento: _____ Quantidade transformada em silagem: _____

☐ Soja. Área _____ Quantidade produzida (toneladas): _____ Renda anual: _____

☐ Fumo. Área _____ Quantidade produzida (toneladas): _____ Renda anual: _____

☐ Leite. Área utilizada para pastagem: _____ Quantidade produzida (litros): _____ Renda mensal: _____. N° vacas ordenhadas: _____

☐ Aves. Quantidade de aves: _____ Renda mensal: _____

☐ Produção para o consumo:

☐ Diariamente. ☐ Algumas vezes na semana. ☐ Esporadicamente durante o mês.

6) Quais produções são voltadas para o consumo?

7) As produções voltadas para o consumo são produzidas em todos os anos em todas as épocas ou só quando em um momento de dificuldade, quando ocorre uma queda nos preços dos produtos voltados para a venda?

- 8) Essa produção (consumo) é fundamental para o equilíbrio das contas da família ou seria possível sobreviver sem ela?
- 9) Qual o primeira sistema moderno começou a utilizar na produção? Em que ano?
- 10) O estabelecimento possui reflorestamento? Qual a finalidade? Obteve renda?
- 11) Máquinas e equipamentos utilizados para a produção:
☐ Enxada ☐ foice ☐ carpideira de tração animal ☐ carroça ☐ careta agrícola
☐ arado de tração animal ☐ colheitadeira ☐ trator, quais implementos:
- 12) Número de financiamentos na última safra:
a) Custeio: b) Investimento:
- 13) Qual banco?
- 14) Conseguiria produzir sem a realização de financiamentos?
- 15) Caso não tenha realizado financiamentos, quais os motivos?
- 16) As linhas de créditos disponíveis são suficientes? Ou seriam necessárias outras linhas para outras produções que atendessem os pequenos produtores (produção orgânica, agroindústrias)?
- 17) Participa de alguma cooperativa? Por que?
- 18) Falta um auxílio por parte dos bancos, para a aplicação dos financiamentos?
- 19) Em relação às produções voltadas para comercialização, quais os valores mensais ou anuais de cada produção?
- 20) Entende que cada vez mais os agricultores estão ficando dependentes dos comerciantes, vendedores de insumos, das empresas?
- 21) Conforme o agricultor vai ficando dependente do mercado, o tempo dos agricultores na propriedade vai diminuindo? Comparando com o passado.
a) Afetou as viagens da família a parentes?
b) Atrapalhou a continuação nos estudos de algum membro da família?
c) As idas a cidade para tratar de assuntos da propriedade aumentaram? Quantas vezes vai a cidade por semana?
d) Afeta o lazer, práticas de esportes?

- 22) Aproximadamente quantas horas semanais são utilizadas para a produção de produtos para o consumo? Essa produção vem diminuindo? Por que?
- 23) Aproximadamente quantas horas para a produção para a venda?
- 24) Que fatores levados em consideração para definir o principal produto que será comercializado em cada safra?
- () mão-de-obra () previsão do tempo () valor dos insumos () valor do produto
- () disponibilidade de financiamentos () por que sabe trabalhar com aquela produção () as notícias da TV, rádio sobre a produção
- 25) Tem acesso a internet na propriedade? Utiliza a internet de alguma forma para a produção? Como?
- 26) Participa de algum projeto de produção coletiva? Qual?
- 27) Comercializa algum produto diretamente com o consumidor ou no mercado local? Qual?
- 28) Os filhos pretende continuar na agricultura? Por que?
- 29) Algum membro da família trabalha fora do estabelecimento? Qual o motivo do trabalho fora do estabelecimento?
- 30) Contrata empregados? Quantos dias por ano?
- 31) Quantas pessoas da família trabalham na produção?
- 32) Qual o objetivo principal do trabalho da família na produção agrícola?
- 33) O tempo dos agricultores está cada vez mais rápido? Por que?
- 34) Nos casos em o ritmo do tempo está mais rápido, está compensando essa aceleração do tempo?

ANEXO 2

Tabela do preço por quilo de fumo

TABELA DE PREÇOS REFERENCIAIS DO TABACO							
Safrá: 2013/14 - R\$ / kg							
Virginia			Burley / Mariland			Comum	
CLASSES	R\$/kg	R\$/arr.	CLASSES	R\$/kg	R\$/arr.	R\$/kg	R\$/arr.
T O 1	8,77	131,55	T 1	7,80	117,00		
T O 2	7,41	111,15	T1L	7,05	105,75		
T O 3	6,29	94,35	T 2	6,85	102,75	3,67	55,05
T R 1	6,83	102,45	T2L	5,43	81,45	3,61	54,15
T R 2	4,69	70,35	T 3	4,87	73,05		
T R 3	2,73	40,95	T3L	4,28	64,20		
T L 1	5,70	85,50	T K	3,14	47,10	2,58	38,70
T L 2	4,42	66,30	B 1	8,11	121,65		
T K	3,36	50,40	B1L	7,31	109,65		
B O 1	9,22	138,30	B 2	6,93	103,95	4,58	68,70
B O 2	7,98	119,70	B2L	6,10	91,50	4,53	67,95
B O 3	6,42	96,30	B 3	5,50	82,50	3,68	55,20
B R 1	7,18	107,70	B3L	4,57	68,55	3,56	53,40
B R 2	5,27	79,05	B K	3,94	59,10	3,06	45,90
B R 3	3,52	52,80	C 1	7,92	118,80		
B L 1	7,01	105,15	C1L	7,25	108,75		
B L 2	5,67	85,05	C 2	6,9	103,5	5,2	78
B K	4,42	66,30	C2L	6,1	91,5	5,05	75,75
C O 1	8,85	132,75	C 3	5,36	80,40	4,38	65,70
C O 2	7,77	116,55	C3L	4,41	66,15	4,12	61,80
C O 3	6,28	94,20	C K	3,94	59,10	3,36	50,40
C R 1	6,21	93,15	X 1	7,31	109,65		
C R 2	4,42	66,30	X1L	7,01	105,15		
C R 3	2,84	42,60	X 2	6,23	93,45	4,12	61,80
C L 1	7,01	105,15	X2L	5,83	87,45	3,94	59,10
C L 2	5,67	85,05	X 3	4,87	73,05		
C K	3,52	52,80	X3L	4,41	66,15		
X O 1	7,77	116,55	X K	3,52	52,80	2,84	42,60
X O 2	6,53	97,95	N	1,43	21,45	1,47	22,05
X O 3	5,36	80,40	G	0,60	9,00	1,01	15,15
X R 1	5,83	87,45	Obs.: Preços praticados pelas empresas com exceção da JTI. Não houve acordo assinado entre Entidades e Empresas				
X R 2	3,60	54,00					
X R 3	2,12	31,80					
X L 1	6,21	93,15					
X L 2	5,04	75,60					
X K	2,58	38,70					
G 2	3,36	50,40					
G 3	0,87	13,05					
N	2,22	33,30					
SC	0,87	13,05					
ST	0,54	8,10					

Fonte: Grupo Souza Cruz

ANEXO 3

Orçamento PRONAF

ORÇAMENTO - Orçamento Simplificado PRONAF									
TECNOLOGIA UTILIZADA	BAIXA TECNOLOGIA			MÉDIA TECNOLOGIA			ALTA TECNOLOGIA		
PRODUÇÃO PREVISTA	MINIMA	MÁXIMA		MINIMA	MÁXIMA		MINIMA	MÁXIMA	
	14	19		19,01	25		25,01	30	
ITENS	Valor Básico	%	Valor Máximo	Valor Básico	%	Valor Máximo	Valor Básico	%	Valor Máximo
PLANTIO - SEMENTES	230	3,17987	299	299	3,17987	388,7	388,7	3,2	505,31
COLHEITA E TRANSPORTE DA PRODUÇÃO	1250	17,2819	1625	1625	17,2819	2112,5	2112,5	17	2746,25
TRATOS CULTURAIS - SERVIÇOS (APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS)	260	3,59464	338	338	3,59464	439,4	439,4	3,6	571,22
PLANTIO - DEFENSIVOS (PRÉ-PLANTIO, TRATAMENTO DE SEMENTE,...)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PLANTIO - ADUBAÇÃO DE BASE	2415	33,3886	3139,5	3139,5	33,3886	4081,35	4081,35	33	5305,755
PLANTIO - SERVIÇO (PLANTIO E ADUBAÇÃO)	930	12,8577	1209	1209	12,8577	1571,7	1571,7	13	2043,21
Tutoramento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TRATOS CULTURAIS - DEFENSIVOS (INSETICIDA, FUNGICIDA, HERBICIDA, ACARICIDA, ADJUVANTE)	520	7,18927	676	676	7,18927	878,8	878,8	7,2	1142,44
tratos culturais serviço de preparo de solo, capinas, amontoa, desbrota	1040	14,3785	1352	1352	14,3785	1757,6	1757,6	14	2284,88
TRATOS CULTURAIS - ADUBAÇÃO DE COBERTURA	588	8,12941	764,4	764,4	8,12941	993,72	993,72	8,1	1291,836
TOTAL (VBC)	7233	100		9402,9	100		12223,8	100	

Fonte: Fornecido por CRESOL BASER, 2015.

ANEXO 4

Principais produtos e valores disponibilizados pela CRESOL para financiamentos na safra 2013/14

PRODUTOS	VALOR R\$	%
SOJA SAFRA DE VERÃO (ZONEAMENTO AGRICOLA)	R\$ 105.274.661,69	38,2472%
MILHO SAFRA DE VERA0 (ZONEAMENTO AGRICOLA)	R\$ 70.474.810,35	25,6041%
TRIGO SAFRA DE INVERNO (ZONEAMENTO AGRICOLA)	R\$ 36.839.109,28	13,3840%
MILHO SAFRINHA (ZONEAMENTO AGRICOLA)	R\$ 17.174.433,42	6,2396%
FEIJAO DE SEQUEIRO SAFRA SECAS(ZONEAMENTO AGRICOLA-2A.SAFRA)	R\$ 7.324.975,29	2,6612%
FEIJAO DE SEQUEIRO SAFRA VERA0(ZONEAMENTO AGRICOLA-1A.SAFRA)	R\$ 6.909.836,99	2,5104%
CAFE ROBUSTA (CONILON) - NÃO ZONEADO - NÃO IRRIGADO	R\$ 4.032.640,24	1,4651%
CAFÉ ARABICA (ZONEAMENTO AGRICOLA)	R\$ 2.362.247,92	0,8582%
MANDIOCA - ZONEAMENTO AGRICOLA	R\$ 2.179.249,10	0,7917%
MILHO SAFRA DE VERA0	R\$ 2.044.474,21	0,7428%
CEBOLA	R\$ 1.928.437,45	0,7006%
SOJA SAFRA DE VERÃO	R\$ 1.344.741,52	0,4886%
HORTALICAS DIVERSAS	R\$ 1.289.793,29	0,4686%
TANGERINA CUSTEIO	R\$ 1.129.305,79	0,4103%
TOMATE ESTAQUEADO IRRIGADO	R\$ 1.083.138,11	0,3935%
CEBOLA IRRIGADA	R\$ 1.033.451,73	0,3755%
FEIJAO DE SEQUEIRO SAFRA INVERNO (ZONEAM. AGRICOLA-3A.SAFRA)	R\$ 1.014.314,16	0,3685%
TOMATE ESTAQUEADO	R\$ 800.591,13	0,2909%
ARROZ IRRIGADO	R\$ 732.483,59	0,2661%
MANDIOCA	R\$ 658.857,74	0,2394%
BANANA CUSTEIO	R\$ 624.594,87	0,2269%
CAFE ARABICA - NÃO ZONEADO - NÃO IRRIGADO	R\$ 580.123,26	0,2108%
CAFÉ ROBUSTA (CONILON) - ZONEADO	R\$ 579.638,45	0,2106%
MORANGO	R\$ 560.524,39	0,2036%
TRIGO SAFRA DE INVERNO	R\$ 504.150,77	0,1832%
MILHO SAFRINHA	R\$ 354.111,87	0,1287%
CARA	R\$ 342.943,60	0,1246%
FEIJAO DE SEQUEIRO SAFRA DE VERA0	R\$ 322.787,18	0,1173%

Fonte: Fornecido por CRESOL BASER, 2015.